ABR 1945 Rev.
108 429
429
V.

BOLETIM
DO
SINDICATO NACIONAL
DOS
JORNALISTAS

1 9 4 5

SINDICATO NACIONAL
DOS JORNALISTAS

BOLETIM

SINDICATO NACIONAL
DOS JORNALISTAS

BOLETIM

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS

DIRECTOR: LUIZ TEIXEIRA

Presidente da Comissão Administrativa do S. N. J.

EDITOR: ANTÓNIO TINOCO

BOLETIM

NÚMERO 5

PROPRIEDADE DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO ATAÍDE, 6 — TELEFONE 22195

LISBOA/1942-1945

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

Editorial Ática, Lda. — Comp. e imp. da casa Bertrand (Irmãos), L.da — Lisboa

MISSÃO E PROJECÇÃO DO JORNALISMO NA NOSSA TERRA

POR efémera que seja a vida de um jornal, êle representa na sociedade moderna um papel que nenhum outro instrumento de divulgação consegue desbancar. Encarado no tríplice aspecto — educativo, informativo ou meramente reclamativo — qualquer dêles contribue para o tornar insubstituível, mas é inegável que é no domínio das idéias e dos factos que exerce a sua principal influência.

Um jornal só verdadeiramente merece êsse nome quando constitue, ao mesmo tempo, um órgão do pensamento e um reflexo da vida da Nação e do Mundo. Destinado a esclarecer as inteligências e a pô-las, por outro lado, ao corrente dos acontecimentos que podem, e devem, interessar o homem contemporâneo, o jornal torna-se, por assim dizer, o factor comum dessa grande entidade que se chama — público; e interessando-o nos mesmos problemas ou nos mesmos episódios cria, entre os seus elementos, um fuido de simpatia que os identifica. Podem os assuntos que o jornal versa ser diferentemente interpretados, sentidos ou seleccionados; mas sempre haverá um mínimo de afinidade espiritual que irmana os seus leitores. Daí o não se poder viver sem a Imprensa — com a qual se passa um duplo fenómeno curioso que vem a ser a subordinação da Imprensa ao leitor e a sujeição do leitor à Imprensa.

O pensamento de todo o jornal, por mais elevada ou pragmática que seja a missão que se proponha, consiste evidentemente em ser compreendido do público a que se destina. Tem, para isso, de adaptar-se psicològicamente a êle e ir um pouco ao encontro das suas preferências, dos seus gostos e da

sua mentalidade. Não quere isto dizer que seja o leitor que faz o jornal; o jornal, porém, que menosprezasse a maneira de ser do seu leitor falharia à missão essencial de edificá-lo. Desde logo se vê a dificuldade que há em usar de uma linguagem que seja igualmente apreendida por espíritos diferentes, tais como os que entram na composição dos grandes aglomerados.

Em contrapartida o homem actual não pode passar sem a Imprensa diária, espécie de janela aberta sôbre a vida em tôda a latitude das suas manifestações, na qual comunga a curiosidade, cada dia renovada, do seu temperamento e dos seus nervos.

O jornal é um mundo — que lhe entra pela alma na forma multivária dos seus aspectos cardiais. Sofrendo, alegrando-se, em todo o caso vibrando com o que se passa à superfície dêste planeta que rola não se sabe para onde, o homem sente-se uma partícula vital da grande comunidade e reconhece que a sua dignidade se valoriza à medida que vai sendo menos egoísta. Assim se estabelecem laços de solidariedade através de uma simples fôlhas de papel que em breve se amarrotam, depois de terem durado, como as estafadas rosas de Malherbe, «o espaço de uma manhã» — ou de uma noite.

Todavia, a elas devemos o benefício, sem igual, de nos elevar ao plano das mais nobres preocupações, quer sejam de carácter político, filosófico, artístico, social ou internacional. E quem foi que nos orientou, esclareceu, informou, ventilou problemas que nos dizem respeito, se tornou o intérprete das nossas opiniões ou dos nossos clamores, trabalhou para nos ser prestável?

Um homem que não é convenientemente apreciado — o jornalista.

Com efeito não há nada que mais espante que o desdém que muita gente afecta pelo jornalismo, considerando-o como o último refúgio das vocações fracassadas. Num país onde pulula o diplomado, que a si mesmo se atribue uma categoria intelectual incomparável, o homem que escreve nos jornais não merece a essa gente a devida consideração — a não ser, bem entendido, quando êsse homem um dia se refira a qualquer dos seus detractores em têrmos encomiásticos reputados, pelo homenageado, inteiramente dignos dêle. Então não duvida acreditar no elogio que lhe fazem e na inteligência que o inspirou.

Cumpre declarar, antes de mais nada, que é assaz freqüente encontrar diplomados medíocres ou com um valor de-veras contestável, até mesmo naquilo que estudaram, sem falar na ignorância enciclopédica que muitos manifestam quando sondados sôbre capítulos extra-profissionais. Ao contrário, um jornalista néscio ou ignaro não existe, porque êle próprio, com êsses atributos negativos, se estiolaria nas necessidades cotidianas do seu

mister. Nas engrenagens de um jornal só se salvam os que possuem autêntico merecimento.

O jornalista não tem curso privativo que o habilite a desempenhar a sua actividade mental e nisso, como já foi acentuado, se pretende basear a inferioridade implícita, dado que o acesso dos postos que êle ocupa se alcança sem habilitações especiais.

Mas haverá cursos de talento? Aprende-se em algum sítio aquilo que é mais difícil de fazer, como seja o exprimir com clareza as idéias que se procuram transmitir?

Êles que digam, os entes superiores que menoscabam o jornalismo, as torturas que passam quando têm de alinhavar sôbre a ciência que inculcam possuir. O que lhes sai das mãos é uma massa informe e sem brilho, que o público, mesmo o versado, não leria se algum director a deixasse inserir nas colunas do seu diário.

Quere isto dizer que tudo o que sai nos jornais seja perfeito? Longe disso. Precisamente na sua imperfeição está a melhor prova da dificuldade da arte. Redigir bem é um trabalho árduo, que nem mesmo a longa prática consegue iludir; mas isto só avalia quem escreve e não ignora que as coisas, antes de estarem no papel, dando a impressão de fáceis e fluentes, estiveram no cérebro que teve de discipliná-las, sabe Deus com que esfôrço meditativo! Calculem agora os senhores — os que se consideram estrêlas quando não passam de planetas, sem luz própria — o que será ter de escrever todos os dias, compelido pelas exigências horárias da tipografia, pedindo ao cérebro reflexões prontas e apropriadas acêrca dos mais variados assuntos!

Em todos os tempos o trabalho cerebral foi o mais penoso — e como se explica que aquêles que o desconhecem na sua fase activa e esgotante venham anatematizá-lo com «blagues»?

Ao jornalista exige-se cultura geral, talento de improvisação, qualidades literárias invulgares, agilidade mental, probidade de espírito. Qual é o curso que inscreve estas cadeiras no seu programa? Eis por que todo o jornalista é um autodidacta. Muitos, por acaso, têm curso superior; mas, quando isso acontece, o que nêles sobreleva é o homem de letras que o destacou dos seus condiscípulos e que já era anterior aos êxitos do estudioso, para os quais poderosamente concorreu. E esta é a tese que se defende aqui: o jornalismo não é o refúgio das vocações fracassadas, mas o terreno onde só podem florescer as vocações decididamente para êle orientadas. Vocação que se traduz na exposição desassombrada das opiniões que se subscrevem; revela nos conhecimentos que se demonstram e nas diversas teclas que se tocam (desde a crítica de um quadro ou de um livro até à reportagem de uma romaria; desde o artigo sôbre uma individualidade até à análise de uma medida ou de um discurso políticos, etc.); e, acima de tudo, como que a

sua pedra de toque, vocação que se patenteia no colorido estético e conceituoso da composição literária.

Porque o jornalismo é um ramo da literatura, com a agravante, sôbre qualquer dos outros que se podem cultivar sem urgência, de viver escravizado aos ponteiros do relógio, que avançam inexoràvelmente para o têrmo dos prazos concedidos.

No entanto, é nessa escola febricitante e ingrata que se têm formado os nossos melhores escritores. Veja-se essa florescência de valores que, a golpes de talento, documenta a vitalidade do ambiente que os criou e lhes cristalizou, ou vai cristalizando, a personalidade literária: Augusto de Castro, Joaquim Manso, António Ferro, Norberto Lopes, Artur Portela, Luiz Teixeira, Carlos Ferrão, João Ameal, Forjaz Trigueiros, Luiz Oliveira Guimarães, Amadeu de Freitas, Dutra Faria e tantos outros de reconhecido mérito a quem o jornalismo nos seus diversos sectores conferiu, para a elaboração da prosa, as qualidades soberanas da limpidez de raciocínio, da elegância formal e do sentido plástico das proporções.

Isto independente das responsabilidades adstritas à profissão. Justamente porque o público não pode dispensar a Imprensa, esta tem de ser escruplosa na substância dos seus temas, levar as conseqüências dos mesmos até à transparência das suas intenções, sem que jamais ofereça o flanco da ambigüidade às ilações malsãs. Tornou-se famosa a divisa que atribue à Imprensa certo grau de similitude com o pão material, ambos susceptíveis de serem fiscalizados como alimentos que se equiparam.

Temos de partir do princípio que o jornal, concretamente: o jornal português, deixou de ser o órgão de uma clientela partidária para se converter no representante e servidor da Nação. Nada que a possa prejudicar deve ter guarida nas suas colunas. A vida da Nação nêle se espelha, assim nos seus empreendimentos como nas suas ambições, e o jornal torna-se o intérprete dos seus interêsses superiores e da sua orientação política.

Desta forma, quem quiser tomar o pulso às nossas atitudes ou às nossas reacções não tem mais que pegar nos jornais que entre nós se apregoam. A uniformidade de vistas com que depara dar-lhe-á, de entrada, a falsa noção de que todos os jornais obedecem a um «mot d'ordre» que lhes sufoca o livre comércio das idéias antagónicas — e concluïrá por uma ausência de personalidade em que vislumbra a decadência do jornalismo como tribuna de vozes discordantes, cada uma possuída da sua verdade.

Conclusão errónea.

A Imprensa portuguesa está voluntária e conscientemente integrada no espírito dirigente da Nação; e oferecendo, tôda ela, o espectáculo de uma unidade sem brechas, demonstra uma solidariedade de onde extrai a sua própria fôrça. Só assim, impondo-se um objectivo que nada desmente, qual

seja o de propalar e apoiar as directrizes políticas do Estado, que a ela se afiguram criteriosas, a Imprensa consegue a mais útil projecção sôbre o estrangeiro. Nunca a Imprensa foi tão política como nos últimos tempos, não o parecendo, contudo. Foi ela que, depois de concitar a atenção do País sôbre um homem em tôrno do qual gravita a rehabilitação de uma pátria, o indigitou à curiosidade e ao estudo do estrangeiro. Os discursos dêsse homem, antes de serem divulgados em livro, circularam nos periódicos, cujos ecos foram repercutindo além-fronteiras. E o prestígio adquirido por Portugal, que unificou num sistema económico, moral e político digno de ser olhado lá fora como paradigma, não seria possível sem a fôrça expansional da Imprensa — que sempre tem de fornecer a imprescindível sanção a tôdas as idéias que queiram triunfar.

Ainda mesmo na época especial que atravessamos cabe à Imprensa o papel delicado de definir a nossa posição perante o conflito mundial. Essa posição, de estrita neutralidade, foi dada, sem dúvida, pelas chancelarias; mas é à Imprensa que compete salvaguardá-la, por uma catequese constante e lúcida da opinião pública.

Particularmente pode o português sopesar os factos ao sabor das suas simpatias ou da sua faculdade discriminadora. Os acontecimentos não são cifras nem os homens máquinas. Mas é o jornal que responde pelos nossos sentimentos colectivos, dentro do equilíbrio ponderado dos seus textos. A disciplina está aí: na doutrinação desapaixonada dos artigos de fundo; no realce equitativo dos comunicados dos países beligerantes; nas considerações imparciais dos nossos comentadores da guerra; na emoção que exprimimos pelo sofrimento em geral.

Quere dizer: tudo o que não fôsse isto podia comprometer os destinos da Nação. Esta eventualidade dá bem a medida do valor da Imprensa e da sua ressonância externa. Se houver, no entanto, alguém que lhe negue êsse valor, isso prova que a Imprensa só poderá deixar de existir no dia em que tiver desaparecido da face da Terra o derradeiro espírito malévolo ou obtuso.

PEDRO MAYER GARÇÃO

(Artigo publicado no *Diário de Lisboa* de 30 de Junho de 1942 e ao qual foi atribuído pelo respectivo júri o «Prémio Sindicato Nacional dos Jornalistas»)

ORDENADOS MÍNIMOS

NORMAS DE TRABALHO

E

CAIXA DE REFORMAS

para os profissionais da Imprensa diária

O *Diário do Govêrno* n.º 229, II série, de 30 de Setembro de 1942, publicou o seguinte despacho do Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social:

Por meio de relatório elaborado pelos serviços de acção social do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência chegaram ao conhecimento do Govêrno certas anomalias que se verificam nas emprêsas proprietárias de jornais diários, nomeadamente em matéria de vencimentos e horário de trabalho dos jornalistas.

Considerando que, nos têrmos da Constituïção, a Imprensa desempenha uma função de carácter público, não pode dispensar-se o Subsecretariado de Estado das Corporações de intervir na solução de um problema que tanto interessa ao sentido social da dignificação e defesa de uma profissão à qual cabe papel de importância primacial na política do espírito.

Nestes têrmos, nomeio uma comissão para, dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação dêste despacho, estudar e propor a solução mais adequada, da qual farão parte:

António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional, que servirá de presidente;

Guilherme Braz Medeiros, assistente dos Serviços de Acção Social do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

João Pereira da Rosa, director de *O Século*;

Fortunato Seara Cardoso, director de *O Comércio do Pôrto;*

Luiz Teixeira, jornalista;

António Tinoco, jornalista;

Eduardo Freitas da Costa, funcionário do Secretariado da Propaganda Nacional, que servirá de secretário, sem voto.

Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 28 de Setembro de 1942. — O Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, *Joaquim Trigo de Negreiros.*

A Comissão nomeada por êste despacho tomou posse no gabinete do Senhor Subsecretário de Estado das Corporações no dia 16 de Outubro de 1942.

Registamos, segundo as notas do *Diário da Manhã*, a reportagem dêsse acontecimento:

Lido o respectivo auto pelo Sr. Dr. Mota Veiga, Secretário Geral do I. N. T., o Sr. Dr. Trigo de Negreiros agradeceu a todos terem aceitado aquêle encargo, afirmando que conhece as dificuldades que vão encontrar. Lembrou, no entanto, que outras maiores já têm sido vencidas e aos empossados não falta inteligência, tenacidade e conhecimento do problema, condições que permitem esperar os melhores resultados. E aquêle membro do Govêrno acrescentou:

Quási esgotada a possibilidade da sua resolução por via corporativa normal — assinatura do contrato colectivo pelo Grémio e pelo Sindicato — duas soluções eram possíveis: — A publicação de um despacho em que se fixassem as categorias profissionais de Imprensa, os seus vencimentos e o horário do trabalho, ou um novo exame do problema.

Optou-se por esta última solução.

É que a actividade jornalística difere de tôdas as outras: a Imprensa periódica é, simultâneamente, de natureza privada, pelos capitais nela investidos, e pública pela sua função de orientadora da opinião, reconhecida na Constituïção como «elemento fundamental da política e administração do País», pelo que ao Estado «incumbe defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum».

Por isso, continuou, embora considere de aproveitar o material reünido pelos Serviços de Acção Social no estudo a que procederam, nada impede que seja aberto novo processo para recolher os elementos que interessam à sua decisão.

Solicitou, pois, ao Grémio da Imprensa Diária a indicação de dois representantes das emprêsas que pudessem prestar ao Govêrno a sua valiosa colaboração. A designação recaíu nos directores dos jornais *O Século* e *O Comércio do Pôrto*, a quem lhe era grato saüdar e, na pessoa dêles, os periódicos que tão distintamente orientam e dirigem.

Os profissionais da Imprensa estão representados na comissão por dois distintos camaradas — jornalistas Luiz Teixeira e António Tinoco — da comissão administrativa que presentemente dirige o Sindicato Nacional. Não estaria longe da verdade afirmando que a sua acção nem sempre é

bem compreendida; mas êle, que a tem acompanhado de perto, pode assegurar que é norteada por uma preocupação constante: a melhoria moral e material da classe a que se honram de pertencer e que tanto têm prestigiado.

Preside à comissão o Sr. António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional. A nomeação é sua mas a indicação não lhe pertence, pois foi feita pelos interessados directamente no estudo e na resolução do problema, recebendo de todos — emprêsas e jornalistas — palavras de aplauso e de concordância pela escolha que fêz.

Na verdade, a António Ferro, que tão brilhantemente soube marcar a sua posição no jornalismo português como profissional de bem vincada personalidade, compete, como director daquele Secretariado, «regular as relações da Imprensa com os poderes do Estado», e no desempenho de tão difícil tarefa soube conquistar, por igual, a confiança das emprêsas e dos jornalistas.

Essa confiança, o claro sentido das realidades, a firmeza de ânimo, o fino tato e o perfeito conhecimento de que o jornalismo é um poderoso instrumento de propaganda e de apostolado indicavam-no especialmente para o desempenho da função em que acabava de ter a honra de o investir.

Não tem a mínima dúvida, disse ainda, de que os componentes da comissão, para o seu bom desempenho, lhe vão dispensar uma colaboração efectiva, prática e tão util como preciosa, tão certo é de que para além de tudo quanto pudesse afirmar garantem essa colaboração as grandes qualidades que possuem, e até a consideração e aprêço que lhes merecem os que labutam na Imprensa e nela exercem a sua profissão. A-par da remuneração do seu trabalho existe o problema da sua previdência, que até à data tem sido o da sua... imprevidência.

Limitava-se a chamar a atenção para o mesmo, tão confiado está em que a comissão vai habilitar-se, mediante o estudo a que procederá, a propor ao Govêrno o que houver por mais conveniente à satisfação dos interêsses legítimos dos trabalhadores que, por virtude da natureza da sua profissão, são chamados a exercer papel preponderante na sociedade, formando, para o bem ou para o mal, a opinião pública.

Ao Sr. António Ferro outras comissões de serviço mais difíceis de que esta lhe têm sido confiadas e o seu número pode contar-se pelo dos êxitos obtidos. Nomeando-o presidente da comissão que há-de proceder ao estudo da remuneração dos jornalistas, concluíu, fá-lo com a certeza antecipada de que a proporção não será alterada, e isso traduzia a confiança e o contentamento com que a todos dava posse.

Usou depois da palavra o Sr. António Ferro, que, primeiramente, agradeceu em nome dos seus colegas da comissão a alta prova de confiança

que para êles representa o facto de o Senhor Subsecretário de Estado os encarregar de tão ingrata e difícil tarefa.

Está convencido de que as emprêsas desejam também procurar solução satisfatória para as velhas e justas aspirações dos jornalistas, agora fora da luta de classes, cuja ressurreição todos temos o dever de evitar. Confia no êxito dos esforços da comissão.

Disse depois: — vamos trabalhar alegremente sem idéias preconcebidas, sem gritos de guerra, em pleno espírito de harmonia.

Dirigindo-se ao Sr. Dr. Trigo de Negreiros, «velho amigo dos jornalistas, cuja obra a Nação bem conhece e admira», disse que a sua iniciativa, tão nobre, proporcionava o encontro, embora não isento de dificuldades, de uma solução para o problema dos trabalhadores do jornalismo. Pretende-se atingir acima de tudo a dignificação da profissão. Os jornalistas não gozam ainda, em Portugal, da situação económica e social que de direito lhes cabe e bem merecem.

Em quási todos os países do Mundo os jornalistas têm posição do maior relêvo e importância.

É preciso, entre nós, contribuir para elevar o seu nível de vida, sob todos os aspectos. Isso será igualmente contribuir para maior prestígio e fôrça da Imprensa, e da própria indústria jornalística.

Quanto mais se impuser o jornalista mais se impõe, perante o conceito geral, o jornal em que trabalha.

Como antigo jornalista — ainda o é, pois o jornalista é sempre jornalista — tem inteira convicção de que os resultados finais da comissão serão os melhores.

Como director do Secretariado da Propaganda Nacional reconhece que sem a Imprensa não pode haver propaganda efectiva, não dirá já da vida política, mas dos superiores interêsses da vida nacional.

Terminou por citar um conceito do Chefe do Govêrno que pode aplicar-se à missão que êle e os seus colegas vão realizar:

«Se não fôr possível chegar a 100, será óptimo chegar, pelo menos, a 70 ou 80». A Revolução continua e com ela continuam as possibilidades reais da solução, sempre progressiva, de problemas como êste.

Seguidamente falou o Sr. João Pereira da Rosa para afirmar que não foi sem grande relutância que aceitara o encargo de representar na comissão o Grémio da Imprensa Diária. Conhece a péssima situação em que se debate actualmente a maioria dos jornais devido ao agravamento do custo dos materiais necessários. O papel, por exemplo, custava anteriormente à guerra $80 e $90 cada quilo, e hoje o preço daquela quantidade atinge 2$50. A redução de páginas e, por conseqüência a publicidade também reduzida, criaram dificuldades às emprêsas jornalísticas. E a elas não têm

sido dadas até hoje quaisquer regalias para compensar êsse agravamento.

A indústria jornalística, cujo rendimento de capitais é tão legítimo como o de quaisquer outras, atravessa um período tal que não são de antever muitas possibilidades de aumentar a remuneração do seu pessoal. No entanto êle e os seus colegas do Grémio têm a melhor vontade de estudar e resolver o assunto.

Falou por último o Sr. Luiz Teixeira, presidente do Sindicato, que em breves palavras agradeceu as referências do Senhor Subsecretário de Estado aos esforços da comissão administrativa a que preside, a favor de melhores condições morais e materiais para a classe.

Nada tinha a acrescentar às palavras dos Srs. Dr. Trigo de Negreiros e António Ferro sôbre o reconhecimento das circunstâncias em que no nosso País é exercido o profissionalismo da Imprensa. Ambos haviam demonstrado tão perfeita compreensão dos direitos dos jornalistas que, disse, se limitava a agradecer e aplaudir a espontaneidade das suas declarações.

A classe dos jornalistas é pequena; os quadros redactoriais dos diferentes diários são limitados. Não crê que as despesas que os mesmos representam em comparação com as dos outros sectores do jornal — em face de aumentos a efectuar — possa provocar o desequilíbrio nos orçamentos das emprêsas, quer elas sejam grandes ou pequenas.

Por último disse esperar que as classes interessadas, por intermédio dos seus representantes na comissão, cheguem a um entendimento para se alcançar o objectivo desejado.

ORDENADOS MÍNIMOS

Em 19 de Janeiro de 1943 o *Diário do Govêrno* n.º 15, II série, publicou o seguinte despacho do Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social:

Por portaria de 30 de Setembro de 1942 foi nomeada uma comissão na qual se delegou o encargo de estudar as condições gerais de exercício da profissão de jornalista, para o efeito de se estabelecerem ordenados mínimos.

A comissão desempenhou-se do seu mandato com muita inteligência e zêlo, tendo decorrido os seus trabalhos numa atmosfera de bom entendimento e activa cooperação, que permitiram abordar, esclarecer e resolver problemas delicados relativos ao condicionamento da profissão. No relatório do estudo a que se procedeu consigna-se o acôrdo e resolução dos seus membros em relação a todos os pontos que era necessário esclarecer, salvo na parte referente à determinação dos mínimos de ordenado para as várias categorias.

Assim, nesse ponto houve que examinar as várias sugestões apresentadas e que ter em conta, no presente despacho, por um lado, as exigências impostas pela dignidade da profissão e, por outro, as possibilidades das emprêsas para o efeito de se fixarem êsses mínimos.

Não podia deixar de merecer ponderada consideração o caso de uma actividade de primeiro plano como é o jornalismo, que punha em causa todo o problema delicadíssimo da orientação da opinião pública, em cuja formação a Imprensa tem papel preponderante de carácter público, que a Constituïção expressamente lhe reconhece (artigo 23.º).

A solução adoptada concilia, na medida em que são conciliáveis, os interêsses das emprêsas e dos seus colaboradores.

Relativamente à imprensa das duas grandes cidades, em vez de uma tabela unitária de ordenados mínimos, preferiu-se o critério da classificação dos jornais em três categorias, já adoptado para a fixação dos salários mínimos do pessoal gráfico.

O problema da previdência dos jornalistas, velha e legítima aspiração da classe, fica resolvido pela criação por diploma especial da Caixa de Reformas dos Jornalistas, que tem por fim protegê-los contra a invalidez e a velhice, podendo conceder pensões de sobrevivência às famílias dos beneficiários. Por acôrdo entre o Grémio Nacional da Imprensa Diária e o Sindicato Nacional dos Jornalistas será cobrado um adicional de 1 por

cento sôbre tôda a publicidade paga, constituindo o seu produto receita da Caixa.

Nestes têrmos, e em harmonia com o disposto nos decretos-leis n.os 29.006, de 17 de Setembro de 1938, e 24.402, de 24 de Agôsto de 1934, são fixados ordenados mínimos e normas de trabalho para os jornalistas dos jornais diários nos têrmos das bases seguintes:

I

Os jornalistas que exerçam por forma efectiva, permanente e remunerada em jornais diários as funções de chefe ou subchefe de redacção, redactor, repórter, repórter fotográfico, repórter informador ou estagiário, e estejam por êsse facto sujeitos ao imposto profissional, auferirão, consoante a categoria profissional que tiverem e a classe do jornal em que desempenhem as suas funções, os seguintes ordenados mínimos:

Categorias	Jornais de expansão geral			Jornais de expansão local
	Classe A	Classe B	Classe C	
Chefe de redacção	3.000$00	2.400$00	1.800$00	800$00
Subchefe de redacção	2.500$00	2.000$00	—$—	—$—
Redactor	1.500$00	1.300$00	1.100$00	600$00
Repórter	1.200$00	1.000$00	800$00	400$00
Repórter fotográfico	1.000$00	850$00	700$00	—$—
Repórter informador	800$00	700$00	600$00	—$—
Estagiário	600$00	500$00	400$00	—$—

§ 1.º O repórter fotográfico que trabalha com material próprio terá um suplemento de 300$, 200$ ou 100$, conforme se tratar de um jornal da classe A, B ou C.

§ 2.º Para os efeitos constantes da tabela supra consideram-se:

a) Jornais de expansão geral:

1) Da classe A: os jornais *Diário de Lisboa, Diário de Notícias, Diário Popular* e *O Século.*

2) Da classe B: *Jornal de Notícias, O Comércio do Pôrto* e *O Primeiro de Janeiro.*

3) Da classe C: *Diário da Manhã, Jornal do Comércio, Novidades, República* e *A Voz.*

b) Jornais de expansão local:

Os restantes jornais diários do continente e ilhas adjacente.

II

Para os efeitos dêste despacho consideram-se:

Chefe de redacção. — O jornalista que, em contacto directo com tôdas as secções da redacção, dirige e coordena de maneira efectiva os serviços redactoriais do jornal;

Subchefe de redacção. — O jornalista que coadjuva e substitue o chefe de redacção no exercício das funções que lhe são designadas;

Redactor. — O jornalista que, trabalhando na redacção ou na redacção e fora dela, redige com carácter definitivo artigos, crónicas, reportagens e noticiário interno ou internacional;

Repórter. — O jornalista que, trabalhando na redacção ou fora dela, sem a responsabilidade inerente à categoria anterior, faz reportagens e redige notícias ou outras locais;

Repórter fotográfico. — O jornalista exclusivamente incumbido da reportagem fotográfica;

Repórter informador. — O jornalista auxiliar da redacção que, não pertencendo a qualquer das duas categorias anteriores, colhe informações e as transmite de qualquer modo ao jornal, redigindo notícias ou outras locais sem responsabilidade de forma definitiva.

III

O chefe e o subchefe de redacção deverão ser recrutados normalmente de entre os jornalistas profissionais.

É facultativa a existência destas categorias quando o director ou subdirector do jornal exerçam efectivamente as funções correspondentes.

Sempre que um jornalista desempenhe de facto as atribuïções de chefe ou subchefe de redacção deverá ser-lhe reconhecida a competente categoria.

IV

Além das categorias referidas poderá haver estagiários em número não superior a 10 por cento do total do quadro de redacção, fazendo-se a aproximação por excesso quando a percentagem não se exprimir por um número inteiro.

O estágio não poderá ir além de dois anos, passados os quais o estagiário ingressará na profissão de jornalista em qualquer das categorias, se houver vaga a preencher no jornal, ou será dispensado do serviço se a não houver ou lhe não fôr reconhecida a indispensável competência profissional.

Decorridos porém dezóito meses de estágio, a emprêsa é obrigada a esclarecer o estagiário acêrca da sua situação.

V

O período de trabalho semanal dos jornalistas é de 36 horas, divididas em fracções de 6 horas diárias, com um piquete por semana, sendo as horas do piquete obrigatòriamente descontadas no dia imediato. O serviço externo diurno, qualquer que seja a sua duração, será contado, nos jornais da manhã, como equivalente a duas horas de trabalho. As horas de trabalho prestado além das 36 semanais serão pagas como extraordinárias.

Os jornalistas podem, em casos imprevistos, ter o período normal de trabalho diário prolongado, sendo o aumento de horas compensável por desconto, em princípio, também no dia imediato ou pelo pagamento como serviço extraordinário.

O jornalista que tenha estado de piquete só pode ser chamado a prestar serviço doze horas depois.

A folga em caso algum poderá recair no dia seguinte ao do piquete.

Os serviços fora da localidade em que está instalado o jornal serão objecto de acôrdo especial e não estarão sujeitos, portanto, a horário de trabalho. O chefe e o subchefe de redacção não estão sujeitos ao horário rígido de trabalho indicado para os demais jornalistas, devendo, no entanto, as emprêsas organizar o trabalho dêsses jornalistas em condições de normalmente se lhes exigir um serviço que não exceda o razoável.

VI

Os jornalistas dos quadros efectivos das emprêsas com mais de um ano de serviço têm direito a um período de férias com remuneração de 30 ou de 15 dias, conforme se tratar de jornalistas que tenham ou não atingido cinco anos de bom serviço.

VII

As emprêsas não poderão despedir sem justa causa os jornalistas que tiverem presentemente ao serviço, durante o período de um ano.

VIII

Os ordenados mais elevados existentes à data da publicação dêste despacho não poderão ser diminuídos.

IX

As emprêsas procederão à classificação dos jornalistas de harmonia com o disposto na base II, enviando-a ao I. N. T. P. e ao Sindicato Nacional dos Jornalistas no prazo de vinte dias, a contar da publicação dêste despacho.

X

As dúvidas que se verificarem na aplicação dêste despacho, e especialmente as que se referem à classificação dos jornalistas dentro das categorias previstas, serão resolvidas por uma comissão arbitral, constituída por um representante do I. N. T. P., que presidirá, por um representante do Grémio Nacional da Imprensa Diária e por um representante do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Das deliberações desta comissão haverá recurso para os tribunais do trabalho, aplicando-se o disposto nos artigos 123.º e seguintes do Código de Processo nos Tribunais do Trabalho, com as necessárias adaptações.

XI

Êste despacho entrará em vigor no dia 1 de Fevereiro de 1943.

Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 16 de Janeiro de 1943. — O Subsecretário de Estado, *Trigo de Negreiros*.

O *Diário do Govêrno* n.º 149, II série, de 29 de Junho de 1943, publicou o seguinte despacho:

Para os devidos efeitos se publica que, por despacho de 14 do corrente de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, foi alterada como segue a base X do despacho que fixou os ordenados mínimos e normas de trabalho para os jornalistas, publicado no *Diário do Govêrno* n.º 15, II série, de 19 de Janeiro último:

X

As dúvidas que se verificarem na aplicação dêste despacho e especialmente as que se referem à classificação dos jornalistas dentro das categorias previstas serão resolvidas por comissões arbitrais com sede repectivamente em Lisboa e Pôrto.

A comissão arbitral do Pôrto exercerá a sua acção nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Pôrto, Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda e a de Lisboa nos restantes distritos.

Serão constituídas por um representante do I. N. T. P., que no Pôrto será o delegado, que presidirá, por um representante do Grémio Nacional da Imprensa Diária e por um representante do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Das deliberações das referidas comissões haverá recurso para os tribunais do trabalho, aplicando-se o disposto nos artigos 123.º e seguintes do Código de Processo nos Tribunais do Trabalho, com as necessárias adaptações.

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 21 de Junho de 1943. O Director Geral, *António Jorge da Mota Veiga.*

PREVIDÊNCIA

No dia 20 de Janeiro de 1943, o *Diário do Govêrno* n.º 15, I série, publicou o seguinte decreto pela Presidência do Conselho:

Decreto n.º 32.633

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É criada a Caixa de Reformas dos Jornalistas, instituïção de Previdência da segunda das categorias previstas na lei n.º 1.884, de

Posse da comissão organizadora da Caixa de Reformas dos Jornalistas

Reünião do júri do Prémio «Sindicato Nacional dos Jornalistas»

COMUNICAÇÃO À CLASSE

Na reünião dos jornalistas profissionais de Lisboa realizada no dia 13 de Fevereiro de 1943 o Sr. Luiz Teixeira, presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas, pronunciou o seguinte discurso:

1 — A Comissão Administrativa tomou posse em 11 de Dezembro de 1940. Logo dez dias depois, a 20 do mesmo mês, entregávamos ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações o nosso projecto de contrato colectivo de trabalho dos jornalistas (1). Em 20 de Março de 1941 — três meses depois — surgiam o parecer e o contra-projecto (2) do Grémio Nacional da Imprensa Diária. No dia 28 do mesmo mês a Comissão Administrativa reüniu-se com delegados de tôdas as redacções dos jornais de Lisboa (3) para analisar aquêles documentos. No Pôrto, o delegado da Comissão Administrativa reünia-se no dia 31 com os delegados de tôdas as redacções dos diários daquela cidade (4), para o mesmo fim. Na reünião de Lisboa, o contra-projecto foi considerado «*indigno de apreciação por humilhante*», resolvendo-se, por unanimidade, desistir de quaisquer ulteriores negociações com o Grémio, no sentido do ajustamento de um contrato colectivo. Da reünião do Pôrto chegou-nos o seguinte telegrama de concordância com as resoluções da reünião realizada em Lisboa: «*Jornalistas profissionais do Pôrto tomaram conhecimento do contra-projecto do contrato e saúdam a comissão administrativa apoiando a sua atitude*».

Decorridas algumas semanas, durante as quais a Comissão Administrativa se avistou, repetidamente, com o Senhor Subsecretário de Estado, enviámos a êste ilustre membro do Govêrno um longo ofício de 17 páginas dactilografadas sôbre o assunto e acompanhando numerosos mapas demonstrativos.

Quatro idéias fundamentais dominavam na sua intenção o nosso projecto de contrato colectivo: — *Estabilidade na profissão — Horário de trabalho — Ordenados mínimos — Previdência.*

Destaquemos, desde já, que o Grémio, no seu parecer, declarava serem *absolutamente incomportáveis para as emprêsas,* nos modestos têrmos em que as tínhamos formulado, as *disposições do nosso* projecto *referentes às indemnizações pelo despedimento dos jornalistas sem justa causa; as respeitantes ao horário de trabalho, à remuneração e classificação dos jornalistas e à matéria que tratava de previdência...*

O que era o contra-projecto na sua lamentável abstracção de realidades e na dolorosa insuficiência do conceito exacto sôbre os direitos da

nossa classe sabem-no já todos muito bem, pois os referidos documentos foram publicados no número 2 do *Boletim* do Sindicato. Convém, no entanto, para completo esclarecimento, dizer ainda alguma coisa sôbre êste assunto.

2 — ESTABILIDADE NA PROFISSÃO:

O nosso projecto consignava a impossibilidade de despedimento sem justa causa e estabelecia indemnizações razoáveis — proporcionais ao tempo de serviço — quando o jornalista fôsse despedido sem motivo atendível.

O Grémio, no seu contra-projecto, não se limitava a propor que, ainda quando faltasse justa causa, a entidade patronal interessada pudesse despedir o jornalista mediante simples aviso prévio. Apresentava, além disso, uma série de *justas causas* de despedimento, novas e verdadeiramente estranhas, que iam desde *a diminuïção voluntária da actividade dos jornalistas* à *incompatibilidade com os superiores* e à *ocupação noutra emprêsa proprietária de jornal* ou *noutros cargos que pudessem prejudicar a actividade profissional ou os interêsses da emprêsa contratante*.

3 — HORÁRIO DE TRABALHO:

No nosso projecto propúnhamos, de acôrdo com a realidade existente, um período de trabalho semanal de trinta horas, divididas em fracções de quatro horas diárias e um piquete por semana. Pedíamos, também, impossibilidade legal de chamada ao serviço antes de decorrerem 12 horas sôbre o fim do piquete e de estabelecimento de dia de folga no dia seguinte ao do piquete. No seu parecer o Grémio dizia afigurar-se-lhe *contra-indicado, num momento em que os superiores interêsses do País recomendam trabalho aturado, economia e intensificação de produção, a proposta de um horário correspondente a trinta horas semanais*. No contra-projecto aparecia com o número 18 uma cláusula em que se determinava: *não é aplicável aos jornalistas, em virtude da natureza especial da sua função, horário fixo de trabalho*. É interessante conjugar esta disposição com o número 6.º da alínea *b*) da cláusula 10.ª do contra-projecto, a qual proïbia aos jornalistas o exercício de qualquer outra actividade...

4 — ORDENADOS MÍNIMOS:

Também quanto à classificação e remuneração dos jornalistas se tinha limitado o Sindicato a ter em conta as realidades em certos casos consa-

gradas pela lei. O nosso projecto estabelecia uma classificação de jornalistas apoiada na tradição e reconhecida pelos Estatutos do Sindicato, pela lei (decreto n.º 31.119) e pelo Regulamento da Carteira Profissional.

Havia um conceito legal para ser considerado jornalista: exercício de um ano de profissão. O Grémio, no seu contra-projecto, exigia três anos; entendia deverem ficar inteiramente livres à emprêsa os cargos de chefe e subchefe de redacção, que não considerava como categorias expressas profissionais, mas meras comissões de serviço ou missões de confiança que — coisa extraordinária! — podiam ser desempenhadas por indivíduos estranhos à profissão...

Quanto a remunerações o Grémio definia um ponto de vista: — *Há emprêsas* — acentuava — *que remuneram actualmente os jornalistas, como o restante pessoal, por forma incompatível com as reduzidas possibilidades de outras mais modestas e cujos jornais, especialmente os de natureza doutrinária, se mantêm mais pela boa vontade e espírito de sacrifício dos seus dirigentes e colaboradores do que pelos resultados industriais colhidos.*

Isto era, claramente, a justificação, aliás já assente nos nossos espíritos, da indispensável divisão dos jornais em categorias para efeitos de vencimentos. O Grémio sugeria uma tabela de honorários inferior em tôdas as classes de jornais, para a generalidade dos jornalistas de qualquer categoria, aos que então auferiam os interessados... E, como estabelecia que os jornalistas que não trabalhassem o número de horas semanais proposto pelo Grémio, e *superior ao horário de facto em uso,* receberiam ordenado proporcional às horas de trabalho efectivamente prestadas, poderíamos chegar, lògicamente, à conclusão de que caminhávamos para uma situação em que os ordenados *reais* dos jornalistas seriam, para qualquer categoria profissional e em qualquer classe de jornais, de metade das remunerações existentes ou ainda menos, noutros casos.

5 — PREVIDÊNCIA:

Como os três anteriores, era êste um dos capítulos do nosso projecto que o Grémio Nacional da Imprensa Diária considerava *absolutamente incomportável para as emprêsas.*

Todos conhecem a fórmula proposta pelo Sindicato para conseguir constituir a Caixa de Reformas e Pensões dos Jornalistas: receitas constituídas por um suplemento de um por cento sôbre a publicidade; importância resultante da cedência dos bilhetes de teatro; e o desconto de dois por cento nos ordenados dos jornalistas. Do que todos já não se lembrarão, de-certo, é das opiniões do Grémio sôbre o assunto. Pois o Grémio, perante uma fórmula que não lhe acarretava a mínima despesa, considerava, no seu parecer,

inadmissível o suplemento sôbre a publicidade e *oneroso* o critério por nós adoptado para a constituïção das receitas da Caixa.

Isto é apenas um breve resumo da situação, em face dos nossos esforços para conseguir um contrato colectivo de trabalho.

6 — Ao comunicarmos ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações a nossa desistência de mais negociações com o Grémio Nacional da Imprensa Diária, para aquêle efeito, terminávamos com os seguintes têrmos o extenso ofício enviado àquele ilustre membro do Govêrno:

Porém, atentas as circunstâncias em que vive a maioria dos profissionais da Imprensa, julgamos indispensável a fixação de ordenados mínimos e horário de trabalho, por despacho, e a simultânea organização de uma Caixa de Reformas e Pensões. Os ordenados mínimos, já tão necessários quando pedidos pela primeira vez por êste Sindicato, encontram agora justificação maior — estávamos em meados de 1941 — *e ainda mais impressionante no verificado e constante aumento do custo de vida, e condicionam a possibilidade de contribuïção dos jornalistas para a Caixa. Por sua vez haveria a maior vantagem em constituir, ao mesmo tempo, a Caixa de Reformas e Pensões, para que o jornalista se não habitue a receber um quantitativo fixado por despacho, provocando descontentamento desnecessário, depois, a posterior obrigatoriedade de desconto.*

Fomos ouvidos pelo Govêrno. O Senhor Subsecretário de Estado das Corporações, algumas semanas depois, tinha a extrema gentileza de dar conhecimento à Comissão Administrativa do relatório e do parecer elaborados pelo Assistente do I. N. T. P., Sr. Dr. Braz Medeiros, sôbre «ordenados mínimos e horário de trabalho para os jornalistas».

Num longo ofício àquele ilustre membro do Govêrno, que foi, em tôdas as circunstâncias, dedicadíssimo amigo da classe e revelou sempre, expressivamente, o melhor espírito de compreensão das condições em que se desenvolve o nosso profissionalismo, apresentávamos, de acôrdo com a intenção construtiva da nossa actividade sindical, os nossos pontos de vista sôbre as disposições do projecto de despacho que constava do referido parecer.

7 — Em ofício dirigido ao delegado da Comissão Administrativa no Pôrto, nosso colega Mário de Figueiredo, o presidente da Comissão Administrativa explicava, nessa data, o andamento dos trabalhos para o despacho de ordenados mínimos e afirmava: — *Encontrei no Senhor Subsecretário de Estado a mesma dicidida vontade, o mesmo empenho, o mesmo interêsse pelas nossas reivindicações que desde o primeiro dia me manifestou. A Comissão Administrativa tem inteira confiança em Sua Excelência e na sua acção, esperando que muito em breve sejam resolvidos os nossos mais urgentes problemas.*

Em Junho passado (1941), ao anunciar o Tricentenário do aparecimento do primeiro jornal português, já escrevíamos com tôda a clareza na primeira página do número 2.º do nosso *Boletim:* «*O Sindicato contribuïrá com o mais vivo interêsse e o maior entusiasmo para a realização dos actos comemorativos dêsse facto histórico e procurará que êle seja assinalado com as iniciativas julgadas necessárias para conseguir a melhoria das condições morais e materiais dos trabalhadores da Imprensa portuguesa.*».

Em 23 de Outubro saía o 3.º número do *Boletim* e aí se afirmava mais uma vez: — «*A Comissão Administrativa do Sindicato tem motivos sérios para se convencer de que não será enganosa a sua expectativa, pois tudo faz prever um bom e justo coroamento dos esforços em que dedicadamente se tem empenhado desde o primeiro dia da sua gerência para conseguir a melhoria possível, desde já, nas condições morais e materiais do exercício da profissão jornalística em Portugal.*».

8. — ¿Porquê esta afirmação: *motivos sérios?* É que das repetidas conversas com o Senhor Subsecretário de Estado os membros da Comissão Administrativa traziam sempre a convicção segura do bom andamento dos trabalhos para a breve publicação do despacho de ordenados mínimos. Do Pôrto, mesmo, chegavam-nos boas notícias. Aquêle ilustre membro do Govêrno declarava ali, em 25 de Outubro, ao delegado da Comissão Administrativa na capital do Norte, que «o despacho seguiria para o *Diário do Govêrno* em princípios de Novembro».

Numa sessão solene realizada na mesma cidade o Senhor Subsecretário de Estado, manifestando mais uma vez interêsse e empenho pela nossa causa, encontrava forma discreta de se referir intencionalmente aos jornalistas aludindo a «uma classe que, em breve, iria receber um justo benefício».

Nesse mesmo mês de Outubro recebíamos uma carta do Sr. Dr. Abel Varzim, do jornal *O Trabalhador,* oferecendo-se para advogar a nossa causa nas colunas daquele quinzenário. Surgia, finalmente, um *jornal* onde os jornalistas podiam ver defendidos os seus mais legítimos interêsses.

No entanto os nossos problemas estavam, nesse momento, bem encaminhados. O presidente da Comissão Administrativa podia assim agradecer tão amável oferecimento e afirmar em resposta:

«*Comunico-lhe que temos, presentemente, motivos sérios para nos convencermos de que o Senhor Subsecretário de Estado, a quem o nosso caso tem merecido interêsse muito especial, encontrou a melhor solução, perante as circunstâncias, para resolver, desde já, alguns dos mais instantes*

problemas da classe. Aguardamos, por isso, confiada e ansiosamente, as providências oficiais que se anunciam para breve e prometem corresponder, em grande parte, à satisfação das mais urgentes aspirações dos profissionais da Imprensa. Não será, com certeza, tudo. Muito se terá ainda que fazer e conseguir. Mas a nossa acção não parará. Temos a nosso favor a lógica da razão e a fôrça dos direitos legítimos. Anima-nos a profunda convicção na eficiência da Organização Corporativa e o conhecimento da decidida boa vontade do Senhor Subsecretário de Estado das Corporações. O apoio moral tão valioso e espontâneo que o nome de V. Ex.ª nos traz fica também como impulso estimulador de primeira importância para prosseguirmos com fé, através de tudo, a nossa actividade a favor de uma classe que bem merece ser olhada em tôda a extensão do seu sacrifício e da nobre missão que desempenha na vida portuguesa.»

9 — Mas o tempo passava...

No mês seguinte, em 20 de Novembro de 1941, quando iam começar as comemorações do Tricentenário da *Gazeta*, o presidente da Comissão Administrativa dirigia um ofício ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações indicando os nomes e os serviços prestados por alguns velhos jornalistas em dezenas de anos de profissionalismo ardente e esgotante e que bem mereciam ser premiados oficialmente com as condecorações que em seu alto critério o Govêrno entendesse. Logo na entrada dêsse ofício acentuávamos concretamente: «*Tudo nos indica estarmos no momento propício para o Govêrno testemunhar aos jornalistas portugueses, que tão esforçadamente têm sido os melhores e mais desinteressados agentes da campanha da reforma da mentalidade geral de acôrdo com as realidades do nosso ressurgimento, a sua consideração e o seu aprêço. E a mais expressiva maneira de manifestar aos trabalhadores do jornalismo a atenção especial e justa do Govêrno pelos seus problemas fundamentais é promover a urgente solução dos assuntos pendentes da decisão de V. Ex.ª e que se resume nestas simples palavras:—trazer, finalmente, aos profissionais do jornalismo alguns dos benefícios da Organização Corporativa de que já aproveitam tantas e tantas outras classes em Portugal.*»

10 — Mas o tempo passava...

Realizaram-se as comemorações do Tricentenário (5), por iniciativa do Sindicato, que as aproveitou da melhor maneira para acentuar, perante a opinião pública, um perfeito sentido de dignificação dos jornalistas portugueses. No *Diário do Govêrno*, porém, não aparecia o ambicionado despacho de ordenados mínimos.

Do Pôrto chegavam-nos alarmantes notícias: preparava-se ali um mo-

vimento colectivo de demissão de sócios do Sindicato... Em Lisboa, no seio da classe, também se considerava o assunto perdido. Em ambas as cidades julgava-se mal a Comissão Administrativa do Sindicato. Poucos avaliavam a persistência de esforços desenvolvidos para conseguir aquilo que não dependia de nós e que caprichosamente se escapava de uma concretização de factos tão ardentemente solicitados.

Em 22 de Dezembro de 1941 o presidente da Comissão Administrativa respondia a um ofício do delegado do Sindicato no Pôrto: *Conheço as circunstâncias muito especiais do momento sob todos os seus variados aspectos* — dizia êle. E acrescentava: *Sei até onde essas circunstâncias inesperadas, e cuja solução não depende de nós, prejudicam, efectivamente, o nosso caso. Sei até onde se joga com elas em excesso para justificar demoras e atrasos. Aquilo que em muitos é excitação alvoroçada e ansiosa e predisposição para o desvairamento é, em mim, prudência que não exclue acção e firmeza.*

O ano de 1941 acabava e no Orçamento Geral do Estado o Govêrno afirmava esta realidade evidente: *Em 1941 agravou-se a situação económica interna. Os custos são dia-a-dia mais elevados e, como conseqüência, preços cada vez mais altos pesam sôbre as condições de vida do consumidor.*

11 — O Govêrno, perante as condições superiores da vida portuguesa, tinha já, nessa altura, uma política de salários que só mais tarde definiria, quando o Excelentíssimo Presidente do Conselho declarou textualmente aos trabalhadores (6): *Tem-se acusado a organização corporativa ou o Govêrno de não favorecer o aumento de salários ou de levantar até dificuldades a que as entidades patronais os concedam.*

Era, em primeira análise, efectivamente, o reconhecimento de uma reclamação existente.

Em Março de 1942 o presidente da Comissão Administrativa oficiava ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações pedindo a sua intervenção junto do Grémio dos Industriais de Transportes em Automóveis no sentido de se encontrar a fórmula que pudesse satisfazer esta pretensão dos jornalistas: a concessão aos profissionais do jornalismo, pela camionagem, das mesmas facilidades que já recebem das emprêsas ferroviárias (7). Nesse ofício historiava-se o tratamento especial que, em atenção aos serviços prestados pela Imprensa, tem sido concedido aos jornalistas de todo o Mundo, pelos Governos respectivos; as regalias que lhes tornam menos árduo e difícil o esfôrço de bem-servir, através da sua ingrata tarefa, os interêsses dos seus países; a legislação que os protege, lá fora, acautelando-os dos efeitos de um labor constante e realizado sempre em circunstâncias que levam ao esgotamento breve das melhores energias; as medidas de protecção oficial dis-

pensadas para salvaguardar o seu prestígio de agentes de uma missão nobre e utilíssima.

Recorto dêsse ofício os seguintes períodos:

«*No entanto os jornalistas portugueses, menos afortunados, não podem ainda, a-pesar-de tão repetidos esforços e apelos, festejar a solução para êles de quaisquer dos grandes benefícios de que gozam já os seus camaradas brasileiros, por exemplo. Entregaram confiadamente a V. Ex.ª a resolução de algumas das suas normais aspirações e aguardam com confiança e serenidade que as circunstâncias permitam que se concretizem em factos as promessas reveladoras de exacta compreensão do nosso caso, que V. Ex.ª, mais de uma vez, se dignou transmitir, nìtidamente, a esta Comissão Administrativa.*»

Ao mesmo tempo, sempre na insistência das nossas reclamações e na justificação da agudeza dos nossos problemas fundamentais, enviávamos novos elementos ao Instituto Nacional do Trabalho. Os últimos eram constituídos por um estudo pormenorizado acêrca dos vencimentos médios correspondentes a tôdas as categorias profissionais e referentes aos anos de 1940, 1941 e 1942, em todos os diários portugueses.

12 — Ainda a esclarecedora mensagem do Senhor Presidente do Conselho aos trabalhadores não fôra lida na sala do Coliseu; ainda o Govêrno não tinha definido a sua atitude perante o agravamento do custo da vida em relação às dificuldades dos que recebem vencimentos fixos, nos têrmos em que mais tarde o fêz no relatório do Orçamento Geral do Estado para 1943, quando a pausa na actividade do Instituto Nacional do Trabalho para a concessão de aumentos de salários por despacho se acentuou expressivamente. Essa pausa, determinada por circunstâncias que dominavam o critério governativo sôbre o assunto, atingiu o caso dos jornalistas no seu melhor período de solução. Foi nessa oportunidade que, numa das muitas conferências do presidente do Sindicato com o Senhor Subsecretário de Estado, sôbre o nosso caso, êste ilustre membro do Govêrno afirmou, com evidente contrariedade pessoal: — «Está suspensa a publicação do despacho; temos que aguardar...».

13 — Pediu-se, então, ao Senhor Subsecretário que ao menos nos desse, desde logo, a criação da Caixa de Reformas.

Sua Excelência não hesitou. Prometeu, com firmeza, os seus mais decididos esforços no sentido de nos ser concedido êsse benefício por diploma legal a publicar.

Podemos considerar fechado nesta altura o segundo período das nossas canseiras e trabalhos para a conquista da melhoria das condições morais

e materiais dos jornalistas. O primeiro terminara com a desistência de quaisquer negociações com o Grémio, para o ajustamento de um contrato colectivo de trabalho. O segundo começara com o nosso pedido formal de um despacho de ordenados mínimos e arrastara-se, como demonstrei, até à iminência de uma solução satisfatória.

14 — Um facto importante veio dar novo rumo às negociações em curso. O Senhor Presidente do Conselho proclamava, na reünião do Coliseu, o seguinte: — *Devemos pôr de lado insuficiências manifestas ou desigualdades flagrantes verificadas em qualquer sector económico ou escala de salários. Tal situação, se existe ou se descobre, não tem de ser enquadrada no problema geral das actuais dificuldades provenientes da alta do custo da vida. Segundo a nossa doutrina e modo de ver, trata-se de justiça pura, a realizar sem perda de tempo.*

E, mais adiante, concretizando as intenções do Govêrno, o Senhor Presidente do Conselho declarava que era decisão do Ministério *permitir a revisão de salários, quando nêles se verifique injustiça, quer esta provenha de desigualdade ou êrro de classificação, quer de insuficiência absoluta do salário para o trabalhador viver.*

Com estas palavras oportunas e decisivas se abriu o terceiro e último período de trabalhos para resolver a situação dos profissionais do jornalismo.

15 — Aos incansáveis esforços da Comissão Administrativa, ao dedicadíssimo e constante auxílio do Sr. Dr. Guilherme Braz Medeiros, ao firme empenho e profundo interêsse do Senhor Subsecretário de Estado das Corporações, vinha juntar-se, depois, a valiosa colaboração de António Ferro.

No regresso de uma viagem ao Pôrto, êste nosso prezado camarada informou-nos que fôra ali abordado por alguns jornalistas que lhe expuseram as suas lamentações sôbre o andamento dos trabalhos. Manifestou-nos a sua melhor boa vontade em cooperar nos esforços da Comissão Administrativa, dizendo, ao mesmo tempo, que nada quisera fazer sem nos ouvir. Assim, em 30 de Setembro de 1942, o *Diário do Govêrno* publicava um despacho do Senhor Subsecretário de Estado das Corporações no qual se acentuava que *um relatório elaborado pelos serviços de acção social do Instituto* levara ao conhecimento do Govêrno certas anomalias verificadas nas emprêsas jornalísticas, nomeadamente quanto a vencimentos e horário de trabalho dos profissionais nelas ocupados. O Subsecretariado das Corporações marcava o critério da sua indispensável intervenção e nomeava uma comissão para estudar e propor a solução mais adequada. Isto correspondia

a um novo exame do problema. No acto da posse (8) aquêle membro do Govêrno teve oportunidade de acentuar que, acompanhando de perto a acção da Comissão Administrativa do Sindicato, podia assegurar que ela tem sido sempre norteada por uma preocupação constante: a melhoria moral e material da classe. O presidente da Comissão agora nomeada, António Ferro, discursou para afirmar que os jornalistas não gozavam ainda em Portugal da situação económica e social que de direito lhes cabe e bem merecem e que a iniciativa tão nobre do Sr. Dr. Trigo de Negreiros, de nomear uma comissão, proporcionaria o encontro, não isento de dificuldades, duma solução para os trabalhadores do jornalismo. Um dos directores de jornais nomeados, o Sr. João Pereira da Rosa, confessou a sua relutância em aceitar o encargo de representar, nos trabalhos que iam começar, o Grémio Nacional da Imprensa Diária; expôs as dificuldades da indústria e declarou que devido a elas «não eram de antever muitas possibilidades de aumentar a remuneração do pessoal das emprêsas». O jornalista Luiz Teixeira disse não acreditar que o aumento dos vencimentos dos jornalistas, atendendo à modéstia que essa despesa representava em comparação com as dos outros sectores da vida do jornal, pudesse provocar o desequilíbrio nos orçamentos das emprêsas.

16 — Os trabalhos da Comissão nem sempre decorreram em completa harmonia de pontos de vista. Algumas vezes tudo esteve em riscos imediatos de prejuízo total. As opiniões difìcilmente se conciliavam em determinados pontos fundamentais e noutros nunca foi possível chegar a acôrdo, mesmo após demorada e viva discussão. Da nossa parte havia a prudência de acautelar ao máximo os interêsses dos jornalistas e, simultâneamente, o cuidado de não deixar perder, com a irredutibilidade de qualquer conceito fixado, as melhorias já conseguidas em reüniões anteriores. Da parte das emprêsas as opiniões surgiam freqüentemente em teimosia inexplicável.

Esteve iminente o abandôno dos trabalhos pelos representantes patronais, tão profunda era a diferença das concepções apresentadas em relação aos problemas vitais da classe. Pode, no entanto, dizer-se que, no conjunto, o Senhor Subsecretário de Estado das Corporações tem razão ao afirmar no pequeno relatório do despacho: *A Comissão desempenhou-se do seu mandato com muito zêlo, tendo decorrido os seus trabalhos numa atmosfera de bom entendimento e activa cooperação que permitiram abordar, esclarecer e resolver problemas delicados relativos ao condicionamento da profissão.*

Analisemos, embora ràpidamente, a obra dessa Comissão nos seus pontos essenciais:

17 — Definiu-se a profissão (9).

Estabeleceu-se que as categorias de chefe e subchefe devem ser

providas, por sistema, em profissionais do jornalismo. Isto constitue já expressiva conquista se atendermos a que o Grémio admitia, desejava e propunha, anteriormente, que aquêles postos eram simples missões de confiança da Direcção ou da emprêsa e não, pròpriamente, marcadas categorias profissionais. O Grémio queria que a atribuïção daqueles cargos ficasse inteiramente livre à emprêsa sem que para tanto «ela tivesse necessàriamente de escolher jornalistas no sentido profissional do têrmo, tal como sucede com a escolha do director ou do editor do jornal»...

Era, evidentemente, um conceito absurdo mas firmemente expresso, que cortava aos jornalistas justas possibilidades de direito de acesso na escala profissional. Agora estamos tranqüilos: as categorias de chefe e subchefe ficaram perfeitamente definidas e acauteladas.

18 — Segundo o parecer da Comissão, definiu-se a categoria de redactor, nos seguintes têrmos:

Jornalista que, trabalhando só na Redacção ou na Redacção e fora dela, redige reportagens, artigos e noticiário interno ou internacional, por forma definitiva.

A de repórter foi assim fixada:

Jornalista que faz reportagem ou notícias sem responsabilidade definitiva de forma.

Como vêem, estas definições, aprovadas por unanimidade pela Comissão, não correspondem perfeitamente às que o despacho consigna.

Vejamos a diferença:

Na definição proposta pela Comissão, uma circunstância caracteriza, marcadamente, a categoria de *repórter:* não ter o seu trabalho *responsabilidade definitiva de forma.*

O legislador estava perante êste problema: conceder ordenado mínimo de 1.200$00 (na 1.ª categoria de jornais) a jornalistas que pùblicamente se confessava não redigirem em definitivo. Havia um escrúpulo evidente de ligar aquêle vencimento à confessada insuficiência desta preparação jornalística. Surgiu então no *Diário do Govêrno* esta fórmula que consideramos razoável na sua intenção:

O redactor *redige* com *carácter definitivo* artigos, crónicas, reportagens e noticiário interno ou internacional.

O repórter *faz* reportagens e redige notícias ou outras locais — *sem a responsabilidade inerente à categoria anterior.*

Pregunta-se: ¿Qual é a *responsabilidade inerente à categoria anterior?* Não pode haver, em face dos textos legais, hesitações, nem despistes na interpretação: — é o facto de o *redactor redigir com carácter definitivo.*

Trata-se de uma subtileza de expressão que me parece bem encontrada

para evitar que se diga de-pronto e com tôda a clareza que o *repórter* — classe à qual o jornalismo deve as mais vivas e ardentes páginas do seu fulgor — não tem o poder e a condição da *forma definitiva.* Com boa fé, esta é a única interpertação. Com má fé ou errado sentido de interpertação, o caso passa, evidentemente, ao domínio da Comissão Arbitral e dos Tribunais de Trabalho.

Outro esclarecimento:

Não se diga que a letra do despacho exige ao *redactor* que redija artigos e crónicas, reportagens e noticiário. O que eu leio no despacho é que a definição engloba os *redactores* que redigem *artigos e crónicas* com os que redigem *reportagens e noticiário.* A diferença é fundamental e presta-se a sofismas que é necessário evitar.

Preguntarão alguns: ¿Não seria vantajoso estabelecer, nesse caso, duas categorias de *redactores?*

Adiante responderei a esta pregunta.

19 — REPÓRTERES-INFORMADORES — Esta categoria só é nova na lei. De facto, nós, Comissão Administrativa, já a tínhamos estabelecido há muito.

Com ela se resolveram alguns problemas de profissionais que, exercendo funções de auxiliares de Redacção, mas vincadamente jornalísticas, não reüniam, porém, as condições que mais especialmente se relacionam para a aplicação do conceito relativo à categoria de *repórter.*

O Sindicato considera dignas de muita atenção, para o efeito de classificações, as seguintes expressões definidoras segundo a letra do despacho e quanto à reportagem e ao noticiário:

O redactor redige reportagens *com carácter definitivo;*
O repórter faz reportagens *sem a responsabilidade inerente àquela categoria (carácter definitivo de redacção);*
O repórter-informador colhe informações.

20 — REPÓRTER-FOTOGRÁFICO — A palavra *exclusivamente* que aparece no despacho, em referência à missão de fazer a reportagem fotográfica do jornal que incumbe aos jornalistas desta classificação, tem significado próprio. No contra-projecto do Grémio, o § 2.º da cláusula 3.ª consignava êste princípio: *Aos redactores, repórteres e informadores, para ilustração do seu trabalho profissional, é permitida a execução de qualquer desenho ou trabalho fotográfico.*

Isto podia ser, evidentemente, o desaparecimento, à distância, da classe dos *repórteres-fotográficos,* que nos cumpre manter e defender.

Na troca de impressões da Comissão assentou-se que essa tolerância só poderia ser admitida quanto aos *redactores-regionalistas.*

21 — ESTAGIÁRIOS — Um dos grandes embaraços da execução do despacho é o reconhecimento da existência, aqui e ali, de situações de favor das emprêsas, que admitiram por empenhos ou até por sentimento de auxílio e socorro a indivíduos em situação difícil, pessoas que, afinal, com o desenvolvimento da sua actividade, revelaram não possuir as condições necessárias para o exercício da profissão e muito menos para arcarem com as responsabilidades das categorias profissionais que de início lhes foram atribuídas. O prejuízo desta situação não abrange só as emprêsas. Atinge também a classe, nos seus anseios de dignificação e selecção indispensáveis. A entrada para o jornalismo através da situação de *estagiário,* proposta por nós, tem excepcional alcance e purifica, no futuro, os quadros redactoriais.

22 — CLASSIFICAÇÃO DE JORNAIS — Há uma grande diferença entre o voto unânime da Comissão, neste assunto, e o que o despacho estabelece.

A primeira pregunta a fazer sôbre êste assunto é a seguinte: ¿Será justo atribuir menor remuneração ao trabalho dos jornalistas, por exemplo, de *A Voz,* do *Diário da Manhã,* das *Novidades,* do que a que é concedida aos do *Diário de Notícias,* do *Diário de Lisboa,* do *Primeiro de Janeiro,* etc.?

¿Não têm êsses jornalistas o mesmo horário, as mesmas obrigações, as mesmas exigências perante o custo da vida e a mesma necesssidade de preparação?

Em 18 de Outubro de 1941 dirigi ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações um ofício sôbre a classificação de alguns jornais no projecto do despacho que Sua Excelência preparava nessa altura. É interessante referir neste momento algumas das nossas considerações nesse ofício, a propósito da errada inclusão de certos diários em categoria inferior à que, em nosso entender, lhe competia. Apontava, nessa oportunidade, duas espécies de inconvenientes: 1.ª: *para as emprêsas:* diminuïção evidente do prestígio do jornal junto do leitor (efeito moral); prejuízo lógico da sua função de publicidade (efeito material). 2.ª: *para os jornalistas:* Deve atender-se, dizia eu, a que desempenham funções de responsabilidade idênticas às exercidas em igualdade de circunstâncias profissionais com os jornalistas dos outros diários. Só as particulares condições financeiras dos seus jornais tornam possível o carácter de flagrante injustiça nas remunerações que auferem. A sua equiparação a jornalistas ocupados em diários de categoria inferior é, verdadeiramente, inadmissível. Se acrescentarmos que os jorna-

listas dos quadros indicados têm exigências materiais de vida e de representação iguais às daqueles que pertencem a diários de categoria superior; que são claramente insuficientes os seus ordenados; e que existem entre êles numerosos profissionais intelectualmente categorizados e com largos anos de bons serviços prestados ao jornalismo e ao jornal em que trabalham, verificaremos a agudeza dos efeitos materiais e morais que suportariam no caso de os seus diários não serem justamente classificados.

Mas nós não temos apenas um ponto de vista teórico sôbre o assunto. Tínhamos que atender às desoladoras realidades existentes no campo das possibilidades financeiras de certas emprêsas.

Assim, demos o nosso voto, na Comissão, à seguinte divisão dos jornais por duas categorias: 1.ª *Diários de expansão geral;* 2.ª *Diários de expansão local.*

23 — Por voto unânime da Comissão a primeira categoria compreenderia as seguintes duas classes: Classe A — *Diário de Notícias, O Século, Diário de Lisboa, Diário Popular, O Comércio do Pôrto, Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro;* Classe B — *Jornal do Comércio, Novidades, República, A Voz* e *Diário da Manhã.* Na segunda ficavam os jornais da província e das ilhas adjacentes.

Como viram, o despacho, seguindo o critério adoptado com o problema dos gráficos, estabeleceu, em lugar desta classificação da Comissão, três classes para os jornais de expansão geral.

24 — HORÁRIO DE TRABALHO — É desnecessário ler o texto do despacho sôbre êste assunto. Todos o conhecem perfeitamente. Êsse texto é igual ao que foi aprovado *por maioria* pela Comissão. Digo *por maioria* porque os jornalistas Luiz Teixeira e António Tinoco apresentaram sôbre o caso uma declaração de voto que seguiu para o Subsecretariado das Corporações com o relatório respectivo e é do seguinte teor:

«*Os jornalistas Luiz Teixeira e António Tinoco, que votaram contra o horário de trabalho aprovado por maioria, mantêm o seu ponto de vista de um horário de trinta horas semanais fraccionadas em quatro horas diárias e um piquete por semana e fazem a seguinte declaração de voto:*

1.º — Apoiam o seu critério na diferença de horários existente para operários e empregados de escritório que se traduz, nos têrmos da lei, em oito horas para operários, sete para empregados de escritório e seis horas para os funcionários públicos, em trabalho diurno; em labor nocturno os ope-

rários gráficos trabalham seis horas, parecendo que para os jornalistas se deverá manter pelo menos uma equivalência de menos uma hora; acresce ainda que o trabalho em quási todos os jornais é acentuadamente nocturno;

2.º — *O esfôrço pedido aos nervos do jornalista para o exercício da sua profissão justificam completamente que o período de trabalho não seja maior;*

3.º — *Não se está em presença de uma actividade que, para bem da Nação, necessite, neste momento, de uma maior produção de trabalho;*

4.º — *O horário que defendem corresponde afinal à realidade existente na quási totalidade dos jornais.*»

25 — FÉRIAS — No projecto de contrato colectivo de trabalho apresentado pelo Sindicato em 20 de Dezembro de 1940 consignava-se que *os jornalistas com mais de um ano de bom e efectivo serviço têm direito a um período de férias com remuneração, não inferior a trinta dias.* No contra-projecto do Grémio, de 20 de Março de 1941, consignava-se que *os jornalistas com mais de um ano de bom serviço têm direito a um período de férias com remuneração, sendo de dez dias para os que tiverem até cinco anos de serviço; de vinte dias para os que tiverem de cinco a dez anos de serviço na mesma emprêsa e de trinta dias para os que tiverem, nas mesmas condições, mais de dez anos de serviço.*

A Comissão aprovou a nossa proposta de um período de férias com remuneração de quinze dias para os jornalistas que tenham até cinco anos de bom serviço e de trinta dias para os que tenham mais de cinco anos de bom serviço (10). O despacho consagrou legalmente esta nossa reclamação nos mesmos têrmos em que a formulámos.

26 — CAIXA DE REFORMAS E PENSÕES — Como já referi, êste assunto aparece pôsto por nós pela primeira vez, no quadro das reivindicações da classe, quando elaborámos o projecto de contrato colectivo de trabalho. É agradável verificar que êle atravessou todo o agitado período dos trabalhos realizados para conseguir a melhoria das condições morais e materiais dos jornalistas sem nunca sair, excessivamente, do plano do bom entendimento e perfeita colaboração que, de acôrdo com os princípios da doutrina corporativa, dominavam as preocupações de actividade, nesse campo, da Comissão Administrativa do Sindicato. É certo que, fracassadas as negociações do contrato, solicitámos e foi-nos seguramente prometido que o assunto se resolveria por via oficial. Foi nessa altura que o presidente da Comissão Administrativa trabalhou mais estreita-

mente com os serviços do Instituto Nacional do Trabalho que a êstes problemas dizem respeito. No entanto não abandonámos nunca a esperança de encontrar solução em perfeito acôrdo com o Grémio. O sistema por nós proposto (11) não era, ao contrário do que aquêle organismo dizia, oneroso para as emprêsas. Resolvia a questão fundamental dos jornalistas: a segurança do futuro, a velhice tranqüila, a família amparada. Por outro lado eu tinha as minhas razões para o considerar, de certo modo, vantajoso para algumas emprêsas que humanamente costumam conceder, por sua conta e sem obrigação legal, pensões de reforma a alguns dos seus jornalistas. Não desisti nunca de uma resolução amigável. Muitas diligências pessoais realizei junto do presidente do Grémio, de directores de jornais, de membros do Govêrno que podiam exercer pressão de influência no assunto. Cabe-me nesta altura o gôsto de prestar homenagem a dois homens que entenderam os meus esforços: os Srs. Dr. Augusto de Castro, presidente do Grémio, e João Pereira da Rosa, delegado das emprêsas jornalísticas na Comissão.

Quando largamente expus numa reünião da Comissão o caso da Previdência nos têrmos conhecidos, ouvi, no fim das minhas demoradas consirações, estas palavras do Sr. João Pereira da Rosa: — «Não me repugna aceitar os seus pontos de vista». No dia imediato havia uma reünião da assembléia geral do Grémio. O Sr. João Pereira da Rosa prometeu-me levar o assunto a essa reünião. Cumpriu a sua promessa. Voltou de lá com esta informação que me encheu de alegria: — «O Grémio aprovou por unanimidade a sua proposta». Estava conseguida admiràvelmente a maior, a mais expressiva, a mais reconfortante conquista que a classe podia ambicionar de momento. Estabeleceu-se, por proposta do Sr. João Pereira da Rosa, que a Caixa fôsse autónoma e sem ligação com qualquer outro organismo similar existente.

27 — O Senhor Subsecretário de Estado das Corporações, uma semana antes da publicação do despacho na fôlha oficial, teve a extrema gentileza de me comunicar que ia ser enviado para o *Diário do Govêrno* o referido documento. Disse-me, nesse momento, textualmente o seguinte sôbre a Caixa de Reformas: — «A solução do problema da previdência dos jornalistas fica dependente da publicação de um diploma especial, reservando-se para essa altura o exame das sugestões apresentadas pela Comissão». Teve aquêle ilustre membro do Govêrno a penhorante amabilidade de ouvir as minhas razões: eu desejava ardentemente que o decreto que criasse a Caixa de Reformas acompanhasse, no mesmo dia, a publicação do despacho de ordenados mínimos. E mais uma vez o Sr. Dr. Trigo de Negreiros se manifestou grande amigo dos jornalistas portugueses. Um homem inteiramente digno

da maior gratidão de tôda a classe se manifestou seguidamente e em definitivo sôbre o caso. Decidiu da melhor e da mais admirável maneira que o podia fazer: o decreto que criou a Caixa de Reformas dos Jornalistas apareceu no *Diário do Govêrno* ao mesmo tempo que o despacho. Os jornalistas não tinham, graças a êsse homem também, a sua reforma assegurada apenas por um acôrdo privado entre dois organismos corporativos e por isso sujeito a possíveis flutuações dos homens e dos acontecimentos ligados às relações de duas classes e dos seus dirigentes. Tínhamos a reforma estabelecida por decreto. E eu pregunto se através dos tempos e das transformações que possam registar-se na vida portuguesa haverá algum dia, em qualquer circunstância da vida nacional, um estadista que se atreva a desrespeitar ou anular o texto dêsse diploma. O homem a quem me refiro ficou para sempre com seu nome ligado à satisfação das melhores aspirações da nossa classe. Êsse nome está com o de Sua Excelência o Presidente da República na assinatura do decreto n.º 32.633 e é: António de Oliveira Salazar.

Em 28 de Julho de 1942 todos os Sindicatos Nacionais elegeram seu sócio honorário o ilustre Chefe do Govêrno. Todos menos o Sindicato Nacional dos Jornalistas. Tive então oportunidade de comunicar a Sua Excelência os exactos motivos por que não acompanhámos êsse esplêndido movimento sindical de homenagem colectiva. Mas embora os nossos Estatutos exijam uma assembléia geral para serem declarados sócios honorários os indivíduos que tenham prestado serviços relevantes ao Sindicato, eu pregunto aos meus camaradas sócios do Sindicato se não é êste o momento preciso e próprio para, num justo tributo de homenagem e gratidão, ser indicado já, nesta hora, o Senhor Professor Doutor António de Oliveira Salazar como sócio honorário número um do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Por idênticos motivos tenho a honra de lembrar também para ser considerado sócio honorário do Sindicato Nacional dos Jornalistas o Senhor Dr. Joaquim Trigo de Negreiros. Êste membro do Govêrno foi ainda além do que se estabelecera por acôrdo entre o Sindicato e o Grémio em matéria de Previdência, pois por sua exclusiva iniciativa se consignou também no decreto n.º 32.633 a contribuïção das emprêsas para os fundos de receita da Caixa de Reformas.

28 — ORDENADOS — Chegou a altura de vos falar sôbre vencimentos dos jornalistas. Antes, porém, cumpre-me comunicar-lhes que entre o insucesso do contrato colectivo e a publicação do despacho de ordenados mínimos, em ofícios dirigidos ao Instituto Nacional do Trabalho as nossas lamentações eram expressas nestes têrmos que recolho do ofício expedido em 26 de Janeiro de 1942: «*Até agora temos com profundo*

desgôsto e natural sentimento de desânimo assistido ao fracasso de todos os nossos decididos e persistentes esforços no sentido de dotar a classe com o indispensável e urgente instrumento regularizador da profissão jornalística e, através dêle, com os meios de defesa que a organização corporativa promete e deve a tão exemplares servidores da Nação que quási desconhecem ainda, no seu sector, os benefícios que muitas outras classes têm alcançado.»

Enquanto assim procedia, o presidente da Comissão Administrativa do Sindicato fazia também diligências junto do Grémio Nacional da Imprensa Diária para resolver, em pronto-socorro, numa solução de momento que não invalidava o prosseguimento dos esforços para a conquista total das nossas aspirações, um dos angustiosos aspectos da nossa questão. Pedi um *subsídio de guerra* para os jornalistas. Lamentàvelmente, porém, as minhas diligências foram inúteis.

Na Comissão o problema dos vencimentos foi, por proposta dos dois jornalistas que a ela pertenciam, o último a ser tratado. No relatório da Comissão diz-se o seguinte acêrca dêste ponto: «*Em matéria de vencimentos não foi possível chegar a acôrdo, sendo tão grande a divergência dos dois pontos de vista expostos que logo se tornou visível a impossibilidade de por via de concessões mútuas se atingir resultado positivo.*» Deixava-se ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações a difícil missão de entre as duas fórmulas propostas se pronunciar determinando a solução conciliatória que fôsse compatível com o bom equilíbrio dos interêsses legítimos das emprêsas e dos legítimos direitos dos jornalistas.

29 — A declaração de voto sôbre vencimentos dos jornalistas apresentada pelos jornalistas Luiz Teixeira e António Tinoco nas reüniões da Comissão é do seguinte teor:

«*Em 13 de Abril de 1940, a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas apresentou ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social a indicação de um mínimo de reivindicações da classe. O problema das remunerações surgia nesse documento apoiado na evidência da seguinte afirmação: — «Os ordenados actuais são irrisórios e incompatíveis não só com o que o nível da profissão exige mas até com o mínimo de existência necessário».*

Seguidamente acrescentava-se: — «Após atento exame às necessidades impostas pelo nível de vida profissional e a análise cuidada das possibilidades das entidades patronais, estabelecemos um quadro de remunerações que nos parece satisfazer um dos interêsses sem atingir, por forma onerosa e impraticável, o outro».

Dois anos e meio depois, durante os quais se agravou tão expressiva-

mente o custo da vida, os jornalistas, empenhados em dar testemunho nítido do seu espírito de sacrifício e de compreensão exacta das circunstâncias presentes da vida portuguesa, limitam-se a apresentar a mesma tabela *(em referência aos jornais de expansão geral) que já em Abril de 1940 era considerada expressão justa das mais instantes necessidades da classe. Não se propõe com ela um global aumento de ordenados. Trata-se apenas de um ajustamento que se relaciona tanto com a urgente melhoria das precárias condições da vida dos jornalistas como com a indispensável dignificação das suas funções.*

É oportuno acentuar que as remunerações dos jornalistas estão sujeitas aos seguintes impostos: — Desemprêgo: 2 por cento; Imposto profissional: 2 por cento (além da taxa progressiva do imposto complementar), um e outro pagos, efectivamente, pelos jornalistas, ao contrário de outras classes onde êsses impostos são liquidados pelas respectivas emprêsas; e ainda aos seguintes descontos: Caixa de Reformas e Pensões: 2 por cento (?); cotização obrigatória para o Sindicato: 1 por cento.

A legitimidade dos ordenados mínimos indicados na tabela que a seguir apresentamos não foi contestada pelos representantes do Grémio Nacional da Imprensa Diária na Comissão, no seu aspecto de justa retribuïção das funções jornalísticas a que se referem. Os representantes daquele organismo fundamentaram a sua contra-proposta em razões de outra ordem que a nós não compete examinar.

TABELA DOS ORDENADOS MÍNIMOS DOS JORNALISTAS

Jornais de expansão geral:

CLASSE A (Diário de Notícias, O Século, Diário de Lisboa, Diário Popular, O Comércio do Pôrto, Jornal de Notícias e O Primeiro de Janeiro):

Chefe de Redacção	3.200$00
Subchefe	2.500$00
Redactor	1.650$00
Repórter	1.350$00
Repórter-informador	900$00
Estagiário	600$00
Repórter-fotográfico:	
com material próprio	1.000$00
idem da emprêsa	1.200$00

CLASSE B (Jornal do Comércio, Novidades, República, A Voz e Diário da Manhã):

Chefe de Redacção	2.200$00
Subchefe	1.700$00
Redactor	1.300$00
Repórter	1.000$00
Repórter-informador	750$00
Estagiário	500$00
Repórter-fotográfico:	
com material próprio	1.200$00
idem da emprêsa	900$00

Jornais de expansão local:

Chefe de Redacção	1.000$00
Redactor	750$00
Repórter	500$00

Esta a nossa declaração de voto, a modestíssima tabela de ordenados mínimos proposta pelo Sindicato.

30 — Vejamos agora as diferenças por comparação entre a nossa tabela e os vencimentos propostos pelos representantes das emprêsas jornalísticas ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações:

Jornais de expansão geral — CLASSE A:

	Propostas	
	Sindicato	*Emprêsas*
Chefe de Redacção	3.200$00	1.800$00
Subchefe	2.500$00	1.500$00
Redactor	1.650$00	1.200$00
Repórter	1.350$00	800$00
Repórter-informador	900$00	500$00
Estagiário	600$00	300$00
Repórter-fotográfico:		
com material próprio	1.500$00	900$00
com material da emprêsa	1.200$00	700$00

Jornais de expansão geral — CLASSE B:

Chefe de Redacção.....	2.200$00	1.200$00
Subchefe	1.700$00	1.000$00
Redactor	1.300$00	800$00
Repórter	1.000$00	600$00
Repórter-informador	750$00	300$00
Estagiário	500$00	200$00-
Repórter-fotográfico:		
com material próprio.....	1.200$00	600$00
com material da emprêsa.....	900$00	500$00

Jornais de expansão local (Província e Ilhas):

Chefe de Redacção.....	1.000$00	450$00
Redactor	750$00	300$00
Repórter	500$00	100$00

A comparação dos números das duas tabelas propostas é, por si só, bastante elucidativa e dispensa quaisquer comentários ou considerações sôbre o significado que envolvem.

31 — A matéria da cláusula 9.ª do despacho refere-se a novas classificações nos quadros redactoriais. Parece-me oportuno acentuar que tal assunto não foi abordado pela Comissão, cujo relatório é omisso a êsse respeito. Respeitando-se, como nós entendíamos, as classificações por categorias profissionais já existentes — classificações que a Comissão Administrativa do Sindicato julga apenas sujeitas a leves e escassas correcções — haveria em quatro dos principais diários tomados para exemplo os seguintes aumentos:

I — *Segundo a proposta dos representantes das emprêsas jornalísticas,* num quadro com 23 redactores, 9 repórteres, 5 repórteres-informadores e 4 repórteres-fotográficos beneficiavam 2 redactores com um total de 200$00; 2 repórteres com um total de 400$00 e 1 repórter-informador com 200$00.

No mesmo quadro, *segundo a proposta do Sindicato,* beneficiavam 11 redactores com um total de 3.685$00; 9 repórteres com um total de 4.550$00; 3 repórteres-informadores com o total de 1.000$00; e 2 repórteres-fotográficos com o total de 1.300$00. Totais de aumentos neste diário: segundo a proposta dos representantes das emprêsas — 800$00; segundo a proposta do Sindicato — 10.535$00.

II — Noutro diário, num quadro de 18 redactores, 12 repórteres, 10 repórteres-informadores e 4 repórteres-fotográficos, beneficiavam, *segundo a proposta dos representantes das emprêsas,* 6 redactores numa totalidade de 900$00; 5 repórteres num total de 550$00; 4 repórteres-informadores num total de 400$00 e 1 repórter-fotográfico com 100$00.

No mesmo quadro, *segundo a proposta do Sindicato,* beneficiavam 12 redactores com um total de 5.200$00; 9 repórteres com um total de 4.900$00; 10 repórteres-informadores com um total de 3.400$00; e 3 repórteres-fotográficos com o total de 1.400$00. Totais de aumentos neste diário: segundo a proposta dos representantes das emprêsas — 1.950$00; segundo a proposta do Sindicato — 14.950$00.

III — Num diário cujo quadro é constituído por 1 chefe de Redacção, 8 redactores, 3 repórteres e 1 repórter-fotográfico, *segundo a proposta dos representantes das emprêsas* só beneficiavam 1 repórter com 100$00 e 1 repórter-fotográfico com igual quantia. No mesmo quadro, *segundo a tabela do Sindicato,* beneficiavam 1 chefe de Redacção com 400$00; 7 redactores com o total de 650$00; 3 repórteres com o total de 1.050$00; e 1 repórter-fotográfico com 750$00. Totais de aumentos neste diário: segundo a proposta dos representantes das emprêsas — 200$00; segundo a proposta do Sindicato — 3.550$00.

IV — Noutro diário com 1 chefe de Redacção, 1 subchefe, 9 redactores, 4 repórteres-informadores e 1 repórter-fotográfico, *segundo a proposta dos representantes das emprêsas* não havia aumentos. *Segundo a proposta do Sindicato* beneficiavam 1 chefe de Redacção com 1.200$00; 1 subchefe com 600$00; 8 redactores com o total de 1.200$00; e 4 repórteres-informadores com o total de 1.200$00. Total de aumentos neste diário, segundo a proposta do Sindicato — 4.200$00.

Nos jornais da província e das ilhas, *segundo a proposta dos representantes das emprêsas* beneficiava, na totalidade, 1 jornalista com o aumento de 250$00; *segundo a proposta do Sindicato* beneficiavam 21 jornalistas com o total de 6.040$00.

32 — Os ordenados mínimos fixados pelo despacho diferem dos propostos pelos representantes das emprêsas e dos propostos pelos representantes da classe nas seguintes verbas:

Diário de Notícias, O Século, Diário de Lisboa e *Diário Popular:*

	A *mais* que a proposta das emprêsas	A *menos* que a proposta do Sindicato
Chefe de Redacção	1.200$00	200$00
Subchefe	1.000$00	igual
Redactor	300$00	150$00
Repórter	400$00	150$00
Repórter-informador	300$00	100$00
Estagiário	300$00	igual
Repórter-fotográfico:		
com aparelhagem	400$00	200$00
sem aparelhagem	300$00	200$00

Diário da Manhã, Jornal do Comércio, Novidades, República e *A Voz:*

Chefe de Redacção	600$00	400$00
Subchefe	$	$
Redactor	300$00	200$00
Repórter	200$00	200$00
Repórter-informador	300$00	50$00
Estagiário	100$00	igual
Repórter-fotográfico:		
com aparelhagem	200$00	400$00
sem aparelhagem	200$00	200$00

O Primeiro de Janeiro, O Comércio do Pôrto e *Jornal de Notícias:*

Chefe de Redacção	900$00	800$00
Subchefe	800$00	500$00
Redactor	300$00	350$00
Repórter	300$00	350$00
Repórter-informador	450$00	200$00
Estagiário	250$00	100$00
Repórter-fotográfico:		
com aparelhagem	300$00	450$00
sem aparelhagem	250$00	350$00

33 — Terminados os trabalhos da Comissão, entregue o respectivo relatório com as correspondentes declarações de voto e tabelas, surgiu, à

última hora, uma proposta no sentido de se criarem no despacho duas categorias de redactores. Haveria redactores de 1.ª e redactores de 2.ª categorias.

¿Porque se opôs a Comissão Administrativa do Sindicato a essa novidade? É que a proposta estabelecia, nos jornais da classe A, por exemplo, para os redactores de 1.ª categoria o vencimento de 1.600$00 e para os redactores de 2.ª categoria o vencimento de 1.300$00. Nós não concebemos um jornalista com a categoria de redactor — nos jornais da classe A — a ganhar mensalmente menos, e isto já em face de ordenados fixados fora do nosso critério, de 1.500$00. Estabelecido êste vencimento para os redactores deixava-se às emprêsas o livre direito que elas tanto e tão justamente apreciam de, por sua própria vontade e sem pressões, concederem aos redactores mais categorizados nos seus quadros e mais utilizáveis para serviços especiais a justa recompensa de estímulo e compensação que dentro de cada jornal entendessem fixar. As emprêsas ficavam com margem para aplicação do seu dever de premiar méritos e qualidades acima dos números da tabela de vencimentos mínimos. Em poucos dias, a seguir à publicação do despacho, logo se verificaram os primeiros casos de acôrdo com êste pensamento. Se, como esperamos, se fizer em prazo que superiormente se determinará, e perante sensíveis melhorias na vida financeira das emprêsas, uma revisão das disposições e tabelas do despacho, pode ser encarado, novamente, o assunto da criação de duas categorias de redactores. Mas então, e isto é fundamental, já não poderá ser atribuída à 2.ª categoria importância inferior à que está agora estabelecida: 1.500$00.

Independentemente da opinião pessoal que o presidente do Sindicato possa ter sôbre esta maneira de classificar redactores, aqui têm o único ponto de vista que êste organismo podia sustentar em face dos interêsses gerais da classe.

34 — Ao fechar as referências à actividade da Comissão resta-me lembrar o nome de um querido companheiro de trabalhos — António Tinoco. Agora que êle se entrega a funções directivas que estão fora da escala profissional (12), recordo seu ardoroso espírito de classe, sua tenacidade, o sulco profundo que deixou na vida do Sindicato a sua passagem de esforçado lutador pelos nossos direitos e regalias.

Alguma vez foi necessário evocar nas reüniões da Comissão as seguintes palavras proferidas em 1933 pelo Senhor Presidente do Conselho quando indicou aos delegados do Instituto Nacional do Trabalho o rumo orientador da acção dêstes funcionários nas questões entre emprêsas e trabalhadores: «Fazer justiça a todos e proteger os mais fracos tem de ser o lema do vosso trabalho». O Sr. Dr. Guilherme Braz Medeiros cumpriu de maneira exemplar

estas instruções. A classe dos jornalistas deve-lhe interêsse decisivo e dedicação constante que nunca esqueceremos.

35 — Pedi ao Sr. Subsecretário de Estado das Corporações que me autorizasse a convocar a classe para uma reünião destinada simplesmente ao necessário esclarecimento dos meus camaradas sôbre a matéria dos dois diplomas publicados: o decreto da previdência e o despacho de ordenados mínimos. Já lhes disse o essencial. E embora a minha comunicação tenha sido exclusivamente agarrada à citação de factos reconheço que fui demasiado longo. No entanto espero dever-lhes a atenção de mais alguns breves minutos para que diga algumas palavras sôbre o nosso Sindicato.

Quando a Comissão Administrativa tomou posse, há dois anos, o total das dívidas do Sindicato, tal como se encontra registado nos nossos livros, era de 18.854$90 (13). Deviam-se oito meses de renda da casa da sede e estava iminente uma acção de despejo. Da única máquina de escrever existente deviam-se prestações no valor total de 650$00. Ao próprio guarda-livros do Sindicato se deviam honorários na importância de 750$00. A um sócio que anos antes emprestara dinheiro ao Sindicato deviam-se mais de 3.200$00. Dois anos depois a situação é bem diferente: *não se deve qualquer importância seja a quem fôr* e em Caixa existe um saldo de 13.303$95. Difícil fazer em duas palavras um resumo que dê idéia do que foi possível realizar neste espaço de tempo. Quanto aos problemas fundamentais da classe já vos falei largamente. Não será, porém, inútil recordar que além disso se fêz, por exemplo, a publicação e distribuïção gratuita dos Estatutos; se conseguiu a criação da Carteira Profissional (14); se elaborou e se apresentou ao Govêrno o programa minuciosamente estudado de um Curso de Cultura e Formação Jornalística (15); se resolveu convenientemente a situação, perante o Sindicato, dos jornalistas pertencentes aos Serviços de Informação e Imprensa do S. P. N. (16); se fêz um pormenorizado e utilíssimo inquérito à classe (17); se criou e atribuiu o «Prémio Sindicato Nacional dos Jornalistas», no valor de dois mil escudos (18); se intensificaram de maneira muito acentuada as relações com a Associação Brasileira de Imprensa (19), etc., etc. É-nos grato registar os aplausos e louvores recebidos também pela publicação de quatro números do *Boletim*, por nós instituído. Custaram uma totalidade de cêrca de 20.000$00, mas com muito esfôrço, algum espírito de iniciativa e verdadeira boa vontade foi possível satisfazer essa despesa sem afectar os rendimentos normais do Sindicato, quási o mesmo acontecendo com a verba do «Prémio S. N. dos Jornalistas». Por iniciativa da Comissão Administrativa do Sindicato começaram com o Sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações as diligências necessárias para que seja uma realidade a construção da Casa da Imprensa em Lisboa,

empreendimento que encontrou o melhor ambiente de compreensão e simpatia naquele membro do Govêrno, no presidente do Grémio Nacional da Imprensa Diária e no director do Secretariado da Propaganda Nacional.

Também por nossa iniciativa e realizadas por nós se fizeram as comemorações do tricentenário do primeiro jornal português. Inútil recordar o brilhantismo e até a grandeza que êsses actos comemorativos atingiram. Todos o devem saber perfeitamente.

Nesse empreendimento tive, para os árduos esforços que êle exigiu, um admirável e saüdoso companheiro: o jornalista Dr. Alfredo da Cunha. Evoco comovidamente a sua memória e presto homenagem à apaixonante dedicação à causa do Jornalismo que enchia a sua vida, lembrando neste momento as palavras por êle proferidas em 27 de Janeiro de 1902, quando presidia à Associação dos Jornalistas de Lisboa e teve que agradecer a homenagem que os seus camaradas de então lhe prestaram solenemente:

> «*¿Porque é que nós* — dizia Alfredo da Cunha há quarenta e um anos — *homens da Imprensa, que ensinamos, que fazemos propaganda, que escrevemos para ilustração e convencimento do público, que fazemos um apostolado de todos os dias e quási tôdas as horas, não havemos de, por honra e proveito da nossa própria classe, imitar o exemplo de classes menos favorecidas da fortuna e mais desprovidas de influência, estreitando, como elas, os laços de mútua camaradagem, convencidos de que, se dispersos e isolados podemos tanto, unidos e associados poderíamos tudo?*»

Creio na perfeita actualidade do sentido exacto destas palavras.

NOTAS

(1 e 2) Em 1925 a Direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa elaborou um projecto das bases em que devia assentar um contrato de trabalho para os jornalistas. «Relatou êsse projecto, por forma superior e proficiente, o jornalista Jaime Brasil, ao tempo secretário geral do Sindicato, mas, quando submetido à apreciação de uma assembléia geral, diversas circunstâncias surgiram a impedir que tão importante assunto fôsse devidamente discutido de maneira que, mesmo transformado, se tal impusesse essa assembléia, alguma coisa ficasse de positivo, como ponto de partida para uma acção proveitosa». Em 1932 a Direcção do Sindicato ao formular com a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Pôrto um *modus-*

-*vivendi* incluíu nêle a «obrigação, por parte do Sindicato, de levar tão longe quanto possível a realização dessa velha aspiração». A Direcção de 1933 resolveu submeter as primitivas bases (1925) à primeira assembléia geral de 1933 com as supressões alvitradas pelo jornalista Jaime Brasil. Essa assembléia confiou a uma comissão constituída pelos Srs. Aires Pereira da Costa, Belo Redondo, Carlos Neves, Ferreira da Cunha e Jaime Brasil o estudo e a alteração do projecto apresentado. Um novo projecto resultante do trabalho desta comissão foi discutido nas assembléias realizadas em 26, 27 e 29 de Maio de 1933. A última redacção do projecto definitivo das bases para um contrato de trabalho foi publicada e distribuída em Junho do mesmo ano. No relatório dêsse documento acentuava-se que o contrato de trabalho «*não pode ser erguido como uma bandeira de guerra*». Da natural prudência com que eram apresentadas as reivindicações da classe dá idéia esta passagem do relatório: «*pedir muito seria correr o risco de não alcançar o indispensável*».

Segundo o projecto, o contrato abrangeria não só os redactores e repórteres mas também os directores, subdirectores que não comparticipassem do capital das respectivas emprêsas, colaboradores, repórteres-desenhadores e revisores. Uma definição: — «Incluem-se no número dos redactores-repórteres: os cronistas políticos, parlamentares e desportivos, os críticos e os correspondentes de jornais diários ou agências de informação jornalística. No dos redactores: os articulistas, redactores de expediente e das secções de estrangeiro e das províncias».

Propunha-se um horário de trabalho que seria de seis horas para o serviço diurno e de cinco horas para o nocturno. A base XVI estabelecia a criação de uma junta conciliatória destinada a aplicar a Convenção fixada, a interpretar as suas disposições e a resolver os conflitos das emprêsas com os profissionais e dêstes entre si, assim como os casos omissos. Determinava-se expressamente que a Junta ouviria sempre os interessados *por escrito*.

O ilustre jornalista Jaime Brasil, que, como se vê, tão importante papel desempenhou neste passo da vida profissional dos trabalhadores da Imprensa, teve a extrema gentileza de em carta dirigida ao director dêste *Boletim*, em 8 de Janeiro de 1942, afirmar: «*O* Boletim *é uma excelente publicação, tanto pelo aspecto gráfico como pelo texto. Se o número especial (comemorativo do tricentenário da* Gazeta) *é de um alto valor bibliográfico, os outros revelaram-me alguma coisa de que só tinha umas vagas luzes: o vosso esfôrço para a dignificação da profissão. O vosso projecto de contrato de trabalho é uma obra séria. Conseguir levar as emprêsas a aceitar a idéia de o jornalista não estar sujeito à vil condição de empregado doméstico é já um belo triunfo. Felicito-vos por tudo.*».

Pretendemos registar neste *Boletim* o andamento dos trabalhos para a realização do contrato colectivo dos jornalistas desde 1925 até 1941. Resumidamente fica feita a história do problema até 1933. Depois dessa data encontramos no relatório da Direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas, assinado pelos Srs. António Ferro, Leopoldo Nunes, Alves Morgado, Ferreira da Cunha e Armando Bayly e referente à gerência de 1936, o seguinte passo sôbre o assunto:

«*Contrato de trabalho — Aquilo que constitue a maior aspiração da classe há muitos anos e que nunca em regime liberal ou ditadura se obteve conseguiu-o a Direcção actual: a entrega às entidades oficiais do projecto de contrato de trabalho, reformas e pensões dos jornalistas. É de crer que tenha algumas imperfeições e que não possa ser integralmente aprovado. Mas fica-nos a consolação de que o texto do projecto apresentado é uma eficiente defesa da vida, segurança e futuro de todos os que trabalham nos jornais. Entregue em princípios de Dezembro do ano findo ao Sr. Subsecretário das Corporações, êsse projecto está a ser estudado por Sua Exce-*

lência e sabemos que sôbre êle já foi ouvida a Direcção do Grémio Nacional da Imprensa Diária».

No relatório datado de 28 de Janeiro de 1938, a Direcção do Sindicato, constituída pelos Srs. Dr. Jorge de Faria, Ferreira da Cunha, Armando Bayly, Tôrres de Carvalho e Alves Morgado, dedicava ao contrato colectivo de trabalho os seguintes períodos:

«*A gerência de 1936 elaborou e fêz entrega ao Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social de um projecto de bases para um contrato colectivo de trabalho. Quando esta Direcção tomou posse resolveu promover a revisão dêsse documento antes de o apresentar à apreciação dos sócios. Só depois seria entregue às autoridades competentes e ao Grémio Nacional da Imprensa Diária. Algumas razões nos aconselharam a assim proceder e a Direcção submete-as ao vosso julgamento. Em primeiro lugar tivemos a preocupação de atenuar o descontentamento provocado na maioria dos nossos sócios pelo facto de o projecto não ter merecido uma simples leitura pela qual todos se inteirassem do texto do primitivo trabalho. Depois considerámos o facto importantíssimo de se encontrarem já sancionados pela lei n.º 1952, de 10 de Março de 1937, alguns princípios fugitivamente tratados no projecto apresentado e aos quais podíamos consagrar maior amplitude. Outro ponto considerámos também e êsse dizia respeito aos mínimos fixados. Durante o ano de 1937, alguns ordenados sofreram ligeiro aumento. Em alguns casos foram já ultrapassados os vencimentos mínimos propostos; noutros pouco falta para que os mesmos sejam atingidos. Também julgámos indispensável introduzir no projecto todos os princípios em uso normal na maioria das emprêsas, com o intuito de evitar a deshumana exploração que em certos jornais pequenos vem sendo feita do labor dos nossos camaradas que ali prestam serviço. Resta-nos falar da última razão que imperou no nosso espírito ao resolvermos a revisão do projecto entregue. A maioria dos sócios do nosso Sindicato pertenceu ao antigo Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e, assim, não ignora que em 1933 elaborou essa agremiação um projecto de contrato colectivo de trabalho que foi discutido e votado pelos componentes da classe de Lisboa e do Pôrto. Nessa época muitas foram as críticas feitas a tal trabalho e muitos dos que o aprovaram não esconderam a opinião, aliás errada, de que havia disposições excessivamente violentas e inaceitáveis. Menos de quatro anos depois a Assembléia Nacional, em nome da Nação, decretou a obrigatoriedade de adopção da maioria dêsses princípios nos contratos colectivos de trabalho. Dos elementos da classe que colaboraram na redacção dêsse projecto só um pertence ao nosso Sindicato, mas isso não deve obstar a que a Direcção procure conformar o novo porjecto com êsse trabalho, prestando assim a êsses camaradas a homenagem que bem mecere a sua devoção profissional. Não nos foi possível concluir o trabalho encetado. Aos nossos sucessores entregaremos o que está feito.*»

Projecto do contrato colectivo de trabalho; parecer e contra-projecto — Ver *Boletim* n.º 2, págs. 9 a 45.

(3) Dos jornalistas convocados para esta reünião compareceram os Srs. Drs. Jaime Leitão e Norberto Lopes, Augusto Pinto, Artur Portela, Alfredo Marques, Tomé Vieira, César Afonso, Salvador Sabóia, Remédios de Bettencourt, Álvaro de Andrade e Morais de Carvalho.

(4) Compareceram os jornalistas Hugo Rocha, Horácio Augusto Pinto, Afonso Passos, Manuel Ribas, José Leite Maia, Eduardo Ribeiro dos Santos, João Baptista dos Santos, Alexandre da Fonseca Vasconcelos, José da Silva Ferraz, Jaime Pinto Ferreira, Gabriel Maia, José Alves Martins, Zeferino Moura, Ernesto Várzea Júnior, António Borges, Platão Mendes, Francisco Ramalheira, José Gonçalves Pena, Álvaro Machado, Juliano Ribeiro, Luciano Botelho de Sousa, António Teixeira Pinto, J. J. Ribeiro dos Santos, António Luiz Abrantes, Arnaldo Pereira da Silva, José Barrote Júnior, Salvador Braga, F. Monteiro, Alfredo Israel de Oliveira, José Mesquita, Daniel Filgueiras, António Brochado, Guilherme de Carvalho, Emílio Loubet, Augusto Assis, José Devezas, Tavares da Fonseca e Alberto Carneiro.

(5) Pode dizer-se que, de uma maneira geral, a classe não se interessou por êste acontecimento. A ausência de jornalistas profissionais foi notada em todos os actos comemorativos do III centenário do primeiro jornal português. Procurou-se encontrar uma explicação para tão estranho facto. Por muito extraordinário que pareça, a maior parte das informações que nos chegaram justificavam essa ausência com êste surpreendente motivo: os jornalistas discordavam das comemorações, visto não estarem resolvidos os problemas da classe. O presidente do Sindicato foi prevenido da atitude da classe perante a iniciativa que então se anunciava de comemorar condignamente o tricentenário da *Gazeta*. Entendeu não haver razão para desistir do empreendimento. Já a Direcção do Sindicato que em 1936 promoveu a «Festa da Imprensa» na Sala do Risco deixou no seu relatório as seguintes palavras em referência a êsse facto: — «*Além de uma franca hostilidade de certos profissionais de Imprensa, também a maioria dos sócios da classe manifestou o maior desinterêsse pelo acontecimento.*» O mais curioso é que foi precisamente um dos membros da Direcção que subscreveu as palavras que atrás se transcrevem — o jornalista Sr. Leopoldo Nunes — quem, num dos últimos números do programa das comemorações, a sessão solene da Academia das Ciências em 6 de Dezembro de 1941, teve a gentileza de justificar perante o Sr. Dr. Alfredo da Cunha e o presidente do Sindicato a ausência dos jornalistas nos actos comemorativos e o seu próprio pensamento sôbre o assunto: — não se ter conseguido solução para as questões principais da classe. «Não se trata — concretizou aquêle antigo director do Sindicato — fundamentalmente de ordenados. Isso não é assunto primacial. Quem tem méritos próprios consegue sempre a justa compensação do seu trabalho. Trata-se, sobretudo, da situação dos velhos jornalistas, que a-pesar dos seus muitos anos de actividade profissional continuam arrastadamente a trabalhar sem conseguirem a reforma.».

Era um ponto de vista respeitável. Mas como o Sindicato se esforçava insistentemente, nessa altura, por essa justa regalia e como ela até então só não fôra concedida por oposição da outra entidade corporativa interessada, reconhecemos que a discordância revelada por aquêle jornalista não tinha, no fundo, nada que ver com as comemorações do tricentenário e se alguma censura envolvia não era, evidentemente, ao nosso Sindicato ou à sua Comissão Administrativa, cujas canseiras para conseguir uma solução eram bem conhecidas.

(6) Resposta do Sr. Presidente do Conselho à mensagem dos Sindicatos Nacionais, lida no Coliseu dos Recreios de Lisboa em 23 de Julho de 1942.

(7) O caso da camionagem foi tratado pelo presidente do Sindicato junto dos Srs. Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Subsecretário de Estado das Corporações e presidente do Grémio dos Industriais de Transportes em Automóveis. As diligências para conseguir o desconto de cinqüenta por cento para os jornalistas

ficaram suspensas em virtude de as disposições da legislação actualmente em vigor se oporem à nossa pretensão.

(8) 16 de Outubro de 1942.

(9) Sempre entendemos da maior vantagem definir a *profissão* de jornalista. No entanto registamos, com natural surprêsa, que há quem, mesmo perante os benefícios conseguidos, entenda que o jornalismo é, simplesmente, uma «ocupação intelectual».

(10) As palavras *bom serviço* que aparecem na base VI do despacho causaram reparos. O Sr. Leopoldo Nunes chegou mesmo a definir a sua discordância com elas quando usou da palavra na reünião dos jornalistas de Lisboa, em 13 de Fevereiro de 1943. Manifestou as suas apreensões sôbre as possibilidades de qualquer emprêsa recusar as férias legalmente estabelecidas servindo-se falsamente daquelas palavras de condicionalismo como fundamento. Não acompanhamos aquêle jornalista no exagêro das suas apreensões sôbre a conduta das emprêsas. Há ainda a acrescentar que o artigo 7.º da lei n.º 1.952, de 10 de Março de 1937, sôbre «Contrato de trabalho», estabelece expressamente *bom e efectivo serviço* como condições gerais para a concessão do período de férias remuneradas. Não é inútil transcrever, com objectivo de esclarecimento oportuno, os seguintes princípios fixados na referida lei:

«Artigo 7.º — § 2.º: As férias com vencimento serão gozadas em dias seguidos, sem prejuízo do funcionamento normal da emprêsa. Se, para evitar êste prejuízo, as férias não puderem ser gozadas dentro do ano civil, serão transferidas para o primeiro trimestre seguinte.

§ 3.º É nula tôda a convenção que importe renúncia ao gôzo de férias ou a substituïção destas por qualquer remuneração suplementar.

Artigo 9.º O empregado ou assalariado no gôzo de férias não poderá exercer a sua actividade profissional ao serviço de qualquer entidade patronal.»

(11) No seio da classe havia, num ou noutro jornalista, a descrença de se conseguir a reforma mediante o estabelecimento legal do imposto sôbre a publicidade paga nos jornais diários. Chegou a insinuar-se na presença de membros do Govêrno que a solução seria uma Caixa de Reformas que englobasse com os jornalistas os revisores e os empregados dos escritórios das administrações dos jornais...

(12) Director do *Diário Popular*.

(13) A situação financeira do Sindicato foi sempre má. É oportuno transcrever alguns passos do relatório da Direcção de 1936:

«*A Direcção seguinte* (seguinte à comissão organizadora do Sindicato) *pagou o êrro originário. Cresceram as dívidas do Sindicato. Cresceram as despesas, e, a-pesar da entrada de alguns sócios, as receitas não atingiram sequer a cifra necessária para as despesas normais. E tanto assim que na gerência de 1935 o secretário geral, nosso colega Sr. Júlio Caiola, foi obrigado a emprestar do seu bôlso cêrca de 5.000$00 para que o Sindicato não sofresse o vexame de abandonar, por despejo, esta casa e de ver os móveis penhorados. Para mais, nesse mesmo ano de 1935, ainda o empregado Carlos Fernandes Cruz praticou um desfalque de cêrca de 4.000$00. Ao tomar conta dos destinos do Sindicato, a actual Direcção (1936) encontrou a situação seguinte:*

260 sócios, grande número dos quais não pagava cotas, e a maioria pagava-as com irregularidade. Havia sócios que deviam vinte e quatro meses de cotizações, pois não tinham pago, sequer, uma única cota. A gerência de 1935 fechara com um deficit *de 5.546$80. Havia dívidas a pagar no valor de 16.943$40. Faltavam as coisas mais indispensáveis aos serviços administrativos e, o que é pior, só havia crédito sob responsabilidade pessoal dos directores. Continuava o desinterêsse da maioria da classe e por cada autêntico jornalista que entrara havia seis cujo profissionalismo era bastante discutível, embora coubesse dentro do larguíssimo articulado dos Estatutos.*»

No relatório datado de Janeiro de 1938 a Direcção dêsse tempo refere-se também «à tragédia que envolve a cobrança de cotas, única receita do Sindicato». Uma afirmação dêsse relatório:

«*Pedidos amigáveis dos directores, repetidas visitas do cobrador e discretas alusões às disposições estatutárias que impõem a exclusão dos devedores, tudo é inútil para certos sócios que só conhecem o Sindicato para se aproveitarem das regalias que êle concede ou para fazerem às Direcções as mais descabeladas críticas.*»

Tudo isto justifica largamente o despacho de cotização obrigatória. Êsse despacho começou a vigorar em Abril de 1940. Oito meses depois, em Dezembro do mesmo ano, quando a Comissão Administrativa tomou posse, a situação financeira do Sindicato continuava, como se vê, péssima.

(14) Ver *Boletim* n.º 1, págs. 21 a 29. O decreto da carteira profissional foi publicado não só no *Diário do Govêrno* e na Imprensa, mas também na Ordem do Comando Geral da P. S. P. de 5 de Fevereiro de 1941.

(15) Ver *Boletim* n.º 1, págs. 5 a 19. Esta iniciativa não foi recebida com unanimidade de concordância pela classe. Alguns jornalistas manifestaram-se contra a criação do curso por o considerarem desnecessário. A nossa exposição ao Govêrno para a criação do curso foi feita em 8 de Fevereiro de 1941. A título de curiosidade e para comparação publicamos a seguir o comunicado da «Havas» distribuído aos nossos jornais dez meses depois, em 19 de Novembro do mesmo ano:

«MADRID, 19 — Criou-se em Espanha a Escola de Jornalistas. Os candidatos deverão ter entre 18 e 30 anos, ter o curso dos liceus, militarem na Falange, conhecer estenografia, dactilografia, francês e ainda outra língua estrangeira, com excepção do alemão, que faz parte do programa do curso. A admissão far-se-á por escolha. Vinte alunos, dos quais dez bolseiros, serão admitidos a freqüentar êstes cursos, distribuídos em dois períodos de três meses. Uma delegação nacional da Imprensa encarregar-se-á da organização da escola e terá direito de preferência na escolha dos candidatos ao curso e na entrega a êstes da carteira de jornalista e diploma, ao terminar o curso. — (Havas).»

(16) O artigo 39.º do Estatuto do Trabalho Nacional (decreto-lei n.º 23.048, de 23 de Setembro de 1933) determina:

> «Aos funcionários do Estado, dos corpos e corporações administrativas, bem como aos operários dos respectivos quadros permanentes, é vedado constituírem-se em sindicatos privativos ou fazer parte de quaisquer organismos corporativos.

§ único. Aos funcionários do Estado, dos corpos e corporações administrativas que exerçam profissões livres é contudo permitido fazer parte de organismos corporativos da respectiva profissão, mas nesta última qualidade e não reconhecendo o Estado capacidade àqueles organismos para com êle tratarem dos mesmos como funcionários.»

Os jornalistas dos Serviços de Informação e Imprensa do S. P. N. não exercem a profissão de jornalista como profissão livre mas como funcionários do Estado, sujeitos à disciplina jurídica dos funcionários públicos. Os seus interêsses de profissionais do jornalismo confundem-se com os de funcionários e ao Sindicato não é, como se vê, reconhecida capacidade para tratar dos interêsses dos profissionais naquelas circunstâncias.

(17) Ao abrigo das disposições do artigo 3.º dos Estatutos.

(18) Tiveram a penhorante amabilidade de contribuir para a verba do prémio «destinado a recompensar o melhor trabalho literário sôbre o jornalismo português — sua missão e projecção» o Sr. Subsecretário de Estado das Corporações com a importância de 1.000$00 e a Academia das Ciências de Lisboa com 500$00. Aproveitamos o ensejo para renovar a estas entidades os nossos mais vivos agradecimentos pelo valioso auxílio dispensado à realização desta iniciativa.

(19) Ver *Boletim* n.º 3, págs. 3 a 17.

PEDIDO DE REVISÃO DO DESPACHO DE ORDENADOS MÍNIMOS

Em 27 de Outubro de 1944 o presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas entregou ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Dr. António de Castro Fernandes, o seguinte ofício:

Excelência:

Por despacho publicado no *Diário do Govêrno* n.º 229, II série, de 30 de Setembro de 1942, o Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, revelando que «chegaram ao conhecimento do Govêrno certas anomalias que se verificam nas emprêsas proprietários dos jornais diários, nomeadamente em matéria de vencimentos e horário de trabalho», nomeou uma comissão para «estudar e propor a solução mais adequada». Constituíram essa comissão dois directores-proprietários de jornais diários (um dos quais do Pôrto); dois jornalistas; um delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência; e o director do Secretariado da Propaganda Nacional, como presidente.

Era, verdadeiramente, sob todos os aspectos, uma *comissão técnica.* Reünia a representação dos interêsses em causa. A sua actividade desenvolver-se-ia não só com a segura garantia de um perfeito conhecimento dos assuntos e da aplicação de um exacto critério de objectividade, mas também guiada pela animadora certeza de que o Govêrno reconhecia, em face dos apelos da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas e dos relatórios elaborados pelos Serviços de Acção Social, ter chegado a opor-

tunidade para conseguir a indispensável e urgente melhoria das condições morais e materiais dos profissionais da Imprensa. Do trabalho dessa comissão técnica resultou o despacho de ordenados mínimos publicado no *Diário do Govêrno* n.º 15, II série, de 19 de Janeiro de 1943. Não é inútil transcrever do texto dêsse diploma os seguintes passos que definem com exactidão o sentido geral dos resultados obtidos pela iniciativa que lhe deu origem: — «A comissão desempenhou-se do seu mandato com muita inteligência e zêlo, tendo decorrido os seus trabalhos numa atmosfera de bom entendimento e activa cooperação que permitiu abordar, esclarecer e resolver problemas delicados relativos ao condicionamento da profissão. No relatório do estudo a que se procedeu consigna-se o *acôrdo e resolução dos seus membros em relação a todos os pontos que era necessário esclarecer, salvo na parte referente à determinação dos mínimos de ordenados para as várias categorias*».

O acôrdo e resolução dos membros da comissão técnica que trabalhara «numa atmosfera de bom entendimento e activa cooperação» abrangiam, em expressiva *unanimidade,* como consta do relatório respectivo, os seguintes pontos: I — Definição da profissão; II — Definição das categorias profissionais de chefe e subchefe de Redacção; redactor; repórter; repórter-informador repórter-fotográfico; e estagiário; III — Divisão dos jornais em duas categorias: expansão geral e expansão local; IV — Divisão daquela primeira categoria em duas classes e fixação dos jornais pertencentes a cada uma dessas classes; V — Férias; VI — Previdência: criação da Caixa de Reformas dos Jornalistas.

Não se registou unanimidade quanto ao regime de horário de trabalho. Não se chegou a acôrdo quanto aos vencimentos mínimos dos profissionais da Imprensa. O primeiro caso foi resolvido por maioria; o segundo não foi resolvido pela comissão técnica. Sôbre ambos foram apresentadas pelos representantes dos jornalistas declarações de voto devidamente fundamentadas e das quais todos os membros da comissão tomaram conhecimento.

Decorridos quási dois anos sôbre a data da publicação do despacho de ordenados mínimos, a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas tem a honra de se dirigir a Vossa Excelência, juntando aos mais respeitosos cumprimentos e saüdações de tôda a classe o pedido da necessária e urgente revisão dêsse diploma.

Cumpre-nos acentuar, desde já, que nada do que sob o aspecto puramente técnico foi *resolvido por unanimidade* pela comissão técnica a que aludimos nos parece carecer de modificação essencial. Trata-se de princípios de ordenação e de normas de funcionamento imutáveis por não estarem sujeitos às flutuações de circunstâncias ocasionais e antes se encontram poderosamente ligados a razões de lógica e a conceitos de aplicação universal

que tardaram demasiadamente a impor-se entre nós e só o Estado Corporativo conseguiu, finalmente, introduzir no nosso meio.

O que os directores e proprietários de jornais diários, os jornalistas delegados da classe e o representante do Instituto Nacional do Trabalho, reünidos por nomeação do Govêrno e sob a presidência de um alto funcionário do Estado, resolveram, unânimemente, quanto à definição da profissão e das respectivas categorias e à classificação dos jornais, deve, como é evidente, considerar-se expressão exacta de um raro e admirável sentido de unidade de pensamentos e critérios revelada em perfeita harmonia e «numa atmosfera de bom entendimento e activa cooperação» pelos delegados das duas fundamentais zonas de interêsses relacionadas com a solução do assunto.

Entendeu, porém, o Senhor Subsecretário de Estado das Corporações, ao redigir o seu despacho de ordenados mínimos, alterar um pouco alguns dêsses pontos de carácter expressivamente técnico que tinham sido fixados por unanimidade pela referida comissão. A experiência demonstrou com clareza que essa intervenção se não contribuíu, por um lado, para a boa normalidade do exercício profissional não zelou, por outro, a melhor defesa dos interêsses morais e materiais de um grande sector da classe jornalística. Referimo-nos, em especial, às modificações introduzidas na expressa definição das categorias profissionais e na classificação dos jornais diários.

CATEGORIAS PROFISSIONAIS

O despacho de ordenados mínimos criou, «*para resolver as dúvidas que se verificarem na sua aplicação e especialmente as referidas à classificação dos jornalistas*» (Base X) — uma comissão arbitral. A êsse organismo conciliatório e com poderes de resolução se dirigiu o Sindicato para reclamar contra categorias erradamente atribuídas a numerosos jornalistas depois da publicação do despacho.

Êsses erros resultavam, na sua quási totalidade, da confusão estabelecida pelas modificações que a redacção dos textos definidores das categorias profissionais sofreram ao passar das páginas do relatório da comissão técnica para a linguagem oficial das bases do despacho.

A exposição que a seguir se transcreve e foi apresentada em 26 de Agôsto de 1943 pelo representante do Sindicato Nacional dos Jornalistas à comissão arbitral pode esclarecer, de algum modo, êste delicado assunto:

«*A comissão nomeada por despacho do Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 30 de Setembro de 1942,* aprovou por unanimidade, *como consta do respectivo relatório entregue*

àquele ilustre membro do Govêrno, as seguintes definições das categorias profissionais de redactor e de repórter:

REDACTORES — São os jornalistas que, trabalhando só na Redacção ou na Redacção e fora dela, redigem reportagens, artigos e noticiário interno ou internacional, por forma definitiva.

REPÓRTERES — São os jornalistas que fazem reportagens ou notícias sem *responsabilidade* definitiva de forma.

Do relatório da comissão, onde as definições citadas representavam unanimidade perfeita de critério das duas partes interessadas, surgiu o despacho de ordenados mínimos que foi publicado no Diário do Govêrno *de 19 de Janeiro de 1943. Nesse despacho as definições das categorias profissionais de redactor e de repórter apareceram redigidas de maneira um pouco diferente da que a comissão estabelecera no seu Relatório. Nenhum jornalista — começando pelos que constituem a Direcção do respectivo Sindicato — tem qualquer dúvida sôbre êste ponto fundamental: trata-se, exclusivamente, de alterações de redacção que em nada modificam o sentido puramente definidor das referidas categorias fixado pela comissão. O contrário seria admitir que o Senhor Subsecretário de Estado das Corporações era capaz de alterar a seu bel-prazer pontos de doutrina sôbre classificação profissional estabelecidos* por unanimidade *pelos representantes do Grémio Nacional da Imprensa Diária e do Sindicato Nacional dos Jornalistas. O representante dêste Sindicato Nacional e da classe dos profissionais da Imprensa na comissão arbitral conhece perfeitamente as altas qualidades daquele ilustre membro do Govêrno e prestando homenagem ao seu carácter e ao exacto sentido de responsabilidades de que tem dado eloqüentes provas no exercício do seu alto cargo repudia, por sua parte, qualquer insinuação que possa surgir na intenção de atribuir a Sua Excelência o propósito de fazer tábua rasa das decisões* unânimes *da comissão de técnicos sôbre êste assunto, criando, arbitràriamente, definições contrárias ao referido voto unânime da comissão.*

São do seguinte teor as definições das categorias de redactor e de repórter exaradas no despacho de 19 de Janeiro de 1943:

REDACTOR — O jornalista que trabalhando na Redacção ou na Redacção e fora dela redige com carácter definitivo artigos, crónicas, reportagens e noticiário interno ou internacional.

REPÓRTER — O jornalista que trabalhando na Redacção ou fora dela, *sem a responsabilidade inerente à categoria anterior,* faz reportagens e redige notícias ou outras locais.

Na definição aprovada pela comissão uma circunstância caracteriza, marcadamente, a categoria de repórter: — não ter o seu trabalho responsabilidade definitiva de forma.

O legislador estava perante êste problema: conceder ordenado mínimo de 1.200$00 (na 1.ª classe de jornais) a jornalistas que pùblicamente se confessava não redigirem em definitivo. Havia, talvez, escrúpulo em ligar aquêle vencimento à confessada insuficiência desta preparação jornalística. Surgiu então no Diário do Govêrno *esta fórmula razoável na sua boa intenção: O redactor* redige *com* carácter definitivo *artigos, crónicas, reportagens e noticiário interno ou internacional. O repórter* faz *reportagens e redige notícias ou outras locais* sem a responsabilidade inerente à categoria anterior.

Pregunta-se: — Qual é a responsabilidade (têrmo precisamente empregado pela comissão para designar a distinção entre as duas categorias) inerente à categoria anterior?

Não pode haver, em face dos textos legais, hesitações nem despistes na interpretação: — é o facto de o redactor redigir com carácter definitivo.

Trata-se de uma subtileza de expressão que me parece bem encontrada para evitar que se diga de pronto e com tôda a clareza que o repórter — classe à qual o Jornalismo deve vivas e ardentes páginas do seu fulgor — não tem o poder e a condição da forma definitiva.

Outro ponto essencial:

Não se diga que a letra do despacho exige ao redactor que redija artigos e crónicas, reportagens e noticiário. O que se lê no despacho é que a definição engloba os redactores que redigem artigos e crónicas com os que redigem reportagens e noticiário, podendo abranger também os que redigem todos êsses trabalhos de jornalismo. A distinção das qualidades dos trabalhos apontados pertence às emprêsas na escala de vencimentos que atribuírem, pois apenas se fixaram ordenados mínimos, *ficando ao critério de aprêço das direcções dos jornais pelo seu pessoal a justa retribuïção das suas qualidades, condições e esforços, acima das verbas mínimas fixadas. (a)* Luiz Teixeira.»

Com fundamento nesta exposição, a comissão arbitral aprovou (Acta n.º 1) a seguinte proposta de interpretação apresentada pelo mesmo representante da classe jornalística:

«*Desde que o jornalista exerça, com carácter de regularidade, qualquer das funções previstas na definição de redactor, ainda que uma delas exclusivamente, mas dando forma definitiva aos seus trabalhos jornalísticos — é redactor. A expressão do despacho: — «inerente à categoria anterior» — apenas quere dizer que o repórter não tem responsabilidade de forma*

definitiva. Resulta assim que o que constitue nota específica e por si só determinante da categoria de redactor ou repórter é o facto de o jornalista, no exercício normal de função peculiar a estas categorias, redigir com responsabilidade de forma definitiva ou não os seus trabalhos.»

CLASSIFICAÇÃO DE JORNAIS

A comissão técnica resolveu dividir os jornais em duas categorias: — I) *Diários de expansão geral;* II) *Diários de expansão local.* Por sua vez a primeira destas categorias ficou dividida em duas classes: *Classe A (Diário de Notícias, O Século, Diário de Lisboa, Diário Popular, Comércio do Pôrto, Jornal de Notícias e O Primeiro de Janeiro). Classe B (Jornal do Comércio, Novidades, República, A Voz* e *Diário da Manhã).*

Êste Sindicato Nacional indicou pela primeira vez em 18 de Outubro de 1941, em ofício dirigido ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, os graves inconvenientes que resultariam de qualquer possível errada inclusão de certos diários em categoria inferior à que, efectivamente, lhe deve competir. Estávamos muito longe ainda da publicação do despacho, mas a lógica das nossas razões mantém-se hoje com a mesma fôrça de então e agravada com realidades lamentáveis: — «Inconvenientes para as emprêsas: diminuïção evidente do prestígio do jornal junto do leitor (efeito moral); prejuízo lógico da sua função de publicidade (efeito material). Na indicação dos inconvenientes para os jornalistas deve atender-se a que êles desempenham funções de responsabilidade idênticas às exercidas em igualdade de circunstâncias profissionais com os jornalistas dos outros diários; têm exigências de cultura, de vida e de representação iguais; são claramente insuficientes os seus ordenados; existem entre êles numerosos profissionais intelectualmente categorizados e com largos anos de bons serviços prestados ao Jornalismo e aos diários em que trabalham. É desnecessário acentuar a agudeza dos efeitos de ordem moral e de ordem material que os jornalistas de jornais equivalentes em influência na vida portuguesa e até concorrentes na conquista de zonas de expansão suportariam, no caso de os seus diários não serem justamente classificados.

Esta a nossa velha teoria de opinião sôbre o assunto. E assim só por natural atenção às realidades existentes no campo das possibilidades financeiras de certas emprêsas demos, nas reüniões da comissão técnica, o nosso voto à divisão dos jornais da primeira categoria em duas classes.

Lamentàvelmente, porém, o despacho de ordenados mínimos foi mais longe nesta matéria do que aquilo que, unânimemente, fôra resolvido pela referida comissão.

Inesperadamente surgiu nas colunas do *Diário do Govêrno* uma terceira classe (intermédia) na primeira categoria dos diários. Com o argumento de que já se adoptara critério idêntico para a fixação dos salários mínimos do pessoal gráfico, o despacho colocou os três diários do Pôrto em situação inferior a quatro diários de Lisboa.

Está naturalmente vedado a esta Comissão Administrativa argumentar com razões que pertençam, exclusivamente, à observação e à análise do Sindicato dos operários gráficos. Ignoramos motivos que possam ter justificado a desigualdade estabelecida para os quadros dos seus filiados. Quanto aos jornalistas sempre nos pareceu impossível de admitir, em definitivo, semelhante situação. No nosso caso não há a característica de um vulgar problema de mão de obra e o facto de poder ser muito diferente o valor social das duas profissões, relativamente ao condicionalismo do meio, também contraria a identidade de soluções adoptada.

A generalizar-se o princípio que se aplicou aos jornalistas chegaríamos, com certeza, nos acasos do tempo e da fortuna, a conclusões muito estranhas e absurdas. Na capital do Norte a retribuïção do trabalho intelectual não seria fixada de acôrdo com a qualidade, o esfôrço pessoal, o grau de cultura, o nível de preparação mas, talvez, em relação, por exemplo, às condições climatéricas do local, ao regime dos ventos, à duração das chuvas, circunstâncias das quais, saborosamente, alguém tiraria logo dedução de repercussões no campo económico, determinando-se, sem dúvida, a maior ou menor necessidade de gastos em abafos e aquecimentos, em relação a Lisboa. Um juiz, um professor, um burocrata ficariam sempre sujeitos a êste fatalismo de depressão: ir, por maus caprichos do destino, exercer, algum dia, a sua actividade na capital do Norte. Seria quási a despromoção...

É oportuno, pois, juntar aos inconvenientes que apontámos, quanto às conseqüências de erradas classificações de jornais, a indicação de mais um, e êste não só para as emprêsas e para os jornalistas mas também para as tradições e brios justos da categoria da própria cidade prejudicada no seu prestígio pela desharmónica e indesejável subalternização na escala de importância dos seus órgãos de Imprensa. Não é inútil acentuar êste pormenor significativo: nos três quadros redactoriais dos diários do Pôrto existe uma totalidade de 3 chefes de Redacção, 4 subchefes, 30 redactores, 18 repórteres, 12 repórteres-informadores e 5 repórteres-fotográficos. A verba global dos ordenados mensais dêstes 72 profissionais da Imprensa é de 89.800$00. Se fôssem retribuídos pelo mesmo escalão de ordenados mínimos dos seus camaradas dos jornais de expansão geral de Lisboa, essa verba seria de 100.200$00. Verifica-se uma diferença de 10.400$00. Abstraindo mesmo do caso moral, ¿não será esta pequena diferença (que se refere ao conjunto

dos três grandes diários portuenses) insuficiente para justificar excessivo pêso de encargos com pessoal?

HORÁRIO DE TRABALHO

O despacho de ordenados mínimos fixou o horário de trabalho adoptado por maioria pela comissão técnica. Reconhecendo, porém, a vantagem de regulamentar em preceitos especiais a sua fiscalização, critério perfeitamente justificado pelas características próprias da profissão que não se confundem com as das restantes abrangidas pela legislação geral que rege o assunto, esta Comissão Administrativa apresentou à direcção do Grémio Nacional da Imprensa Diária o seguinte projecto de convenção entre os dois organismos corporativos interessados:

«*No intuito de evitar a proletarização da classe dos jornalistas; atendendo às suas tradições e à especial natureza da sua função expressivamente intelectual; considerando as circunstâncias que condicionam a prestação do trabalho jornalístico, que se reconhece não poder estar sujeito ao critério rígido da fiscalização normal, a qual só deve actuar, em relação a esta classe, nos casos excepcionais de abuso notório e mediante participação de qualquer dos organismos corporativos interessados;*

Entre o Grémio Nacional da Imprensa Diária e o Sindicato Nacional dos Jornalistas é convencionado, em matéria de horário de trabalho, o seguinte:

Cláusula 1.ª *O horário de trabalho dos jornalistas será organizado pelas emprêsas dentro dos limites e de acôrdo com as disposições da base V do despacho de 16 de Janeiro de 1943.*

§ único. *Na elaboração dos horários deverão as entidades patronais conjugar os interêsses próprios com as conveniências dos jornalistas.*

Cláusula 2.ª *Salvo casos excepcionais, os jornalistas só podem ser chamados de novo ao serviço doze horas depois de haverem terminado o trabalho nocturno.*

Cláusula 3.ª *Dos mapas do horário de trabalho, que não serão afixados, devem as emprêsas remeter cópias para o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, para o Grémio Nacional da Imprensa Diária e para o Sindicato Nacional dos Jornalistas.*

Cláusula 4.ª *Os diferendos que possam surgir na organização do horário de trabalho ou na sua aplicação serão resolvidos por acôrdo entre os organismos corporativos signatários, só na falta dêste se recorrendo aos serviços respectivos do I. N. T. P.*

§ único. *As reclamações dos interessados devem ser apresentadas por escrito.*

Cláusula 5.ª *Esta convenção entrará em vigor depois de sancionada pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.*»

Em carta de 6 de Julho de 1944 a Direcção do Grémio Nacional da Imprensa Diária comunicou-nos que estava autorizada a assinar o referido documento desde que se eliminasse o § único da cláusula 1.ª e que na cláusula 2.ª as doze horas estipuladas para a chamada dos jornalistas ficassem reduzidas a dez.

ORDENADOS MÍNIMOS

Sôbre êste angustioso problema cumpre-nos comunicar a Vossa Excelência que em 21 de Julho do corrente ano dirigimos ao seu ilustre antecessor, senhor Dr. Joaquim Trigo de Negreiros, individualidade que sempre manifestou o mais vivo interêsse pelas nossas justas e legítimas aspirações, o seguinte ofício que nêle encontrou o melhor e mais decisivo acolhimento e que, na sua propositada sobriedade, indica as linhas essenciais desta questão:

Lisboa, 21 de Julho de 1944. Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Excelência:

Em 13 de Abril de 1940 a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas dirigiu-se ao Govêrno para expor a «deplorável situação da classe» e pedir providências. Nesse ofício indicavam-se os ordenados existentes como «irrisórios e incompatíveis não só com o exigido pelo nível da profissão mas até com o mínimo de existência indispensável». E a Comissão Administrativa, nessa altura, depois de comunicar que fizera atento exame às necessidades impostas pelo nível de vida profissional e que considerara numa cuidada análise as possibilidades das entidades patronais, apresentava um quadro de remunerações que entendia satisfazerem os interêsses legítimos dos jornalistas sem atingirem por forma onerosa e impraticável os das emprêsas.

Estávamos então na Primavera de 1940, apenas a alguns meses do início da guerra. Ainda não tinha surgido em tôda a sua angustiosa nitidez o problema do aumento do custo da vida. O referido ofício nem sequer o citava. As reclamações fundamentavam-se, essencialmente, em circunstâncias

que provinham, sobretudo, daqueles motivos expostos: existência evidente de ordenados incompatíveis com as responsabilidades da função, com o grau social da profissão e até com o mais simples e limitado critério de exigências para manter a normalidade de um nível aceitável e digno para a vida dos profissionais do jornalismo.

Quando, em 19 de Janeiro de 1943, apareceu no Diário do Govêrno *o despacho de Vossa Excelência estabelecendo ordenados mínimos para a nossa classe tinham já passado três anos sôbre a data das nossas solicitações ao Govêrno. Durante êsse período as condições de vida tinham-se agravado extraordinàriamente. O encarecimento de tudo o que é indispensável à vida já não era, então, uma natural expectativa: era uma realidade apavorante.*

Embora reconhecendo a admirável boa vontade e o dedicadíssimo interêsse de Vossa Excelência, os jornalistas verificaram com mágoa que o despacho não resolvera, afinal, a sua situação. A classe nem sequer ficou resignada. É que os ordenados mínimos fixados pelo despacho, em 1943, não atendiam à agudeza da situação material criada pelas circunstâncias da guerra e nem sequer atingiam as verbas solicitadas três anos antes, quando o pêso dessas circunstâncias ainda não fazia sentir os seus efeitos.

Ficámos longe do mínimo indispensável.

De uma maneira geral há ainda a acentuar que as emprêsas jornalísticas ao alinharem os ordenados mínimos do seu pessoal pelas verbas consignadas no despacho se limitaram — as que o fizerm — a insignificantes aumentos (média aproximada de 8 a 10 %) nos ordenados não abrangidos pelas disposições oficiais.

Nos dezóito meses que passaram já sôbre a publicação e aplicação do despacho o custo da vida subiu em proporções que nos parece desnecessário referir. São invocados, por exemplo, como índices dessa situação o expressivo aumento do preço dos jornais e o da respectiva publicidade.

No relatório do decreto n.º 33.272, que concedeu aos servidores do Estado um suplemento de 20 %, acentuou o Govêrno, em Novembro do ano passado: «*Não deixará, certamente, de alegar-se que o suplemento agora concedido não cobre o agravamento do custo da vida e que* êle não é proporcionado com os aumentos de remuneração que em outras actividades têm auferido os trabalhadores».

Como Vossa Excelência vê, quando o Govêrno alude, neste período, a outras actividades em que os respectivos trabalhadores têm recebido aumentos superiores aos que o Estado recentemente concedeu aos seus funcionários, não é, infelizmente, aos jornalistas que se faz referência.

A Comissão Administrativa dêste Sindicato Nacional reüniu-se extraordinàriamente para estudar a situação presente dos profissionais da Imprensa e resolveu dirigir-se ao Grémio Nacional da Imprensa Diária, a cujo ilustre

presidente enviou, em 14 do corrente mês, o ofício que temos muita honra em, por cópia, enviar juntamente a Vossa Excelência, como é nosso dever.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos da nossa elevada consideração. A Bem da Nação. Pela Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, (a) Luiz Teixeira.

O ofício dirigido ao Grémio Nacional da Imprensa Diária e ao qual naquele documento se faz referência é do seguinte teor:

Lisboa, 14 de Julho de 1944 — Ex.mo Senhor Dr. Augusto de Castro, ilustre presidente do Grémio Nacional da Imprensa Diária:

A Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, reünida extraordinàriamente para êsse fim, tomou a deliberação de solicitar do Grémio Nacional da Imprensa Diária, de que Vossa Excelência é muito ilustre presidente, o especial favor de se dignar considerar com a maior atenção e brevidade o problema dos vencimentos dos profissionais da Imprensa, que são, na quási totalidade, nìtidamente insuficientes para satisfazer as suas necessidades mais elementares. As razões dêsse facto são óbvias. Conhecem-nas quantos, hoje em dia, como os jornalistas, enfrentam as dificuldades de uma vida extraordinàriamente encarecida, havendo, ao mesmo tempo, de manter seu prestígio e dignidade sociais e profissionais. E não as ignoram também Vossa Excelência e todos os dignos representantes das emprêsas agremiadas nesse organismo corporativo. As pretensões legítimas e justificadas de um aumento condigno nos ordenados dos jornalistas que a Comissão Administrativa dêste Sindicato, como zeladora dos interêsses da classe, apresenta a Vossa Excelência são, verdadeiramente, prementes e tudo nos leva a esperar que merecerão dêsse Grémio as providências necessárias para a sua conveniente e rápida solução. Renovando a afirmação do nosso maior empenho em que Vossa Excelência se digne dedicar o seu decisivo interêsse a êste assunto, apresentamos-lhe os nossos antecipados agradecimentos confiados em que não deixará, mais uma vez, de atender às circunstâncias embaraçosas duma classe que sempre tem merecido da sua parte boa atenção para os seus problemas fundamentais. Aproveitando o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos da nossa elevada consideração, nos subscrevemos, a Bem da Nação, pela Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, (a) Luiz Teixeira.

Em resposta a êste ofício a Direcção do Grémio Nacional da Imprensa Diária comunicou-nos, em 27 do mesmo mês, o seguinte:

«*Desde que as emprêsas jornalísticas, por intermédio dêste Grémio, se submeteram ao regime de ordenados mínimos estabelecido por despacho do Govêrno, não pode o Grémio tomar resoluções que impliquem alterações no estatuído no referido despacho. O aumento dos ordenados aos jornalistas, fixados como mínimos no despacho citado, é, portanto, da exclusiva competência de cada uma das emprêsas. Só estas, independentemente da intervenção dêste Grémio, têm a faculdade de considerar quaisquer reclamações que formule o seu pessoal.*»

Registamos com viva satisfação que algumas emprêsas agremiadas atenderam o apêlo que dirigimos ao seu organismo corporativo. A maioria, porém, permanece não só indiferente às nossas solicitações mas também em incompreensível demonstração de desconhecimento desta dolorosa realidade de todos os dias: o aumento assustador do custo da vida.

Tudo que acabamos de expor a Vossa Excelência justifica largamente que se faça com a urgência que as circunstâncias recomendam a indispensável revisão do despacho de ordenados mínimos dos jornalistas, atendendo-se à demonstrada necessidade das seguintes correcções:

I — Oficialização das definições das categorias profissionais tal como as estabeleceu por unanimidade a comissão técnica que estudou o assunto e cujo perfeito sentido de interpretação foi confirmado pela comissão arbitral;

II — Oficialização da distribuïção dos jornais diários pelas duas classes de expansão geral, seguindo a resolução unânime da comissão técnica, e devendo ainda aproveitar-se a oportunidade para rever a posição do jornal Diário da Manhã *neste assunto;*

III — Incorporação no texto do despacho dos princípios acordados entre o Grémio Nacional da Imprensa Diária e o Sindicato Nacional dos Jornalistas em matéria de execução e fiscalização do horário de trabalho;

IV — Concessão de um aumento condigno nos ordenados mínimos fixados.

Ao apresentar a Vossa Excelência estas simples pretensões da nossa classe, aproveitamos o ensejo para repetir os protestos da nossa mais alta consideração.

Pela Comissão Administrativa do
SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS
(a) *Luiz Teixeira*

NOVAS NEGOCIAÇÕES PARA UM CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA DIÁRIA

A exposição do presidente da Comissão Administrativa ao Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social pedindo a revisão do despacho de ordenados mínimos encontrou o melhor acolhimento naquele membro do Govêrno. O Sr. Dr. António de Castro Fernandes, que desde o princípio da sua acção governativa manifestou o mais vivo interêsse e decidido empenho em regularizar a situação dos profissionais do Jornalismo de maneira mais definitiva e pela adopção dos meios mais amplos que a organização corporativa facilita, convidou a Comissão Administrativa do Sindicato a elaborar um projecto de contrato colectivo de trabalho para ser submetido à apreciação do Grémio Nacional da Imprensa Diária no desenvolvimento das necessárias diligências e negociações. Êsse documento foi entregue em Janeiro de 1945 e nas páginas seguintes se publica o seu texto na íntegra.

CAPÍTULO I

DO ÂMBITO DO CONTRATO

Cláusula 1.ª — O presente contrato colectivo de trabalho abrange as emprêsas proprietárias dos jornais diários do continente e das ilhas adjacentes e os profissionais de jornalismo dos respectivos quadros. As suas disposições disciplinam e regulam as relações das duas partes contratantes quanto à prestação do trabalho.

CAPÍTULO II

DA ADMISSÃO DOS JORNALISTAS E DAS CAUSAS DE DESPEDIMENTO

PARTE 1.ª

GENERALIDADES

Cláusula 2.ª — Para efeitos dêste contrato consideram-se *jornalistas* os indivíduos que exerçam por forma efectiva, permanente e remunerada em jornais diários as funções de: 1) Chefe de Redacção; 2) Subchefe de Redacção; 3) Redactor; 4) Repórter; 5) Repórter-informador; 6) Repórter-fotográfico; e 7) Estagiário, e estejam, por êsse facto, sujeitos ao imposto profissional.

§ único — Em harmonia com o decreto-lei n.º 31.119 são reconhecidas as seguintes categorias profissionais:

a) *Chefe de Redacção:* — O jornalista que em contacto directo com tôdas as secções da Redacção dirige e coordena de maneira efectiva os serviços redactoriais do jornal.

b) *Subchefe de Redacção* — O jornalista que coadjuva e substitue o chefe de Redacção no exercício das funções que lhe são designadas.

c) *Redactor* — O jornalista que trabalhando só na Redacção ou na

Redacção e fora dela redige reportagens, artigos e noticiário interno ou internacional por forma definitiva.

d) *Repórter* — O jornalista que faz reportagens ou notícias sem responsabilidade definitiva de forma.

e) *Repórter-informador* — O jornalista auxiliar de Redacção que não pertencendo a qualquer das categorias anteriores colhe informações e as transmite de qualquer modo ao jornal, redigindo notícias ou outras locais sem responsabilidade de forma definitiva.

f) *Repórter-fotográfico* — O jornalista exclusivamente incumbido da reportagem fotográfica.

PARTE 2.ª

DA ADMISSÃO

Cláusula 3.ª — É de dezóito anos a idade mínima para a admissão.

Cláusula 4.ª — As emprêsas comunicarão sempre ao Sindicato a admissão dos jornalistas que ingressem nos seus quadros, indicando, além da categoria profissional, o respectivo ordenado.

§ 1.º — Se os interessados já tiverem, nessa altura, exercido durante o período de um ano, pelo menos, a profissão jornalística em qualquer jornal diário, o Sindicato passará a êsses jornalistas a Carteira Profissional.

§ 2.º — Se a admissão corresponder ao início da carreira do jornalista o Sindicato, tomando em consideração o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 31.119, só concederá a Carteira Profissional ao fim de um ano de actividade jornalística do interessado, a quem entregará, porém, no prazo máximo de quinze dias, a contar da data da admissão, um cartão de identidade que substituïrá durante aquêle espaço de tempo o referido título profissional.

§ 3.º — Se a admissão se fizer por ingresso na categoria de estagiário a Carteira Profissional só será concedida após a conclusão do respectivo período de estágio.

§ 4.º — Dois anos após ter começado a funcionar o curso de cultura e formação jornalística que venha a instituir-se no nosso País, as emprêsas, depois de atenderem às possibilidades de ocupação dos jornalistas desempregados, só admitirão nos seus quadros redactoriais novos jornalistas que se encontrem habilitados com o diploma do referido curso.

Cláusula 5.ª — O chefe e o subchefe de Redacção devem ser recrutados normalmente de entre os jornalistas profissionais.

§ único — É facultativa a existência destas categorias quando o director ou o subdirector do jornal exerçam efectivamente as funções correspondentes, mas sempre que um jornalista desempenhe de facto as atribuïções

de chefe ou de subchefe de Redacção deverá ser-lhe reconhecida a competente categoria.

Cláusula 6.ª — Não poderá haver estagiários em número superior a 10 por cento do total do quadro de Redacção, fazendo-se a aproximação por excesso quando a percentagem não se exprimir por um número inteiro.

§ 1.º — O estágio não poderá ir além de dois anos, passados os quais o estagiário ingressará em qualquer das outras categorias, se houver vaga a preencher no jornal, ou será dispensado do serviço se a não houver ou lhe não fôr reconhecida a indispensável competência profissional.

§ 2.º — Decorridos porém dezóito meses de estágio a emprêsa é obrigada a esclarecer o estagiário acêrca da sua situação.

PARTE 3.ª

DAS CAUSAS DE DESPEDIMENTO

Cláusula 7.ª — Salvo o disposto na cláusula 10.ª é vedado às emprêsas o despedimento do jornalista sem justa causa.

Cláusula 8.ª — A existência de justa causa para o despedimento, tanto do lado da emprêsa como por parte do jornalista, será apreciada pelo juiz segundo o seu prudente arbítrio, tendo em atenção o carácter das relações entre dirigentes e subordinados, a condição social de uns e outros e as demais circunstâncias do caso.

Cláusula 9.ª — Considera-se justa causa de despedimento, em relação a qualquer das partes, todo o facto ou circunstância grave que torne prática e imediatamente impossível a subsistência das relações entre a emprêsa e o jornalista, e em especial as ofensas à honra, dignidade ou interêsses de qualquer das partes, considerando-se como patrões, para o efeito, aquêles que os representem na direcção das emprêsas.

§ único — Constituem ainda justa causa para o despedimento, além das que forem reconhecidas como tais nos têrmos da cláusula 8.ª:

a) Por parte dos jornalistas:

1.º — A necessidade de cumprir quaisquer obrigações legais incompatíveis com a continuïdade ao serviço;

2.º — A falta de pagamento, na forma convencionada, da remuneração devida.

b) Por parte da entidade patronal:

1.º — A inobservância das necessárias regras de disciplina no trabalho;

2.º — A recusa do jornalista a prestar o serviço indicado pela entidade patronal, nos limites das suas faculdades de direcção.

Cláusula 10.ª — A menos que haja acôrdo em contrário entre a gerência e o jornalista, a admissão é condicional por dois meses, durante os quais êste pode ser despedido ou despedir-se sem qualquer aviso prévio ou indemnização.

§ único — Caso se mantenha a admissão, contar-se-á o período de experiência para os efeitos de antiguidade.

Cláusula 11.ª — O despedimento de qualquer jornalista contra o disposto na cláusula 9.ª sujeita a emprêsa à multa aplicável, ao pagamento do ordenado do mês em que ocorrer e, a título de indemnização:

1.º — Se o jornalista tiver menos de três anos de serviço, ao correspondente a quatro meses de ordenado;

2.º — Se tiver mais de três anos de serviço e menos de dez, ao que lhe competir por virtude do número anterior e mais o correspondente a um mês de ordenado por cada ano de serviço além de três;

3.º — Se tiver mais de dez e menos de vinte anos de serviço, ao que lhe competir por virtude do número anterior e mais o correspondente a mês e meio de ordenado por cada ano de serviço além de dez;

4.º — Se tiver mais de vinte anos de serviço, ao que lhe competir por virtude dos números 2.º e 3.º e mais o correspondente a dois meses de ordenado por cada ano de serviço além de vinte.

Cláusula 12.ª — Salvo o disposto na cláusula 10.ª o jornalista que, na falta de justa causa, se despedir sem aviso prévio fica sujeito a uma indemnização igual ao ordenado correspondente, que será de:

1.º — Um mês, se o contrato tiver durado menos de três anos;

2.º — Dois meses, se o contrato houver durado mais de três e menos de dez anos;

3.º — Quatro meses, se o contrato houver durado mais de dez e menos de vinte anos;

4.º — Seis meses, se o contrato tiver durado mais de vinte anos.

§ único — No caso de despedimento prevenido nesta cláusula, e sempre que o jornalista não satisfaça o montante da indemnização, a emprêsa que vier a admiti-lo deverá fazer o desconto, mediante comunicação da entidade patronal interessada, por forma que tôda a dívida esteja paga no prazo de um ano.

CAPÍTULO III

DA DISCIPLINA DO TRABALHO

PARTE 1.ª

DOS DEVERES DOS JORNALISTAS E DAS EMPRÊSAS

Cláusula 13.ª — São deveres dos jornalistas:

1.º — Guardar compostura em todos os actos que se liguem com a sua vida profissional;
2.º — Acatar as ordens dos superiores;
3.º — Cumprir os regulamentos internos da emprêsa;
4.º — Executar o serviço segundo as instruções recebidas.

Cláusula 14.ª — São deveres das entidades patronais:

1.º — Instalar os jornalistas em boas condições de salubridade e higiene, sobretudo no respeitante a iluminação dos locais de trabalho;
2.º — Passar aos jornalistas, quando deixem o serviço, atestado de comportamento e competência, declarando, sempre que requerido, as datas de admissão e despedimento, razões dêste, ordenado e categoria no momento do despedimento;
3.º — Exigir aos jornalistas com funções de direcção que tratem com urbanidade os que lhes estiverem subordinados;
4.º — Prestar à comissão corporativa e ao Sindicato signatário dêste contrato, quando pedidas, informações sôbre os jornalistas que hajam estado ao seu serviço e quaisquer outros esclarecimentos relativos aos interêsses profissionais.

PARTE 2.ª

DAS PENALIDADES APLICÁVEIS PELAS EMPRÊSAS

Cláusula 15.ª — As emprêsas podem aplicar aos jornalistas, consoante a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

1.º — Repreensão verbal;
2.º — Repreensão registada;
3.º — Suspensão até quinze dias;
4.º — Despedimento.

§ único — Das sanções cominadas nos números 3.º e seguinte há recurso para o Tribunal do Trabalho.

CAPÍTULO IV

DO HORÁRIO DE TRABALHO

Cláusula 16.ª — O período de trabalho semanal dos jornalistas é de trinta e seis horas divididas em fracções de seis horas diárias com um piquete por semana, sendo as horas do piquete obrigatòriamente descontadas no dia imediato.

§ 1.º — O serviço externo diurno, qualquer que seja a sua duração, será contado, nos jornais da manhã, como equivalente a duas horas de trabalho.

§ 2.º — As horas de trabalho prestado além das trinta e seis semanais serão pagas como extraordinárias.

§ 3.º — Os jornalistas podem, em casos imprevistos, ter o período normal de trabalho diário prolongado, sendo o aumento de horas compensável por desconto, em princípio, também no dia imediato ou pelo pagamento como serviço extraordinário.

§ 4.º — O jornalista que tenha estado de piquete só pode ser chamado a prestar serviço doze horas depois.

§ 5.º — Salvo casos excepcionais os jornalistas só podem ser chamados de novo ao serviço dez horas depois de haverem terminado o trabalho nocturno.

§ 6.º — O chefe e o subchefe de Redacção não estão sujeitos ao horário rígido de trabalho indicado para os demais jornalistas, devendo, no entanto, as emprêsas organizar o trabalho dêsses jornalistas em condições de normalmente se lhes exigir um serviço que não exceda o razoável.

§ 7.º — A folga em caso algum poderá recair no dia seguinte ao do piquete.

§ 8.º — Os serviços fora da localidade em que está instalado o jornal serão objecto de acôrdo especial e não estarão sujeitos, portanto, a horário de trabalho.

Cláusula 17.ª — Dos mapas do horário de trabalho, que não serão afixados, devem as emprêsas remeter cópias para o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, para o Grémio Nacional da Imprensa Diária e para o Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Cláusula 18.ª — Os jornalistas terão um dia de descanso por semana.

§ único — São também considerados de descanso os dias em que, por tradição, se não publicam os jornais diários.

Cláusula 19.ª — Os diferendos que possam surgir na organização do horário de trabalho ou na sua aplicação serão resolvidos por acôrdo entre

os organismos corporativos signatários, só na falta dêste se recorrendo aos serviços respectivos do I. N. T. P.

§ único — As reclamações dos interessados devem ser apresentadas por escrito.

CAPÍTULO V

DA GARANTIA DO TRABALHO

Cláusula 20.ª — É permitido às entidades patronais organizar livremente os quadros do pessoal, mas não podem por efeito dêste contrato efectuar quaisquer despedimentos, baixar a categoria dos jornalistas ao serviço e diminuir os ordenados ou outras remunerações regulares existentes, bem como retirar quaisquer outras regalias.

§ único — As emprêsas procederão à classificação dos jornalistas de harmonia com o disposto neste contrato, enviando-a ao I. N. T. P. e ao Sindicato Nacional dos Jornalistas no prazo de 20 dias a contar da sua publicação no Boletim do I. N. T. P.

Cláusula 21.ª — Aos jornalistas que, por conveniência da emprêsa, deixem de desempenhar os cargos de chefe ou subchefe de Redacção é assegurado o regresso ao lugar anterior com o ordenado que auferiam.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

Cláusula 22.ª — Competirá a cada jornalista, consoante a categoria, ordenado nunca inferior ao indicado para a respectiva classe no mapa anexo.

CAPÍTULO VII

DA PREVIDÊNCIA

Cláusula 23.ª — As partes outorgantes comprometem-se a habilitar a Caixa de Reforma dos Jornalistas com os meios indispensáveis para a melhoria dos fins a que se destina, em harmonia com os pareceres da repartição competente do I. N. T. P.

CAPÍTULO VIII

DO SERVIÇO MILITAR

Cláusula 24.ª — Ao jornalista chamado a cumprir deveres militares é assegurado o direito de readmissão na mesma emprêsa e nas condições em que trabalhava anteriormente.

§ 1.º — O tempo durante o qual o jornalista estiver prestando serviço militar não poderá ser descontado para efeitos de férias, reforma ou qualquer regalia a que êste contrato dê direito.

§ 2.º — Os jornalistas que tenham concluído o serviço para que foram chamados deverão notificar as entidades patronais, no prazo de quinze dias, quando desejem aproveitar-se da regalia conferida nesta cláusula.

Cláusula 25.ª — A emprêsa que se recusar a readmitir qualquer jornalista, nos têrmos da cláusula antecedente, no prazo de quinze dias a contar da data do recebimento da notificação, além da multa a que houver lugar fica obrigada ao pagamento de um suplemento correspondente a seis meses de ordenado.

Cláusula 26.ª — Os jornalistas admitidos em substituïção dos chamados a prestar serviço militar poderão ser dispensados independentemente de aviso prévio, logo que estes retomem o trabalho.

CAPÍTULO IX

DAS FÉRIAS E LICENÇA GRACIOSA

Cláusula 27.ª — Os jornalistas com mais de um ano de serviço têm direito a um período de férias com remuneração de 30 ou 15 dias, conforme se tratar de jornalistas que tenham ou não atingido cinco anos de bom serviço.

§ único — As férias com vencimento serão gozadas em dias seguidos, tanto quanto possível de Maio a Outubro de cada ano.

Cláusula 28.ª — Todo o jornalista terá direito a três dias de licença sem perda de vencimento nem prejuízo de férias quando contrair matrimónio, no caso de parto da mulher e por motivo de falecimento de pais, filhos, irmãos ou espôsa.

CAPÍTULO X

DAS SANÇÕES

Cláusula 29.ª — As emprêsas que não cumprirem as disposições dêste contrato serão punidas com multas nos têrmos seguintes:

a) 50$00 a 250$00, se as pessoas normalmente ao serviço forem cinco ou menos de cinco;

b) 100$00 a 500$00, se forem de seis a dez;

c) 250$00 a 1.000$00, se forem de onze a vinte;

d) 500$00 a 2.500$00, se forem de vinte e uma a cinqüenta;
e) 1.000$00 a 5.000$00, se forem mais de cinqüenta.

§ 1.º — Se a emprêsa transgressora fôr reincidente, em caso de pagamento voluntário, satisfará pela primeira reincidência dois terços do máximo da multa e pelas reincidências posteriores o máximo.

§ 2.º — Havendo condenação, a multa imposta não poderá ser inferior ao máximo aplicável.

Cláusula 30.ª — O pagamento de qualquer multa não dispensa a parte condenada do cumprimento da obrigação contratual infringida.

Cláusula 31.ª — O produto das multas reverterá em benefício da Caixa de Reformas dos Jornalistas, salvo se por lei dever ter outro destino.

CAPÍTULO XI

DA COMISSÃO CORPORATIVA

Cláusula 32.ª — É criada uma comissão corporativa composta de:

1.º — Um representante do I. N. T. P., que presidirá e terá voto de qualidade;
2.º — Um representante gremial;
3.º — Um representante sindical.

§ 1.º — O representante de cada um dos organismos signatários será qualquer dos membros das respectivas direcções;

§ 2.º — Além da competência conferida por lei incumbe à comissão corporativa:

1.º — Exercer as atribuïções que por êste contrato lhe são conferidas e, nomeadamente, a resolução dos casos omissos e das dúvidas que venham a surgir, quer na interpretação, quer na aplicação das cláusulas;
2.º — Promover o que julgar conveniente para melhor execução dêste contrato, melhoria da condição dos profissionais e facilidade das boas relações entre estes e as entidades patronais.

Cláusula 33.ª — O Grémio e o Sindicato obrigam-se a fornecer à comissão corporativa os elementos necessários para esclarecimento e resolução dos casos apresentados.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 34.ª — A todos os jornalistas que, em serviço, sejam obrigados a deslocar-se serão pagas as despesas inerentes.

CAPÍTULO XIII

DA VIGÊNCIA, DENÚNCIA E REVISÃO DO CONTRATO

Cláusula 35.ª — Êste contrato entra em vigor logo depois de sancionado pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e publicado no Boletim do I. N. T. P., sendo válido por espaço de um ano, prorrogável por iguais períodos.

Cláusula 36.ª — Salvo determinação do I. N. T. P., o pedido de denúncia, feito por qualquer dos organismos corporativos signatários, considerar-se-á como expressão do desejo de aperfeiçoar e actualizar o presente contrato, que poderá ser alterado a todo o tempo por mútuo consentimento, devendo ser revisto necessàriamente de três em três anos.

MAPA A QUE SE REFERE A CLÁUSULA 22.ª

Categorias profissionais	Jornais de expansão geral		Jornais de expansão local
	Classe A	Classe B	
Chefe de redacção	3.600$00	2.500$00	1.250$00
Subchefe de redacção	3.000$00	2.000$00	—$—
Redactor	2.250$00	1.750$00	1.000$00
Repórter	1.500$00	1.250$00	750$00
Repórter-informador	1.200$00	1.000$00	—$—
Repórter-fotográfico	1.500$00	1.250$00	—$—
Estagiário	800$00	800$00	—$—

O repórter-fotográfico que trabalhe com aparelhagem própria terá um suplemento de 300$00 ou 150$00, conforme se tratar de jornais da classe A ou da classe B.

Para os efeitos constantes da tabela supra consideram-se:

a) Jornais de expansão geral:

1) Da Classe A — Os jornais *Diário de Lisboa, Diário de Notícias, Diário Popular, Jornal de Notícias, O Comércio do Pôrto, O Primeiro de Janeiro* e *O Século.*

2) Da Classe B — Os jornais *A Voz, Diário da Manhã, Jornal do Comércio, Novidades* e *República.*

b) Jornais de expansão local:

Os restantes jornais diários do continente e das ilhas adjacentes.

NOTA — Deve consultar-se a lei n.º 1.952, de 10 de Março de 1937, que estabeleceu o regime jurídico do Contrato de Trabalho. O seu texto é, em relação a êste documento, subsidiàriamente aplicável às relações entre os jornalistas e as emprêsas respectivas quanto à prestação do trabalho.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA CAIXA DE REFORMAS DOS JORNALISTAS

A comissão organizadora da Caixa de Reformas dos Jornalistas foi nomeada por despacho do Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social publicado no *Boletim* do Instituto Nacional do Trabalho n.º 3, de 15 de Fevereiro de 1943. Constituída pelos Srs. Dr. Augusto de Castro, presidente; Luiz Teixeira, João Pereira da Rosa, Dr. Norberto Lopes e António Silva e Costa, secretário, tomou posse no dia 27 de Fevereiro perante aquêle membro do Govêrno.

O Sr. Dr. Mário Braga, chefe da Repartição de Previdência Social, interino, leu o respectivo auto e em seguida o Sr. Dr. Trigo de Negreiros usou da palavra para afirmar que tratando-se de pessoas de tão elevada categoria se julgava dispensado de produzir largas considerações, limitando-se a dizer que tinha a maior satisfação em dar posse à comissão organizadora da Caixa de Reformas dos Jornalistas, instituïção de previdência há muito desejada pelos que exercem a sua acção na vida árdua dos jornais diários.

Acrescentou que foi possível promulgar tal medida porque a comissão encarregada de estudar os problemas respeitantes à classe, cujas resoluções não conseguiram por vezes unanimidade, a obteve completa e espontânea para esta iniciativa de largo alcance social, acentuando, a propósito, que os delegados do Grémio e do Sindicato demonstraram espírito de compreensão que se traduziu na conquista de vários benefícios para os profissionais da Imprensa.

Depois de afirmar que se limitara, neste caso, a dar vida legal à Caixa de Reformas, manifestou o desejo de que a sua acção se faça sentir o mais ràpidamente possível e terminou agradecendo aos empossados a sua cooperação para se efectuar uma obra pela qual ansiavam os jornalistas.

«UM GRANDE DIA PARA OS JORNALISTAS PORTUGUESES»

Afirmou o Sr. Dr. Augusto de Castro

O Sr. Dr. Augusto de Castro, depois de afirmar que aquêle dia deve e há-de ser considerado como um grande dia para os jornalistas portugueses, não apenas pelo facto material da criação de uma instituïção de previdência, mas pela finalidade moral que traduz — a íntima colaboração entre êles e as emprêsas — felicitou o Sr. Subsecretário de Estado das Corporações pela promulgação de tão importante diploma.

«Encontro-me aqui, disse, na dupla condição de jornalista e de representante das emprêsas, o que me dá a singular qualidade de, como jornalista, me felicitar por ver realizada uma antiga e legítima aspiração dos jornalistas; e, como presidente do Grémio, apreciar o aspecto mais nobre e mais vasto de um estreito entendimento de relações entre as emprêsas e os que nelas trabalham — o que dignificará o jornalismo português, ao qual incumbe uma importante missão de carácter político, social e económico.»

Depois de acentuar que o exemplo dado devia ser seguido, no futuro, nas relações entre as duas classes, o Sr. Dr. Augusto de Castro terminou agradecendo a escolha do seu nome para presidir à comissão organizadora e prometendo desempenhar-se dêsse cargo com a melhor boa vontade e dedicação.

«HÁ ALGUNS PROFISSIONAIS DE IMPRENSA COM MAIS DE OITENTA ANOS DE IDADE E MEIO SÉCULO DE VIDA EFECTIVA NO JORNALISMO, AINDA EM PLENA ACTIVIDADE»

Disse o Sr. Luiz Teixeira

Seguidamente o Sr. Luiz Teixeira, presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, pronunciou as seguintes palavras:

«É muito grato para mim ter oportunidade de acentuar os vivos agradecimentos dos jornalistas portugueses pela excelente solução do seu problema fundamental. A reforma flutuava nos anseios e aspirações da classe, há muitos anos, como um bem inacessível, um quadro de miragem engana-

dora, coisa desejada, ambicionada, quási prometida, quási alcançada, mas que, afinal, se desfazia sempre em decepções e lamentos, quando o assunto se movia do sedutor plano das nossas aspirações para o território triste da realidade, onde sucumbiam todos os esforços na ânsia de procurar uma definitiva concretização de factos.

Da falta de estabelecimento de condições de previdência na classe e das outras de ordem profissional, como a justa retribuïção do esfôrço e as garantias de estabilidade no trabalho, resultaram prejuízos lamentáveis e graves que, a-pesar disso, parecem esquecidos.

¿Que valores intelectuais, daqueles que o jornalismo tanto necessita para o melhor desempenho da sua missão na vida portuguesa, se dispunham a entregar a sua actividade, o brilho da sua cultura, a excelência das suas qualidades e da sua intuïção, a um labor que tudo absorvia numa exigência constante e tudo recusava numa inexplicável indiferença pelos mais reduzidos e normais conceitos da segurança e da compensação?

Teceu-se a nefasta lenda dum pitoresco de vida boémia que procurava desculpar, literàriamente, ao jornalista que vivesse em dificuldades angustiosas e morresse esvaziando a taça do seu destino amargo ao brindar pela multidão, num fim de pobreza sem recurso, moído pela febre duma vida intensa de emoções e de trabalhos, torturado de nervos, de saúde, de energias intelectuais — no artigo, na reportagem, na notícia.

Assim se chegou a uma situação que pode definir-se, expressivamente, nestes têrmos: se surgissem mais um ou dois grandes diários no conjunto da Imprensa portuguesa não haveria agora pessoal jornalístico disponível para satisfazer cinqüenta por cento das suas necessidades de redacção. Os nossos quadros não receberam, pelos motivos que apontei, durante anos e anos, o sangue novo de valores intelectuais que viessem ao jornalismo procurar o índice das suas claras revelações de utilidade. Faltava à nossa classe o condicionalismo de atracção e segurança indispensável para prender à profissão os elementos que não estivessem dispostos a fazer carreira de puro sacrifício, vivendo apenas num ideal de sonhos pequenos e suaves ilusões de efémera projecção pessoal.

Há nos diários de Lisboa e do Pôrto alguns profissionais com mais de oitenta anos de idade e mais de meio século de vida efectiva no jornalismo, ainda em plena actividade profissional. Podia dizer que era em nome dêles que eu trazia aqui os meus agradecimentos. Mas isso não seria exacto. O bem da reforma agora conseguido não interessa apenas êsses homens que já cumpriram há muito o seu dever nas lides jornalísticas. Abrange tôda a classe, pois os benefícios da velhice tranqüila e da família amparada englobam quantos, com mais ou menos anos de profissionalismo, estão ou venham a estar, de futuro, nas nossas fileiras.

O reconhecimento dos jornalistas vai, em primeiro lugar, para o Grémio Nacional da Imprensa Diária e, designadamente, para os Srs. Dr. Augusto de Castro e João Pereira da Rosa, que tornaram possível, com a sua pronta concordância, recentemente, que a proposta do Sindicato Nacional dos Jornalistas se transformasse em acôrdo legal de solução entre os dois organismos corporativos interessados. Tenho o maior gôsto, a mais viva satisfação em prestar homenagem a estas duas altas figuras do jornalismo português, que, com o seu espírito compreensivo e a sua pronta decisão, influíram poderosamente no sentido de podermos hoje festejar como um facto consoladoramente positivo — a criação da Caixa de Reformas dos Jornalistas.

Acôrdo realizado dentro das mais nítidas fórmulas corporativas, eu desejaria que êle marcasse nas relações entre as emprêsas e os profissionais da Imprensa — o princípio e o exemplo da colaboração e do entendimento que o Sindicato Nacional dos Jornalistas ardentemente ambiciona ver como sistema dominante na procura leal das soluções de todos os casos e problemas da classe.

A reforma, baseada nesse acôrdo, foi concedida por decreto. E eu não devo terminar as minhas palavras sem, por êsse facto, que dispensa considerações de justificação, afirmar a profunda gratidão de todos os jornalistas portugueses a V. Ex.ª, Sr. Subsecretário de Estado das Corporações, grande amigo da nossa classe, e ao Ex.mo Presidente do Conselho, que, ao decidir definitivamente sôbre o assunto e ao assinar o decreto n.º 32.633, provou mais uma vez que o Estado Corporativo continua firmemente, intensamente, a realizar, com factos evidentes e admiráveis, uma Revolução que nem por desenvolver os seus efeitos em plena *paz social* deixa de satisfazer aos trabalhadores as suas mais legítimas, mais ardentes, mais justas aspirações.

Perante a criação da Caixa de Reformas e outros benefícios agora concedidos aos jornalistas, mais uma classe pode, como muitas outras, confirmar a veracidade da seguinte afirmação do Chefe do Govêrno: «*Nós queremos ir, na satisfação das reivindicações operárias, dentro da ordem, da justiça e do equilíbrio nacional, até onde não foram capazes de ir outros que prometeram chegar até ao fim*».

REGULAMENTO DA CAIXA DE REFORMAS DOS JORNALISTAS

Publicamos a seguir o *Regulamento da Caixa de Reformas dos Jornalistas*. Documento elaborado pelos serviços de previdência do Instituto Nacional do Trabalho, de acôrdo com os elementos fornecidos pela respectiva comissão organizadora, poderá, depois de entrar em vigor, ser alterado nos pontos que a experiência demonstrar ser vantajosa a introdução de correcções, procurando-se sempre melhorar o sistema de benefícios consignados. Esta deve ser a preocupação dos dirigentes da Caixa e é também a habitual norma de procedimento dos serviços oficiais a que aludimos. Por despacho do Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 12 de Maio de 1943, foi determinado que a contribuïção dos beneficiários não deveria exceder 4 por cento dos ordenados. Tendo aquêles serviços oficiais concluído, depois do pormenorizado estudo do problema da previdência dos jornalistas a que procederam, que se tornava indispensável uma contribuïção global de 10,6 % a comissão organizadora apresentou ao Grémio Nacional da Imprensa Diária as seguintes propostas de solução para fixar a percentagem que viria a competir às emprêsas jornalísticas (prevista pelo art. 2.º do decreto n.º 32.633, de 20 de Janeiro de 1943) : *I — Contribuïção de 6,6 %; II — Contribuïção de 6 %; III — Contribuïção livre a fixar para atingir a percentagem global,* atendendo a que o Sr. Subsecretário de Estado das Corporações estabelecera 4 % apenas como limite máximo da contribuïção dos beneficiários, deixando às emprêsas o direito de reduzirem esta taxa se assim o entendessem. Na exposição dirigida ao Grémio Nacional da Imprensa Diária acentuava-se que a primeira solução trazia para o funcionamento da Caixa de Reformas vantagens de importância e dignas de ser

consideradas. O agravamento de 0, 6% em relação ao mínimo de contribuïção que era permitido às emprêsas podia ser considerado suportável sem sacrifício de maior. Adoptando-se a primeira solução (6,6 % de contribuïção das emprêsas sôbre os ordenados do seu pessoal jornalístico) não seria necessário retirar o complemento de 0,6 % do fundo constituído pelas receitas do adicional estabelecido sôbre a publicidade, ao contrário do que aconteceria no caso de o Grémio resolver aprovar antes a segunda solução apresentada (6 % de contribuïção).

A terceira solução indicada permitiria ao Grémio manifestar, mais uma vez, o grande interêsse que sempre lhe tem merecido a existência dêste organismo. E a propósito é oportuno afirmar que o Sindicato Nacional dos Jornalistas não esquece quanto deve ao espírito de compreensão e de decisão de dois componentes daquele organismo, os srs. João Pereira da Rosa e Dr. Augusto de Castro, para se conseguir resolver, em moldes que o futuro certamente aperfeiçoará, o problema da previdência da classe que representa. As atitudes assumidas em relação a êste caso na comissão técnica encarregada de estudar e propor as normas de trabalho da profissão, pelo primeiro, e na presidência do Grémio, pelo segundo, justificam claramente o nosso renovado testemunho de gratidão e aprêço. *(Ver pág. 42).*

A comissão organizadora entendeu não defender perante o Grémio a referida terceira solução, apresentando antes à consideração das emprêsas agremiadas o seguinte parecer:

«A classe dos jornalistas é, relativamente, pouco numerosa. Êsse facto e a verificada impossibilidade de exigir dos profissionais dos jornais diários descontos elevados, que nas presentes circunstâncias são nìtidamente incomportáveis, obrigaram os organizadores da Caixa a desistir, por agora, da adopção da modalidade do subsídio pecuniário por doença, apoiando, aliás, esta decisão no convencimento de que as emprêsas jornalísticas continuarão, como até aqui, a considerar com bom sentido de espontâneo auxílio o caso do seu pessoal naquelas circunstâncias. Acresce que nos quadros redactoriais dos nossos diários a renovação do pessoal é feita muito lentamente. Escasseiam, de uma maneira geral, revelações de novos temperamentos de jornalistas e a experiência tem demonstrado a vantagem de se continuar a utilizar profissionais com longos anos de serviço ao Jornalismo. Pode dizer-se, por isso, que constituem grande percentagem os jornalistas em idade avançada. O seu problema de reforma tem preocupado de maneira especial esta comissão organizadora. Muitos dêles encontram-se perante esta realidade lamentável: — chegarem ao limite da idade com poucos anos de contribuïção para a Caixa. Procurou-se estabelecer o princípio da aplicação das verbas arrecadadas no Fundo de Assistência constituído pelas receitas do adicional sôbre

a publicidade, especialmente a complemento de pensões a beneficiários que, atingidos pela invalidez ou pelo limite legal de idade, não tenham, pelo motivo atrás citado, direito a pensão correspondente a 80 por cento do vencimento sôbre o qual estava incidindo o desconto para a Caixa. Ao mesmo tempo a comissão organizadora reconhecia a necessidade de reformar imediatamente alguns jornalistas naquelas circunstâncias e entendia dever fixar-se um limite máximo de pensão para estes casos (mil e quinhentos escudos, por exemplo), embora com carácter transitório que o facto de a Caixa começar agora o seu funcionamento perfeitamente justifica. Verifica-se, porém, a evidente insuficiência das receitas citadas e provenientes do adicional sôbre a publicidade, atendendo-se ainda ao facto de as mesmas só reverterem para o referido Fundo de Assistência depois de constituídas as reservas matemáticas e o fundo de reserva e de serem por elas satisfeitos os encargos da administração da Caixa, conforme determina o Regulamento.

Ponderando a necessidade de dotar a Caixa de Reformas com os meios indispensáveis que permitam mais imediata e valiosa acção de assistência: melhoria de pensões, aproximando-as mais dos ordenados que os beneficiários em idade avançada recebem; e possibilidades de encarar a concessão de pensões de sobrevivência às famílias, como prevê o art. 4.º do decreto n.º 32.633, a comissão organizadora pede ao Grémio Nacional da Imprensa Diária que no desenvolvimento do especial e dedicado interêsse com que, desde o início, tem acompanhado esta iniciativa, criando-lhe, muito espontâneamente, condições de vida, autorize a elevação da taxa do adicional sôbre a publicidade, *que é, presentemente, de 1 por cento.*»

Em 6 de Julho de 1944 a direcção do Grémio Nacional da Imprensa Diária comunicou ao presidente da comissão organizadora da Caixa de Reformas dos Jornalistas que a respectiva assembléia geral resolvera que a contribuïção das emprêsas jornalisticas fôsse de 6,6 %. «Em relação à elevação do adicional sôbre a publicidade, a mesma assembléia considerou-a inoportuna, por agora.»

O regulamento da Caixa de Reformas dos Jornalistas foi aprovado por alvará de 25 de Novembro de 1944, publicado no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* n.º 23, de 15 de Dezembro de 1944.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E OBJECTIVOS

Artigo 1.º — A Caixa de Reformas dos Jornalistas, criada pelo decreto n.º 32.633, de 20 de Janeiro de 1943, é uma instituïção de previdência incluída na 2.ª das categorias a que se refere o art. 1.º da lei n.º 1.884, de 16 de Março de 1935, de duração indeterminada e terá a sede em Lisboa.

Art. 2.º — A Caixa destina-se a proteger os indivíduos representados pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, nos têrmos dêste regulamento.

Art. 3.º — A Caixa tem por objectivos fundamentais:

a) garantir pensões de reforma ordinária aos 70 anos e de invalidez verificada antes daquela idade;

b) conceder subsídios por morte.

Art. 4.º — A Caixa poderá prestar socorros extraordinários, à margem dos compromissos regulamentares, aos beneficiários e suas famílias em conformidade com o capítulo V.

CAPÍTULO II

INSCRITOS

1.ª SECÇÃO

CATEGORIA DOS INSCRITOS

Art. 5.º — Haverá três categorias de inscritos:

a) beneficiários: os indivíduos inscritos de conformidade com o art. 6.º, alínea *a*);

b) contribuintes: as emprêsas referidas na alínea *b*) do art. 6.º e as pessoas ou entidades distintas dos beneficiários que concorram normal e paralelamente com estes para a constituïção dos fundos da Caixa;

c) honorários: todos os indivíduos ou entidades que prestem à Caixa serviços relevantes ou a auxiliem com donativos de tal modo importantes que a Direcção, de acôrdo com o Conselho Geral, julgue dignos de tal distinção.

2.ª SECÇÃO

INSCRIÇÃO

Art. 6.º — São inscritos obrigatòriamente na Caixa, nos têrmos do art. 3.º do decreto-lei n.º 32.674 e decreto n.º 32.633:

a) Na categoria de beneficiários os indivíduos que não contem menos de 14 anos nem mais de 50, na data do primeiro desconto, cuja representação caiba ao Sindicato Nacional dos Jornalistas e exerçam por forma efectiva, permanente e remunerada qualquer das funções que forem fixadas e definidas por despacho de harmonia com a legislação reguladora das condições do trabalho nacional;

b) Na categoria de contribuintes: as emprêsas jornalísticas que empreguem os indivíduos a que se refere a alínea anterior.

Art. 7.º — O ponto de partida para a inscrição é a inclusão do nome do futuro beneficiário na fôlha de ordenados a que se refere o art. 16.º.

§ único — Para que os beneficiários entrem no gôzo dos seus direitos é indispensável que na secretaria da Caixa apresentem a sua certidão de idade ou o bilhete de identidade do Arquivo de Identificação, cujo número e indicações úteis se apontarão nos registos da Caixa.

3.ª SECÇÃO

CANCELAMENTO, TRANSFERÊNCIA E REINSCRIÇÃO

Art. 8.º — Será cancelada a inscrição dos beneficiários que:

1.º — Fiquem desempregados, abandonem a profissão ou se ausentem do País ou da área de influência da Caixa e cujo pagamento de contribuïções que lhes disser respeito deixe de se efectuar por 3 meses;

2.º — Sejam expulsos da Caixa.

Art. 9.º — Os beneficiários que passarem a depender de outra Caixa podem solicitar à direcção a transferência da sua reserva matemática, a qual só se efectuará mediante autorização do I. N. T. P.

Art. 10.º — Os beneficiários que se encontrem nas condições do n.º 1.º do art. 8.º podem solicitar que lhes seja permitido continuarem a contribuir

para a Caixa, nos têrmos do art. 17.º do decreto n.º 28.321, mas não poderão beneficiar dessa regalia por tempo superior a 12 meses.

Art. 11.º — Os beneficiários cuja inscrição tenha sido cancelada, tendo ou não recebido a sua reserva matemática, se voltarem a ingressar na Caixa serão para todos os efeitos considerados como novos inscritos, salvo se vierem de outra Caixa com transferência devidamente autorizada, em que se observarão as condições dessa transferência.

4.ª SECÇÃO

DEVERES DOS INSCRITOS

Art. 12.º — São deveres e direitos dos inscritos:

1.º — Cumprir tôdas as disposições regulamentares e determinações da Direcção;

2.º — Ser escrupulosamente exactos nas suas declarações, participações e requerimentos;

3.º — Comunicar à Direcção qualquer omissão da entidade patronal relativa aos descontos regulamentares nos ordenados, assim como tôda e qualquer irregularidade de que tenham conhecimento e que seja ou possa ser nociva à Caixa ou a qualquer beneficiário ou contribuinte;

4.º — Usufruir os benefícios a conceder pela Caixa;

5.º — Solicitar da Direcção os esclarecimentos que directamente lhes interessem.

CAPÍTULO III

CONTRIBUÏÇÕES

Art. 13.º — Para fazer face aos encargos das modalidades de previdência, a contribuïção correspondente a cada beneficiário é igual a 10,6 % do seu ordenado.

Art. 14.º — Concorrerão para o pagamento da contribuïção a que se refere o artigo anterior:

a) os beneficiários com 4 %; e

b) os contribuintes com 6,6 %.

§ único — A distribuïção da contribuïção a que se refere êste artigo será efectuada do modo seguinte:

Reformas	9,7 %
Morte	0,9 %
	10,6 %

Art. 15.º — A contribuïção dos beneficiários será descontada no acto do pagamento dos respectivos ordenados pelas entidades patronais, sendo o total da mesma, bem como a parte com que concorrem os contribuintes, depositada de 1 a 5 do mês seguinte àquele a que respeita, na tesouraria da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, mediante talões de depósito em triplicado do modêlo anexo ao decreto-lei n.º 33.533.

§ único — A Direcção da Caixa prestará aos contribuintes as indicações necessárias ao bom cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 16.º — As entidades patronais, nos têrmos do art. 4.º do decreto-lei n.º 33.533, são obrigadas a enviar à Caixa, nos cinco dias seguintes ao prazo fixado no artigo anterior, uma fôlha de ordenados respeitante aos beneficiários ao seu serviço, e bem assim o triplicado da guia de depósito das contribuïções.

Art. 17.º — A situação de cada beneficiário deverá constar com a maior pormenorização possível de escrita através de:

a) fichas individuais em que se mencionarão tôdas as circunstâncias necessárias para a identificação e conhecimento, em qualquer momento, da posição regulamentar de cada um;

b) contas correntes individuais em que se discriminarão as diversas modalidades de previdência e para cada uma delas se mencionarão as contribuïções recebidas e os benefícios pagos.

CAPÍTULO IV

BENEFÍCIOS

Art. 18.º — As importâncias dos subsídios e pensões e os prazos de garantia que limitam a sua concessão em cada modalidade de previdência são os indicados nas respectivas secções dêste capítulo.

Art. 19.º — Os benefícios só podem ser concedidos aos beneficiários cujas contribuïções se encontrem em dia.

Art. 20.º — Os benefícios só podem ser concedidos desde o acto da inscrição e enquanto esta fôr válida, mas os prazos de garantia reportam-se ao primeiro desconto e contam-se pelo tempo efectivo do pagamento das contribuïções.

Art. 21.º — As pensões ou subsídios devidos aos beneficiários, seus herdeiros ou legatários têm o carácter de pensões alimentícias e não podem ser cedidas a terceiros nem penhoradas mas prescrevem a favor da Caixa no prazo de um ano, a contar do vencimento, caso não haja reclamação pendente do tribunal.

§ único — As verbas prescritas constituem receita do Fundo de Assistência.

1.ª SECÇÃO

Art. 22.º — Entende-se por invalidez a impossibilidade de trabalho na profissão por motivo de doença ou de acidente que não esteja a coberto da legislação especial sôbre acidentes de trabalho, ou por responsabilidade de terceiros, julgada definitiva e verificada antes da idade mínima para a reforma por velhice.

Art. 23.º — A pensão de invalidez é concedida aos beneficiários cuja conta corrente acuse a arrecadação de contribuïções totais correspondentes a 10 anos, pelo menos, e será paga até aos 70 anos nas condições do artigo seguinte.

Art. 24.º — Decorridos 10 anos a pensão atinge o valor de 30 % do ordenado, aumentando 2 % do mesmo ordenado multiplicado pelo número de anos completos de contribuïção total arrecadada, até ao limite máximo de 80 %.

§ único — O ordenado a que se refere êste artigo será a média dos ordenados correspondentes a todo o tempo de contribuïção. Exceptua-se o caso em que o beneficiário se encontre inscrito por mais de 40 anos, caso êste em que apenas se atenderá aos últimos 40 anos.

Art. 25.º — A concessão e o processo de invalidez baseiam-se no requerimento do interessado ou dos seus representantes legais e a partir da data da entrada na secretaria da Caixa se contam todos os prazos que não forem determinados por outras circunstâncias expressamente indicadas.

Art. 26.º — O requerente será examinado por uma junta de três médicos, nomeada pela Caixa, que dará parecer por escrito.

§ 1.º — A pensão será paga em duodécimos no fim de cada mês;

§ 2.º — A pensão pode ser diminuída, suspensa ou anulada a partir do momento em que se reconhecer não subsistirem razões para a sua concessão, por se ter modificado favoràvelmente o estado físico do inválido ou se verificar que aufere proventos suficientes por actividade exercida na mesma ou em outra profissão.

Art. 27.º — Os inválidos serão sujeitos a uma junta médica de revisão sempre que a Direcção entender e, obrigatòriamente, pelo menos, uma vez por ano, durante os três primeiros anos.

§ único — As inspecções a que se refere êste artigo efectuar-se-ão sem qualquer encargo para os inválidos.

VELHICE

2.ª SECÇÃO

Art. 28.º — A reforma por velhice consiste numa pensão pecuniária vitalícia paga em duodécimos no fim de cada mês a partir dos 70 anos, cujo quantitativo é igual a 2 % do ordenado multiplicado pelo número de anos completos de contribuïção total arrecadada e mais 10 % do mesmo ordenado até ao limite de 80 %.

Art. 29.º — A concessão e o processo de reforma são determinados pela circunstância de o beneficiário completar 70 anos, excepto se o I. N. T. P., sob requerimento do interessado com o acôrdo da Caixa, devidamente informado pela entidade patronal, autorizar que êle continue a trabalhar.

MORTE

3.ª SECÇÃO

Art. 30.º — Os beneficiários que hajam contribuído para a Caixa durante 3 anos, pelo menos, têm direito a legar, por sua morte, um subsídio pagável de uma só vez, igual a 3 meses de ordenado.

§ único — Se o beneficiário falecer na situação de inválido ou reformado tomar-se-á por base o ordenado que tenha sido considerado para efeito de cálculo da respectiva pensão.

Art. 31.º — O subsídio a que se refere o artigo anterior será entregue nas condições seguintes:

1.º — Falecendo o beneficiário no estado de casado e com filhos, o subsídio será pago metade ao cônjuge sobrevivo e a outra metade, em partes iguais, aos filhos legítimos ou legitimados;

2.º — Se o beneficiário não deixar filhos, o subsídio reverterá por inteiro para o cônjuge sobrevivo;

3.º — Se o beneficiário falecido deixar só filhos, legítimos ou legitimados, a estes filhos pertencerá o subsídio por inteiro;

4.º — Não havendo cônjuge nem filhos do beneficiário falecido, nem se dando a hipótese dos números seguintes, pertencerá o subsídio aos pais, e, na falta dêstes, aos irmãos ou ainda a crianças com menos de 14 anos protegidas pelo falecido e que com êle habitassem há mais de seis meses;

5.º — Se o beneficiário estiver na data do falecimento na situação de divorciado e o divórcio tiver sido decretado por causa originada por êle, o cônjuge inocente, que não haja contraído novo casamento, terá, por morte

do beneficiário, direito ao subsídio por inteiro não existindo filhos e a metade no caso de êstes existirem;

6.º — Se o beneficiário divorciado tiver contraído novo casamento, o subsídio ou parte do subsídio destinado ao cônjuge será dividido em partes iguais pelas pessoas que tiverem sido casadas com êle e se mantenham na situação de divorciadas;

7.º — Se o beneficiário se tiver divorciado por mútuo consentimento observar-se-á o disposto no n.º 5.º se assim tiver sido consignado na declaração sôbre os seus bens que os cônjuges têm de apresentar com o requerimento em que pedirem o divórcio, e, na falta desta declaração, não terá o cônjuge direito ao subsídio.

Art. 32.º — Qualquer dos interessados pode comunicar à Direcção o falecimento do beneficiário e solicitar o subsídio ou a parte que do mesmo lhe pertencer, sendo porém necessário acompanhar o requerimento dos documentos comprovativos do óbito e dos seus direitos.

CAPÍTULO V

ACÇÃO DE ASSISTÊNCIA

Ar. 33.º — A acção de assistência completará a função específica da previdência, concedendo socorros extraordinários, à margem de qualquer compromisso regulamentar, aos beneficiários e suas famílias, e, nos têrmos do art. 4.º do decreto n.º 32.633, incumbe-lhe principalmente a concessão de pensões de sobrevivência às famílias dos beneficiários falecidos. Compete ainda à acção de assistência o pagamento de contribuïções dos beneficiários nos casos de desemprêgo e acidente de trabalho, em conformidade com o disposto no decreto-lei n.º 33.906.

§ 1.º — A título de assistência poderá a Direcção procurar melhorar as pensões de invalidez ou velhice, quando estas forem de valor inferior a 80 %.

§ 2.º — A importância da pensão somada à melhoria referida no parágrafo anterior não poderá exceder 1.500$00.

§ 3.º — A concessão dos benefícios constantes da parte final do corpo dêste artigo e do § 1.º obedecerá a regulamento especial, do qual será dado conhecimento ao I. N. T. P.

§ 4.º — As despesas resultantes da acção de assistência serão suportadas pelo Fundo de Assistência.

CAPÍTULO VI

RECEITAS, DESPESAS E FUNDOS ESPECIAIS

Art. 34.º — As receitas da Caixa desdobram-se nas seguintes categorias:

a) contribuïções;

b) importâncias respeitantes ao adicional referido no art. 2.º do decreto n.º 32.633;

c) juros;

d) subvenções, donativos, legados ou heranças do Tesouro Público, dos corpos administrativos ou particulares;

e) multas;

f) pensões e subsídios prescritos, nos têrmos do art. 32.º do decreto n.º 28.321, ou contribuïções e reservas matemáticas prescritas;

g) uma quarta parte do imposto para o Fundo de Desemprêgo, em conformidade com o disposto no decreito-lei n.º 33.906.

Art. 35.º — As despesas da Caixa desdobram-se nas seguintes categorias:

a) subsídios e pensões de previdência;

b) despesas da acção de assistência;

c) despesas gerais de administração;

d) emissão de selos a que se refere o art. 3.º do decreto n.º 32.633.

Art. 36.º — Constituïrão fundos e contas distintos:

a) as reservas matemáticas, destinadas a assegurar os benefícios de previdência com discriminação das quantias relativas a cada modalidade;

b) o Fundo de Reserva, que se destina a garantir a Caixa contra qualquer eventualidade imprevisível ou aumento brusco e anormal dos encargos de previdência;

c) a conta de administração, que especificará as receitas e as despesas dos serviços próprios da Caixa, incluindo os que se referem a médicos.

Art. 37.º — Nos têrmos do art. 4.º do decreto n.º 32.633, a receita proveniente do adicional reverterá para o Fundo de Assistência, depois de constituídas as reservas matemáticas e o Fundo de Reserva, devendo por fôrça daquela receita ser ainda satisfeito o encargo de administração.

Art. 38.º — O balanço da Caixa será organizado nos têrmos do art. 54.º do decreto n.º 28.321.

Art. 39.º — As despesas resultantes da acção de assistência serão asseguradas:

a) pelo saldo do adicional a que se refere o art. 37.º;

b) pelo rendimento do Fundo de Reserva;

c) pelas quantias prescritas nos têrmos do art. 32.º do decreto n.º 28.321;

d) pelos saldos a que se refere o n.º 1.º do art. 41.º;

e) pelos donativos, subvenções, legados ou heranças que expressamente se lhes destinem;

f) pelas multas aplicadas a contribuintes ou a beneficiários;

g) pela receita a que se refere a alínea *g*) do art. 34.º.

Art. 40.º — Será elaborado, anualmente, um balanço técnico, do qual constará o valor das reservas matemáticas referido a 31 de Dezembro.

Art. 41.º — O saldo anual da conta de gerência constituída conforme indica a alínea *b*) do art. 54.º do decreto n.º 28.321 terá a seguinte aplicação:

1.º — Depois de constituídas as reservas matemáticas e de reforçado o Fundo de Reserva com 25 %, pelo menos, do saldo de gerência relativo às modalidades de previdência, destinar-se-á o remanescente ao Fundo de Assistência;

2.º — A parte do saldo relativa ao Fundo de Assistência transitará para o ano seguinte, dentro da respectiva rubrica, depois de deduzidos, pelo menos, 25 % para o Fundo de Reserva.

§ único — O I. N. T. P. poderá autorizar, mediante proposta da Direcção, uma distribuïção diferente.

CAPÍTULO VII

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 42.º — A gerência será confiada a uma Direcção e a um Conselho Geral, designados por 3 anos, nos têrmos dos artigos seguintes.

DIRECÇÃO

Art. 43.º — A Direcção será constituída por um presidente, secretário e tesoureiro.

§ 1.º — A escolha do presidente compete ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

§ 2.º — A designação dos restantes membros será feita nas condições previstas no art. 47.º e seus parágrafos, do decreto n.º 28.321, e fica sujeita à sanção a que se refere o art. 63.º do mesmo diploma.

Art. 44.º — A cada membro da Direcção corresponderá um substituto

designado de forma idêntica e que entrará em exercício na falta ou impedimento dêste.

Art. 45.º — A designação dos membros da Direcção será feita de 1 a 15 de Dezembro do ano em que tiver de efectivar-se.

Art. 46.º — As atribuïções da Direcção são as constantes do art. 53.º e seguintes do decreto n.º 28.321, completadas pelo disposto nos parágrafos seguintes.

§ 1.º — O tesoureiro não poderá ter em caixa quantia superior a 1.000$00.

§ 2.º — O pessoal de tesouraria prestará a caução que fôr fixada pela Direcção.

CONSELHO GERAL

Art. 47.º — O número de membros do Conselho Geral é igual ao da Direcção e a designação efectua-se nos precisos têrmos dos §§ 1.º e 2.º do art. 43.º.

Art. 48.º — As atribuïções do Conselho Geral são as constantes nos arts. 67.º e 68.º do decreto n.º 28.321.

CAPÍTULO VIII

PENALIDADES

Art. 49.º — Os membros da Direcção, Conselho Geral e qualquer comissão administrativa ou liquidatária da Caixa estão sujeitos às penalidades previstas pelo decreto n.º 33.533.

Art. 50.º — Serão suspensos de todos os seus direitos:

a) Pelo prazo de 1 mês a 1 ano os beneficiários que tenham iludido ou manifestado o propósito de iludir por acções ou omissões o pessoal administrativo ou sanitário da Caixa, com o fim de obter benefícios indevidos ou de se subtrair às obrigações regulamentares;

b) Os beneficiários privados temporàriamente de trabalho por motivo disciplinar, por lapso de tempo igual ao dessa privação.

§ único — A suspensão de direitos conferidos por êste regulamento não isenta do pagamento das respectivas contribuïções.

Art. 51.º — Serão expulsos da Caixa, sem direito à restituïção da reserva matemática:

1.º — Os beneficiários que houverem cometido qualquer crime a que pelo Código Penal caiba pena maior depois de a sentença ter transitado em julgado.

2.º — Os incursos nas penalidades correspondentes aos crimes definidos nos arts. 1.º e 2.º do decreto-lei n.º 23.203, de 6 de Novembro de 1933, depois de a sentença ter passado em julgado.

3.º — Os que defraudarem os interêsses da Caixa, ou lhe causarem dano moral ou material irreparável, independentemente de outros procedimentos perante os tribunais competentes.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 52.º — Para efeito de contribuïções e benefícios o ordenado máximo a considerar é de 2.000$00.

Art. 53.º — Relativamente aos indivíduos a que se refere a alínea *a*) do art. 6.º, ao serviço na data da aprovação dêste regulamento, com idade superior a 50 anos, a inscrição far-se-á nos têrmos indicados naquele artigo com dispensa do limite de idade.

Art. 54.º — Os beneficiários que à data da aprovação dêste regulamento tenham mais de 60 anos e menos de 70 terão direito a uma pensão de reforma a partir dos 70 anos, caso atinjam esta idade como válidos, de quantitativo igual a 30 % do ordenado, conforme a categoria do interessado, prevista e definida no despacho de 16 de Janeiro de 1943, publicado no *Diário do Govêrno* n.º 15, II série, de 19 do mesmo mês e ano.

Art. 55.º — Os beneficiários que na data da aprovação dêste regulamentos tenham mais de 70 anos são reformados imediatamente com uma pensão mensal de quantitativo igual a 20 % do ordenado a que se refere o artigo antecedente.

Art. 56.º — Nos têrmos do art. 5.º do decreto n.º 32.633, os primeiros corpos directivos serão nomeados pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 57.º — Os elementos de cálculo que serviram de base à elaboração dêste regulamento são os constantes do anexo que se lhe segue e dêle se consideram parte integrante, nos têrmos do art. 14.º e alínea *f*) do decreto n.º 28.321.

Art. 58.º — Esta Caixa regula-se pela lei n.º 1.884, de 16 de Março de 1935, decretos n.ºs 28.321, 32.633, 32.674 e 33.533, respectivamente de 27 de Dezembro de 1937, 20 de Janeiro de 1943, 20 de Fevereiro de 1943 e 21 de Fevereiro de 1944, por êste Regulamento e demais legislação aplicável.

Art. 59.º — Êste regulamento entra em vigor no dia 1 do mês seguinte àquele em que fôr publicada no Boletim do I. N. T. P. a declaração da aprovação.

ANEXO TÉCNICO

BASES TÉCNICAS

Morte e Reforma

Mortalidade geral	C. R.
Mortalidade de inválidos.....	Zimmermann
Invalidez	Zimmermann (nichtzugsbe)

Taxa técnica de juro: 4 %.

CONDIÇÕES DOS BENEFÍCIOS

Morte: 3 meses de ordenado.
Período de garantia: 3 anos.

Invalidez: ao fim de 10 anos, 30 % do ordenado, aumentando 2 % por cada ano a mais de contribuïção até ao máximo de 80 %.
Período de garantia: 10 anos.

Velhice: Pensão de reforma vitalícia paga a partir dos 70 anos, cujo quantitativo é igual a 2 % do ordenado multiplicado pelo número de anos completos de contribuïção total arrecadada mais 10 % do mesmo ordenado até ao limite máximo de 80 %.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DAS CONTRIBUÏÇÕES

Enquanto o beneficiário fôr válido e no máximo até aos 70 anos.

Prémios por idades

Idade na admissão	*Reformas* %	*Morte* %	*Idade na admissão*	*Reformas* %	*Morte* %
20	4,93	0,31	41	9,38	0,68
21	5,14	0,31	42	9,52	0,72
22	5,36	0,32	43	9,65	0,76
23	5,58	0,33	44	9,76	0,80
24	5,80	0,34	45	9,86	0,84
25	6,02	0,35	46	9,93	0,89
26	6,24	0,36	47	9,98	0,95
27	6,47	0,38	48	10,01	1,00
28	6,70	0,39	49	9,99	1,06
29	6,92	0,40	50	9,93	1,13
30	7,16	0,42	51	9,82	1,20
31	7,38	0,44	52	9,67	1,28
32	7,61	0,45	53	9,48	1,37
33	7,84	0,47	54	9,26	1,47
34	8,07	0,49	55	9,03	1,57
35	8,30	0,52	56	8,74	1,69
36	8,49	0,54	57	8,52	1,83
37	8,68	0,56	58	8,38	1,98
38	8,87	0,59	59	8,24	2,15
39	9,05	0,62	60	8,16	2,34
40	9,22	0,65			

VIDA SINDICAL

COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Com data de 19 de Janeiro de 1943, o presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas dirigiu ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social o seguinte ofício:

«*A publicação no* Diário do Govêrno *do decreto que cria a Caixa de Reformas dos Jornalistas e do despacho de ordenados mínimos, diplomas aos quais tão vincada e decisivamente estão ligados o nome e a acção de Vossa Excelência, o seu grande interêsse pelos problemas da nossa classe, a sua exacta compreensão das nossas circunstâncias profissionais, o seu verdadeiro empenho pessoal em encontrar a fórmula mais justa das necessárias soluções, dá oportunidade à Comissão Administrativa a que presido para apresentar a Vossa Excelência, com as mais respeitosas saüdações, o seu pedido de demissão (1). Ao deixarmos os cargos onde durante dois anos procurámos servir os superiores interêsses morais e materiais dos jornalistas portugueses com o melhor rendimento do nosso esfôrço e o maior entusiasmo e vontade de acertar queremos testemunhar a Vossa Excelência profundo sentimento de gratidão, não só pelo apoio firme que sempre se dignou pres-*

(1) Os vogais da Comissão Administrativa Srs. Paulo da Costa e Tavares da Silva tinham já pedido a sua demissão, respectivamente em 6 de Outubro de 1941 e 6 de Janeiro de 1942. À data dêste ofício exerciam ainda cargos na Comissão Administrativa os Srs. Luiz Teixeira, António Tinoco, José Augusto, Mário de Figueiredo e Albano Negrão.

tar-nos no desempenho das funções que nos confiou mas também, e principalmente, pelos altos e muito valiosos benefícios que esta classe fica devendo a Vossa Excelência».

No dia 17 de Março realizou-se no gabinete do Sr. Subsecretário de Estado das Corporações o acto da posse da nova Comissão Administrativa do Sindicato. O assistente do I. N. T. P., Sr. Dr. Guilherme Braz Medeiros, leu o despacho daquele membro do Govêrno, de 26 de Fevereiro, redigido nos seguintes têrmos:

«Concedo à Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas a exoneração que solicitou e apraz-me declarar que serviu com zêlo e dedicação, devendo salientar-se a lealdade e a colaboração dada pelos jornalistas Luiz Teixeira e António Tinoco, respectivamente presidente e vogal da comissão exonerada, ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência para que fôssem resolvidos alguns dos problemas da classe e realizada uma velha aspiração: a reforma dos jornalistas. E porque além de outras razões há conveniência em que as dúvidas que se verificarem na classificação dos jornalistas, dentro das categorias previstas no despacho de ordenados mínimos, sejam resolvidas pela Comissão Arbitral prevista no mesmo despacho, fazendo parte da mesma o jornalista que tomou parte na comissão encarregada de estudar as condições de exercício da profissão de jornalista e sua condigna remuneração, nomeio para constituir a nova Comissão Administrativa os jornalistas Luiz Teixeira, que servirá de presidente, Augusto dos Santos Pinto, Mário de Almeida Figueiredo, Álvaro de Andrade, Agostinho Remédios de Bettencourt Vieira d'Areia, Albano Ricardo Pereira Negrão e António Morais de Carvalho».

Depois de o Sr. Dr. Braz Medeiros ter lido também o têrmo de posse, que foi assinado pelo Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e por todos os presentes, o Sr. Dr. Trigo de Negreiros usou da palavra para dizer que a Comissão cessante entendeu dever afastar-se por vários motivos e ainda porque se sentiu no direito de descansar depois do prolongado trabalho realizado a bem dos interêsses da classe. Êle, Subsecretário, entendeu, porém, que seria necessário que da nova Comissão Administrativa fizessem parte algumas das pessoas que de perto acompanharam a evolução das negociações realizadas, pois a sua presença pode contribuir para manter vantajosa continuïdade de acção para o que ainda há a fazer. Agradeceu aos que saíam a dedicação e espírito de isenção manifestados no trabalho desenvolvido e, aos que entram, a sua boa decisão para que a obra principiada se complete.

Afirmou que a útil execução do espírito do despacho depende, sobretudo, da boa vontade de ambas as partes e terminou por fazer algumas considerações de carácter profissional que demonstram o alto interêsse que aquêle membro do Govêrno tem pelos problemas da classe.

Luiz Teixeira usou seguidamente da palavra para agradecer em seu nome e no dos seus colegas da Comissão Administrativa cessante e da que era agora empossada as elogiosas referências do Sr. Subsecretário de Estado. Aludiu ao «regime de Comissão Administrativa» com que tem sido dirigido o Sindicato desde 12 de Fevereiro de 1940, para afirmar que êsse regime, embora rodeado das habituais restrições de apoio dos que o supõem uma espécie de «férias da legalidade», deixou rasto profundo na vida daquele organismo corporativo, quanto à realização de algumas das mais justas aspirações da classe e à defesa persistente dos legítimos interêsses morais e materiais dos profissionais da Imprensa. Recordou que foi precisamente o regime de Comissão Administrativa que introduziu na direcção do Sindicato a representação directa dos jornalistas do Pôrto, que tem sido sempre verdadeiramente útil e deve considerar-se não só lógica mas também indispensável.

Quanto à acção do Sindicato declarou que se torna necessário continuar no ajustamento do recente despacho de ordenados mínimos às realidades e aos interêsses da classe e no seu indispensável complemento de melhorias a conseguir na regulamentação da profissão. Os novos directores, acentuou, não confiam apenas no seu esfôrço, que será, necessàriamente, orientado pela melhor intenção e dominado por um sincero sentimento de boa vontade. Confiam também na justa compreensão das emprêsas e no apoio do Sr. Subsecretário de Estado às legítimas aspirações dos jornalistas.

Uma afirmação:

«Quero aproveitar êste ensejo para assegurar que a nova Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas tem o maior empenho, o mais vivo desejo de manter em tôdas as circunstâncias da sua actividade o melhor espírito de entendimento e de colaboração com o Grémio Nacional da Imprensa Diária».

Por fim o presidente da Comissão Administrativa indicou a vantagem de em oportunidade a fixar superiormente se estudar a revisão do despacho de ordenados mínimos nos pontos que a experiência demonstrar necessitarem de conveniente actualização e melhor expressão esclarecedora, procurando-se dêste modo adaptar mais exactamente as disposições daquele documento às condições do trabalho jornalístico.

Por serem de interêsse geral se publicam as seguintes decisões da Comissão Administrativa tomadas por unanimidade em reünião realizada em 14 de Junho de 1941:

CARTEIRA PROFISSIONAL

«Por se verificar a necessidade de fixar regras que habilitem a Comissão Administrativa a designar, com a possível exactidão, os jornalistas que têm, efectivamente, direito à Carteira Profissional.

atendendo à manifesta intenção de algumas emprêsas jornalísticas reduzirem o seu quadro de pessoal de Redacção, já passando à situação de *colaboradores* velhos profissionais com dezenas de anos de verdadeira efectividade, já, por outro lado, pretendendo criar quadros de pessoal *suplente;*

atendendo ao grave prejuízo que resulta para os interêsses mais imediatos da classe da existência de *colaboradores* utilizados pelas emprêsas em puros serviços de reportagem;

atendendo a que os bons princípios que devem orientar a nossa missão de intransigente defesa da profissão jornalística, evitando por todos os meios que ela se desgaste em conceitos de amadorismo ou se pulverize em situações à margem do exacto sentido profissional, nos impõem, quanto à Carteira Profissional, zelos, escrúpulos e cuidados muito especiais;

e considerando que a única maneira de orientarmos com fundamento legal o nosso critério sôbre o assunto é seguir as informações oficiais das emprêsas acêrca do pessoal jornalístico ao seu serviço, a Comissão Administrativa, de acôrdo com os mais nítidos interêsses da classe, resolve:

a) — Manter a decisão de só passar a Carteira Profissional, quanto aos jornalistas abrangidos pelo n.º 1.º do artigo 2.º do decreto n.º 31.119, de acôrdo com as indicações fornecidas ao Sindicato pelas emprêsas jornalísticas interessadas, embora sem excluir discordâncias que nos podem levar a uma acção tendente a procurar corrigir injustiças, agravos e falsas classificações contidas nas indicações referidas.

b) — Que o jornalista que se encontrar desempregado à data da passagem ou renovação da Carteira Profissional não tem direito a êste documento enquanto permanecer naquela situação.

c) — Reconhecer, para todos os efeitos, como exclusivas categorias da profissão jornalística as que são indicadas nos n.os 1 e 2 do artigo 8.º dos Estatutos e nos n.os 1 e 2 do artigo 2.º do Regulamento da Carteira Profissional, podendo, no entanto, em casos excepcionais e devidamente justificados, subdividir a categoria *repórter* em *repórter-informador*.

Atendendo a que a condição de estarem sujeitos ao pagamento do imposto profissional referida e repetida nas disposições legais citadas na alínea *c)* foi estabelecida com o critério de abranger apenas os indivíduos que, efectivamente, pagam o aludido imposto e por nos incumbir a missão de procurar por tôdas as formas levar as emprêsas jornalísticas a retribuir o seu pessoal de Redacção com um mínimo de ordenado que não envolva vexame ou manifesto exagêro de insuficiência, a Comissão Administrativa resolve:

d) — Só passar a Carteira Profissional em 1941 aos jornalistas que estejam nas condições anteriormente designadas para ter direito à posse dêsse documento e que aufiram como remuneração mensal do seu trabalho um mínimo de 500$00.

A Comissão Administrativa considerando que o Regulamento da Carteira Profissional tornou a passagem dêsse documento extensiva a indivíduos que podem não ser sócios do Sindicato (categoria de *efectivos)* e que a Carteira é passada indistintamente a sócios e a contribuintes, resolve:

e) — As regalias conferidas pelo anexo da C. P. e pela Sociedade Estoril e outras que sejam referentes a facilidades de transportes e venham a ser obtidas pelo Sindicato só são concedidas aos portadores da Carteira Profissional que sejam sócios *efectivos* do Sindicato ou estejam abrangidos pelo Acôrdo de 13 de Maio de 1935 com a Associação Brasileira de Imprensa.

Atendendo a que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e a Sociedade Estoril nos concedem um número limitado de anexos à Carteira Profissional para efeitos de descontos nas passagens das suas linhas e reconhecendo que os jornalistas dos diários das ilhas adjacentes não têm necessidade de utilização dêsses anexos, a Comissão Administrativa resolve:

f) — Só conceder aos sócios efectivos pertencentes aos jornais das ilhas da Madeira e dos Açôres e portadores da Carteira

Profissional as vantagens conseguidas junto da C. P. e da Sociedade Estoril quando se encontrem no Continente e se apresentem no Sindicato a solicitar essa regalia. Esta resolução será comunicada aos interessados quando lhes fôr enviada a Carteira Profissional.

SÓCIOS EFECTIVOS

Manifestando-se dúvidas quanto à situação sindical dos jornalistas que tendo sido sócios efectivos por estarem abrangidos pelas disposições do n.º 1.º do artigo 8.º dos Estatutos deixaram de pertencer àquela categoria por terem sido reformados ou por voluntária ou involuntàriamente terem deixado de exercer as funções citadas na referida disposição estatutária, a Comissão Administrativa fixa definitivamente e para todos os efeitos a sua interpretação das referidas disposições decidindo:

— Deixam de pertencer à categoria de sócios *efectivos* os jornalistas que por qualquer motivo e segundo comunicação da emprêsa respectiva ao Sindicato não exerçam as funções indicadas no n.º 1.º do artigo 8.º nas condições e circunstâncias ali estabelecidas. Êsses jornalistas regressam automàticamente à aludida categoria logo que por comunicação da emprêsa jornalística interessada êste Sindicato tenha conhecimento da sua readmissão ou entrada no quadro redactorial de outro qualquer diário onde fiquem ao abrigo das disposições estatutárias citadas.

Convindo esclarecer o disposto no artigo 14.º dos Estatutos a Comissão Administrativa decide que só os sócios *efectivos* têm direito a inscrever-se para a obtenção de casas económicas junto da repartição respectiva do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social.

Convindo esclarecer o espírito do disposto no artigo 15.º dos Estatutos a Comissão Administrativa reconhece que a intenção do que ali se estabelece é de puro sentido cominatório abrangendo apenas os casos em que a perda de direitos de sócio resulta de faltas de disciplina sindical ou da existência de condições morais incompatíveis com a situação de filiado no Sindicato Nacional dos Jornalistas. Desta forma o sócio *efectivo* que por comunicação da emprêsa interessada deixou de exercer qualquer das funções designadas no artigo 8.º dos Estatutos perde os seus direitos de sócio naquela categoria pela fôrça própria do disposto nesse mesmo artigo, que acentua que só são sócios *efectivos* os indivíduos que *exerçam* as fun-

ções ali referidas e nas circunstâncias que a mesma disposição estatutária estabelece claramente.

O sócio *efectivo* a quem tenha sido atribuída uma casa económica não perde, para êsse efeito, os direitos a que aquela categoria tenha dado lugar para a sua obtenção na repartição respectiva, desde que não esteja incurso no n.º 2.º do artigo 15.º e no artigo 17.º dos Estatutos. A sua saída automática de sócio *efectivo* em virtude de deixar de estar abrangido pelo disposto no artigo 8.º não impede que continue a ser considerado pelo Sindicato com os direitos efectivos que lhe permitiram obter, por inscrição e indicação nossas, a casa económica que já lhe tenha sido concedida.

(ass.) *Luiz Teixeira, José Augusto, António Tinoco, Mário de Figueiredo, Paulo da Costa, Tavares da Silva* e *Albano Negrão*

REPÓRTERES-FOTOGRÁFICOS

A atribuïção da Carteira Profissional dos Jornalistas é regulada pelas disposições do decreto n.º 31.119, de 30 de Janeiro de 1941, e pelo respectivo Regulamento, publicado no *Boletim* do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência de 15 de Fevereiro do mesmo ano. Título profissional expressivamente destinado aos trabalhadores da Imprensa diária, até agora só tem sido concedido aos profissionais nessas circunstâncias ou às entidades referidas no n.º 2.º e seu § único do artigo 2.º do referido Regulamento. O Sindicato Nacional dos Jornalistas não pode, no entanto, ignorar que ùltimamente a reportagem fotográfica de algumas das nossas revistas de periodicidade semanal atingiu, com as necessidades de actualização do registo dos acontecimentos nacionais, um desenvolvimento muito acentuado. Embora os profissionais que empregam a sua actividade em revistas não diárias não sejam abrangidos pelo nosso Sindicato, a Comissão Administrativa dedicou a sua melhor atenção às condições em que êsses jornalistas exercem a sua actividade. Assim reconheceu-se que a falta da Carteira Profissional lhes dificulta a sua missão jornalística. Considerando que o artigo 2.º do decreto n.º 31.119 não estabelece exclusivamente o direito de posse do referido documento aos jornalistas da Imprensa diária, mas atendendo a que da existênica de repórteres-fotográficos de Imprensa não diária, munidos da Carteira Profissional, pode, em certos casos, resultar prejuízo para os nossos camaradas dessa categoria profissional ocupados no jornalismo diário, a Comissão Administrativa resolveu: 1) permitir a concessão da Carteira Profissional de Jornalista, a título provisório e sujeita sempre a

novo exame em períodos de revalidação, aos repórteres-fotográficos que reconhecidamente exerçam essa actividade profissional em publicações ilustradas semanais; 2) só conceder a Carteira a profissionais nessas circunstâncias mediante parecer de uma comissão representativa dos repórteres-fotográficos dos jornais diários; 3) criar essa comissão ao abrigo do artigo 51.º dos Estatutos, estabelecendo que a mesma terá carácter de funcionamento permanente e consultivo e será composta por três repórteres-fotográficos; esta comissão será sempre ouvida pela Comissão Administrativa acêrca de todos os assuntos que digam respeito aos interêsses profissionais dêsse sector da classe; 4) solicitar dos srs. Álvaro Ferreira da Cunha, Diniz Salgado e Judah Benoliel a sua colaboração para êste efeito no sentido de exercerem, na referida comissão, respectivamente, os cargos de presidente e vogais.

Em 4 de Maio de 1943 foi comunicada esta resolução da Comissão Administrativa ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de acôrdo com o disposto no artigo 51.º dos nossos Estatutos.

Em 16 de Julho do mesmo ano foi-nos comunicada a concordância daquele membro do Govêrno e a sua sanção à nomeação dos aludidos jornalistas.

No mesmo dia se transmitiu ao sr. Álvaro Ferreira da Cunha o texto das decisões da Comissão Administrativa sôbre o assunto e foi socilitada a convocação da referida comissão consultiva para iniciar os seus trabalhos.

JORNALISTAS PORTUGUESES NA IMPRENSA BRASILEIRA

Em 18 de Julho de 1942 o *Diário de Lisboa* publicou em «fundo» um artigo sob o título «Amizade», no qual se transcreviam alguns períodos dum artigo do jornal brasileiro *Notícia* acêrca da situação dos jornalistas portugueses que ocupam a sua actividade na Imprensa do Brasil. Depois de prestar justa homenagem à Associação Brasileira de Imprensa pelos seus esforços na defesa daqueles nossos camaradas que se encontravam em riscos de ficarem privados do seu trabalho se não promovessem a sua naturalização, o *Diário de Lisboa* apelava para o Sindicato Nacional dos Jornalistas.

No mesmo dia da publicação dêsse artigo o presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas, Sr. Luiz Teixeira, enviou ao ilustre director do *Diário de Lisboa,* Sr. Dr. Joaquim Manso, o seguinte ofício:

«Lisboa, 18 de Julho de 1942

Excelentíssimo Senhor Dr. Joaquim Manso

Meu querido amigo:

Li com a maior satisfação o editorial de hoje no *Diário de Lisboa.* O assunto interessa vivamente êste Sindicato Nacional e por isso me apresso a vir importuná-lo com alguns esclarecimentos.

Os jornalistas estrangeiros que exercem a profissão na Imprensa do Brasil estão abrangidos pelas disposições da lei n.º 1.262, de Maio de 1939, que lhes concedeu um registo provisório válido por dois anos. Êsse registo findava em 1 de Maio de 1941 para os interessados que até então não tivessem promovido a sua naturalização. Ao terminar o prazo referido o ilustre presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Dr. Herbert Moses, demonstrando mais uma vez os seus elevados sentimentos de afectuosa solidariedade com os seus camaradas portugueses, solicitou do Presidente Getúlio Vargas uma solução que satisfizesse convenientemente os interêsses dos jornalistas portugueses em risco de sofrerem os efeitos da aplicação da citada lei. E o registo provisório foi prorrogado por mais um ano.

A-pesar da gentilíssima atitude do Presidente Getúlio Vargas o problema não ficou, como se vê, definitivamente resolvido. Por isso, em 21 de Junho de 1941, dirigi ao Dr. Herbert Moses o seguinte ofício:

> *Só agora tomei conhecimento das diligências efectuadas por V. Ex.ª junto de S. Ex.ª o Presidente da República brasileira no sentido de solucionar o caso dos jornalistas portugueses que por exercerem a profissão na Imprensa dêsse país se encontram abrangidos pelas disposições do § 1.º do artigo 1.º do decreto-lei n.º 1.262, de 10 de Maio de 1939. Venho, por aquêle motivo, em nome do Sindicato Nacional dos Jornalistas, testemunhar-lhe o profundo reconhecimento desta colectividade por mais essa eloqüente demonstração das afectuosas relações que ligam os dois organismos representativos do jornalismo português e brasileiro. Com os esforços que desenvolveu a favor dos meus camaradas residentes nessa grande nação, V. Ex.ª deu-nos*

mais uma nítida prova do carinho e da dedicação que sempre lhe têm merecido os jornalistas portugueses, já devedores de tantas e tão expressivas atenções e gentilezas recebidas do ilustre presidente da A. B. de I.. Foi-me particularmente grato verificar a invocação, por parte de V. Ex.ª junto do Supremo Magistrado da nação basileira, das facilidades totais que em virtude do Acôrdo de 13 de Maio de 1935 são concedidas em Portugal aos jornalistas brasileiros aqui fixados.

Tenho a honra de solicitar com o maior empenho a esclarecida atenção de V. Ex.ª para o facto de se comemorar em Novembro próximo o tricentenário da Gazeta — *o primeiro jornal português. Não oculto o especial gôsto que teria em ver o significado de tão alto e jubiloso acontecimento tornar-se extensivo à grande nação irmã cujo jornalismo, de tão nobres tradições, enraíza a sua história, como o nosso, na mesma origem remota que dentro de meses vamos condignamente recordar.*

Conhecedor e admirador dos sentimentos pessoais de V. Ex.ª acêrca do progressivo estreitamento das relações luso-brasileiras e sabendo quanto sinceramente lhe interessam todos os problemas ligados aos destinos dos trabalhadores da Imprensa, venho pedir-lhe que junto do Govêrno do Brasil empregue a valiosa influência do seu alto prestígio pessoal para que a passagem do tricentenário do primeiro jornal publicado em língua portuguesa seja assinalada no Brasil com a adopção, para os jornalistas de nacionalidade portuguesa ocupados na sua Imprensa, do mesmo tratamento que Portugal concede aos jornalistas brasileiros aqui residentes.

No dia 6 de Julho do mesmo ano o *Diário de Lisboa* teve a amabilidade de publicar uma entrevista com o presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas na qual a nossa posição no assunto ficou esclarecida de acôrdo com o ofício transcrito acima.

A nova intervenção do Dr. Herbert Moses, junto do Govêrno brasileiro, a que o «fundo» do *Diário de Lisboa* de hoje se refere constitue mais um motivo de profunda gratidão dos jornalistas portugueses, já tão habituados às mais penhorantes afirmações de estima e fraternidade do presidente da Associação Brasileira de Imprensa. E agora, como há um ano, o Sindicato Nacional dos Jornalistas não ficará indiferente ao seu gesto de nobre camaradagem. Creia, meu querido amigo, na dedicada estima do seu amigo e admirador — *Luiz Teixeira.*

No dia 20 do mesmo mês o *Diário de Lisboa* registava com palavras de penhorante louvor a atitude do Sindicato Nacional dos Jornalistas, que classificou de procedimento nobre de acôrdo com o que a razão, a camaradagem e a necessidade aconselhavam.

No dia imediato o mesmo diário publicava um telegrama do Rio de Janeiro em que a «United Press» se referia aos esforços comuns da Associação Brasileira de Imprensa e do Sindicato Nacional dos Jornalistas em favor dos jornalistas portugueses que se encontravam na referida situação.

Finalmente, em nove de Julho do mesmo ano, os nossos jornais publicavam uma correspondência do Rio comunicando que se atendera ao caso especial que constituem os jornalistas portugueses no quadro dos jornalistas estrangeiros e que o Ministro do Trabalho do Brasil deferira o requerimento da Associação Brasileira de Imprensa no sentido de ser aberta uma excepção para os profissionais da Imprensa portuguesa abrangidos pelo decreto de nacionalização.

MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

O Sr. Dr. João Neves da Fontoura, Embaixador do Brasil, recebeu no dia 30 de Junho de 1943 a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, que foi apresentar cumprimentos ao ilustre diplomata.

Entre o Sr. Dr. Neves da Fontoura e o presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas, Sr. Luiz Teixeira, trocaram-se afectuosos discursos, nos quais foram postos em evidência os sentimentos de fraternidade existentes entre os jornalistas portugueses e brasileiros, a propósito da entrega, por aquêle distinto representante da nação irmã, de uma mensagem da Associação Brasileira de Imprensa.

PALAVRAS DO SR. DR. NEVES DA FONTOURA

O ilustre Embaixador do Brasil, feitas as apresentações, pronunciou o seguinte discurso:

Meus senhores:

Tenho o prazer de passar às vossas mãos a mensagem de fraternidade que a Associação Brasileira de Imprensa enviou, por meu intermédio, ao Sindicato Nacional dos Jornalistas portugueses.

Aquêle prestigioso órgão de classe do meu País, superiormente dirigido por um grande amigo de Portugal, o Dr. Herbert Moses, concedeu-me um título em verdade honroso — esta credencial com que sou recomendado ao vosso convívio.

Jornalista militante eu mesmo, nos primeiros passos da minha carreira pública, várias vezes voltei aos labores da Imprensa, se não a título profissional, pelo menos pela necessidade de valer-me dessa tribuna democrática com justa razão considerada um dos poderes do Estado. Dentro ou fora da Imprensa, mas sobretudo na tribuna, que foi sempre o meio predilecto de minhas actividades de cooperador da causa pública, nunca cessei de proclamar a influência altamente benéfica que essa fôrça prodigiosa exerce e deve exercer, quando bem orientada, em benefício da causa da Nação e dos interêsses da Humanidade.

A vida contemporânea é essencialmente vida de relação, cada vez mais extensa e profunda, nesta ansiosa procura, em que andamos todos, de melhorar a sorte dos povos no cenário do Mundo. Caracterizado, pelo sentido social dos seus problemas, o nosso atormentado presente reclama instrumentos de comunicação dotados de aguda sensibilidade. Ora, nenhum instrumento é mais perfeito do que o jornal, o jornal que vai a tôdas as mãos, que custa um níquel e que a tôda a gente leva a notícia, o conselho, a idéia.

Os poucos trinta dias que tive a felicidade de viver em Portugal foram já suficientes para admirar a elevação e o brilho intelectual dos vossos jornais, tanto os de Lisboa e do Pôrto, como os de menores cidades do País, jornais que me trazem ecos fiéis das províncias, isto é, daquilo a que chamais províncias, e que eu desejo chamar, simplesmente, com poesia e verdade, canteiros do jardim português.

Como Embaixador do Brasil, cabe-me também manifestar a minha gratidão pela obra fraterna que a Imprensa portuguesa vem fazendo, incessantemente, em prol da compreensão cada vez mais rica e mais afectiva entre as nossas duas Pátrias. Podeis estar certos de que o povo do meu país não esquecerá jamais os seus amigos, os jornalistas portugueses, nesta hora de provação que o Brasil atravessa, a guardar as águas atlânticas com o sacrifício de vida dos seus marinheiros e dos seus aviadores».

Em seguida o Sr. Dr. Ribeiro Couto, 1.º secretário da Embaixada, leu a mensagem do presidente da Associação Brasileira de Imprensa, na qual o Sr. Dr. Herbert Moses dá expressivo testemu-

nho da atitude assumida pelas associações de jornalistas dos dois países no desenvolvimento das relações luso-brasileiras. Refere-se à personalidade do Sr. Dr. João Neves da Fontoura como valor representativo da tribuna, da Imprensa e da vida académica do Brasil, comunicando que a Associação Brasileira de Imprensa lhe solicitara a honra de transmitir aos jornalistas portugueses as suas fraternais saüdações de muita amizade e profundo e dedicado espírito de camaradagem.

PALAVRAS DO PRESIDENTE DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Falou depois o Sr. Luiz Teixeira, que disse o seguinte:

Senhor Embaixador:

Constitue motivo de muita honra para os jornalistas portugueses o facto de V. Ex.ª, sr. Embaixador, se ter dignado trazer-nos expressivas palavras de afecto com que os nossos camaradas brasileiros quiseram agora, mais uma vez, acentuar o sentimento de íntima fraternidade que define os melhores propósitos e os mais sinceros e vibrantes desejos das colectividades representativas do jornalismo dos dois países.

«Somos irmãos de sangue, de espírito e de sacrifício», afirmou-nos alguma vez o ilustre presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Dr. Herbert Moses, ao lembrar a missão comum da universalidade do idioma que nos cabe exercer em esfôrço de propagação constante. O ideal que une os homens da Imprensa em solidariedade de inteligências entregues às ansiedades do mesmo destino, ao culto das mesmas sedutoras servidões e à miragem de idênticos horizontes de pilotos da opinião, engrandece-se, efectivamente, com as circunstâncias que dominam o sentido mais exacto das estreitas relações dos jornalistas brasileiros e portugueses.

Das profundidades históricas da raça e do alvorôço sentimental a todos os momentos renovado pelo encontro feliz das duas pátrias que colhem na firme permanência dos seus afectos mais fortes os legítimos títulos de orgulho que as impõem, em continentes diversos, como florescentes criações da mesma Civilização, recebemos também nós, os jornalistas, a mensagem que nos torna, na verdade, obreiros dedicados da glória e da grandeza duma causa inspirada sempre em princípios de perfeita comunhão espiritual.

Podem os jornalistas portugueses falar ao alto representante diplomático do Brasil com a segura convicção de que os seus votos pelo progressivo desenvolvimento da fraternal amizade dos dois povos e os seus desejos de mais intensa aproximação entre os homens de jornal de ambos os países não se destinam apenas a ficar na composição protocolar dum acto de pura formalidade e cortesia. É que V. Ex.ª, além de ilustre Embaixador do Estados Unidos do Brasil, é também, por todos os títulos, eminente representante da cultura brasileira entre nós e um amigo que no fulgor admirável da sua palavra e na alta expressão literária das suas idéias deu ao nome de Portugal o sentido do mais penhorante louvor e sincero enaltecimento.

Tem V. Ex.ª a seu lado, para excelente colaboração na obra a que se propõe de aperfeiçoamento das relações luso-brasileiras pela mais nítida aproximação e compreensão dos dois povos irmãos, a figura tão grata à verdadeira estima dos jornalistas portugueses do sr. Dr. Ribeiro Couto. Permita, Excelência, que ao apresentar-lhe os melhores cumprimentos do Sindicato Nacional dos Jornalistas envolva nas mesmas afectuosas saüdações a personalidade dêste nosso antigo e ilustre camarada, a quem nos ligam também laços de viva simpatia intelectual».

CONTAS DO SINDICATO

ANO DE 1940

I — MOVIMENTO DE CAIXA

D E V E

Saldo de 1939: 627$80; Contas correntes: 3.600$00; Cotas: 18.191$50; Fundo de desemprêgo: 68$00; Receitas diversas: 387$50; Utensílios: 600$00

Total ..... *23.474$80*

H A V E R

Rendas adiantadas: 2.000$00; Despesas gerais: 3.792$10; Cobradores: 23$20; Empregados: 10.475$00; Expediente: 1.146$35; Fundo de desemprêgo: 60$00; Contas correntes: 4.800$00; Delegação de Coimbra: 30$00; Utensílios: 296$90; *Saldo para 1941: 851$25*

Total ..... *23.474$80*

II — CONTA RESULTADOS

D E V E

Receitas diversas: 387$50; Cotas: 18.193$60; Resultados verificados neste exercício, acrescidos do prejuízo havido em 1939: 10.408$40

Total ..... *28.989$50*

H A V E R

Utensílios: 354$90; Mobiliário: 440$00; Candeeiros de electricidade: 95$00; Instalação da sede: 950$00; Cobradores: 23$20 Carteiras de Identidade: 71$00; Empregados: 10.225$00; Despesas gerais: 3.794$20; Rendas adiantadas: 6.000$00; Expediente: 1.146$35; Exercício de 1939: 5.889$85

Total ..... *28.989$50*

III — BALANÇO

A C T I V O

Utensílios, valor dos existentes: 1.922$00; Mobiliário, valor do existente: 1.760$00; Candeeiros de electricidade, valor dos existentes: 375$00; Carlos Fernandes Cruz, c/falhas de Caixa, saldo desta conta: 3.446$25; Caixa, numerário existente: 851$25; Devedores por cotas à cobrança, valor das cotas por cobrar: 2.830$10; Exercício de 1940, saldo desta conta: 10.408$40

Total ..... *21.593$00*

P A S S I V O

Júlio Caiola c/empréstimo, saldo desta conta: 3.284$90; Coronel Fernando Borges c/empréstimo, saldo desta conta: 10.000$00; Fundo de desemprêgo, saldo desta conta: 8$00; Contas correntes, saldo desta conta: 5.470$00; Cotas emitidas, valor das cotas que se encontram por cobrar: 2.830$10

Total ..... *21.593$00*

ANO DE 1941

I — MOVIMENTO DE CAIXA

D E V E

Saldo de 1940: 851$25; Cotas: 32.525$10; Receitas diversas: 1.408$10; Publicações: 8.490$00; Jóias: 340$00; Fundo de desemprêgo: 166$20

Total ..... *45.093$15*

H A V E R

Utensílios: 30$00; Candeeiros de electricidade: 162$00; Júlio Caiola c/empréstimo: 1.642$45; Fundo de desemprêgo: 159$60; Contas cor-

rentes: 5.300$00; Expediente: 825$70; Despesas gerais: 4.580$70; Empregados: 13.568$00; Publicações: 11.704$25; Carteiras Profissionais: 1.269$50; Cobradores: 204$00; *Saldo para 1942: 5.646$95*

Total ..... *45.093$15*

II — CONTA RESULTADOS

D E V E

Coronel Fernando Borges c/empréstimo: 10.000$00; Júlio Caiola c/empréstimo: 1.642$45; Contas correntes: 170$00; Receitas diversas: 1.408$10; Carteiras Profissionais: 571$75; Jóias: 340$00; Cotas: 32.539$20

Total ..... *46.671$50*

H A V E R

Carteiras Profissionais: 21$15; Utensílios: 349$00; Mobiliário: 160$00; Expediente: 825$70; Despesas gerais: 4.594$80; Empregados: 13.568$00; Cobradores: 204$00; Exercício de 1940: 10.408$40; Publicações: 814$25; Lucro em 1941: 15.726$20

Total ..... *46.671$50*

III — BALANÇO

A C T I V O

Utensílios, valor dos existentes: 2.140$00; Mobiliário, valor do existente: 1.600$00; Carlos Fernandes Cruz c/falhas de Caixa, saldo desta conta: 3.446$25; Caixa, numerário existente: 5.646$95; Devedores por cotas à cobrança, valor das cotas por cobrar: 3.290$00; Carteiras Profissionais, valor das existentes: 507$60; Jóias em poder do cobrador, valor das jóias por cobrar: 30$00; Anúncios a cobrar, saldo desta conta: 2.800$00

Total ..... *19.460$80*

P A S S I V O

Fundo de desemprêgo, saldo desta conta: 14$60; Cotas emitidas, valor das cotas que se encontram por cobrar: 3.290$00; Sócios correspondentes, c/jóias, saldo desta conta: 30$00; Comissões em suspenso, saldo desta conta: 400$00; Exercício de 1941, lucro neste exercício: 15.726$20

Total ..... *19.460$80*

ANO DE 1942

I — MOVIMENTO DE CAIXA

DEVE		HAVER	
Saldo de 1941	5.646$95	Despesas gerais	7.528$40
Cotas	34.507$90	Expediente	817$60
Receitas diversas	491$00	Utensílios	1.310$50
Anúncios a cobrar	2.800$00	Fundo de desemprêgo	284$00
Prémio «Sind. Nac. dos Jornalistas»	1.500$00	Empregados	17.865$00
Carteiras Profissionais	165$00	Cobradores	563$00
Jóias	210$00	Publicações	60$00
Publicações	110$00	Comissões em suspenso	400$00
Fundo de desemprêgo	301$60	Prémio «Sind. Nac. dos Jornalistas»	2.000$00
		Rendas adiantadas	1.600$00
		Saldo para 1943	13.303$95
	45.732$45		45.732$45
O Tesoureiro *António Tinoco*		O Presidente *Luiz Teixeira*	

Lisboa, 31 de Dezembro de 1942.

II — CONTA RESULTADOS

RECEITA		DESPESA	
Receitas diversas	491$00	Utensílios	675$90
Publicações	50$00	Mobiliário	160$00
Carteiras Profissionais	101$60	Expediente	817$60
Jóias	210$00	Rendas adiantadas	1.200$00
Cotas	34.514$20	Despesas gerais	7.534$70
Exercício de 1941	15.726$20	Empregados	17.865$00
		Cobradores	563$00
		Prémio «Sind. Nac. dos Jornalistas»	500$00
		Lucro em 1942	21.776$80
	51.093$00		51.093$00
O Tesoureiro *António Tinoco*		O Presidente *Luiz Teixeira*	

Lisboa, 31 de Dezembro de 1942.

III — BALANÇO

ACTIVO		PASSIVO	
UTENSÍLIOS		FUNDO DE DESEMPRÊGO	
Valor dos existentes.....	2.800$00	Saldo desta conta.....	32$20
MOBILIÁRIO		COTAS EMITIDAS	
Valor do existente.....	1.440$00	Montante das cotas que se encontram por cobrar.....	3.635$95
CARLOS F. CRUZ — C/Fa-lhas de Caixa		SÓCIOS CORRESPON-DENTES — C/Jóias.	
Saldo desta conta.....	3.446$25	Montante das jóias que se encontram por cobrar...	10$00
RENDAS ADIANTADAS		EXERCÍCIO DE 1942	
Renda de Janeiro p.f.....	400$00	Lucro verificado.....	21.776$80
CAIXA			
Numerário existente.....	13.303$95		
CARTEIRAS PROFISSIONAIS			
Valor das existentes.....	418$80		
DEV. POR COTAS À COBRANÇA			
Valor das cotas por cobrar	3.635$95		
JÓIAS EM PODER DO COBRADOR			
Valor das jóias por cobrar	10$00		
	25.454$95		25.454$95
O Tesoureiro *António Tinoco*		O Presidente *Luiz Teixeira*	

Lisboa, 31 de Dezembro de 1942.

ANO DE 1943

I — MOVIMENTO DE CAIXA

RECEITA		DESPESA	
Saldo de 1942	13.303$95	Rendas adiantadas	4.800$00
Cotas	45.771$35	Despesas gerais	7.800$80
Caixa Geral de Depósitos c/Dep.	18.100$00	Utensílios	46$50
Carteiras Profissionais	157$50	Expediente	601$30
Jóias	180$00	Caixa Geral de Depósitos c/Dep.	38.400$00
Receitas diversas	399$50	Fundo de desemprêgo	386$40
Publicações	20$00	Publicações	2.348$80
Fundo de desemprêgo	416$40	Cobradores	574$00
		Empregados	19.645$00
		F. N. A. T.	390$90
		Saldo para 1944	3.355$00
	78.348$70		78.348$70

O Tesoureiro
Augusto Pinto

O Presidente
Luiz Teixeira

Lisboa, 31 de Dezembro de 1943.

II — CONTA RESULTADOS

RECEITA		DESPESA	
Carteiras Profissionais	67$65	Carteiras Profissionais	55$00
Receitas diversas	399$50	Mobiliário	140$00
Jóias	180$00	Expediente	601$30
Cotas	45.775$15	Publicações	2.728$80
		Cobradores	574$00
		Despesas gerais	7.804$60
		Rendas adiantadas	4.800$00
		Empregados	19.245$00
		F. N. A. T.	390$90
		Saldo a transferir para Fundo Social	10.082$70
	46.422$30		46.422$30

O Tesoureiro
Augusto Pinto

O Presidente
Luiz Teixeira

Lisboa, 31 de Dezembro de 1943.

III — BALANÇO

ACTIVO		PASSIVO	
Utensílios	2.846$50	Fundo Social	21.776$80
Mobiliário	1.300$00	Fundo de desemprêgo	62$20
Carlos F. Cruz c/Falhas de Caixa	3.446$25	Cotas emitidas	4.385$40
Carteiras Profissionais	273$95	Saldo a transferir para Fundo Social	10.082$70
Rendas adiantadas	400$00		
Dev. por cotas à cobrança	4.385$40		
Caixa	3.355$00		
Caixa Geral de Depósitos c/Dep.	20.300$00		
	36.307$10		36.307$10

O Tesoureiro
Augusto Pinto

O Presidente
Luiz Teixeira

Lisboa, 31 de Dezembro de 1943.

ANO DE 1944

I — MOVIMENTO DE CAIXA

RECEITA		DESPESA	
Saldo de 1943	3.355$00	Rendas adiantadas	4.800$00
Cotas	51.385$10	Despesas gerais	6.668$65
Caixa Geral de Depósitos c/Dep.	28.550$00	Caixa Geral de Depósitos c/Dep.	42.650$00
Carteiras Profissionais	202$50	Fundo de desemprêgo	487$20
Jóias	240$00	Publicações	622$50
Receitas diversas	397$60	Cobradores	643$00
Fundo de desemprêgo	503$60	Empregados	24.645$00
		Contribuïções diversas	1.101$30
		Saldo para 1945	3.016$15
	84.633$80		84.633$80

O Tesoureiro
Augusto Pinto

O Presidente
Luiz Teixeira

Lisboa, 30 de Dezembro de 1944.

II — CONTA RESULTADOS

RECEITA		DESPESA	
Carteiras Profissionais.....	89$25	Carteiras Profissionais.....	71$90
Receitas diversas.....	397$60	Móveis e utensílios.....	346$50
Juros	593$15	Empregados	24.645$00
Cotas	51.388$30	Cobradores	643$00
Jóias	240$00	Despesas gerais.....	6.671$85
		Contribuïções diversas.....	1.438$75
		Publicações	622$50
		Rendas adiantadas.....	5.200$00
		Saldo a transferir para Fundo Social.....	13.068$80
	52.708$30		52.708$30
O Tesoureiro *Augusto Pinto*		O Presidente *Luiz Teixeira*	

Lisboa, 30 de Dezembro de 1944.

III — BALANÇO

ACTIVO		PASSIVO	
Carlos F. Cruz c/Falhas de Caixa	3.446$25	Fundo Social.....	31.859$50
Móveis e utensílios.....	3.800$00	Fundo de desemprêgo.....	78$60
Carteiras Profissionais.....	88$80	Sócios correspondentes c/ Jóias	70$00
Caixa	3.016$15	Cotas emitidas.....	5.651$35
Caixa Geral de Depósitos c/Dep.	34.655$70	Saldo a transferir para Fundo Social.....	13.068$80
Jóias em poder do cobrador	70$00		
Dev. por cotas à cobrança	5.651$35		
	50.728$25		50.728$25
O Tesoureiro *Augusto Pinto*		O Presidente *Luiz Teixeira*	

Lisboa, 30 de Dezembro de 1944.

REGISTO

EMÍDIO NAVARRO

A-propósito da passagem do centenário do nascimento de Emídio Navarro (1844-1944) publicou o eminente escritor e também alta figura do Jornalismo nacional, Sr. Dr. Júlio Dantas, em O Primeiro de Janeiro, *o notável artigo que a seguir transcrevemos:*

Não desejo que passe êste ano, em que se cumpre o centenário do nascimento de Emídio Navarro, sem recordar o grande jornalista e homem público, que tive ainda a honra de conhecer pessoalmente e a cuja memória devo o maior reconhecimento pela benevolência com que acolheu e acarinhou as verduras da minha juventude literária. Foi com efeito no seu jornal, «Novidades», que aos dezassete anos, já estudante de medicina, publiquei os meus primeiros artigos, cujos recortes conservo, e em que o pobre rapaz, que eu então era, lamentàvelmente confundia a audácia com a originalidade. Ao falar-lhes hoje de Emídio Navarro não obedeço, porém, apenas a motivos de gratidão pessoal, mas a um profundo sentimento de veneração pelo homem que para mim encarnava nesse tempo (e não tive, no decurso da minha já longa vida, de mudar de parecer) os méritos e as virtudes dos jornalistas de raça: autoridade moral; vasta cultura; domínio dos problemas; dom de comunicabilidade; poder de convicção; equilíbrio; moderação; bom senso; expressão verbal clara, forte,

sugestiva e rectilínea. Junto de Navarro respirava-se fôrça; fôrça física, porque era um atleta; fôrça política, porque foi um dos mais sólidos pilares do Constitucionalismo outorgado; fôrça intelectual, porque a sua palavra poderosa se animou sempre, não só da chama que ilumina, não só da razão que convence — mas da energia que subjuga.

Tenho diante dos olhos a figura do jornalista egrégio — tão claramente como se ontem mesmo o visse. Mais baixo do que alto, robusto, maciço, congestivo, globuloso, a calva luzidia, o bigode pendente, cerrado de fisionomia e lento de gestos, Emídio Navarro não possuía, felizmente, aquela espécie de simpatia faïscante e postiça que Giraudoux considerava «peculiar aos costureiros, aos cabeleireiros de senhoras e aos políticos profissionais». Era homem grave, pesado, austero, de atitudes monolíticas, inevitàvelmente reservado nos primeiros contactos, por vezes irascível, mas bom, leal, afectuoso, quási terno no convívio dos amigos e na intimidade da família. Quando lhe fui apresentado por Barbosa Colen, limitou-se a estender-me, em silêncio, três dedos. Dias depois confessava-me que não conseguira perceber certo artigo meu, publicado na véspera (quanta razão tinha o velho estadista!), dando, à minha juvenil inexperiência, a lição da clareza e da simplicidade. Mais tarde, quando já nos entendíamos bem, êsse homem na aparência rude e pouco tratável, em quem seria difícil suspeitar o culto delicado da poesia e da beleza, entregava-me um exemplar das Póstumas, *de Stecchetti, pedindo-me que traduzisse em português uma das mais límpidas composições do livro. Datam precisamente dessa época, em que tive a fortuna de conhecer Emídio Navarro, alguns dos mais impressionantes artigos do provecto jornalista, em que, à destreza e ao vigor dos primeiros tempos, se aliavam a riqueza dos conceitos e a escultural perfeição da forma. O polemista, que tantas vezes figurou nas caricaturas de Bordalo com uma pele de tigre pelos rins e a clava de Hércules na mão, aparecia já temperado pelo artista da palavra, atingindo, perto da morte, que não viria longe (1905), a nobreza, a amplitude, a magnífica serenidade dos grandes pensadores. Tínhamos então jornalistas admiráveis. Ma-*

riano de Carvalho, espírito de formação matemática — um raciocínio luminoso ao serviço de inevitáveis paixões humanas — escrevia os seus artigos com a nitidez e a lógica de quem demonstra um teorema; Oliveira Martins, imaginação viva, jogando com uma forte capitalização de conhecimentos económicos e sociológicos, caracterizou-se sobretudo pela opulência da doutrina; António Enes foi o dialéctico frio, o argumentador subtil; Pinheiro Chagas, a eloqüência ardente, mesmo escrevendo, e, todos êles, mestres de que se orgulha a mais preclara actividade que pode exercer um homem de Estado ou um homem de letras: o jornalismo. O maior jornalista dêsse tempo, porém; o profissional mais completo; aquêle que, além de tantos dotes naturais, possuiu o instinto da oportunidade, o sentido das multidões, o génio flagrante do panfleto, o poder das grandes sínteses, a fôrça das convicções em marcha, a garra, o domínio, o clarão, a técnica — foi entre todos, inquestionàvelmente, Emídio Navarro.

O jornalismo levou Navarro aos Conselhos da Coroa, tão naturalmente como conduziu ao poder Pinheiro Chagas, Oliveira Martins, Mariano de Carvalho e António Enes, últimos granaes jornalistas da Monarquia. Assim devia ser. Êles eram a opinião pública; êles eram a expressão viva da consciência política da Nação. Não se tornava necessário apresentá-los ao País como recém-chegados ilustres: o País já os conhecia. Realizavam (na frase cáustica de um falecido estadista republicano) o tipo dos «ministros que sabiam ler e escrever»; que já de longa data versavam os aspectos políticos das questões quando eram chamados a resolvê-las; que não ignoravam — por isso mesmo que eram jornalistas — nem o mérito do silêncio, nem o valor das palavras; que não falavam demais, porque sabiam, em geral, falar bem; e que, depois de haverem servido honradamente a Coroa e a Nação, eram injuriados, vilipendiados, caluniados — e morriam gloriosamente pobres. Assim foi Emídio Navarro. Chamado ao poder na qualidade de ministro das Obras Públicas — êle, como tôda a gente, bacharel em direito — não precisou de ser «arqui-especializado» em matéria de fomento para marcar, numa fecunda política de realizações, a sua fulgurante

passagem por aquela Secretaria de Estado. Não tínhamos entrado ainda na era dos «governos de técnicos», experiência que a desagregação dos regimes demo-liberais tornou possível em certos países. O poder era então, inequìvocamente, uma função política, para que se requeriam especiais qualidades e cujo desempenho se confiava (ou devia confiar-se) aos mais aptos, quere dizer, a indivíduos de larga visão, de espírito empreendedor, de vasta cultura geral, habituados aos negócios públicos, conhecedores dos métodos de govêrno e da psicologia dos homens, ao mesmo tempo enérgicos e flexíveis, capazes de compreender com rapidez, de julgar com autoridade, de decidir com segurança, de expressar-se, falando ou escrevendo, com prudência, clareza e elevação. Os técnicos lá estavam, evidentemente, em todos os ministérios — mas como simples instrumentos do poder. Nestas condições, natural era que o jornalismo, grande escola, fôsse entre nós, na monarquia constitucional (como, aliás, na vigência de todos os regimes de opinião, e a-par, naturalmente, da tribuna parlamentar), o meio formativo por excelência das capacidades de govêrno e um dos melhores campos de selecção do pessoal político. Devemos-lhe muitos dos nossos famosos estadistas, — entre êles Emídio Navarro. Por isso, ao recordar hoje a figura do saüdoso homem de Estado — nascido há um século e morto há quarenta anos — eu não esqueço que essa figura tutelar e veneranda assinala um dos períodos de maior esplendor e de mais perfeita dignidade mental de tôda a história do jornalismo português contemporâneo.

JÚLIO DANTAS

QUE É SER JORNALISTA?

Que é ser jornalista? — pregunta o eminente escritor Sr. Dr. Júlio Dantas num artigo notável publicado recentemente em O Primeiro de Janeiro. *E acrescenta: «Tôda a gente o sabe — dir-se-á. Não é tanto assim. Creio, mesmo, que poucas profissões se apresentam tão difíceis de precisar quanto à natureza e ao âmbito da sua função.»*

A interrogação não terá, talvez, resposta idêntica em todos os países.

É que o jornalismo, pode dizer-se, é uma profissão nova, uma das «quatro ou cinco profissões mais jovens do Mundo», e a sua regulamentação não atingiu ainda, em tôda a parte, o mesmo grau de aperfeiçoamento e a mesma robustez de apetrechamento legal que a defenda. A resposta de Sury d'Aspremont: — «un homme du métier, au service du public, avec la mission de le renseigner exactement, de l'instruire consciencieusement et de le distraire honnêtement» — *esclarece um pouco o problema mas não satisfaz, com certeza, por completo, os intuitos da indagação. Quando, em 1928, o Bureau Internacional do Trabalho dirigiu às organizações profissionais de todo o Mundo o seu inquérito sôbre as condições de trabalho e de vida dos jornalistas, o que se revelou acêrca da organização profissional, dos horários de trabalho, dos ordenados, dos problemas do desemprêgo e da previdência da classe, etc., era já tão suficientemente expressivo que, a-pesar-de se reconhecer a existência de um autêntico feixe de casos individuais, o referido organismo concluíu sem hesitações:* — *«O jornalista moderno é de todos os trabalhadores intelectuais aquêle cujo trabalho, a despeito de certas aparências, tem carácter mais rígido e mais regular.»*

Outro departamento da Sociedade das Nações, precisamente aquêle onde o ilustre autor do artigo de O Primeiro de Janeiro *representou por direito próprio a intelectualidade portuguesa — o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual — se ocupou,*

poucos anos depois, da situação material e moral de outros trabalhadores intelectuais — os escritores. Sob a presidência de Paul Valéry reüniram-se para a curiosa controvérsia de opiniões desenfadadas muitos dos mais altos valores do pensamento contemporâneo. Em certo momento alguém interrompeu o curso dos trabalhos do Entretien *também com esta pregunta embaraçosa:*

— Que é o escritor?

O académico italiano Ugo Ojetti — o mesmo que interrogara — lembrou a definição de Voltaire no Dicionário Filosófico *para* Gens de Lettres: — «*Homem de letras sem auxílio. É como o peixe voador: se sobe um pouco é devorado pelos pássaros; se mergulha é comido pelos peixes*»... *Salvador de Madariaga foi mais concreto. Recordou Cervantes levando vida miserável e sem recursos, concluindo por afirmar que, sob o aspecto de matéria-prima necessária ao espírito, há vantagem em deixar os escritores expostos às intempéries económicas. Mademoiselle Vacaresco completou o processo de defesa do isolamento do escritor com estas palavras: — O escritor não escreve para o público mas para êle próprio... No jornalismo, «antena e estação emissora da vida quotidiana», segundo Richten, a-pesar-de Bernard Shaw o considerar, fora das suas excitações de humor, «a mais alta forma da literatura», os conceitos de existência, de definição e de função são outros bem diferentes. É nossa lei fundamental a predominância da* actualidade; *nosso motivo essencial de trabalho e contacto com o público; nossa preocupação persistente e permanente a melhoria de condições morais e materiais de vida como membros de uma corporação que mais acentuadamente consegue caminhar na realização daquelas aspirações quanto mais se define e se organiza.*

Não foi difícil ao B. I. T. verificar que o momento crítico na história da Imprensa surgiu quando, ao fim da primeira década dêste século, apareceram os grandes jornais modernos.

O jornalismo fixou-se como um modo de vida, mas os seus trabalhadores estavam então «desarmados ou impotentes em face da fôrça cega que a Imprensa começava a ser». Êsse foi o choque. A guerra — a primeira grande guerra — fêz o resto: com o agra-

vamento das dificuldades económicas dos jornalistas — assinala o relatório do B. I. T. — precipitou-se a evolução.

Parece-me inútil indicar o modo como a organização da classe jornalística evoluiu no sentido de uma sindicalização muito aproximada da dos trabalhadores da indústria em geral. Não é, porém, desnecessário salientar o acêrto das conclusões do inquérito quando nelas se afirma que paralelamente ao desenvolvimento da grande Imprensa diária se constituiu um jornalismo profissional acentuadamente definido e que as associações de Imprensa, que a princípio eram puramente idealistas, se deixaram penetrar gradualmente por um espírito de solidariedade profissional que, sob a influência de crescentes dificuldades materiais, se transformou numa clara determinação de luta pelos seus interêsses. Eis o que me parece importante na explicação do carácter profissional das colectividades que reúnem os trabalhadores da Imprensa — lutar pelos interêsses de ordem moral e material dos profissionais seus associados. Distanciando os jornalistas dos escritores chegou mesmo a citar-se o facto de o nosso «ofício» servir, em quási todo o Mundo, de matéria para ensino sistemático, acentuando-se assim a circunstância exacta de a profissão deixar de se manter ao sabor de acaso das vocações individuais.

Volto a referir-me ao relatório do B. I. T. por o considerar o documento mais completo e elucidativo, a-pesar-de tudo, elaborado até agora sôbre os problemas dos profissionais da Imprensa. Segundo êle as associações de Imprensa, que noutros tempos admitiam sem dificuldade, lado a lado com os jornalistas profissionais, muitas outras pessoas — literatos, professores, etc. — que apenas ocasionalmente estavam relacionadas com os jornais, revelavam, já em 1928, nítida tendência para se reconstruírem numa base estritamente profissional. Através delas começou o combate dos jornalistas contra o sistema da múltipla colaboração, *considerado causa determinante dos ordenados baixos, ao mesmo tempo que procuravam obter ocupação permanente e suficientemente retribuída para evitar a necessidade de procurar trabalho noutros jornais. Na Áustria, por exemplo, em virtude dos esforços da organização da*

Imprensa de Viena, o jornalismo é considerado ocupação permanente e o recurso a pessoas que exercem outra profissão — funcionários, professores, etc. — foi abandonado, excepto para os assuntos que exigem conhecimentos especiais, como crónicas médicas e jurídicas, etc. Em França a campanha dos jornalistas contra os que, pertencendo a outras profissões, procuravam no jornalismo uma remuneração do seu tempo disponível e contra a tendência para fazer do jornalismo uma «profissão dos momentos livres» alcançou o melhor êxito. A lei de 29 de Março de 1935 só reconhece, naquele país, como jornalista profissional o que tem por ocupação principal, *regular e retribuída, o exercício da sua profissão numa publicação quotidiana ou periódica ou numa agência de informações e que disso tira o* principal dos recursos necessários à sua subsistência. *Na Alemanha pode dizer-se que fora das pequenas cidades ninguém exerce funções jornalísticas como simples ocupação acidental. Na Hungria o jornalismo, na capital do país e em várias cidades importantes da província, é considerado uma profissão permanente. Os casos da sua prática como ocupação acidental são raros. Na Itália a profissão de jornalista não abrange os «publicistas» que embora colaborando nos jornais não fazem disso a sua principal actividade. A associação da Imprensa Suíça só reconhece como jornalistas, no verdadeiro sentido da palavra, as pessoas que dedicam à profissão a maior parte do seu tempo. Aquela associação tem quási setenta anos de existência. Reünia, inicialmente, todos os que estavam, mais ou menos, ligados ao jornal. Acêrca da sua evolução escreveu M. Pierre Grellet na* Gazette de Lausanne: — «À semelhança de todos os organismos corporativos ela teve de efectuar certa concentração profissional e estabelecer a necessária distinção entre aquêles para quem o jornalismo é a profissão de que vivem e aquêles que a consideram principalmente como uma pluma a mais no seu chapéu.»

Na sua resposta ao inquérito de Genebra o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, que já em 1924 definia como profissionais da Imprensa «os redactores, repórteres, informadores, fotógrafos ou desenhadores que trabalham na Imprensa diária e

pela profissão auferem todos ou uma parte importante dos seus proventos», declarou que o maior número dos escritores que em Portugal fazem do jornalismo a sua profissão só trabalhavam na Imprensa (1928) para aumentar as receitas adquiridas noutros ramos de actividade. E, com evidente lógica, concluía: — esta séria competição faz com que seja insuficiente a remuneração atribuída aos trabalhadores permanentes do jornal e os obrigue, por sua vez, a procurar meios de vida suplementares noutras actividades e force ainda a trabalhar para vários jornais as pessoas que desejam dedicar-se inteiramente ao jornalismo. Razão tinha o ilustre académico Sr. Dr. Luiz da Cunha Gonçalves ao afirmar, em Outubro de 1936, que em relação à defesa profissional dos jornalistas — regulamentos, contratos colectivos de trabalho, leis especiais, etc. — o nosso país era, nesse tempo, um dos poucos de-veras atrasados da Europa.

Stéphane Lauzanne escreveu algum dia uma resposta à pregunta: — «Que é ser jornalista?» *São do seu excelente* Sa Majesté La Presse *estas definições pessoais:* — «*Não é jornalista quem quere. Não se torna jornalista quem tal pretende. O jornalista não é o dramaturgo que, por acaso, escreve um artigo nem o político que habitualmente escreve uma centena. Não o é também o académico que instalado no seu escritório, longe do tumulto da multidão, discorre acadèmicamente sôbre os acontecimentos distantes. O jornalista é aquêle que só faz jornalismo, que traz tudo para o seu jornal, que só trabalha para o seu jornal, que só tem imaginação para o seu jornal, que corre o Mundo para o seu jornal e que quando a noite tomba e quando todos dormem ou se divertem se debruça sôbre as provas ainda úmidas ou sôbre o chumbo ainda quente e põe o melhor do seu cérebro na confecção de um número de jornal. O jornalista é, numa palavra, aquêle que não tem outro ofício senão o de jornalista.*» *Não se ajusta inteiramente a êste conceito ideal da profissão o critério legal seguido no país de Lauzanne, como vimos. No nosso país também sempre se atribuíu especial importância, para a classificação profissional, ao princípio expresso na lei francesa pelos têrmos «principal dos recursos», relacionando a remuneração do trabalho jornalístico com a de outras*

actividades que o profissional possa desempenhar. Exige-se sim, aqui como ali, que o exercício profissional seja feito por forma efectiva, permanente e remunerada. A distinção entre profissionais e colaboradores é estabelecida, em primeiro lugar, pelas emprêsas ou direcções dos jornais. São elas que indicam a composição dos quadros redactoriais dos seus diários ao Sindicato Nacional, comunicando-lhe também as categorias profissionais dos elementos que os constituem.

O Sr. Dr. Júlio Dantas, grande figura da intelectualidade portuguesa e do nosso jornalismo, põe no seu admirável artigo as seguintes questões fundamentais que directamente lhe dizem respeito: I) — serviu durante quási tôda a vida o jornalismo e ainda hoje mantém, com regularidade pontual, as suas colaborações *na Imprensa e, no entanto, julga que perante o estatuto em vigor não é considerado jornalista; II) — pregunta se haverá realmente (no caso das colaborações antigas, regulares, permanentes, genéricas e remuneradas) grande diferença entre o colaborador e o jornalista profissional; se não serão ambos, afinal de contas, verdadeiros profissionais do jornalismo.*

No primeiro caso a suposição não tem fundamento. Houve em Lisboa, há cinqüenta anos, uma Associação de Jornalistas cujos estatutos, redigidos por Trindade Coelho e aprovados por alvará de 24 de Setembro de 1896, determinavam que dela podiam fazer parte também os «escritores com tirocínio na Imprensa periódica, quer façam ou não do jornalismo a sua ocupação habitual e exclusiva». Foi seu presidente o meu querido amigo Dr. Alfredo da Cunha, que muitos e muitos anos depois veio a ser sócio do actual Sindicato Nacional dos Jornalistas. É que êste organismo corporativo não reúne sòmente os profissionais mas também os colaboradores, seguindo assim, como se vê, uma tradição do jornalismo local. Os primeiros são, é claro, considerados sócios efectivos e para êles se criou a respectiva Carteira Profissional; os segundos são sócios correspondentes com direito ao cartão que os identifica como jornalistas e sócios do Sindicato mas não substitue a Carteira, que é exclusivamente destinada aos profissionais da Imprensa. A esta

categoria pertenceu até o dia da sua morte o ilustre académico e jornalista, antigo director do Diário de Notícias, *que deixou o seu nome tão vincadamente ligado ao esplendor e à história da Imprensa portuguesa. A esta categoria pertencerá quando quiser conceder tão significativa honra à nossa colectividade o Sr. Dr. Júlio Dantas, que expressivamente aumenta, com as suas assíduas colaborações em jornais nacionais e estrangeiros, o prestígio da Imprensa portuguesa. No segundo caso esclarecemos que até à data nunca o nome do Sr. Dr. Júlio Dantas foi indicado ao Sindicato Nacional como redactor de qualquer dos jornais diários que honra com os seus artigos.*

De Júlio Dantas se pode dizer mais do que Pierre Mille afirmou de Maurice Barrés: — «para êle, publicar um livro era uma glória, escrever um artigo era um prazer». As palavras com que abriu o seu artigo em O Primeiro de Janeiro *constituem título de honra para a classe dos jornalistas portugueses. Aqui se transcrevem a fechar estas simples considerações, apontando-as assim como demonstração eloqüente de homenagem de um alto espírito à grandeza e ao destino da nossa profissão:* — «Tenho desempenhado profissões liberais; servido cargos do Estado, na política, na diplomacia, no professorado, no funcionalismo, na alta cultura; cultivado, mal ou bem (como pude), todos os géneros literários; e, entretanto, nenhuma actividade foi tão grata ao meu espírito, nenhuma se identificou tão ìntimamente com a minha formação mental e os meus hábitos intelectuais, nenhuma exerci durante tanto tempo, nenhuma me orgulhei tanto de exercer — como a actividade jornalística.»

LUIZ TEIXEIRA

(De *O Primeiro de Janeiro* de 20-2-1945).

ELOGIO DO JORNALISTA

O diário República *publicou em 7 de Novembro de 1943 o artigo do Sr. Fernando Alberto Pimentel que a seguir transcrevemos com a satisfação de arquivar nas nossas páginas tão expressivo testemunho de homenagem aos trabalhadores do jornal:*

Quando o leitor pega no jornal lê-o e depois, juntamente com os dos dias anteriores, vende-os a pêso. Mas o que está ali é o esfôrço de bravos batalhadores, daqueles cujo nome não aparece em primeiro plano e mesmo se mantém ignorado do grande público. Ser jornalista, hoje em dia, representa ser um soldado. A responsabilidade actua sôbre êle, e o seu dever tem de ser cumprido custe o que custar, pois é absolutamente necessário que o grande público seja informado dia a dia do que se faz no mundo inteiro e essas informações hão-de ser absolutamente concretas e claras. Não podem ser deficientes as notícias sôbre o que pensam os estadistas ou os generais, mas sim de forma que ao público não restem dúvidas sôbre as intenções que podem decidir o estado de coisas actual.

O jornalista não pode basear-se em dúvidas, mas sim em certezas. Perante essa necessidade não pode vacilar; tem de esforçar-se por conseguir de qualquer modo a certeza, mas sem que ao leitor, seja de que condição fôr, possam surgir dúvidas. Tem que ser concreto e simples, pois deve atender a que aquilo que escreve é lido por pessoas das mais variadas capacidades mentais. Isso sem dúvida alguma torna ainda mais difícil o árduo trabalho do jornalista. Além disso tem de ser do seu tempo, pois se o não fôr não será jornalista. Tem, necessàriamente, de ser crítico e observador, pronto a ver aquilo que não é dito em linguagem corrente e que oculta qualquer coisa. A variedade de notícias faz dêle um homem culto, pois isso é fundamental: tem de estar ao par de todos os movimentos políticos,

diplomáticos, militares, artísticos ou sociais para que possa de um momento para o outro abordá-los conscientemente. O sacrifício faz parte integrante do seu ser, porquanto não vive para si, mas para o grande público, que dêle tudo espera sem olhar às condições em que trabalha.

Entre o jornal do século XIX e o do século XX medeia de facto, como é costume dizer-se, um século. As condições de trabalho são muito diferentes e por conseqüência o esfôrço que êle tem de despender deverá ser muito maior. Das redacções acanhadas e desconfortantes, dos rudimentares meios de informação passou-se às grandes redacções, bem instaladas e arejadas, onde nada falta e onde matraqueiam as máquinas de escrever e o telégrafo, que põem minuto a minuto os jornalistas a-par daquilo que Washington, Londres, Moscovo, Tóquio, Angora, Berlim ou Xung-King pensam. Dos meios de informação rudimentares chegou-se ao aperfeiçoamento das grandes rotativas, que fazem tiragens ontem verdadeiramente impossíveis, hoje verdadeiramente usuais. Se por um lado o trabalho foi simplificado, por outro foi dificultado, em virtude das novas concepções da vida e das enormes responsabilidades que se impõem actualmente e que dificultam a acção do jornalista.

Embora se tivesse melhorado a situação financeira do jornalista, ela ainda não corresponde à desejada recompensa que requere o trabalho intelectual, muito mais penoso e em que se consomem tôdas as energias do homem. Mesmo perante estas dificuldades a coragem e boa vontade amparam sempre o jornalista, e a palavra «sacrifício» é uma das muitas do seu código de honra. A sua missão é, através de tudo, das maiores inclemências e calamidades, obter de qualquer modo as notícias por tantos disputadas, mas que êle, por amor profissional e orgulho de jornal, tenta obter em primeiro lugar.

O jornalista está, como um soldado, no sector onde é necessário. Desde o casamento elegante à mais horrível catástrofe do expresso que descarrila ou choca; rompendo por entre os destroços e vítimas, colhendo fotos e impressões; pugnando, em artigos, pela paz, ou pela melhoria de situação desta ou daquela classe, êle é sem-

pre o primeiro, fazendo justiça como um verdadeiro paladino das novas gerações que é. Entre as mais nobres missões a de jornalista é uma delas. Ao serviço do público, da grande informação, acedendo às necessidades da vida actual, durante a presente guerra, os soldados da Imprensa têm tombado no campo de batalha ao lado dos seus irmãos combatentes. Esse sacrifício não é em vão, pois é preciso que a Imprensa seja sempre a primeira a levar ao conhecimento do grande público aquilo que se passa neste mundo devastado pelo mais terrível flagelo. Quantas vezes, ao abrirmos o quotidiano, se nos não deparam as seguintes frases: «O correspondente especial da «Reuter» ou da «U. P», junto do quartel general de Mac Arthur; o correspondente de guerra no Pacífico ou no Norte de África; na Itália ou na Rússia, informam que...». De quando em quando, um dêles — mas quási sempre êles são ignorados — estando longe das famílias e da pátria ao lado de seus irmãos de armas, para transmitirem ao público os episódios mais frisantes desta ou daquela batalha, tomba no campo da honra, como já sucedeu a 37, durante a guerra actual, pela simples razão de quererem ser sempre os primeiros.

Na Itália, cheia de surprêsas, quer no campo político, quer no militar, e de onde porventura surgirão mais inesperadas notícias, deu-se o caso de três jornalistas americanos serem os primeiros a tomar posse da cidade de Nápoles, que fôra libertada. Num «jeep», carro de combate de tipo ligeiro, entraram ali, sujeitos aos tiros isolados dos soldados inimigos que possìvelmente lá se encontrariam ainda.

Mas era necessário que o público fôsse posto ao corrente do aspecto da cidade e do que era e fôra a vida dos napolitanos durante essa rude batalha. A-par dos correspondentes estão os repórteres das actualidades cinematográficas, agentes de informação que, ao lado dos soldados da Imprensa, também têm caído.

Durante os bombardeamentos de Londres, a capital mártir, lá estiveram e, a-pesar-de tudo, as notícias chegaram-nos sempre, em virtude da persistência e da heroicidade dos jornalistas.

Encontramo-los, ainda, a bordo dos navios almirantes, seguindo

as operações das esquadras nos variados mares. Nas grandes cidades lá estão atentos, prontos a transmitirem o movimento diplomático, o discurso dêste ou daquele, as manifestações bélicas ou pacíficas.

Para o jornalista moderno, pontual à primeira chamada, não há «climas» nem países estrangeiros.

O público, porém, quási não reconhece o sacrifício feito à colectividade por essa pléiade de rapazes ardorosos, que muitas vezes são até mal visto. Mas o certo é que cumprem a sua missão por amor à arte e ao grande público, cheios de fé e de energia, numa luta estóica, com tôdas as dificuldades, combatendo pela Imprensa — a sua bandeira —, que cada moço deseja servir, por ela ser a mais útil das instituïções modernas. Por ela, homens de todo o mundo e de tôdas as ideologias, procuram aclarar a verdade e fazer a apologia da paz. Verdadeiros pioneiros da Idade Moderna, lutadores energicos e sempre prontos.

Hoje, que a cada momento se ouve falar em «operações combinadas», é preciso contar que, ao lado dos soldados das cinco armas, outros alinham, ao serviço de uma das mais terríveis, mais poderosas e, ao mesmo tempo, mais benéficas armas: a Imprensa.

Ela é, sem dúvida, a sexta arma.

FERNANDO ALBERTO PIMENTEL

\\

DEFESA DA LITERATURA

Do notável artigo da autoria do ilustre escritor e jornalista Sr. Dr. Augusto de Castro, publicado sob o título *Defesa da Literatura,* em «fundo» do *Diário de Notícias* de 10 de Janeiro de 1943, transcrevemos, com a devida vénia, os seguintes trechos finais, que

tão expressivamente definem a situação dos produtores literários no nosso País:

... ...

Alargaram-se, evidentemente, os horizontes profissionais dos artistas, em Portugal. Ainda bem. Aplaudimo-lo às mãos ambas, considerando êsse facto um sintoma do rejuvenescimento e do progresso do País, na sua vida do espírito — que é a oficina e a reserva do seu futuro.

Uma excepção, apenas, surge. Uma arte há — que continua a ser inexplicàvelmente enjeitada e esquecida na merecida progressão de tôdas as outras: a literatura.

Temos de dizer as coisas como elas são. O homem de letras, em Portugal, continua a ser geralmente considerado como uma espécie de guitarrista, sem função social. Difìcilmente se concebe que um romancista receba por um romance aquilo que já se admite como retribuïção, perfeitamente normal, duma tela — ou da simples colaboração musical dum número de concêrto.

O argumento da mediocridade material do nosso meio não pode colhêr, porque já não colhe para outras artes que encontraram a sua possibilidade profissional. E não colhe numa terra em que — já dizia Camilo — ainda não se viu um editor falir.

Desta circunstância material resulta a inexistência do espírito profissional na literatura portuguesa, sua pecha e sua mediocridade. Se há algumas excepções, elas representam simples episódios — ou calvários de lutas incruentas que não incitam, no passado ou presente, imitações ou animam continuadores.

E, no entanto, se há uma arte que tenha tradição nacional, essa arte, em Portugal, é a arte da expressão pela palavra — que se chama literatura. A ligação de espírito que ainda hoje nos perpetua nas grandes heranças históricas que semeámos no Mundo — é o génio literário. A própria glória da nossa civilização e da nossa irradiação no Mundo tem o seu símbolo, que é literatura. São os Lusíadas.

Miguel Ângelo pode imortalizar a Renascença italiana. Mas quem imortaliza a Renascença portuguesa é Camões. O espírito português teve sempre a sua expressão máxima — na palavra. E — se os séculos XIV e XV tiveram uma autonomia artística e plástica, que a afirmação duma escola de pintura portuguesa, sustentada por Reinaldo dos Santos, tornou incontestável — nunca deixámos de ter uma autonomia literária.

A literatura é, em Arte, a única criadora de fronteiras e de pátrias. Dois exemplos. A literatura foi sempre considerada, em Itália, país da primazia das artes plásticas, uma arte secundária. Esse facto traduz e explica a dispersão nacional, que só permitiu, depois do meado do século último, a unificação política e moral dêsse país. Ao contrário, primeira de tôdas as artes, a literatura foi certamente em França o grande agente da fixação e da irradiação nacionais. O génio literário da França é a primeira fôrça da unidade francesa. É pela palavra escrita que a independência nacional se afirma na imortalidade e na grandeza da língua, instrumento e raiz da raça.

Sem a criação de condições profissionais na literatura portuguesa não pode haver verdadeira literatura nacional. E essas condições profissionis, que as outras artes já têm ou estão conquistando, em Portugal, só podem advir da preparação dum espírito público que se convença de que escrever não é uma ociosidade ou um brinquedo, como nunca o é criar, verdadeiramente, em arte — e que um país pode dispor de grandes museus, duma grande formação de mestres plásticos, duma grande orquestra ou dum grande apetrechamento musical, mas se não tiver uma literatura digna dêle, para se exprimir, será nacionalmente analfabeto.

Proclamemos, sem diminuïção de nenhum aspecto de cultura artística, esta verdade fundamental e que tende a esquecer-se em Portugal: por maiores que sejam o prestígio e a repercussão de tôdas as outras manifestações artísticas, a literatura é, hierárquica, espiritual e polìticamente — a primeira, a mais representativa de tôdas as artes. É o seu valor — e só o seu valor — que define e resume a sociabilidade moral dum Povo.

PRÉMIO «SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS»

Publicamos a seguir a acta da reünião do júri dêste prémio:

Aos vinte e sete dias do mês de Julho de mil novecentos e quarenta e dois reüniu-se na sede do Sindicato Nacional dos Jornalistas, Rua Garrett, número sessenta e dois, segundo andar, o júri do concurso para atribuïção do prémio «Sindicato Nacional dos Jornalistas». Compareceram os senhores Joaquim Leitão, representante da Academia das Ciências de Lisboa; Dr. António de Medeiros Gouvêa, representante do Instituto para a Alta Cultura; Dr. Albino Tavares de Almeida, representante do Secretariado da Propaganda Nacional; Dr. Alfredo da Cunha e Luiz Teixeira, presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas. O júri verificou terem sido apresentados ao concurso os seguintes trabalhos: *Fôrça e Destino do Jornal,* da autoria do senhor padre Moreira das Neves, publicado no diário *Novidades* de sete de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um; *Do Jornalismo português,* da autoria do senhor Eduardo Metzner Leone, publicado no semanário *Acção* de vinte e cinco de Julho de mil novecentos e quarenta e dois; e *Missão e projecção do Jornalismo na nossa terra,* da autoria do senhor Pedro Mayer Garção, publicado no jornal *Diário de Lisboa* de trinta de Junho de mil novecentos e quarenta e dois. Depois de o presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas ter acentuado que o Regulamento do Prémio tivera na Imprensa continental, insular e ultramarina a melhor e mais conveniente expansão de publicidade, de acôrdo com o objectivo do Sindicato, que instituíra o prémio para estimular no ano do tricentenário da *Gazeta* o aparecimento de artigos e ensaios sôbre a missão e projecção do Jornalismo português, o júri apreciou demoradamente os trabalhos apresentados. O júri considerou o excepcional valor do trabalho do senhor padre Moreira das Neves e reconheceu unânimemente que êsse estudo representa a expressiva afirmação do talento do autor. Verificou, no entanto, que o referido artigo não se ajustava perfeitamente à exigência fundamental do concurso indicada na base primeira do respectivo Regulamento. Por êsse motivo o júri resolveu, primeiro: —considerar o artigo *Fôrça e Destino do Jornal* fora da competição por não se referir especialmente ao «jornalismo português — sua missão e projecção»; segundo — fazer chegar ao cohecimento do autor o aprêço que lhe mereceu o seu trabalho. O júri deliberou depois, por maioria, conceder o Prémio «Sindicato Nacional dos Jornalistas» ao artigo *Missão e projecção do Jornalismo na nossa terra,* da autoria do senhor Pedro Mayer Garção. Lisboa, sede do Sindicato Nacional dos Jornalistas, em 27 de Julho de mil novecentos e quarenta e dois.

(aa) *Joaquim Leitão, António de Medeiros Gouvêa, Albino Tavares de Almeida Alfredo da Cunha, Luiz Teixeira.*

\\

EXPOSIÇÃO DA IMPRENSA CATÓLICA PORTUGUESA

Para comemorar o 19.º aniversário das *Novidades,* realizou o seu ilustre director, Mons. Cónego Fernando Pais de Figueiredo, uma interessante exposição da Imprensa Católica Portuguesa, que foi inaugurada nas salas daquele diário no dia 15 de Dezembro de 1942.

A referida exposição era constituída pelas seguintes espécies:

JORNAIS DIÁRIOS — *Novidades*, Lisboa; *Diário do Minho*, Braga; *Jornal (O)*, Funchal; *União (A)*, Angra; e *Voz (A)*, Lisboa.

PUBLICAÇÕES DA ACÇÃO CATÓLICA — *Acção Católica Portuguesa*, órgão oficioso da Junta Central e boletim de dirigentes, Lisboa; Secções masculinas: *Acção*, revista dos estudantes; *Ala; Arado; Arauto; Flama;* e *Trabalhador (O)*. Secções femininas: *Raio de Luz; Alvorada; Ao Largo; Apóstola (A); Fé e Trabalho; Férias; Luz (A);* e *Boa Semente (A.)*

PUBLICAÇÕES DA UNIÃO NOELISTA — *Natal*, revista mensal; *Estrêla; Sursum;* e *Fôlhas Sôltas.*

SEMANÁRIOS — *Almonda (O)*, Tôrres Novas; *Amigo do Povo*, Coimbra; *Amigo da Verdade*, Rochoso; *Apostolado (O)*, Luanda; *Boa Nova*, Cantanhede; *Concelho de Estarreja (O)*, Pardilhó; *Correio de Coimbra*, Coimbra; *Correio do Vouga*, Aveiro; *Defesa (A)*, Évora; *Dever (O)*, Figueira da Foz; *Dever (O)*, Calheta, S. Jorge (Açôres); *Distrito (O) de Portalegre*, Portalegre; *Evangelho (O)*, Lourenço Marques; *Fôlha do Domingo*, Faro; *Guarda (A)*, Guarda; *João Semana.* Ovar; *Jornal da Beira*, Viseu; *Mensageiro de Bragança*, Bragança; *Mensageiro Paroquial*, Viseu; *Notícias de Beja*, Beja; *Notícias da Covilhã*, Covilhã; *Notícias de Penacova* Penacova; *Ordem (A)*, Pôrto; *Póvoa de Lanhoso (A)*, Póvoa de Lanhoso; *Progresso de Paredes*, Paredes; *Revista Católica*, Viseu; *Seia Católica*, Seia; *Voz do Domingo (A)*, Leiria; *Voz de S. Francisco Xavier (A)*, Nova Goa (Índia); *Voz de Lamego*, Lamego; *Voz de Matosinhos (A)*, Matosinhos; *Voz do Pastor (A)*, Pôrto; e *Voz da Verdade (A)*, Lisboa.

REVISTAS — *Lumen*, revista de cultura para o clero, Lisboa; *Brotéria*, revista contemporânea de cultura, Lisboa; *Renascença*, ilustração católica, Lisboa; *Papagaio (O)*, revista semanal ilustrada para crianças, Lisboa; *Estudos*, revista mensal, órgão do C. A. D. C., Coimbra; *Acção Católica*, órgão arquidiocesano, Braga; *Acção Médica*, revista dos médicos católicos, Lisboa; *Alvorada Missionária*, Montariol, Braga; *Alvorecer Claretiano*, Alpendurada (Entre-os-Rios); *Anais da Propagação da Fé*, Lisboa; *Anais das Franciscanas Missionárias de Maria*, Barcelos; *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, Nova Goa (Índia); *Boletim Eclesiástico de Angola e S. Tomé*, Luanda; *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Macau; *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira*, Braga; *Boletim Mensal da Obra de S. Francisco de Sales*, Pôrto; *Boletim Português da Sociedade de S. Vicente de Paulo*, Pôrto; *Correio (O) Missionário das Crianças*, Barcelos; *Cruzada Eucarística das Crianças*, Braga; *Cruzada do Rosário*, Lisboa; *Esperança (A)*, Funchal; *Imeldista*, Lisboa; *Mensageiro de S. Bento*, Mosteiro de Singeverga; *Mensageiro do Coração de Jesus*, Braga; *Mensageiro Eucarístico*, Braga; *Mensageiro de Maria*, Braga; *Mensageiro de S. Vicente de Paulo*, Felgueiras; *Messe (A) do Senhor*, Seminário dos Olivais, Lisboa; *Missionário (O) Católico*, Cucujães; *Missões de Angola e Congo*, Pôrto; *Protecção (A)*, Lisboa; *Reinado (O) Social*, Lisboa; *Religião e Pátria*, Macau; *Revista Catequística*, Viseu; *Revista das Famílias*, Lisboa; *Revista da Mocidade*, Lisboa; *Rosa Mística*, Pôrto; *Rosário (O)*, Lisboa; *Rosas de Santa Teresinha*, Lisboa; e *Stella*, revista ilustrada, Fátima.

REVISTAS ESTEREOTIPADAS — *Clamor Pauli*, Seminário de Almada; *Novellae Olivarum*, Seminário dos Olivais; *Pax et Bonum*, Seminário das Missões Franciscanas, Lisboa; e *Vita Plena*, Seminário da Guarda.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS — *Anuário Católico de Portugal*, Lisboa; *Voz de Fátima*, publicação mensal, tiragem de 400.000 exemplares, Leiria; *Flor de Lis*, órgão do C. N. E., Braga; *Ecos do Sameiro*, Braga; *Irmã Maria do Divino Coração*, Vila Nova

de Gaia; *Dom Bosco,* Oficinas de S. José, Lisboa; *Voz das Criadas,* órgão da O. P. F. C., Guarda; *Alvoradas,* Seminário de Évora; *Voz (A) do Pároco,* igreja da Encarnação, Lisboa; *Luz e Calor; Voz (A) da Fé; Eco (O) de Africa* e *O Pretinho,* Sodalício de S. Pedro Claver, Lisboa; *Voz da Paróquia de S. Martinho,* Covilhã; *Acção Missionária,* Lisboa; *A Cruzada Missionária,* Cucujães; *O Monumento,* órgão da propaganda do monumento nacional a Cristo Rei, Lisboa.

Sua Eminência o Cardial Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, ao inaugurar a Exposição da Imprensa Católica Portuguesa, pronunciou uma notável alocução definindo o conceito de Imprensa católica oficial, oficiosa e independente.

Uma afirmação de Sua Eminência:

«Os jornalistas católicos não são autómatos, mas cooperadores responsáveis do apostolado da Igreja; não lhes foi dado, nem era mister, o dom da inerrância ou da impecabilidade (e êste nem ao Vigário de Cristo foi dado). A sua obra jornalística, mesmo ao serviço da Igreja, é sempre obra de interpretação e aplicação dos princípios e normas por aquela ditados.»

\\

O SACRIFÍCIO DO JORNALISTA AO JORNAL E DO JORNAL À IMPRENSA

No dia 7 de Abril de 1943 passou o 22.º aniversário do *Diário de Lisboa.* Do artigo de Norberto de Araújo, publicado no número comemorativo dêsse aniversário, transcrevemos os seguintes períodos de abertura:

A Imprensa, mormente a de grande expansão, é, em todos os países, um reflector da vida universal, um quadro cronológico da vida de uma nação. Um jornal — é um arquivo. Folheando-se uma colecção de há um século, tôda uma vida que se viveu transparece como se tudo houvesse sido do nosso tempo. A Imprensa é, assim, ou pode ser considerada, uma instituïção subsidiária da história. Em verdade, é o Tombo de um país. O que a caracteriza, em vinco comum a todos os jornais, é a sua capacidade de perpetuar o momento, a sua frescura, o seu poder de fixar mocidade ao aconte-

cimento e às próprias idéias. Um jornal relido suprime a distância das idades; nem sempre sucede isto com um livro ou com uma crónica esparsa. Eis o que caracteriza o jornalismo na sua fase comum.

O que distingue, porém, a Imprensa e individualiza os seus jornais é a quantidade de interêsse de que se rodeia a notícia, a soma de imprevisto, o doseamento do realismo, o equilíbrio da narrativa, de modo que a verdade não sofra e o brilho não ofusque os planos. O que distingue um jornal— na idéia, na crítica, no facto, na informação, no acontecimento que toca a sensibilidade de todos os leitores — é o volume de emoção que o jornalista transmite. A personalidade de um jornal avalia-se dentro da grei da Imprensa e a personalidade de um jornalista dentro do seu próprio jornal. Mas um jornal amalgama-se dentro do conjunto do jornalismo de um mesmo país; o jornalista confunde-se dentro do quadro da sua própria casa de trabalho. Isto só se pode notar ao fim de muitos anos, e é êste sacrifício do jornalista ao jornal e do jornal à Imprensa que ennobrece esta arte e valoriza esta profissão.

\ \

PRÉMIOS LITERÁRIOS

JORGE SIMÕES, redactor do *Diário da Manhã*, conquistou, em 1941, o prémio «Afonso de Bragança», instituído pelo Secretariado da Propaganda Nacional, para distinguir, por concurso, a melhor reportagem do ano.

O trabalho premiado pelo júri foi a série de artigos intitulada *Uma reportagem de paz nos mares em guerra* e publicada nas colunas do referido diário. O autor, tomando por base o seu excelente trabalho jornalístico e enriquecendo-o com novos e interessantes capítulos, publicou depois o volume *Os grandes trabalhadores do mar*.

Jorge Simões nasceu em Leiria, a 14 de Outubro de 1901. Principiou

a sua actividade jornalística em Lisboa, no ano de 1926, e fêz parte das redacções do *Portugal, A Cidade, Diário de Notícias, A Revolução,* e *República.* Colaborador do *Diário Popular,* exerce actualmente também as funções de redactor correspondente do *Diário de Notícias,* de New-Bedford, e do *Notícias de Évora.* Escreveu a peça *Noite de Natal* e com Carlos Dubini a revista *Peço desculpa,* representadas, respectivamente, no Teatro Avenida e no Coliseu dos Recreios.

A CASTRO SOROMENHO foi atribuído o 1.º prémio de Literatura Colonial (Concurso da Agência Geral das Colónias), em 1942, pelo seu livro *Homens sem caminho* e em 1943 o 2.º prémio do mesmo concurso anual pelo seu volume *Rajada.*

Nasceu na vila do Chinde, Zambézia (Moçambique), em 1910. Desempenhou o cargo de chefe da Redacção do semanário *Humanidade;* é redactor da revista *Panorama* e trabalhou nos diários *A Noite, Jornal da Tarde* e *O Século.*

Outros livros publicados: *Nhari* (contos), prémo de Literatura Colonial de 1939; *Imagens da cidade de S. Paulo de Luanda* (reportagem); *Noite de Angústia* (romance); *A aventura e a morte no sertão — Silva Pôrto e a descoberta do centro africano* (biografia).

ARMANDO VIEIRA PINTO, a quem foram atribuídos os Prémios Literários «Gil Vicente» «Afonso de Bragança», respectivamente de Teatro e de Jornalismo (Reportagem), no ano de 1942, nasceu em Viana do Castelo, a 13 de Agôsto de 1906. Fundou nessa cidade, em 1921, o semanário de estudantes *À sombra da capa* e dirigiu depois, no Pôrto, em 1932, a revista cinematográfica *Movimento.* Redactor de *O Século* de 1935 a 1939 e seguidamente de *A Noite* e do *Jornal da Tarde,* pertence ao quadro redactorial do *Diário Popular* desde a sua fundação. Entre os expressivos êxitos que têm assinalado a sua notável carreira de dramaturgo devem ser citadas as seguintes peças representadas em vários teatros de Lisboa e no Teatro do Povo: *Desencontro* (1935); *Os três desejos* (1936); *Jesus* (1936); *Brasil* (1937); *Portugal* (1940); *Ambição* (1941); *Lisboa-1900* (em colaboração com Francisco Ribeiro e Alberto Reis) (1941); *O Men-*

sageiro da paz (1941); *Coristas* (1942); *Alvorada* (1941). *Vida fácil* e *Crise* são os títulos das suas últimas peças, a representar brevemente.

Armando Vieira Pinto, que em 1941 ganhou o prémio de poesia lírica dos Jogos Florais e o Prémio do Teatro do Povo, alcançou os dois prémios com que foi distinguido em 1942 com a peça *Coristas* e a reportagem *O Padre Flannagan de Portugal.*

O Prémio Literário «Ramalho Ortigão» (Ensaio) foi em 1942 atribuído também a um jornalista: o padre FRANCISCO MOREIRA DAS NEVES, chefe da Redacção do diário *Novidades* desde 1934.

Nasceu em Gândara, concelho de Paredes, a 18 de Novembro de 1906, completou o curso de Teologia no Seminário do Pôrto e foi ordenado em 1929, por D. António Augusto de Castro Meireles. Pároco da freguesia de Mosteiró (Vila do Conde), fundou ali o Patronato de Santa Rita de Cássia, passando depois para a freguesia de Milhundos (Penafiel), onde se conservou durante 14 meses.

Livros publicados: *Sonho azul* (Sonetos — 1931); *A liturgia dos mortos* (Etnografia e crítica — 1932); *António Correia de Oliveira* (Bio-bibliografia ilustrada — 1934); *Hóstia florida* (Lendas eucarísticas e outros poemas — 1936); *As Sete Palavras de Nossa Senhora* (Poemas marianos — 1938); *Leal conselheiro infantil* (versos — 1940); *Inquietação e presença* (Miguel de Sá e Melo e o movimento modernista — 1942); e *Guerra Junqueiro — o homem e a morte* (Ensaio — Prémio «Ramalho Ortigão» — 1942). Tem prontos a publicar: *Mendigo de Deus* (Poemas do Sofrimento e da Graça) e *O Drama espiritual dos Vencidos da Vida.* Conferencista e prègador, tem colaborado assìduamente em muitos jornais e revistas católicas. As suas palestras na Emissora Nacional e na Rádio Renascença e a sua constante colaboração no suplemento literário de *Novidades* — «Letras e Artes», que êle fundou, fixaram o seu nome como um dos mais cultos espíritos do jornalismo português contemporâneo. Com o artigo *Uma cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal* ganhou em 1940 o concurso de Jornalismo dos Centenários.

JOSÉ AUGUSTO recebeu em 1943, pela segunda vez, o Prémio Afonso de Bragança (Reportagem) no concurso anual dos Prémios Literários do S. P. N. Jornalista profissional desde 1934, logo em 1936 conquistava com o seu livro «Jornal de um correspondente de guerra em Espanha» o referido prémio. Antes, porém, já a sua personalidade literária se revelara expressivamente não só nas páginas da revista de arte e de crítica *Momento* que fundara, em 1932, com Artur Augusto e Marques Matias, mas também na obra que com o título *Hellada* (frisos gregos) publicou no ano imediato. *Salomão* (1938) e *Padrão de Soberania* (1939) completam a bibliografia de José Augusto, que deixou também seu nome vincadamente ligado às primeiras iniciativas de jornalismo radiofónico realizadas com inteiro êxito entre nós. José Augusto, que tem feito a sua notável carreira profissional na redacção do *Diário de Notícias* e do *Diário Popular*, nasceu em Lisboa a 21 de Julho de 1914.

A Academia das Ciências de Lisboa conferiu, em 1943, o Prémio Ricardo Malheiros a HUGO ROCHA, chefe da Redacção de *O Comércio do Pôrto*. Hugo Rocha, que nasceu no Pôrto a 11 de Novembro de 1906, começou a sua carreira de profissional da Imprensa em 1929, no mesmo diário onde ainda hoje exerce a sua actividade. Dirigiu a revista de assuntos musicais *Orfeu*. Poeta, conferencista, jornalista, escritor, a Academia consagrou com aquêle prémio um dos melhores romances de Hugo Rocha, fixando o nome do nosso camarada também como notável cultor dêsse género literário. A sua já vasta bibliografia reflecte, expressivamente, as variadas modalidades do seu temperamento literário e regista até agora os seguintes volumes publicados: *Bayete, Rapsódia negra* (poemas), *Espiritualismo, O homem que morreu no deserto, Além-mar, Primavera nas Ilhas, O problema dos fantasmas, Análise ao «pensamento» dum zoilo, Os Açôres na obra de alguns poetas açoreanos da actualidade, Poemas exóticos, Quissange* (poema), *Paixão e morte de um rapaz romântico, Toulon (a trágica epopeia da Armada francesa)* e *Gentio Branco* (Prémio Ricardo Malheiros de 1943).

Como noutro local noticiamos, o prémio «Sindicato Nacional dos Jornalistas» foi atribuído ao DR. PEDRO DE SANDE E SALEMA MAYER GARÇÃO. Nasceu em 17 de Janeiro de 1905. Formado em Medicina pela Universidade de Lisboa, em 1928, foi durante seis anos interno dos Hospitais Civis da mesma cidade e assistente da Faculdade de Medicina de 1931 a 1935, na cadeira de Anatomia. Publicou dois trabalhos de investigação científica: *Músculo deltóide* e *Músculos flexores do antebraço*. É médico da Armada desde 1936.

Só depois da morte de seu pai, o grande jornalista e escritor Mayer Garção, começou a publicar as suas produções de carácter literário. Colaborou no *Notícias Ilustrado, Século Ilustrado, Fama, Fradique, O Diabo, Civilização, Mundo Gráfico, Defesa Nacional, Diário de Notícias, Diário de Lisboa,* etc. Usou o pseudónimo José Magro e em 1935-1936 fêz, ao microfone da Emissora Nacional, uma interessante série de palestras, umas de divulgação médica outras de feição puramente literária. Em 1942 obteve o 1.º prémio de «palestra radiofónica», nos Jogos Florais da Primavera, com o trabalho *O Brasil e a língua portuguesa.* Pedro Mayer Garção pensa reünir brevemente os seus trabalhos literários dispersos num volume sob o título de *Cinco sentidos.*

\ \

O PROBLEMA DO JORNALISMO

No *Diário Popular,* em 24 de Setembro e 4 de Outubro, o nosso antigo camarada e ilustre escritor Prof. Doutor Vitorino Nemésio publicou sob os títulos de «O Problema do Jornalismo» e «Jornalismo: fronteiras da doutrina e da publicidade», respectivamente, dois artigos que pelo seu excepcional interêsse arquivamos, a seguir, com muita satisfação, nas páginas do nosso *Boletim:*

«O aniversário de um jornal que timbra em melhorar a Imprensa arejando os processos de trabalho, multiplicando-os e montando antenas que captem as variações da opinião e o maior número das suas vozes merece ser comemorado com uma breve meditação sôbre a função periodística e o seu exercício encarado segundo o interêsse público e o prestígio profissional.

O jornal perdeu há muito, com a impessoalidade da sua matéria legível e a área absorvente e internacional de uma informação

anónima, e por isso irresponsável, aquelas características de constância, tendência e factura original que fizeram dêle um grande instrumento de influência no século passado. O artigo de fundo deixou de reflectir a opinião incondicionada do director ou do grupo redactorial que o sustentava. Industrializada a Imprensa, o director de jornal passou a ser um coordenador da indústria noticiosa, garantindo com o seu nome a qualidade do texto, a vivacidade da reportagem, o tato na escolha dos assuntos, o acolhimento reservado ou largo aos mil e um caprichos que assaltam dia a dia uma redacção importante e de que é preciso extrair o maior número possível de solicitações razoáveis.

Limitado pela neutralidade em religião e em política, pelos fins lucrativos da emprêsa e pelas circunstâncias de Estado, o director de jornal limita também o seu coeficiente de livre apreciação da matéria doutrinária e informável, diminue a intervenção do seu juízo individual ante os factos, desistindo de uma arbitragem terminante e verdadeiramente judicatória nos conflitos e contradições que são o pão nosso da alta noite.

Esta impessoalidade e funcionalização dos jornalistas dirigentes têm, como tôdas as coisas do mundo, prós e contras. Têm o contra que explica o carácter mais ou menos incolor de um diário, que era um reportório de sucessos combinado com uma tribuna de afirmações e ademanes conhecidos, coerentes, indiferentes à desaprovação ou irritação alheias. É certo que esta parcialidade não desapareceu de todo. Desterrada dos grandes órgãos de informação, que o tempo consagrou como uma espécie de terra comunal, onde cada qual dá a pastar do seu pasto e leva a comer o seu rebanho, ficou reservada aos raros jornais que exprimem o programa de um grupo, os interêsses de uma classe, o estilo de vida de um sector. E mesmo nesses jornais teve de se corrigir o princípio da livre opinião, gerador de irredutibilidades e de exclusões, pelo da neutralidade e do ecletismo compatíveis com a linha geral de um programa a cumprir.

As vantagens da Imprensa pessoal consistiam principalmente na orientação pública. A cada sector da população — um leme, uma agulha, um timoneiro. Assim, o estado da opinião numa certa cir-

cunstância ou momento era dado pelo exame de todos os periódicos — e sabe-se como êsse «tour d'horizon» ainda hoje alimenta um dos processos técnicos do jornalismo industrial: «a revista da Imprensa». Grandes jornalistas como António Rodrigues Sampaio *(A Revolução de Setembro)*, Teixeira de Vasconcelos *(Gazeta de Portugal)*, António Enes *(O Dia)*, Emídio Navarro *(Novidades)* puderam assim lançar grandes jornais radicados no público, que, paralelamente aos fins partidários, faziam escola de civismo, criando o amor do «forum», guiando e adestrando a opinião e o julgamento em face do filme da vida e levando às camadas médias de leitores os produtos requintados da literatura, da arte, do pensamento.

O teatro, por exemplo, foi modernizado e difundido em Portugal pelos jornais de 1850 a 1900, que avaliavam as peças, discutiam as interpretações e faziam do actor e da actriz os ídolos do dia. Um dos maiores jornalistas portugueses, António Enes, reüniu na sua personalidade o grande comentador e crítico da vida nacional, o administrador colonial que faz ressurgir um império e o dramaturgo. A geração de autores dramáticos que brilhou nos fins do século passado — Marcelino de Mesquita, D. João da Câmara e tantos outros — criou-se nos jornais. D. João da Câmara foi quási um jornalista profissional. A Imprensa prolongava e animava a literatura, supria os fracos benesses que a indústria editorial arbitrava aos autores. Grandes escritores, como Eça de Queiroz e Oliveira Martins, dirigiam jornais da província e da capital *(O Distrito de Évora; O Repórter)*, e periódicos havia, como êste último, o de Sampaio, a *Gazeta de Portugal* e as *Novidades*, que eram verdadeiros alfobres de reputações literárias. Camilo desentranhou-se em correspondências provincianas; Fialho foi chefe da redacção de *O Repórter*, onde Moniz Barreto assinava a crítica literária. As *Novidades*, com Manuel Gaio, Eugénio de Castro e Henrique de Vasconcelos, desempenharam o papel de arauto lateral do simbolismo e dos ensaístas de 1890.

A tradição de um jornalismo fortemente personalizado, esteio da cultura e seu alto-falante, começou a ser destruída pela crescente industrialização do jornal, considerado acima de tudo como repor-

tório de notícias e de anúncios. Essa função, durante muito tempo exercida por periódicos do tipo do *Jornal do Comércio,* que no próprio título indicava a sua especialização informativa e prática, foi-se alargando, radicando e predominando sôbre o carácter literário e doutrinário do jornal. No segundo quartel do século XIX criara-se um tipo de periódico moldado no «magazine» inglês, de que o *Panorama,* da iniciativa de Herculano, foi o mais influente e difundido. Aí, as efemérides da vida civil e mundial ocupavam ainda um espaço mínimo. O «magazine» romântico destinava-se sobretudo a fornecer leitura variada, divulgando a história e a ficção, desenvolvendo o gôsto da arqueologia e do pitoresco e alimentando a curiosidade com a narração de casos singulares, anedotas, costumes, progressos técnicos.

Foi êste ponto de vista médio do consumo periodístico que o diário de anúncios e novidades, suplantando os jornais políticos e cultos do tipo da *Revolução de Setembro,* veio satisfazer. O movimento da política europeia à roda de 1870 e a invenção do telégrafo facilitaram êsse novo modêlo — o grande cotidiano, pai do «colosso» e do rotativo, de que o *Diário de Notícias* foi entre nós o precursor. Agora já não era o homem público, literato e polemista, como tinham sido Sampaio, Teixeira de Vasconcelos e modernamente Brito Camacho, o jornalista-nato como Fernando de Sousa e Homem Cristo, que iam ao leme da emprêsa, ou o publicista ou o escritor mais ou menos desviados do seu gabinete de trabalho que sacrificavam nas aras da Imprensa, como António Enes em *O Dia* e Oliveira Martins em *O Repórter* — mas um antigo tipógrafo, como o Conde de S. Marçal, que se ligava a um homem de iniciativa, Eduardo Coelho, para lançarem um jornal como verdadeira emprêsa.

A experiência bem sucedida incitou à imitação, e tivemos assim um jornal inicialmente publicado com as velhas características de combate e de literatura — *O Século* (Magalhães Lima, 1881), órgão de um partido nascente de oposição e de revolta, o Partido Republicano — consolidado finalmente como diário de grande informação por um puro profissional (Silva Graça).

Não cabe em artigo um esbôço, sequer, da evolução do jorna-

lismo português; mas sem êste rápido toque nas suas linhas gerais não se pode abordar o problema das vicissitudes actuais da Imprensa e as soluções que reclama. Matéria de leitura; doseamento de mera informação agenciada (telegrafada e reportada) com a reportagem de impressões, com os artigos firmados e a orientação das massas; legitimidade e medida da contribuïção tecnológica na composição de cada número; valor e percentagem das páginas e rubricas especiais (arte, literatura, teatro, cinema, desportos, técnicas) compatíveis com as exigências publicitárias e o predomínio da massa noticiária sôbre a leitura seleccionada — outros tantos problemas de matéria, difíceis e urgentes de resolver.

Ao lado dêsses, a questão profissional, com seus aspectos múltiplos: preparação, remuneração, quadros; a necessidade de convencer o jornalista a separar em si o possível literato ou escritor-de-livro do perfeito técnico da generalidade e da efeméride. Concisão de escrita, escrúpulo no apuramento dos factos e no emprêgo das nomenclaturas, sobriedade no perigoso manejo da actualidade, que excita o público para bem ou para mal, conforme o estilo do «en tête». E é um nunca acabar...

(Diário Popular, 24-9-43)

* * *

«A Imprensa é o facho do Progresso» — diziam os Acácios e Pachecos de 1900 e de mais tarde. O século XX ensinou isto. O XVIII construíra o carro do Progresso; o XIX breou a estôpa ao facho... acendeu o fósforo... Claro que tudo isto são imagens. Mas havia uma verdade no fundo da pintura ridícula. O Progresso era uma certa aceleração dos meios civis de conviver: transportes, comunicações sinalizadas, capilaridade social traduzida no emburguesamento e na proletarização. Revestindo tudo isto uma comparticipação mais ou menos real das massas, através de elites de rápida formação e declínio, na determinação e conduta dos destinos humanos pela política, negócios, ditadura do trabalho. Uma realidade

instrumental — a Técnica — começava a impor o seu perfil ao estilo de vida dos homens, a ponto de os cegar para a visão da própria substância do viver. Se a vida se tornava materialmente mais fácil e expedita, teimava contudo em permanecer reduzida a meia dúzia de princípios e factos essenciais: crescer, proliferar, atingir o equilíbrio entre o corpo insaciável e o espírito sedento de disponibilidade e de paz. Filosofias...

A Imprensa acelerou-se como todos os sectores da existência, e, ultrapassando a periodicidade de média hebdomadária (a semana era a unidade do trabalho manual, a medida-ciclo dos campos e cidades: — «esta semana não posso...»; ao sábado, dia de esmola e de soalho esfregado...), o jornal, tornado uma espécie de «kodak» da terra e do acontecer (quantas vezes com edição da manhã e da tarde; suplemento às duas horas nos dias de convulsão... segunda tiragem... «à última hora»), foi perdendo aquela magnífica estabilidade com que guiava a opinião. Os acontecimentos, que se deixavam até então classificar e resumir, metidos nos trilhos previstos, fazendo rotação como as culturas, deixando livres os quatro ou três quintos de papel para dissertação e conselhos, agora invadiam tôdas as páginas. De coisas inscritas e domadas passavam a ser êles os domadores, e como estiletes mecânicos contra o negro de fumo de um rôlo eram êles que, registando-se, acusavam os frenesis do polvo de cem tentáculos.

O jornalista viu-se assim, de um dia para o outro, bloqueado na sua banca e hesitante entre um tinteiro quási sêco e um enorme frasco de goma. Pela porta aparentemente pacífica do «comunicado» começaram a entrar os mil projécteis da rua. O anúncio, modesto e ocasional («vende-se macela em tal parte»...), estabilizou-se, saltou o filete do roda-pé, exigiu espaço e evidência, acabou por redigir-se e tomar, como o polvo, a côr da pedra de base. Agora era uma fatia de leitura como o artigo ou o «suelto». E chamou-se publicidade.

O primeiro gesto do jornalista deve ter sido o do dono da casa assaltada. Mas logo o assalto tornou-se regra de vida; e, como o anfitrião que, morando em lugar de festanças, se farta de receber

e converte a sua casa particular e hospitaleira em hospedaria aberta, o jornalista deixou, por assim dizer, que o leitor dispusesse em sua casa.

Ao período anárquico seguiu-se então uma tentativa de exploração sensata da nova ordem de coisas. Marcar-se-iam as fronteiras entre o espontâneo e o encomendado, a doutrina da redacção e o logradoiro público. Mas, como o grupo dos melancólicos fornecedores de prosa periódica, abancados em volta de um utopista ou de um tribuno, não se entendiam já com o muito movimento da escada, com os montões de anúncios, com as altas pressões, foi preciso chamar alguém que soubesse de partidas dobradas. E então surgiu a emprêsa.

De alavanca do Progresso, a Imprensa passou a escritório de comissões do mesmo ente. Foi o seu entreposto: um barracão iluminado à entrada da barreira e tão ruïdoso como uma fábrica.

É claro que esta conversão de um órgão activo e responsável da vida civil numa espécie de gráfico das colisões sociais e da concorrência não podia fazer-se inteiramente sem perigo da própria Imprensa. O público, consumidor do periódico, desdobrava-se, nesta operação, em beneficiário e em vítima. E se beneficiava duplamente, porque era dêle que saíam os interêsses publicitados, e a êle revertiam, quando dêle mesmo não fôssem, sob a forma de acessos fáceis à oferta e procura assoalhadas, perdia em cheio a relativa segurança da informação jornalística, agora abalada pela inconveniente contigüidade de uma doutrina livre e de um noticiário objectivo com o tímido esbôço de verdades peculiares e de inculcações lucrativas. ¿Onde acaba a dissertação normativa do jornal sôbre a vida social e política, para começar o eufemismo sôbre o que corre mal, ou a palavra mágica que doura e empurra o produto?

Não era fácil pôr têrmo a semelhante perplexidade, mas a limpeza de horizontes impunha-se à própria imprensa industrial, como a todo o produtor de boa mercadoria. Entretanto fizera-se uma conquista inesperada, e desta vez positiva para o rendimento social e técnico da Imprensa. Nem tudo eram flores de laranjeira no noivado do jornal de tipo antigo com o seu leitor assíduo. A unidade

de doutrina e de comando redactorial tinha um preço: a tendenciosidade, o unilateral. O jornal vivia de um grupo político ou religioso, de um cartel filantrópico ou literário. Cada acontecimento tomava nas suas colunas a côr que a redacção procurava fazendo girar o seu prismazinho.

A vantagem do passo da imprensa privada à industrial foi, à primeira vista, dar num só feixe a refracção da luz eventual de cada dia. Mas a concentração da matéria fazia-se segundo uma afluência desordenada ao postigo da redacção e conforme os recursos de propaganda de quem tinha um menino nascido ou um partido fundado. Tornada uma pista de corridas de reputação e de vantagens, a Imprensa enfrentou o problema da regulamentação do campo e o da técnica de concursos. Passou ela própria a dirigir a grande exibição; reclamou a publicidade; amplificou o pregão matutino. Os proventos da exploração permitiram-lhe melhorar a rêde de recolha dos factos e especializar o seu pessoal na selecção das novidades. O jornalista fôra até então o que se chamava «escritor público», o publicista: isto é, uma pessoa que submetia questões de interêsse geral a um tratamento escrito e periòdicamente divulgado. Valia-se, para isso, da sua experiência especial das coisas, da sua tendência teórica e de um vivo apetite de comunicação. Na raiz do velho como do novo jornalista está uma natureza instável, cortical e curiosa — um andarilho, um receptor. Foram estas qualidades que a Imprensa moderna explorou e desenvolveu. Aconteceu porém que o enciclopedismo mais ou menos seguro que acompanhava essa volubilidade fundamental na vocação do jornalista foi desaparecendo à medida que a área de solicitações aumentava e que as qualidades de prontidão, rapidez de estímulos, brilho, se impunham como meios de tornar o jornal leve e fácil, em sacrifício da solidez da matéria e da especialidade de tratamento.

O esfôrço da grande imprensa exerceu-se então principalmente no sentido de atenuar êsse desequilíbrio. E o jornalismo profissional encartou-se em duas categorias principais: o pequeno repórter, simples colector de notícias, fotógrafo «à la minute» dos acontecimentos—e o jornalista de firma, também operador de instantâneos, mais

clarividente, impressivo e culto, bom espectador. Para aspectos especiais dos diversos ramos da vida recorreu a Imprensa ao colaborador. A síntese dos tempos, os juízos gerais, ficavam a cargo do director de jornal ou do articulista integrado nas suas directrizes. E, zumbindo ao lado de uma verdadeira oficina de operários de goma e do «sucesso», giraram as primeiras rotativas. A duas colunas — o desastre aparatoso ou o ministério caído. Com filete encarnado: «Última Hora».

Até piquetes do quarto de alva se formaram nas fábricas de «colossos»! Como nos quartéis e nos navios a muitos nós no alto mar...

(Diário Popular, 4-10-43)

\ \

UMA SAÜDAÇÃO À IMPRENSA

O Sr. D. Agostinho de Jesus e Sousa, Bispo do Pôrto, dirigiu no dia da sua chegada à capital do Norte uma Saüdação Pastoral ao clero e aos fiéis da sua nova Diocese, da qual destacamos as seguintes palavras sôbre a Imprensa:

«É tempo de saüdar os representantes da Imprensa, da Diocese, e de modo especial a desta cidade, e de manifestar o Nosso aprêço por quantos exercem profissão tão nobre e por vezes tão ingrata.

De bom grado o fazemos, porque também Nós não somos de todo alheio a ela. Sabemos quanto é difícil, por vezes, encher as colunas dum jornal, ou as páginas de uma revista, sendo-o ainda mais precisar idéias e definir atitudes em assuntos delicados, defender a verdade e a justiça, encontrar a verdadeira solução de problemas intrincados, dar aos leitores uma orientação segura sôbre as várias questões que surgem a cada instante. A missão da Imprensa é um verdadeiro apostolado, que honra a quem o exerce com elevação e imparcialidade, mas apostolado cheio de dificuldades. O profissional da Imprensa vê-se a todos os instantes na contingência de emitir, sem tempo para grandes reflexões, a sua opinião sôbre os assuntos mais variados, certo de que nem sempre o seu parecer será julgado com benevolência.

Também sabemos como é difícil manter a serenidade no meio de questões que mais ou menos nos apaixonam; e ainda quanto nos custa não sermos bem compreendidos ou julgados menos justamente.

Porque sabemos tudo isto, temos muitas vezes pena dos que exercem êste apostolado, sendo de mais a mais por vezes tão mal remunerados. Bem desejaríamos que quantos trabalham na Imprensa tivessem sempre presentes as palavras de Santo Agostinho: *in dubiis libertas in omnibus caritas!* Sendo a causa da Igreja a causa da verdade, da justiça e da caridade, esperamos que a Imprensa da nossa Diocese coopere connosco na defesa de tão altos ideais, tanto mais que êles constituem o mais sagrado património da Nação».

\ \

IMPRENSA E JORNALISMO

Sim. A distinção não é grande, mas é alguma: A Imprensa é uma instituïção; o jornalismo é uma arte. Como instituïção a Imprensa tem as suas normas; como arte o jornalismo tem as suas liberdades. Nem as normas podem ser regidas nem as liberdades podem ser viciadas.

Imprensa sem regras normativas — seria a anarquia; jornalismo sem deveres condicionantes das liberdades seria a indignidade.

Foi para definir aquelas anomalias da razão e da honra que se criaram os têrmos de «pasquim» e de «escriba» (êste, por fenómeno de semântica). Desta sorte a instituïção é de utilidade pública e o jornalismo é de função meritória. Não pode a primeira perder de vista o segundo, nem o jornalismo desinteressar-se da Imprensa.

O advogado não pode alhear-se do Direito nem o juiz da Justiça. Esta interdependência é uma sujeição moral do homem ao meio ambiente e do meio ao indivíduo.

A sociedade, que a Imprensa e o jornalismo servem — nem sempre sabe ou pode fazer a distinção.

A Imprensa, tornada núcleo da indústria utilitária, não cria apenas, e forçosamente, independências materiais, com êxitos de função lucrativa; ela também dá vítimas — e à sociedade escapa isso muitas vezes. O jornalismo nunca deu independências; deu quási sempre sacrificados.

Quando sucede que o jornalista assume conjuntamente a responsabilidade na liberdade da sua arte e a responsabilidade no exercício directivo e administrativo da sua instituïção — trava-se um conflito de consciência. Não por antagonismo ou irreconciliação natas. Mas por susceptibilidades de hierarquia. Nestes casos. aliás raros ou eventuais, no jornalismo fica o espírito, na instituïção fica a prudência. Então aquêle que serve a sociedade — diremos a Nação — e reüniu os dois capitais da sabedoria, sem choque do interêsse com o orgulho — torna-se um homem perfeito. Há que definir melhor: a Imprensa pode um dia deixar de ser nobre; o jornalista é que nunca pode deixar de o ser. Porque o desvio da nobreza por parte da Imprensa pode representar um incidente; e o desvio da honra por parte de um jornalista representa sempre uma indignidade.

Se a Imprensa é uma idéia, o jornalismo é a sua forma; quando a Imprensa é apenas instrumento de informação, o jornalista é a sua voz. A verdade na Imprensa é uma, de responsabilidade limitada; a verdade no jornalista é outra, de responsabilidade directa e absoluta. A quebra da verdade, queremos dizer da justiça, na Imprensa pode dar uma falência seguida de concordata; tem-se visto; no jornalista a traição à verdade é sempre um crime, seguido de falência moral. Em rigor jurídico pode não ser assim; mas assim é que é no rigor da vida.

E por isso eu te digo, em escrito, terminando, amigo, como comecei ontem em conversa: a Imprensa é uma cousa muito respeitável, mas o jornalismo é uma cousa muito sagrada.

De um artigo de Norberto de Araujo, no *Diário de Lisboa* de 2 de Julho de 1942)

Sôbre assuntos de Imprensa e de jornalismo registamos, entre muitos outros publicados nos jornais do continente, os seguintes artigos:

Para a história da Imprensa Portuguesa — O 88.º aniversário do «Jornal do Comércio», por Eugénio Navarro, in *The Anglo-Portuguese News*, transcrito in *Jornal do Comércio* de 7-11-41; *O prestígio da Imprensa*, por C. da Veiga, in *Jornal do Comércio* de 9-6-42; *Sessenta e dois anos de*

vida, in *O Século* de 4-1-43; *O Jornalismo e êste jornal,* in *Diário Popular* de 22-9-42, por António Tinoco; *Curso de Jornalismo* (memórias), de Pedro Correia Marques, série publicada no semanário *Acção; Figuras dos jornais — Correspondentes e repórteres,* por Leopoldo Nunes, no mesmo semanário, 15-1-42; *S. Francisco de Sales, modêlo e Patrono dos jornalistas católicos,* in *Novidades* de 7-12-42; *S. Jerónimo, padroeiro dos jornalistas,* por Jorge Guerner, in *Diário de Notícias* de 5-10-41; *Emídio Navarro e as «Novidades»,* por Bourbon e Meneses, in *Diário de Notícias* de 5-3-43; *O Pôrto é o berço da Tipografia portuguesa,* in *Diário de Notícias de* 18-2-43; *Jornalismo e Teologia,* in *Novidades* de 23-4-42; *Os mestres do Jornalismo,* série de artigos de Artur Portela, publicada no *Diário de Lisboa* em Novembro de 1941; *Portugal-Brasil: o Intercâmbio Jornalístico,* entrevista de Gastão de Bettencourt com o Dr. Herbert Moses, *Diário de Lisboa* de 10-8-41; *Meio século de jornalismo,* entrevista com Rafael Ferreira, no *Diário de Lisboa* de 23-12-41; *O gato dos telhados — A evolução no processo de fazer jornais,* por Júlio de Oliveira, in *O Primeiro de Janeiro* de 24-11-42; *Missão da Imprensa,* por João Ameal, *Nomes característicos de jornais portugueses,* por António de Macedo, *O jornal é um serviço público,* por Correia Marques, *O jornal e o jornalista,* por Manuel Múrias, todos em *A Voz,* respectivamente de 29-1-43 (os dois primeiros) e 16-3-42 e 11-4-42; *O que vale o Jornal,* por Pinto de Magalhães, in *Diário Popular* de 27-11-42; *Jornalismo,* in *Jornal de Notícias* de 26-11-42; *A Imprensa de hoje, Jornalismo* e *O leitor de Gazetas,* artigos de Pina de Morais no *Jornal de Notícias,* respectivamente em 19-11-42, 14-1-43 e 21-1-43; *O jornalismo desportivo,* in *Os Sports* de 25-2-42; *A crise do papel de Imprensa,* por Raúl Esteves dos Santos, in *A Voz do Operário* de 7-9-41; *A função do jornal,* por José de Almeida, in *Gazeta do Sul* de 22-2-42; *Jornalistas & Jornalistas,* no mesmo semanário, 16-8-42; *Como as línguas de Xanto a Imprensa é o melhor e o pior que há,* in *Diário do Minho* de 3-1-43; *A Imprensa portuguesa — Sua actuação e desenvolvimento,* por Soeiro da Costa, in *Região de Leiria* de 18-12-41; *A missão da pequena Imprensa,* in *Jornal de Monção* de 23-8-42; *Quem inventou a tipografia,* in *O Castanheirense* de 1-2-43; *Fazer jornalismo,* por Aníbal José, in *Democracia do Sul* de 28-2-43; *Missão da Imprensa,* por João Ameal, in *A Voz* de 29-1-43; *O potencial das epígrafes,* por Eduardo de Noronha, in *Jornal de Notícias* de 17-2-43; *A pequena Imprensa e o seu papel na sociedade,* in *O Trabalhador* de 20-3-43; *Aqui para nós...,* in *Jornal de Notícias* de 21-5-43; *Dadores de glória,* por Joaquim Leitão, in *Jornal de Notícias* de 6-6-43; etc., etc.

MARQUES ABREU

Devemos à extrema gentileza do professor José Antunes Marques Abreu, grande figura das Artes Gráficas portuguesas, as notáveis fotogravuras que ilustram êste número do *Boletim*. O distinto artista quis muito amàvelmente conceder-nos a sua valiosa colaboração e fê-lo em têrmos que nos penhoram profundamente e tornam o seu nome digno do mais vivo reconhecimento do Sindicato Nacional dos Jornalistas. Marques Abreu, professor de tecnologia da gravura química na Escola Industrial do Infante D. Henrique e vice-presidente do Grémio Nacional dos Industriais Gráficos, foi, no princípio do século, director da fotogravura de *O Primeiro de Janeiro*. Desde 1893 que se dedica à arte em que havia de ocupar lugar de tão alto relêvo. Das suas oficinas na Avenida Rodrigues de Freitas, n.º 310, fundadas há 43 anos, se disse já com inteira justiça: «são também uma «escola», onde êle ensina e continua a estudar ainda, na ânsia insatisfeita de bem servir e honrar a sua profissão. O Sr. Dr. Joaquim Costa ao escrever há anos um artigo sôbre Marques Abreu acentuava: «O técnico transformou-se num admirável revelador de beleza».

E acrescentou:

«Como chegou a isto um homem de tão singela cultura e de uma educação essencialmente popular? Porque é preciso que se saiba que êste trabalhador, requintado no sentimento da beleza, êste artista de tão nobre sensibilidade, que tão altamente tem contribuído para a fixação do nosso inventário dos velhos monumentos, pertence às camadas mais pobres; e, não desconhecendo a nobreza e a honra da humildade, ensina-nos, com a sua vida exemplaríssima, com a sua simplicidade encantadora e o seu carácter de rara elevação, que, na vida, o que é essencial é ser honesto nos processos, digno nas intenções e obstinado no esfôrço. O que êle fêz em pouco mais de um quarto de século, desajudado de todos e sem a protecção dos poderes públicos, é uma obra realmente extraordinária e que a todos se impõe.»

\ \

O PRIMEIRO JORNAL AGRÍCOLA PORTUGUÊS

Passou em 20 de Outubro de 1943 o primeiro centenário da fundação do *Agricultor Micaelense*, o primeiro periódico português consagrado às questões agrícolas e do qual foi director, durante algum tempo, António Feliciano de Castilho.

«O TEMPO E O JORNALISMO»

O último livro do Sr. Dr. Joaquim Manso — «O Pórtico e a Nave» — inclue a notável conferência que sob o título de «O Tempo e o Jornalismo» o ilustre director do *Diário de Lisboa* pronunciou há anos na sede do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

\ \

OFICINA DO ESPÍRITO

Da *Gazeta do Sul*, semanário que se publica no Montijo, transcrevemos a seguinte nota sôbre jornalismo publicada em 13 de Dezembro de 1942:

Quem nunca entrou nas salas da redacção dum jornal não forma a menor idéia do que é semelhante engrenagem.

Ouve-se o sussurro constante das máquinas em laboração; gente que sai, gente que entra, gente que pregunta, que pregunta sempre; montões de cartas para responder, de assuntos para estudar, de casos para referir; telefones que retinem, empregados que passam e que comentam; pastas com originais que enchem gavetas e onde se tem que escolher a colaboração e o caso de interêsse; pessoas que vêm pedir a citação especial e o rèclamo das suas pessoas; outras que trazem reclamações e queixas e lamúrias; e os despeitados, e os descontentes, e os insatisfeitos, e os que querem justiça para os outros e benevolência para êles; e o tipógrafo que apresenta as provas e quere a revisão depressa, e as «maquettes», e mais original para as diversas secções; e, com tudo isto, as horas a passarem, os dias a correrem, e a engrenagem contìnuamente emperrada com tantos obstáculos, com tamanhos empecilhos.

A redacção dum jornal é bem uma formidável oficina do espírito, onde em lugar de se cansar o braço se queima o cérebro, onde em vez de se esgotar o músculo se liquidam os nervos, onde em vez de se destruir a fibra se inutiliza todo o organismo a-pouco-e-pouco.

E ao fim: o jornal segue e o jornal sai; e o leitor, muitas vezes entre dois bocejos e dois gestos de desacordo, olha-o, corre-o de alto a baixo, passa-lhe a vista por cima e murmura com desfastio:

— Isto hoje vem muito pobre, sem qualquer coisa de interessante...

\ \

EXPOSIÇÃO DA IMPRENSA VIMARANENSE

Registamos com muita satisfação o facto de o jornal *Notícias de Guimarães* ter resolvido comemorar o seu 10.º aniversário com a inauguração, naquela cidade, duma interessante Exposição da Imprensa Vimaranense. Esta iniciativa merece inteiro aplauso e louvor, pois corresponde inteiramente a uma perfeita noção da importância e das funções culturais da Imprensa regional.

A exposição esteve aberta de 11 a 18 de Janeiro de 1942 e foi visitada por 1.223 pessoas. No acto inaugural discursou o professor Sr. Dr. Luiz Filipe Coelho, que traçou uma história breve mas brilhante do jornalismo vimaranense.

\ \

UM ACÓRDÃO NOTÁVEL

Num processo de pretenso abuso de liberdade de Imprensa, movido em 1942 contra um correspondente do diário *O Século* e contra o Sr. João Pereira da Rosa, director daquele jornal, que com o mesmo correspondente se solidarizou, o Tribunal da Relação de Lisboa proferiu uma decisão declarando a acção improcedente. Do notabilíssimo acórdão reproduzimos, para que fique, como merece, arquivado nas páginas dêste *Boletim,* o seguinte passo:

É que a Imprensa que «exerce uma função de carácter público» (artigo 23.º da Constituïção Política da República Portuguesa), *que tem uma larga e primacial missão educativa e de orientação, não pode, sob pena de não poder atingir êsses fins, estar dependente da maior ou menor susceptibilidade das pessoas a quem se refira. Tem que ter liberdade de expressão, embora condicionada a uma maior responsabilidade quando se exceda, ou se afaste propositada e intencionalmente da sua função e do respeito à honra e consideração de alguém, respeito êsse que aquela Constituïção garante* (§ 2.º do seu artigo 8.º) *e que o Código Civil já protegia* (artigos 359.º e 360.º).

O PREÇO DOS JORNAIS

Os jornais diários publicaram, em 5 e 6 de Fevereiro de 1943, a seguinte nota:

Em virtude do aumento crescente do preço das matérias primas e encargos de salários e vencimentos, o Grémio Nacional da Imprensa Diária acordou, por unanimidade, no aumento de preço dos jornais diários para cinqüenta centavos.

\\

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

O primeiro secretário da Mesa da Assembléia Geral dos «Inválidos do Comércio» dirigiu à Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas o seguinte ofício com data de 7 de Abril de 1943:

«Damos conhecimento a V. Ex.as de que a Assembléia Geral da nossa Instituïção, que acaba de reünir-se para fins de votar o Relatório e Contas da gerência de 1942, aprovou, por calorosa aclamação, a 1.ª conclusão dêsse Relatório, onde era proposto que se saüdasse a Imprensa pelos serviços extremamente valiosos prestados a Inválidos do Comércio. E, simultâneamente, foram saüdados os jornalistas, pois que, no exercício das suas funções, têm sido uns demonstrados amigos desta Instituïção, que muito lhes deve. Honra-nos imenso o encargo de ter que comunicar a V. Ex.as, como intérpretes que são da profissão jornalística, a deliberação tomada.»

\\

IMPRENSA PORTUGUESA NA AMÉRICA DO NORTE

Em 23 de Agôsto de 1942 realizou-se na cidade de Fall River (E. U. A.) o Congresso da Associação Portuguesa de Imprensa, que reúne os editores, redactores, colaboradores, correspondentes e agentes dos jornais portugueses na América do Norte. Presidiu ao Congresso o Sr. José Mota de Oliveira, que foi secretariado pelos Srs. Miguel Policarpo e António Neves, respectivamente presidente, secretário e tesoureiro da referida Associação. Pronunciaram discursos os Srs. Joseph W. Martin, deputado americano; Alexandre C. Murray, Maior da cidade de Fall River; Edmund T. Talbot, antigo Maior; José A. de Oliveira e João Rocha, directores, respectivamente, do *Diário de Notícias* e de *O Independente*, de New-Bedford. O Congresso reelegeu a direcção da Associação.

CAIXA DE REFORMAS DOS JORNALISTAS

Por nomeação do Sr. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social os primeiros corpos gerentes da Caixa de Reformas dos Jornalistas ficaram assim constituídos:

Direcção — Presidente, João Pereira da Rosa; secretário, António Silva e Costa; tesoureiro, Augusto Pinto. Substitutos: Cónego Fernando Pais de Figueiredo, Fausto Vilar e Carlos Rebêlo da Silva.

Conselho Geral — Presidente, Aprígio Mafra; vogais: Norberto de Araújo e Padre Moreira das Neves. Substitutos: Mário de Figueiredo, Álvaro Ferreira da Cunha e Hugo Rocha.

\ \

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DE PROFISSIONAIS DA IMPRENSA DE LISBOA

Foram eleitos para o ano de 1945 os seguintes corpos gerentes da Caixa de Previdência de Profissionais da Imprensa de Lisboa: *Direcção* — Efectivos: presidente, Cristiano Lima; secretário, Artur Portela; tesoureiro, Júlio Marques da Costa; 1.º vogal, Felix Correia; 2.º vogal, José Sáfera Costa. Suplentes: presidente, Alfredo Marques; secretário, Afonso Serra; tesoureiro, Ângelo Pereira; 1.º vogal, João Leal da Silva; 2.º vogal, César dos Santos. *Conselho Fiscal* — Efectivos: presidente, dr. José Pontes; secretário, Julião Quintinha; relator, dr. Mário Neves. Suplentes: tesoureiro, Rogério Perez; secretário, João Viana de Almeida; relator, João Tavares da Silva. *Assembléia Geral* — Presidente, Salvador Saboia; vice-presidente, Carlos Neves; 1.º secretário, Carlos Rebêlo da Silva; 2.º secretário, Elmano Laje Coelho; 1.º vice-secretário, Rafael Ferreira; 2.º vice-secretário, José Barão.

\ \

CASA DA IMPRENSA E DO LIVRO

Para o ano de 1945 foram eleitos os seguintes corpos gerentes da Casa da Imprensa e do Livro (Pôrto):

Assembléia Geral — Presidente, dr. António Augusto Ferreira da Cruz; 1.º secretário, dr. Elísio de Sousa Vasconcelos; 2.º secretário, Zefe-

rino Ferreira de Moura. *Direcção* — Presidente, Prof. Dr. António Augusto Esteves Mendes Correia; vice-presidente, dr. Mário de Vasconcelos e Sá; 1.º secretário, Joaquim Perry Garcia; 2.º secretário, António de Almeida Borges; tesoureiro, Augusto Guerra; vogais, D. Marta Mesquita da Câmara e Alberto de Azevedo Leite. *Comissão de Contas* — Heitor de Campos Monteiro, dr. Gualter Rodrigues e Eduardo Pinto Ribeiro. *Junta de Conciliação* — Prof. Dr. Américo Pires de Lima, Prof. Dr. Alberto Saavedra, João Pina de Morais, Dr. Álvaro da Silva Rosas e Dr. João Correia Guimarães.

\ \

Rafael Ferreira, um dos mais velhos jornalistas da capital, ainda na actividade, foi homenageado em 27 de Abril de 1944 pelo Grupo «Amigos de Lisboa». Na sessão solene para êsse fim organizada na sede daquela agremiação, Gustavo de Matos Sequeira traçou o perfil daquele nosso camarada, que já em 1888 escrevia em *O Dia* sob a direcção de António Enes. Enalteceu as suas invulgares qualidades e referiu-se à sua obra de autor teatral, terminando por o apontar como exemplo digno de um profissional da Imprensa que soube sempre estar no seu lugar. A Junta Directiva dos «Amigos de Lisboa» ofereceu, nessa ocasião, ao homenageado uma colecção encadernada do boletim do Grupo com especial dedicatória impressa.

*

O Rádio Clube Português promoveu, ùltimamente, um concurso destinado a estimular e premiar a Imprensa regional. Devido a essa interessante e louvável iniciativa e de acôrdo com as bases do respectivo regulamento de concurso publicaram quási todos os jornais da província artigos de carácter histórico, reportagens sôbre assuntos locais, relatos de velhos costumes e tradições, descrições de melhoramentos e registos dos progressos realizados nos últimos anos e tudo o que, na generalidade, fôsse considerado de interêsse para a vida espiritual e regional das diferentes regiões. O valor dêsses trabalhos jornalísticos foi julgado por juris provinciais que escolheram vinte e duas dessas produções, que ficaram classificadas para a obtenção dos dois prémios de mil escudos cada um — História e Reportagem — oferecidos por aquela estação emissora. Há nesses trabalhos alguns de grande mérito. Assim, por exemplo, um notável estudo do sábio Abade de Baçal intitulado «Excursões em Trás-os-Montes através dos corógrafos», publicado no *Mensageiro de Bragança;* outro do Prof. Dr. Ferraz de Carvalho sôbre «O têrmo de Tondela»; ainda outro, no *Almonda* de Tôrres Novas, sôbre a obra da Revolução Nacional em todos os aspectos da vida concelhia, etc. Os vinte e

dois trabalhos escolhidos vão ser, brevemente, apreciados por um júri definitivo. O expressivo êxito do concurso permite-nos apresentar, desde já, felicitações a Rádio Clube Português e, em especial, ao seu director-delegado Vítor Santos e ao encarregado da sua secção literária, Humberto de Mergulhão, que com muito acêrto e entusiasmo orientaram e dirigiram esta excelente iniciativa.

*

O jornalista Sr. Luiz Caldeira Lupi apresentou ao II Congresso da União Nacional uma comunicação com o título «Consolidação da Unidade Portuguesa através do noticiário internacional na Imprensa e na Rádio». Pelo seu especial interêsse registamos as seguintes conclusões dêsse trabalho: 1.ª — Que a Imprensa e a Rádio são veículos da maior importância para a formação da opinião pública em todos os acontecimentos nacionais e mundiais. 2.ª — Que depender da informação das agências noticiosas estrangeiras corresponde a entregar a preparação da opinião pública a estrangeiros. 3.ª — Que não há política imperial sem unidade e facilidades de comunicações noticiosas. 4.ª — Que Portugal possue, pelos seus serviços de Radiodifusão e de Radiocomunicações, os meios para estabelecer êsse serviço imperial de noticiário. 5.ª — Que a Imprensa portuguesa dispõe dos meios necessários para realizar êste acto de independência nacional. 6.º — Que não pode haver países de opinião independente se não possuírem uma Imprensa independente e livre de influências orientadas pelo estrangeiro. 7.ª — Que a Imprensa portuguesa, paga e lida por portugueses, é, actualmente, em quási cinqüenta por cento, redigida por telegramas e noticiário de origem estrangeira e orientados por interêsses estrangeiros.

E assim: — O II Congresso da União Nacional aprova recomendar ao govêrno da Nação e à Imprensa portuguesa, a cuja dignidade e probidade presta justa e rendida homenagem: *a*) a criação de uma Agência Cooperativa noticiosa, constituída por todos os jornais portugueses, da Metrópole, Ilhas e Ultramar, sem fins lucrativos e, sòmente, com o fim de obter informações exactas e livres de influências estranhas, para justa e completa informação da opinião pública portuguesa. *b*) a utilização dêsses serviços noticiosos em comparticipação de despesas pelas estações de Radiodifusão portuguesas. *c*) a concessão de facilidades e de tarifas especiais em transmissões e recepções por parte dos serviços do Estado e das companhias concessionárias dos serviços de comunicações, Cabos e Rádios, em todo o Império Português. *d*) Que isso se faça sem prejuízo da liberdade de Imprensa e de opinião, deixando aos jornais a faculdade de utilizarem, também, querendo, serviços especiais de agências estrangeiras, devidamente assinados, a-fim-de o público atribuir o devido valor do noticiário, conforme a origem e a nacionalidade da agência que subscrever as notícias.

OS NOSSOS MORTOS

MÁRIO MARTINS — Nasceu em Lisboa a 25 de Junho de 1894 e faleceu na mesma cidade a 31 de Janeiro de 1942. Começou a sua carreira jornalística, aos 17 anos de idade, na *Voz da Juventude*. Na Imprensa diária trabalhou nos jornais *A Restauração, A Época, A Voz, A Ordem, Correio da Manhã, Diário Nacional, Alma Nacional, Diário de Notícias*, etc. À data do seu falecimento, Mário Martins chefiava a secção de Estrangeiro do *Diário da Manhã* e era chefe da Redacção da revista *A Esfera*.

PEDRO BORDALO PINHEIRO — Nasceu em Lisboa a 9 de Novembro de 1890 e faleceu na mesma cidade a 6 de Fevereiro de 1942. Desempenhou funções nas sucursais da Livraria Aillaud no Rio de Janeiro e em Paris, depois na Livraria Ferreira, em Lisboa, onde fundou com o Sr. Dr. João de Barros a revista literária de projecção luso-brasileira *Atlântida*. Foi durante algum tempo director da Agência Havas em Lisboa. Membro do conselho de administração da Renascença Gráfica, proprietária do *Diário de Lisboa;* dirigia também o semanário humorístico *Sempre Fixe*. Fazia parte do conselho fiscal da Companhia de Moçambique e do conselho fiscal do *Jornal do Comércio*, de que é director seu irmão Sr. Diniz Bordalo Pinheiro.

JOSÉ FERNANDO DE SOUSA — Nasceu em Viana do Alentejo a 30 de Maio de 1855 e faleceu em Lisboa a 12 de Março de 1942. Engenheiro militar, demitiu-se do Exército em 1900, quando estava no pôsto de tenente-coronel. Depois de desempenhar diversas comissões de serviço público como inspector geral das Obras Públicas passou à situação de reforma no ano de 1920. Em 1930 era vogal da comissão revisora da classificação de portos e engenheiro consultor da Sociedade Estoril, da Companhia Geral de Construções e da Casa Burnay. Começou a sua vida de jornalista em 1895, como colaborador do *Correio Nacional,* jornal que dirigiu de 1897 a 1901. Foi sucessivamente director da *Palavra,* do Pôrto, do *Portugal* e de *A Ordem,* jornais católicos onde afirmou a sua personalidade de jornalista combativo e culto. Tomou depois a direcção de *A Época,* que em 1927 foi substituída por *A Voz,* jornal que dirigiu até à data da sua morte. Foi também director da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Sócio da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra e da Arcadia de Roma. O Sr. Conselheiro Fernando de Sousa realizou ao longo da sua vida apaixonadamente dedicada ao jornalismo de idéias uma obra jornalística notável e de nítida influência no pensamento português contemporâneo. Entre outros deixou os seguintes volumes publicados:

Religião, moral e política. Lisboa, 1897. — *Trechos selectos do Padre Antônio Vieira.* Publicação comemorativa do aniversário da sua morte, com biografia. (1697-1897), Lisboa, 1897. — *Relatório e Actas da comissão encarregada de propor um plano de reorganização dos Caminhos de Ferro do Estado pelo decreto de 6 de Outubro de 1898.* Lisboa, 1898. — *Galileu.* Lisboa, 1899. — *E pur si muove! (afirmações e críticas).* Lisboa, 1900. — *A doutrina maçónica.* Lisboa, 1901. — *Argus — A maçonaria em Portugal — Cartas da Bélgica.* Paris. — *Tavares Trigueiros,* Lisboa, 1903. — *Parecer da primeira classe acêrca do plano da rêde complementar dos caminhos de ferro entre o Mondego e o Tejo.* Lisboa, 1904. — *Douro e Leixões. A questão dos portos comerciais. Artigos e resumos de conferências publicadas em diferentes épocas e mandados reimprimir com autorização do autor pela Junta Autónoma das Obras da Cidade.* Pôrto, 1916. — *Frederico Ozanann.* Lisboa, 1913. — *Joana d'Arc e Nun'Alvares.* Lisboa, 1916. — *A questão das irmandades.* Lisboa, 1917. — *A Grande Guerra. (Aspectos cristãos e patrióticos).* Lisboa, 1918. — *Revisão das tarifas dos Caminhos de Ferro do continente.* Lisboa, 1919. — *Situação demográfica do País segundo a densidade da população — Males e remédios.* S. I. n. d. — *A concessão do Pôrto do Montijo. Da sua legalidade e importância para a economia nacional.* Lisboa, 1920. — *O caminho de ferro directo Paris-Algeciras e o turismo.* Lisboa, 1921. — *Nos bastidores da beligerância. Como fomos para a guerra.* Pôrto, 1921. — *Guerra Junqueiro e Zola. Notas críticas de um jornalista católico.* Pôrto, 1922. — *Ensaio histórico e crítico acêrca da constituïção da nossa rêde ferroviária.* Lisboa, 1923. — *Religião e monarquia.* Lisboa, 1923. — *O Espiritismo e a doutrina da igreja.* Lisboa, 1923. — *O caminho de ferro do Vale do Vouga.* Famalicão, 1927. — *As nossas ligações ferroviárias e as linhas de Salamanca à fronteira portuguesa.* Lisboa, 1927. — *O Caminho de Ferro do Vale do Lima.* Famalicão, 1927. — *Plano geral da rêde ferroviária do continente.* 2 vols. Lisboa, 1928. — *Comunicações.* Lisboa, 1929. — *O paralelismo das linhas férreas e as zonas de protecção. Estudo histórico e crítico.* Lisboa, 1930. — *Portos do Algarve.* Faro, 1931. — *O problema nacional ferroviário.* Lisboa, 1938. — *O problema nacional ferroviário e a coordenação de transportes.* Lisboa. 1938. *Descartes e o seu método.* Lisboa, 1939. — *O alcance religioso da obra literária de Antero de Figueiredo.* Lisboa, 1940.

JOSÉ MARIA PARREIRA JÚNIOR — Nasceu em Loulé no ano de 1865 e faleceu em Lisboa a 14 de Março de 1942. Colaborou assìduamente em vários jornais do último quartel do século passado e em *O Século* e *Diário de Lisboa.* Exerceu as funções de redactor no *Correio do Norte* e no *Diário de Notícias* e na antiga Câmara dos Deputados. Chefiou a delegação em Lisboa do *Jornal de Notícias* do Pôrto e dirigiu *O Teatro, Combate* e *Rumor.* Secretário da antiga Associação dos Jornalistas, foi com Alfredo Mesquita e Mendonça e Costa delegado ao VIII Congresso Internacional da Imprensa, no ano de 1902, em Berna, sôbre o qual deixou publicado um interessante relatório. Publicou *Cantos, músicas e danças,* tese que apresentou ao I Congresso Regional Algarvio.

MÁRIO SALGUEIRO — Nasceu em Miranda do Douro no ano de 1885 e faleceu em Lisboa a 9 de Maio de 1942. Depois de fazer os seus estudos no seminário de Bragança, começou a sua carreira jornalística em

O Mundo. Fundou e dirigiu o diário *O Povo* e chefiou as redacções do *Diário Liberal* e de *O Século*, trabalhando também nas redacções do *Diário de Notícias*, da *Imprensa da Manhã*, da *Imprensa Nova* e da *República*. Entre as suas mais notáveis reportagens deve registar-se a da chegada de Gago Coutinho e Sacadura Cabral ao Rio de Janeiro, aonde se deslocou como redactor de *O Século*. Publicou dois livros de versos que constituem a sua notável revelação como poeta: *Água corrente* e *Cantigas de Junho*.

JOSÉ JOAQUIM HORTO JÚNIOR — Nasceu em Lisboa a 22 de Fevereiro de 1896 e faleceu na mesma cidade a 4 de Julho de 1942. Começou a sua carreira de jornalista em *O Socialista*, no ano de 1913. Fêz parte dos quadros redactoriais de *O Século*, do *Diário de Notícias*, da *Vanguarda*, *Batalha*, *Intransigente*, *O Raio* e *O País*. Repórter de excelentes qualidades e muito trabalhador, passou uma vida de abnegado sacrifício e devoção pela sua profissão, só deixando a actividade jornalística quando a doença tenaz de que sofria o impediu de continuar a servir o jornal onde se encontrava.

JOAQUIM RIBEIRO DE CARVALHO — Nasceu em Arnal, concelho de Leiria, a 7 de Abril de 1880 e faleceu em Lisboa a 10 de Outubro de 1942. Fêz o curso do seminário daquela cidade mas abandonou a carreira eclesiástica para se dedicar ao jornalismo, principiando como colaborador do primeiro jornal republicano que se fundou em Leiria, no ano de 1897. Redactor da *Mala da Europa*, em Lisboa, deputado de 1911 a 1915 e nas legislaturas de 1918, 1919, 1921 e 1922-25, desempenhou diversas comissões de serviço público. Em 1923 foi eleito sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Colaborador e redactor do jornal *República* na sua primeira fase, sob a direcção de António José de Almeida, dirigiu o mesmo diário desde 1921 a 1941. Deixou os seguintes livros publicados: *Livro de um sonhador* (1897); *Margaritas* (1898); *Dolores*, com um estudo de Abel Botelho (1906); *História das religiões* (1910); *A eterna canção* (1918); *Maldita seja a Guerra* (1919); *O que era a Rússia antes dos bolchevistas* (1929).

ALFREDO CARNEIRO DA CUNHA — Nasceu no Fundão em 21 de Dezembro de 1863 e faleceu em Lisboa a 25 de Novembro de 1942. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e veio para Lisboa no intuito de exercer a advocacia. O jornalismo, a poesia, a literatura dominaram, porém, em breve, as melhores preocupações do seu espírito. Como jornalista começou pelo *Repórter*, que dirigiu durante algum tempo. Trabalhou depois na *Revista Moderna*, na *Revista de Educação e Ensino* e, com

Trindade Coelho, fundou e dirigiu, a seguir, a *Revista Nova*. Secretário da emprêsa do *Diário de Notícias* desde 1 de Janeiro de 1894, dirigiu êste jornal de 1 de Janeiro de 1900 até 31 de Maio de 1919, data em que foi substituído pelo Sr. Dr. Augusto de Castro. Sócio efectivo da Academia das Ciências, presidiu à Associação dos Jornalistas de Lisboa e pertenceu a quási tôdas as comissões de defesa da Imprensa periódica, acompanhando com muito entusiasmo e apaixonante dedicação o movimento jornalístico português, de que foi o eminente historiador. Fêz parte do Congresso Internacional de Imprensa (1898), da Associação dos Trabalhadores da Imprensa e da dos Jornalistas e Homens de Letras do Pôrto. Além de numerosíssimos artigos espalhados por muitos jornais portugueses deixou as seguintes obras publicadas em volume:

Da formação da nacionalidade portuguesa e do estabelecimento da forma monárquica em Portugal (1881); *Discurso em honra de Luiz de Camões* (1881); *Endeixas e madrigais*, versos (1891); *Eduardo Coelho — A sua vida e a sua obra — Alguns factos para a história do jornalismo português contemporâneo* (1891); *O naufrágio do poveiro*, versos (1892); *Elogio histórico do Imperador do Brasil D. Pedro II* (1893); *Madalena de Vilhena*, versos (1899); *Campo de Flores — Exame da chamada edição autêntica e definitiva (de colaboração com Trindade Coelho)* (1897); *O livro de Mesmer*, diálogo em verso (1897); *O presepe da Aldeia* (1897); *La presse périodique en Portugal — Mémoire présentée au 5.ème Congrès International de la Presse* (1898); *Representação contra a proposta de lei sôbre liberdade de Imprensa*, Janeiro de 1898; *Relatórios da Associação dos Jornalistas de Lisboa*, relativos aos anos em que foi seu director (1898 a 1904); *Versos*, 1.º volume (1899); *Coimbrãs*, versos de aula (1906); *Sousa Viterbo*, elogio lido em sessão solene da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1911); *Versos*, 2.º volume (1912); *José Germano da Cunha* (1912); *Versos para gente moça*, incluindo poesias de José Germano da Cunha e José Coelho da Cunha (1913); *O portuense Sousa Viterbo*, elogio lido na sessão solene do Ateneu Comercial do Pôrto (1913); *No cinqüentenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (1914); *O Diário de Notícias — A sua fundação e os seus fundadores — Alguns factos para a história do jornalismo português* (1914); *A influência da mulher na poesia e nos poetas*, conferência em verso (1915); *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão* (1925); *Camilo Castelo Branco, jornalista* (1925); *Ditames e ditérios — Glosas em verso de ditados ou dizeres comuns*, 1.º volume (1929); *Latino Coelho* (1929); *O académico Latino Coelho*, elogio histórico (1929); *Achegas para a história da vila do Fundão* (1929); *Ditames e ditérios*, 2.º volume (1930); *O espírito associativo nos profissionais da Imprensa*, conferência na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Pôrto (1930); *Elogio histórico de Tomaz Ribeiro*, por incumbência da Academia das Ciências de Lisboa (1931); *Ditames e ditérios*, 3.º volume (1931); *Goethe haveria lido Gil Vicente?*, comunicação à Academia das Ciências de Lisboa; *Juramento de amor*, auto em verso (1934); *Memória acêrca das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, relativas à 2.ª classe (1934); *Manuel Emídio da Silva* (1938); *Gil Vicente na Lisboa antiga e a antiga Lisboa nas obras de Gil Vicente* (1938); *Dr. José de Figueiredo*, elogio lido em sessão solene no Museu Nacional de Arte Antiga; *Os bichos, espelhos do homem*, conferência (1939); *Olisipo, berço do periodismo português. O tricentenário da* Gazeta *cognominada* da Restauração (1939); *Lisboa na paremiologia peninsular*, discurso proferido em sessão solene na Câmara

Municipal (1939); *Terra-Mater. Notas monográficas — D. João IV nas obras dum pintor fundanense* (1940); *Jornalismo Nacional — Das malogradas Associações de Imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses* (1941); *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa. 1641-1821*, publicação da Academia das Ciências de Lisboa, comemorativa do tricentenário do primeiro periódico português (1941); *Relances sôbre três séculos de jornalismo português*, conferência proferida na Câmara Municipal de Lisboa em 29 de Novembro de 1941; *Periódicos e Relações — Periodistas e Noticiaristas*, discurso proferido na Academia das Ciências em 6 de Dezembro de 1941.

No entêrro de Alfredo da Cunha, o Sr. Professor Dr. Moreira Júnior, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, proferiu à beira da campa um discurso do qual publicamos os seguintes trechos:

«Morreu uma alta individualidade do nosso meio social — Alfredo da Cunha.

Foi poeta distinto, jornalista exímio e académico primoroso na forma e elevado nos pensamentos, sempre de grande nobreza. Cultivou as letras com brilhante relêvo. Era consciencioso como poucos nos trabalhos que realizava, não se poupando a estudos e pesquisas, por mais fatigantes, para que se revestissem de absoluto rigor tôdas as suas afirmações e conceitos, independentemente da forma apurada do estilo, que foi sempre muito perfeito. A tudo isto aditava um admirável bom senso, invejável e constante lucidez de espírito e excepcional cultura. Sob o aspecto moral, devo acentuar o quanto êle era amigo devotadíssimo: dedicava-se, entranhadamente, àqueles que mereciam a sua amizade, que, aliás, não prodigalizava.

Na Academia e fora dela, muitos e proficientes foram os seus variados trabalhos e discursos, em que a erudição reluzia sempre, sem que o auditório alguma vez sentisse a menor fadiga — o que era arte notável e raros possuem.

Foi homem de bem, de erecta envergadura, de uma austeridade modelar, o que não excluía a cativante e encantadora bondade no trato, de requintada distinção. Perdeu-se um português, em tudo esmerado, que foi literato insigne, jornalista de renome, polígrafo infatigável e cujo aprumo moral, independência de carácter, ímprobo trabalho mental e impressionante singeleza de vida, alheia a vãs ostentações, ficaram assinalados em tôdas as corporações a que pertenceu e muito honrou.»

O Sindicato Nacional dos Jornalistas, ao qual o Dr. Alfredo da Cunha pertencia como seu sócio correspondente, perdeu com êste grande vulto do jornalismo português um dos seus amigos mais dedicados e queridos.

HENRIQUE MANUEL VIEIRA — Nasceu em Lisboa a 1 de Janeiro de 1901 e faleceu na mesma cidade a 26 de Dezembro de 1942. Funcionário

superior do Banco de Portugal, abandonara há anos a sua profissão de jornalista desportivo, que exerceu nas redacções de *O Século, Os Sports, Imprensa da Manhã, A Tarde* e *O Volante*. Foi chefe da Redacção da revista *A. C. P.*, órgão do Automóvel Club de Portugal. Desportista distinto, fêz parte da equipa de *O Volante* que em 1927 ganhou a taça «Major Pereira Coelho», no I Concurso de Tiro de Lisboa inter-jornalistas.

LUIZ PALMEIRIM — Nasceu em Lisboa no ano de 1893 e faleceu na mesma cidade no dia 24 de Fevereiro de 1943. Redactor do *Jornal do Comércio*, começou a sua carreira jornalística no antigo *Diário Popular*, de onde passou para a redacção do *Correio da Manhã*. No Brasil pertenceu aos quadros redactoriais de *A Pátria* e de *O Globo*. Consagrou grande parte da sua actividade intelectual ao Teatro. Traduziu as peças *A Garota, Beijo na face...* e *Antes que cases...* e escreveu a revista *Isso era dantes*. Secretário dos artistas mexicanos Esperanza Iris e Ribas Cacho, percorreu com êles a Espanha, Argentina, Chile e Brasil. Neste último país ajudou dedicadamente a realização da Casa dos Artistas Dramáticos, da qual foi vice-presidente.

FRANCISCO MANUEL HOMEM CRISTO — Nasceu em Aveiro a 8 de Março de 1860 e faleceu na mesma cidade em 25 de Fevereiro de 1943. Depois de concluir os seus estudos em Lisboa, entrou para a Escola do Exército e assentou praça aos 16 anos. A-pesar da sua longa e intensa vida de militar e de político, Homem Cristo, que foi deputado e professor, revelou a sua intensa personalidade sobretudo como ardoroso jornalista panfletário. Dedicou ao jornal *O Povo de Aveiro* (depois *O de Aveiro*) sessenta anos de actividade intelectual. Professor da Faculdade de Letras do Pôrto e entusiasta propulsor da instrução popular, deixou em volume, entre outras, as seguintes obras: *Pró Pátria, Monárquicos e Republicanos, Banditismo político, O Movimento de 31 de Janeiro e a minha prisão, Cartas de Longe, O bolchevismo na Rússia* e *Notas da minha vida e do meu tempo* (sete volumes de memórias). Homem Cristo era pai da jornalista D. Carolina Homem Cristo, directora da revista *Eva*.

JOSÉ BAPTISTA RIBEIRO — Com 73 anos de idade e mais de cinqüenta de actividade jornalística, faleceu no dia 4 de Abril de 1943, na cidade de Braga, o Sr. José Baptista Ribeiro, decano dos jornalistas bracarenses. Natural daquela cidade, fundou ali o semanário *A Opinião*, do qual foi director até 1919, ano em que as autoridades resolveram proïbir a publicação do referido periódico. Foi também fundador e director do antigo semanário *O Sarilho* e é interessante registar que foi na tipografia de que era proprietário, e se encontrava instalada na casa onde residia, que foi com-

posta e impressa a primeira proclamação que o General Gomes da Costa dirigiu ao País quando eclodiu o movimento revolucionário de 28 de Maio. Foi o velho jornalista quem pessoalmente se incumbiu da execução dêsse trabalho tipográfico. Exerceu as funções de redactor do *Diário do Minho*, correspondente do *Diário de Notícias* e redactor-regionalista do *Primeiro de Janeiro*. Fêz por várias vezes parte das direcções da extinta Associação dos Jornalistas e Homens de Letras de Braga e foi, com o número 99, sócio fundador do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

FRANCISCO ABEL MOUTINHO — Nasceu a 25 de Outubro de 1893 em Angra do Heroísmo e faleceu na madrugada de 22 de Julho de 1943, em Lisboa. Deixou a sua ilha muito novo ainda e, em Lisboa, terminado o curso dos liceus, matriculou-se na Faculdade de Direito. Em breve o jornalismo o atraíu poderosamente, empolgando o seu temperamento, a sua forte e excepcional intuïção, todo o conjunto das suas admiráveis qualidades de inteligência e de homem de acção, para o resto da sua breve existência. Os seus vinte e quatro anos de serviço ininterrupto no *Diário de Notícias* foram a revelação extraordinária dum autêntico «técnico de jornal» em tôda a profundidade e completa extensão do têrmo. Redactor da Secção de Estrangeiro durante o período da Guerra de 1914-1918, passou depois a chefe dos mesmos serviços e, a seguir, foi, como director da Secção Regionalista do mesmo diário, o tenaz impulsionador da campanha realizada para a conquista de uma maior expansão do mesmo diário. Havia nêle, intensamente, a vibração dum perfeito homem de jornal servido por raro sentido de oportunidade, de dinamismo, de conhecimento total dos mil pormenores da vida dum grande diário de informação. A-par-de tudo o que elevava o seu nome como profissional de méritos invulgares existia em Abel Moutinho, com a fôrça dum carácter de nobres e firmes exteriorizações, um sentimento de camaradagem que distinguia a sua personalidade expressivamente e a impunham à dedicadíssima estima de todos os jornalistas portugueses. Exerceu de 1935 a 1939 as funções de secretário geral do *Diário de Notícias*. Os últimos anos da vida dêste infatigável servidor do jornalismo português foram ocupados na direcção da Secção de Expansão e Propaganda do jornal onde desde o início da sua carreira empregou actividade admirável num esfôrço continuado e esgotante que ficou como exemplo magnífico das gerações de profissionais da Imprensa que com êle trabalharam directamente.

CARLOS DE VASCONCELOS E SÁ — Nasceu em Lisboa em 1883 e faleceu na mesma cidade a 4 de Outubro de 1943. Exerceu a profissão durante vinte e cinco anos nas redacções do *Diário de Notícias*, *O Século*, *Novidades*, *A Nação*, *Restauração*, *Correio da Manhã*, *O Mundo*, *A Tarde*,

A Opinião, Jornal da Noite, O Dia, A Epoca, etc. Cronista mundano do *Diário de Lisboa,* durante o último período da sua vida, as suas qualidades e méritos foram postos em relêvo, na ocasião do seu enterramento, pelo nosso camarada Sr. Artur Portela, que em nome da Direcção da Caixa de Previdência de Profissionais da Imprensa de Lisboa e do director do *Diário de Lisboa* pronunciou um sentido discurso do qual destacamos os seguintes períodos:

«Lisboa, durante trinta anos, baptizou-se, casou-se e dançou tendo por padrinho Vasconcelos e Sá. De tantas flores que êle espalhou, com espiritual galantaria, bem poucas, afinal, caíram sôbre o seu ataúde. A felicidade também esquece, se é que não envelhece. Mas há outro aspecto desta simpática e enternecida personalidade que se deve aqui relembrar, neste instante doloroso em que nos separamos... por dias ou por anos: o seu carácter, de tão luminosa bondade, a sua exaltação por tudo quanto fôsse misericórdia feminina convertida em pão para os pobres. Corria, então, as ruas numa vertigem ardente, e aqui uma palavra, além um pedido, mais longe uma solicitação, e, pela sua vontade, o teatro, o salão enchiam-se de sorridentes generosidades que, na maravilha da festa, supunham cumprir o seu dever de igualar os bens do Mundo. Isto hoje já não é assim, mas não sei se será melhor.

Vasconcelos e Sá foi tudo, mas só queria ser jornalista, e até nisso êle foi digno, seguindo com desinterêsse, sem cortejar a riqueza — morreu pobre! — uma profissão onde a glória que amassamos nunca nos pertence.»

RAIMUNDO VAISSIER — Nasceu em Lisboa em 1908 e faleceu, na mesma cidade, a 12 de Outubro de 1943. Repórter-fotográfico de excelentes qualidades profissionais, trabalhou no *Diário de Lisboa, Notícias Ilustrado* e, ùltimamente, no *Século Ilustrado* e *Rádio Nacional.* Fêz parte do grupo de jornalistas portugueses que em 1938 visitou a Inglaterra a convite do Govêrno britânico.

CRISTÓVÃO AIRES — Nasceu a 19 de Dezembro de 1880, em Lisboa. Figura de prestígio no Exército, antigo professor do Colégio Militar e da Escola do Exército, o coronel Cristóvão Aires, que exerceu importantes missões oficiais nas colónias e fêz parte do Corpo Expedicionário Português, em França, durante a guerra de 1914-1918, foi um dos mais brilhantes jornalistas portugueses do seu tempo. Começou a sua carreira literária no *Jornal do Comércio e das Colónias* e fêz parte das redacções das *Novidades, Notícias de Lisboa, Diário de Notícias* e *O Século,* onde as notáveis condições da sua personalidade ficaram assinaladas em muitas páginas de vigoroso sentido jornalístico. Conferencista e escritor, escreveu

dois volumes da *História orgânica e política do Exército Português*, obra que foi principiada por seu pai, o general Cristóvão Aires; colaborou com Pereira Coelho, Matos Sequeira e Vasconcelos e Sá em algumas peças teatrais de grande êxito e traduziu para a cena portuguesa várias obras do teatro francês.

No desempenho do cargo de presidente do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa prestou excelentes serviços à classe, que êle honrou sempre com a nobreza de uma vida apaixonadamente dedicada ao culto duma actividade profissional intensa e brilhantíssima. Chefiou em 1930 a missão dos jornalistas portugueses que visitou a Bélgica a convite do Govêrno dêste país.

À data da sua morte — 16 de Janeiro de 1944 — completara já vinte anos de permanência na Redacção de *O Século*. Espírito de elevada cultura, Cristóvão Aires «podia ter sido muito em honrarias, lugares, situações». Preferiu, porém, ser um simples soldado, como se escreveu em *O Século* ao noticiar o seu falecimento: — «Jornalista atrás de uma estrêla que só êle via luzir, mas cuja claridade chegava para iluminar o seu coração feito de ternura, de amizade — a da despreocupação do bem-estar a que tantos se entregam exclusivamente.»

ANTÓNIO DIAS COSTA — Nasceu em 19 de Janeiro de 1902 e faleceu em Lisboa a 16 de Janeiro de 1944. Médico distinto, o Dr. António Dias Costa deixou no jornalismo diário a lembrança de uma vivíssima inteligência e de uma decisiva vocação literária. Desempenhou o cargo de chefe da Redacção da edição nocturna de *O Século* e durante alguns anos escreveu para aquêle diário artigos, críticas e reportagens que afirmaram definitivamente a sua personalidade e os seus méritos invulgares de autêntico jornalista.

AGOSTINHO DE CAMPOS — O Prof. Doutor Hernani Cidade chamou-lhe *o último paladino da linguagem*. E acentuou, no artigo publicado no *Diário Popular* a propósito do falecimento dêste escritor, que foi também jornalista dos mais ilustres: «Há quem conheça tôda a variedade de funções do «que», tôda a complicada sintaxe do verbo e do pronome, não lhe escape a natureza prostética e pontética ou paragógica de certas vogais — e não saiba escrever. Êsses tais não são «paladinos», são... «bull-dogs» da linguagem. O «paladino» ama a linguagem, não porque lhe conheça os pormenores da anatomia, que tantos se aprazem em decompor e inventariar, mas porque a sente em viva e concreta formosura, ou numa canção de Camões, ou numa página de Aquilino, ou numa conversa de campónios.»

Agostinho de Campos foi professor, mestre de civismo, conferencista — *le meilleur guide en matière d'éducation, de goût, de style,* no justo dizer de Jorge Le Gentil. Em todos os sectores de actividade intelectual a que dedicou a elevada cultura do seu espírito o seu nome ficou marcado notàvelmente como um dos mais altos valores da vida mental portuguesa. Ao registar neste *Boletim* a sua morte cumpre-nos recordar que Agostinho de Campos honrou o jornalismo português com colaboração assídua, intensa e brilhantíssima, que começou na última década do século passado, quando, no *Primeiro de Janeiro,* publicou os primeiros artigos sôbre literatura e viagens, e só terminou nos últimos tempos da sua vida, quando em vários jornais e revistas cintilava ainda a vivacidade da sua inteligência e o tom sorridente da sua intenção crítica de comentador. As suas crónicas radiofónicas ficam na literatura portuguesa como modelos da mais feliz aliança do temperamento do escritor com a frescura e a agilidade de estilo do jornalista.

Agostinho de Campos nasceu no Pôrto em 1870 e faleceu em Lisboa no dia 24 de Janeiro de 1944.

Morreu com GARIBALDI FALCÃO um dos derradeiros representantes de uma geração que assistiu às mais fundas transformações no jornalismo português — afirmou *O Século* ao noticiar o falecimento do seu dedicado e velho redactor. Garibaldi Falcão serviu dedicadamente o jornalismo durante cêrca de meio século. Começou a sua carreira no *Correio da Manhã* e trabalhou depois no *Diário de Notícias, Século-Brasil, Ilustração Portuguesa, A Capital, O Século da Noite, Imprensa Nova,* etc. Entrou para *O Século,* pela primeira vez, em 1902. Ali exerceu o mais intenso e demorado período da sua actividade profissional, até que em 1941 o ilustre director daquele diário, Sr. João Pereira da Rosa, atendendo à sua idade e precária saúde, resolveu conceder-lhe a reforma estabelecendo as condições materiais que permitiram ao velho jornalista viver na tranqüilidade de um bem merecido repouso os últimos anos da sua vida.

Garibaldo Falcão, que nascera na vila do Fundão, morreu com a idade de 80 anos, em Lisboa, a 20 de Fevereiro de 1944.

Faleceu em Lisboa, a 1 de Março de 1944, o jornalista e escritor CHAGAS FRANCO. Nascera em Tavira, em 1878, e depois de freqüentar o Colégio Militar concluíu o curso da Escola do Exército. Em 1916 deixou o cargo de Governador Civil de Lisboa que exercia e partiu para França como elemento do Corpo Expedicionário Português ao teatro de guerra da Europa. Mais tarde Chagas Franco regeu a cadeira de língua, literatura e história portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Rennes,

desenvolvendo notável acção vulgarizadora da cultura portuguesa naquele centro de estudos. Naquele país pronunciou em diferentes pontos e ao longo da sua longa permanência ali cêrca de duas centenas de conferências sôbre Portugal.

Entre os seus livros de ensino ou com objectivo didático deve lembrar-se *Quadros da História de Portugal,* que escreveu em colaboração com o Dr. João Soares e que foi ilustrado por Roque Gameiro e Alberto de Sousa. Outras obras da sua autoria: *A evolução da Humanidade*», monografias históricas das quais foram publicadas catorze, *Estrada Sangrenta, O Resgate, As sacrificadas, Dentro da vida* (êste em colaboração com Américo Olavo). Preparava, quando morreu, um volume de narrativas históricas e tinha concluído um romance com o título *Os mutilados de Passy,* que não chegou a entrar no prelo. Traduziu dezenas de volumes da literatura francesa.

Como jornalista, desempenhou, durante muitos anos, o cargo de correspondente de *O Século* em Paris, deixando nas colunas dêsse jornal notáveis documentos da sua actividade e da sua visão de repórter. Várias vezes enviado por *O Século* a outros países, merecem destaque, como brilhantes páginas de jornalismo, as crónicas que escreveu sôbre a morte e os funerais do Rei Alberto da Bélgica e a coroação de Jorge VI de Inglaterra. A invasão da França, em 1940, obrigou-o a regressar a Portugal, abandonando os seus cargos naquele país. Veio para a redacção de *O Século,* e ali mais uma vez deixou vincada a sua competência e valor, assinando crónicas e reportagens vibrantes. Mas o dinamismo da sua vida passada, e, sôbre isso, o desgôsto que lhe causava a fogueira em que o Mundo se consumia e que vitimara a sua segunda pátria — a França — minaram-lhe as energias. Adoeceu e a morte prostrou-o, alguns meses depois.

MÁRIO HENRIQUE DA CUNHA SANTANA. Nasceu em Olhalvo (Alenquer) e faleceu em Lisboa a 17 de Abril de 1944. O gôsto pela educação física fêz de Mário Santana um homem robusto. Remou no Clube Naval de Lisboa e fêz parte de um famoso grupo de moços de forcado amador que Leopoldo Firozi chefiou. Juntou a prática à palavra e ao incitamento e evidenciou-se depois como excelente cronista desportivo e crítico tauromáquico. Durante mais de vinte anos foi redactor do *Diário de Notícias,* onde exerceu as funções de chefe da secção desportiva. Crítico muito competente de pugilismo, escreveu em vários jornais sôbre esta especialidade e dirigiu a secção tauromáquica de *Os Ridículos.*

Político, escritor, poeta, D. ALBERTO ALLEN PEREIRA DE SEQUEIRA BRAMÃO, que faleceu em Lisboa a 14 de Novembro de 1944,

foi um dos mais brilhantes jornalistas do seu tempo. Colaborou largamente no *Diário de Notícias, O Século, O Repórter, Jornal da Noite, Gazeta de Portugal, Universal, A Tribuna, A Tarde, Novidades* e *O Primeiro de Janeiro.* Desempenhava o cargo de director-delegado do jornal português do Rio de Janeiro *A Voz de Portugal.* Sócio da Academia das Ciências de Lisboa, D. Alberto Bramão, que nascera em Lisboa, a 7 de Novembro de 1865, deixou publicados, entre outros, os seguintes livros: *Crepúsculos, Sentenças, Um beijo, Fantasias, Ilusões perdidas, A rir e a sério, A nossa aliança, O jornalismo, Casamento e divórcio, A velhice e a mocidade, O meu breviário, O julgamento do amor, Recordações,* etc. Presidia, há muitos anos, à Sociedade de Propaganda de Portugal, instituïção à qual prestou altos serviços.

A 26 de Novembro de 1943 faleceu na cidade de Pôrto Alegre, Brasil, FREDERICO DA SILVA VIANA. Mais um jornalista português que, depois de longos anos de actividade na Imprensa do país irmão, no Brasil fica para sempre, deixando o seu nome inscrito na história do jornalismo brasileiro. Silva Viana nascera em Lisboa há 71 anos, na freguesia de São Jorge de Arroios. Foi aluno da Escola Académica e depois da extinta Escola Politécnica, onde tirou o curso de armas gerais (preparatórios para o ingresso na Escola Militar). Trabalhou, desde muito novo, na Imprensa portuguesa durante bastantes anos, tendo passado pelas redacções do *Diário de Notícias, O Século, Ilustração Portuguesa, Portugal,* etc. Depois de 1910 foi forçado, por motivo da intransigente fidelidade às suas idéias políticas, a exilar-se em Espanha. Mais tarde, após ter percorrido os principais países da Europa, seguiu para o Brasil.

O seu papel na Imprensa dêsse país foi de grande relêvo, tendo trabalhado principalmente na Baía, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo em colaboração com os maiores jornalistas brasileiros e destacando-se pela sua cultura e pelo verdadeiro sentido jornalístico que o animava. Publicou vários panfletos, livros de propaganda e algumas poesias; foi conferencista de grandes méritos e escreveu várias peças de teatro, algumas das quais obtiveram grande êxito.

Em *O Estado de São Paulo,* um dos mais importantes e considerados jornais diários paulistas, Silva Viana, seu chefe de Redacção durante algum tempo, publicou numerosos artigos de exaltação e análise à obra da Revolução Nacional e do Chefe do Govêrno português. Nesses artigos vibrava intensamente o seu nacionalismo e um alto amor da Pátria de que havia tantos anos se ausentara sem nunca, porém, ela deixar de estar presente no seu coração e na sua saüdade. Silva Viana abordava com a maior facilidade qualquer assunto literário ou artístico, político ou social, pedagógico, etc. A sua

última iniciativa, poucos meses antes da sua morte, já bastante doente, foi a criação do «Programa Lusitano», na «Rádio Bandeirante» de *O Estado de São Paulo,* o qual tem servido notàvelmente o estreitamento dos laços de fraterna amizade dos dois países.

Em 2 de Dezembro de 1944, com 55 anos de idade e 25 de actividade jornalística, faleceu em Lisboa EDMUNDO DE OLIVEIRA, que soube sempre servir a profissão com elevada distinção intelectual. De uma família pobre, começou cedo a luta da vida. Aos 12 anos, para manter-se no liceu de Évora, dava explicações a um escudo por mês. Quando começava a ser homem morreu-lhe o pai e o encargo de doze pessoas de família passou para as responsabilidades de Edmundo de Oliveira. De então para cá, sacrificado aos deveres para com os seus, tomou aquêle aspecto grave que emmoldurava uma alma generosa, leal e boa. No combate da vida e das idéias conservou sempre uma superior dignidade de atitudes. Tinha o orgulho de haver educado e preparado para a vida os seus irmãos mas no seu espírito e no seu temperamento deixaram rasto os sacrifícios que fizera e as ilusões que perdera. Foi escriturário, professor das primeiras letras e do ensino secundário e, depois, revisor de *O Século.* Encontrava, finalmente, no jornalismo a sua verdadeira vocação. Naquele jornal foi repórter, redactor, chefe da secretaria e chefe da Redacção da edição da noite. Escrevia com elegância e no seu estilo havia tôdas as sugestões que prendiam o leitor. Republicano idealista, nunca soube fazer preço à sua fé política. Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, redactor do Congresso da República, colaborador assíduo do *Intransigente, Rebate, República, O Povo* e *O Mundo,* fêz, como redactor do *Diário de Notícias,* em 1922, a reportagem da viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral ao Brasil. Deixara o jornalismo diário há uma dezena de anos para exercer as funções de secretário da Redacção da revista técnica *A Indústria Portuguesa.*

ACÁCIO DE PAIVA, uma das mais altas expressões do lirismo português contemporâneo, foi, na paixão pelo Jornalismo, no enganoso enlêvo do encontro com o leitor de fôlhas de notícias, na perturbadora emoção com que ligou, num arrebatamento que durou a vida inteira, os anseios do seu espírito e a maravilhosa sedução da sua arte ao destino de acasos do jornal — um dos nossos. Durante muitos e muitos anos a sua graça de comentador e a delicada ternura do seu temperamento de criador de beleza deram ao nosso Jornalismo a claridade de um *intermezzo* de doces harmonias que era, de maneira admirável, a intervenção subtil da poesia nas páginas onde se chocam dia-a-dia as brutas realidades e os dolorosos contrastes da vida da multidão. Nasceu a 14 de Abril de 1863. Faleceu a 29 de Novembro de 1944.

O TRABALHO DA IMPRENSA

Em muita gente, é crença radicada
Que o trabalho que faz o pensamento
É simples, é brinquedo dum momento
Que vale muito pouco ou mesmo nada.

Falsa suposição! É empreitada
Como às vezes erguer um monumento;
E a pena, à mão que a põe em movimento,
Pesa mais, em geral, do que uma enxada.

Sabeis lá o que a fôlha mais barata
Representa de esforços, de canseiras,
De esgotamento que enfraquece e mata!

Crede: é mais fácil rebentar pedreiras,
Cavar bacêlo ou carregar batata
Que escrever duas linhas sem asneiras!

ACÁCIO DE PAIVA

Comemorações do Tricentenário da "GAZETA"

O PRIMEIRO JORNAL PORTUGUÊS

NO dia 1 de Maio de 1938 os jornais diários de Lisboa e Pôrto publicaram uma carta do Sr. Dr. Alfredo da Cunha dirigida ao Sr. Dr. Alberto de Oliveira, que presidia então à Comissão dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal. São dêsse documento os seguintes períodos:

«*Vi publicado que em uma das sessões da Academia Portuguesa da História um ilustre Académico lembrou que não só os antecedentes, mas também os conseqüentes da revolução de 1640, sejam objecto de estudo, visto que se deve procurar — antes dela — tudo que a explique; — durante ela — tudo que a mostre; e — depois dela — só terminar com o reatamento da paz, estabelecendo-se trabalho que se prolongue até ao centenário dêste último facto.*

«*Deixo a responsabilidade e o mérito do alvitre a quem o sugeriu, e, por mim, limito-me a assinalar que, no juízo de inconcussas autoridades, a criação do periodismo em Portugal foi — se não uma das conseqüências imediatas — pelo menos, um dos imediatos adjuvantes da Restauração, em via de comemorar-se.*

«*A primeira publicação periódica portuguesa, com tôdas as características do que veio, talvez, em certos casos, menos rigorosamente, a chamar-se — jornal — nasceu e sustentou-se para auxiliar a consolidação daquele patriótico movimento.*

«*À nossa Imprensa jornalística não podem ser indiferentes nem passar agora despercebidos estes dois factos capitais da sua história: que a* Gazeta *de 1641 foi fundada e mantida como instrumento de propaganda e fortalecimento da Restauração recém-conquistada, e que foi a mesma* Gazeta *também a primeira publicação nacional caracterìsticamente periódica.*

«*Quanto a esta prioridade, podem citar-se as opiniões unânimes de historiadores como Herculano, de bibliógrafos como Inocêncio e Brito Aranha, de jornalistas como Teixeira de Vasconcelos e Eduardo Coelho, de*

investigadores e publicistas como Cunha Rivara, Sousa Viterbo, Fonseca Benevides e Teófilo Braga, e até o pleno assentimento com que, na Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, foi ouvido o estudo que, sôbre a matéria, em comunicação, ali apresentei há anos, e que se considerou «opulentamente documentado».

E o Sr. Dr. Alfredo da Cunha acrescentava:

«Quero, portanto, crer que o jornalismo do nosso País bem aproveitaria esta ocasião se, em seguimento ou complemento das comemorações projectadas para 1940, celebrasse, no ano seguinte, de 1941, pela forma que se lhe afigurasse condigna, o tricentenário do facto que testemunha indisputàvelmente, com um documento incontroverso, a sua instituïção em Portugal. E perdoe-me o alvitre com que me permito sugerir um centenário mais a quem tem já sôbre si a pesada tarefa de dois grandes e gloriosos centenários! Mas seja tudo — por bem da Nação!»

Passou o Ano Áureo e nada se decidiu sôbre a comemoração alvitrada pelo nosso eminente consócio. Em 8 de Maio de 1941, ao principiar a sua notável conferência intitulada «Jornalismo Nacional» (ver *Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas, n.º 2), na Sociedade de Geografia, o Sr. Dr. Alfredo da Cunha voltou a referir-se ao tricentenário da *Gazeta*, dizendo a êsse respeito:

«No corrente ano creio que se realizará uma comemoração que deve concitar a simpatia e o consenso de todos os que escrevem ou lêem periódicos.»

Com data de 9 do mesmo mês recebeu a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas um ofício do secretário geral do Grupo «Amigos de Lisboa», Sr. Luiz Pastor de Macedo, do qual transcrevemos os períodos finais:

«Na persuasão de que êsse Sindicato, que V. Ex.as superiormente dirigem, deseje promover no presente ano a comemoração do tricentenário do primeiro periódico português, vimos com a presente oferecer a V. Ex.as a colaboração dêste Grupo, pondo já

Um dos últimos retratos do Dr. Alfredo da Cunha

à disposição dessa comemoração todos os nossos recursos. Nesta mesma data e no mesmo sentido oficiamos também ao Grémio da Imprensa Diária.

Em 30 do mesmo mês a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas respondeu nos seguintes têrmos ao gentilíssimo ofício do Grupo «Amigos de Lisboa»:

Foi muito grato a esta Comissão Administrativa tomar conhecimento do ofício de V. Ex.ª em que nos oferece a valiosa colaboração do Grupo «Amigos de Lisboa» para as comemorações a realizar a propósito do tricentenário do primeiro jornal português.

O Sindicato Nacional dos Jornalistas resolveu, desde já, incluir a criação de um Curso de Formação Jornalística no número dos actos festivos que hão-de assinalar no corrente ano a passagem de mais um centenário de tão notável facto histórico. A publicação de uma edição fac-similada do primeiro número da Gazeta *de Novembro de 1641 constitue também mais uma iniciativa que êste Sindicato Nacional vai promover para o mesmo fim comemorativo. Vamos igualmente oficiar ao sr. director da Biblioteca Nacional a pedir que seja organizado naquele estabelecimento uma exposição retrospectiva da Imprensa portuguesa em Novembro do corrente ano.*

Procuraremos organizar com as colaborações mais indicadas e convenientes, nas salas da Sociedade Nacional de Belas Artes, uma exposição de reportagem gráfica *seleccionada e que abranja o jornalismo português desde 1800 à actualidade. Ao Círculo Eça de Queiroz vamos pedir a realização na sua sede de uma exposição subordinada ao tema «Eça de Queiroz jornalista».*

Aceitando o amabilíssimo oferecimento dêsse Grupo pedimos a V. Ex.ª para considerar e promover em colaboração com o Município da capital a realização no Palácio Galveias de uma exposição da obra literária dos jornalistas que exerceram ou exercem a sua actividade no periodismo lisboeta durante o século XIX até aos nossos dias. Além disso não deixaremos de colaborar com verdadeiro entusiasmo e o mais vivo interêsse em tôdas as solenidades que oportunamente fôr resolvido levar a efeito em festiva e condigna recordação do início do periodismo português.

O facto de Lisboa ter sido o berço do jornalismo nacional dá ao Grupo que V. Ex.ª com tanta inteligência e dedicação orienta e dirige lugar de especial importância e relêvo no conjunto das boas vontades a impulsionar para o bom êxito das referidas comemorações. O gentilíssimo e muito espontâneo oferecimento que consta do ofício de V. Ex.ª de 9 do corrente é mais

uma clara prova do exacto entendimento com que o Grupo «Amigos de Lisboa» exerce na vida da cidade a sua admirável missão cultural e do espírito de boa colaboração que caracteriza as intenções e as atitudes da sua Excelentíssima Junta Directiva.

Alguns dias depois aparecia o segundo número dêste *Boletim* (Junho — 1941). Acompanhando uma reprodução fac-similada do frontispício da primeira *Gazeta* cognominada «da Restauração» publicámos, na primeira página, o seguinte:

1641-1941. Passa êste ano, em Novembro, o tricentenário do aparecimento da Gazeta — *o primeiro jornal português. O Sindicato Nacional dos Jornalistas contribuïrá com o mais vivo interêsse e o maior entusiasmo para a realização dos actos comemorativos dêsse facto histórico e procurará, em colaboração com o Grémio Nacional da Imprensa Diária e com o Govêrno da Nação, que êle seja assinalado com as iniciativas julgadas necessárias para conseguir a melhoria das condições morais e materiais dos trabalhadores da Imprensa portuguesa.*

Adiante indicávamos os números que o Sindicato estava resolvido, desde logo, a incluir no programa das comemorações e acentuávamos que se aguardava a constituïção da comissão encarregada dessas solenidades «para de acôrdo com ela estabelecer a maneira definitiva de realizar as referidas iniciativas».

Durante meses a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas esperou, em vão, que se constituísse a aludida comissão. Resolvida a não deixar passar em claro tão festiva data do Jornalismo português resolveu, por fim, chamar a si a iniciativa de promover as comemorações. Assim, no dia 14 de Outubro dirigiu ofícios aos Srs. Dr. Alfredo da Cunha; presidente do Grémio Nacional da Imprensa Diária; presidente da Caixa de Previdência de Profissionais da Imprensa de Lisboa; presidente do Sindicato Nacional dos Tipógrafos; presidente do Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura; administrador da Imprensa Nacional; chefe dos Serviços de Informação e Imprensa do S. P. N. e director dos Serviços Centrais da Câmara Municipal de Lisboa (em representação do presidente do Município) convi-

dando-os para uma reünião que se realizou na sede do Sindicato Nacional dos Jornalistas no dia 17 do mesmo mês.

No dia imediato os jornais publicaram o seguinte comunicado dessa reünião:

Em Dezembro próximo completam-se três séculos sôbre o aparecimento em Lisboa da Gazeta, *denominada, vulgarmente,* da Restauração — *o primeiro jornal português.*

Para tratar das comemorações dêsse facto histórico reüniram-se ontem, a convite do Sindicato Nacional dos Jornalistas e na sua sede, os Srs. Dr. Alfredo da Cunha, antigo jornalista e autor de interessantíssimos estudos sôbre o jornalismo nacional; Dr. Jaime Lopes Dias, pela Câmara Municipal de Lisboa; Carlos Amoedo, pela Imprensa Nacional; Tomaz de Aquino, presidente do Sindicato Nacional dos Tipógrafos; Cristiano Lima, pela Caixa de Previdência de Profissionais da Imprensa; Luiz Pastor de Macedo, pelo Grupo «Amigos de Lisboa», e Dutra Faria, pelos Serviços de Informação e Imprensa do Secretariado da Propaganda Nacional. Não compareceram, por estarem ausentes de Lisboa, os presidentes do Grémio Nacional da Imprensa Diária e do Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura.

Depois de o Sr. Luiz Teixeira, presidente do S. N. dos Jornalistas, ter exposto os fins da reünião, resolveu-se definitivamente promover as referidas comemorações.

Ficou assente, de uma maneira geral, o esbôço do programa das solenidades comemorativas, a realizar com início no dia 1 de Dezembro, e designada uma comissão executiva composta pelo Sr. Dr. Alfredo da Cunha, presidente; e pelos Srs. Dr. Augusto de Castro, presidente do Grémio Nacional da Imprensa Diária; Luiz Teixeira, presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas; Tomaz de Aquino, presidente do Sindicato Nacional dos Tipógrafos; e Luiz Pastor de Macedo, secretário geral do Grupo «Amigos de Lisboa».

Esta comissão principia imediatamente os seus trabalhos e conta desde já com o interêsse e o espírito de colaboração das entidades oficiais e particulares que possam contribuir de alguma maneira para o êxito das comemorações do tricentenário do primeiro jornal português.

A comissão promotora da Comemoração do Tricentenário da *Gazeta* resolveu, ao começar os seus trabalhos, apresentar aos Excelentíssimos Senhores Presidente do Conselho e Ministros do Interior e da Educação Nacional, com as suas melhores saüdações, as

homenagens da sua maior consideração e respeito; e nomear membros de honra da mesma Comissão os seguintes Excelentíssimos Senhores:

Dr. Augusto de Castro, director do *Diário de Notícias*
João Pereira da Rosa, director de *O Século*
Conselheiro J. Fernando de Sousa, director de *A Voz*
Dr. Joaquim Manso, director do *Diário de Lisboa*
Dr. Manuel Pestana Reis, director do *Diário da Manhã*
Diniz Bordalo Pinheiro, director do *Jornal do Comércio*
Cónego Fernando Pais de Figueiredo, director das *Novidades*
Carvalhão Duarte, director da *República*
Manuel Pinto de Azevedo Júnior, director de *O Primeiro de Janeiro*
Fortunato Seara Cardoso, director de *O Comércio do Pôrto*
Dr. Guilherme Pacheco, director do *Jornal de Notícias*
Padre Magalhães Costa, director do *Diário do Minho*
José Sarmento de Matos, director do *Correio do Minho*
Dr. Vergílio Correia, director do *Diário de Coimbra*
Dr. Vítor Santos, director da *Democracia do Sul*
Joaquim dos Santos Reis, director do *Notícias de Évora*
Manuel António Engana, director do *Diário do Alentejo*
Luiz Faria Trindade, director de *O Setubalense*
Constantino Magno do Amaral Júnior, director do *Correio da Horta*
F. Carreiro da Costa, director do *Correio dos Açôres*
Cândido P. Forjaz, director de *A Pátria*
Carlos Carreiro, director do *Diário dos Açôres*
Manuel Emídio Gonçalves, director de *O Telégrafo*
Manuel Cardoso do Couto, director da *União*
Dr. Alberto de Araújo, director do *Diário de Notícias* (Funchal)
José Rafael Basto Machado, director de *O Jornal*
Ferreira de Almeida, director do *Açoreano Oriental.*

Em 26 de Outubro o presidente da Comissão Executiva, Sr. Dr. Alfredo da Cunha, dirigia ao Sr. Dr. Alfredo de Magalhães,

presidente da Casa da Imprensa e do Livro, do Pôrto, um ofício do qual transcrevemos os seguintes períodos:

Havendo-se constituído nesta cidade, por iniciativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, uma comissão promotora da Comemoração do Tricentenário da Gazeta *— o primeiro periódico português, à qual tenho a honra de presidir, venho rogar a Vossa Excelência, na convicção de que esta idéia lhe é simpática, se digne diligenciar no sentido de que o organismo a que preside se associe à referida comemoração. Nesta ordem de idéias confio em que a Casa da Imprensa e do Livro promoverá nessa cidade, pela forma que entender mais conveniente, a celebração de um facto que é do maior interêsse para a Imprensa periódica portuguesa.*

Assegurada a mais decidida e entusiástica colaboração dos Excelentíssimos Senhores presidente da Academia das Ciências de Lisboa, directores da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Secretariado da Propaganda Nacional, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, administrador da Imprensa Nacional, etc., a Comissão Executiva viu extremamente facilitados os seus trabalhos e em 26 de Novembro podia enviar aos jornais o seguinte comunicado:

PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES DO TRICENTENÁRIO DA «GAZETA», REALIZADAS POR INICIATIVA DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS

NOVEMBRO:

Dia 29 — *Às 15 horas, na Biblioteca Nacional de Lisboa,* inauguração da Exposição da Imprensa periódica portuguesa de 1641 a 1841 e de jornais e outras publicações jornalísticas existentes actualmente; *às 16, no Museu Rafael Bordalo Pinheiro,* inauguração da Exposição «Rafael Bordalo Pinheiro e os jornalistas»; *às 17, no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa,* sessão solene comemorativa do tricentenário do primeiro periódico português. Usará da palavra o académico, escritor e antigo jornalista Dr. Alfredo da Cunha, presidente da Comissão Executiva das Comemorações.

Dia 30 — Abertura ao público das seguintes exposições: na *Sociedade de Geografia de Lisboa:* «Imprensa periódica portuguesa extra-continental»; no *edifício do diário «O Século»:* «O jornal de há três séculos e o jornal de

hoje» (organizada pelo Sindicato Nacional dos Tipógrafos); no *edifício do jornal «Diário de Notícias»:* «A evolução do *Diário de Notícias* desde a sua fundação».

DEZEMBRO:

Dia 1 — *Às 16 horas, no Sindicato Nacional dos Tipógrafos* (rua da Barroca, n.º 107, 1.º), abertura ao público da exposição dos trabalhos para o concurso de composição, impressão e encadernação.

Dia 2 — *Às 21,30 horas, na sede do Sindicato Nacional dos Motoristas* (rua Luz Soriano, n.º 67, 1.º), conferência do sr. Casimiro Augusto de Morais sôbre «A formação intelectual do tipógrafo — Lourenço de Anvers, honra e glória da tipografia portuguesa» (promovida pelo Sindicato Nacional dos Tipógrafos).

Dia 5 — *Às 15 horas, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa,* descerramento de uma lápida comemorativa na primitiva sede da *Revista Militar,* a mais antiga revista do País, ainda em publicação; *às 16, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa,* descerramento de uma lápida na primitiva sede do *Jornal do Comércio* (rua dos Algibebes, n.º 23, 1.º, actual rua de S. Julião), o mais antigo jornal português, ainda em publicação.

Em *Coimbra,* por iniciativa do *Secretariado da Propaganda Nacional,* descerramento de uma lápida no edifício da primitiva sede de *O Instituto,* a mais antiga revista literária do País, ainda em publicação.

Em *Ponta Delgada,* por iniciativa do *Secretariado da Propaganda Nacional,* descerramento de uma lápida no edifício da primitiva sede de *O Açoreano Oriental,* o mais antigo diário português, ainda em publicação.

Às 21,30 horas, sessão *na sede da Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário»,* conferência do sr. Raúl Esteves dos Santos, publicista e presidente da Comissão Administrativa de «A Voz do Operário», sôbre «Origem do jornalismo»; projecção luminosa de monumentos, jornais e documentos referentes à Imprensa, e recital dos alunos das escolas daquela Sociedade (versos de autores nacionais e estrangeiros alusivos à invenção da Imprensa).

Dia 6 — *Às 22 horas,* na *Academia das Ciências de Lisboa,* sessão solene comemorativa do tricentenário do primeiro periódico português. Oradores: Drs. Júlio Dantas, Alfredo da Cunha e Joaquim Manso e engenheiro J. Fernando de Sousa.

Dia 7 — *Às 15 horas:* visita à *Imprensa Nacional* pelo Grupo «Amigos de Lisboa», dirigida pelo jornalista e escritor Sr. Norberto de Araújo.

Primeira reünião da comissão promotora das comemoração do tricentenário da «Gazeta»

* * *

O Grupo «Amigos de Lisboa» promove visitas dos seus associados, das 15 às 17 horas, às seguintes exposições: dia 2, à da Biblioteca Nacional; dia 3, à do Sindicato Nacional dos Tipógrafos; dia 4, à do Museu Rafael Bordalo Pinheiro; dia 5, à do jornal *O Século;* dia 6, à do jornal *Diário de Notícias.*

Publicações:

Durante o período das comemorações são publicadas as seguintes obras literárias relacionadas com o jornalismo: *Elementos para a história da Imprensa portuguesa,* pelo Sr. Dr. Alfredo da Cunha; segundo volume da *Exposição bibliográfica da Restauração,* abrangendo, em mais de seiscentas páginas, a análise de tôdas as publicações periódicas, de 1641 à actualidade, que inseriram artigos sôbre a Restauração (Biblioteca Nacional de Lisboa); *A arte negra* (dos primitivos processos de escrita à invenção da tipografia), pelo sr. Raúl Esteves dos Santos; edição fac-similada do primeiro número da *Gazeta* (Novembro de 1641) — Imprensa Nacional de Lisboa; número especial do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas,* comemorativo do tricentenário.

Publicar-se-ão, também em volume e com prefácio do Sr. Eng. J. Fernando de Sousa, números especiais de todos os jornais diários de Lisboa e Pôrto, em formato reduzido (iniciativa do Sindicato Nacional dos Tipógrafos em colaboração com os quadros tipográficos dos jornais diários).

PRÉMIO «SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS»

O Sindicato Nacional dos Jornalistas instituíu um prémio de 2.000$00 a atribuir ao autor do melhor trabalho literário sôbre o jornalismo português — sua missão e projecção.

A COLABORAÇÃO DOS VENDEDORES DE JORNAIS

O Sindicato Nacional dos Vendedores de Jornais do Distrito de Lisboa presta a sua colaboração às comemorações, instalando uma barraca no largo D. João da Câmara, onde um grupo de vendedores de jornais vestidos à maneira do século XIX venderá colecções de postais com reproduções de desenhos alusivos à sua profissão e com fotografias de grandes jornalistas falecidos e exemplares da edição fac-similada da *Gazeta* de Novembro de 1641.

NA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

A sessão solene realizada no dia 29 de Novembro de 1941, às 15 horas, na Biblioteca Nacional de Lisboa, foi o primeiro acto das comemorações do tricentenário da *Gazeta*. Presidiu o professor Doutor Manuel Lopes de Almeida, Subsecretário de Estado da Educação Nacional, que tinha a seu lado os Srs. Dr. Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências de Lisboa; coronel Costa Veiga, director da Biblioteca Nacional; Dr. Alfredo da Cunha, presidente da Comissão Executiva das Comemorações; e Luiz Teixeira, presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Depois de o Sr. coronel Costa Veiga ter saüdado o representante do Govêrno e as outras altas personalidades que assistiam à sessão e de ter feito o elogio do Sr. Dr. Alfredo da Cunha como figura inconfundível da intelectualidade portuguesa e notável historiador da nossa Imprensa usou da palavra o Sr. Dr. Alfredo da Cunha. Num primoroso discurso de grande relêvo literário falou com muita erudição acêrca de jornais e jornalismo.

Louvou a idéia das comemorações do tricentenário da *Gazeta*, apontando as razões pelas quais a Imprensa tem jus à admiração do País. Analisou, a seguir, o carácter dado à exposição que ia ser inaugurada, revelando que ela apresenta exemplares preciosos — documentos magníficos através dos quais é possível, muitas vezes, acompanhar a evolução da vida nacional. A propósito dissertou sôbre bibliotecas e exposições. Em seu critério as primeiras devem obedecer a um propósito contrário ao ambiente sonolento que, quási sempre, nelas se observa. As bibliotecas do nosso tempo devem movimentar-se, ter vida, despertar o interêsse do público pelos documentos que êle necessita ver e estudar. Depois de se referir à maneira como está instalada a primeira biblioteca de Portugal, fêz uma apreciação objectiva da Exposição da Imprensa periódica nacional, apontando, com larga soma de elementos, os jornais publicados no Brasil, até à independência.

O erudito trabalho do Sr. Dr. Alfredo da Cunha provocou grandes aplausos.

O Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional, acompanhado pelas altas personalidades que assistiram à sessão solene, entre as quais estava o Sr. Embaixador do Brasil, inaugurou depois, no salão da leitura, a Exposição da Imprensa Periódica Portuguesa na Metrópole e no Império. Publicamos a seguir indicação das espécies apresentadas e pertencentes aos séculos XVII, XVIII e XIX:

METRÓPOLE

SÉCULO XVII

Gazeta em que se relatam as novas tôdas que houve nesta Côrte e que vieram de várias partes (Noticioso militar), 1641 — Lisboa; *Mercúrio Português*, 1663 — Lisboa.

SÉCULO XVIII

Gazeta de Lisboa — História anual cronológica e política do mundo, especialmente da Europa, 1715 — Lisboa; *Folheto de ambas Lisboas* (Noticioso), 1749 — Pôrto; *Oculto Instruído* que para lícito divertimento e honesta recreação se há-de publicar dividido em diferentes partes. 1756 — Lisboa; *Academia (A) dos Humildes e Ignorantes* — Diálogo entre um teólogo, um filósofo, um ermitão e um soldado, etc. 1759 — Lisboa; *Discípulo instruído* pelos mestres mais sábios nos segredos naturais das ciências. 1759 — Lisboa; *Médicos (Os) perfeitos* ou novo método de curar tôdas as enfermidades descoberto e explicado pelos mestres de mais subtil engenho e aplicado aos enfermos pelos doutores mais sábios. 1759 — Lisboa; *Palestra admirável* — Conversação proveitosa e notícia universal do mundo. 1759 — Lisboa; *Teatro cómico português* ou colecção de óperas portuguesas que se representam na Casa do Teatro Português no Bairro Alto de Lisboa. 1759 — Lisboa; *História Universal antiga e moderna* de todos os impérios, reinos, cidades e monarquias e das coisas mais notáveis. 1760 — Lisboa; *Lisboa* — 1760 — Lisboa; *Semanas proveitosas aos viventes racionais* ou modos de curar a alma enfêrma e adquirir ciência dos segredos da natureza. 1760 — Lisboa; *Sonho lembrado* — Sucessos do mundo depois de criado, memórias de casos... 1762 — Lisboa; *Hebdomadário Lisbonense* (Noticioso). 1763 — Lisboa; *Gazeta de Lisboa* — 1778 — Lisboa; *Jornal Enciclopédico* destinado para instrução geral com a notícia dos novos descobrimentos em tôdas as ciências e artes. 1779 — Lisboa; *Teatro estrangeiro* — Colecção das melhores tragédias e comédias dos autores franceses e italianos. 1787 — Lisboa; *Jornal Enciclopédico* — 1788 — Lisboa; *Correio (O) mercantil e económico de Portugal* que contém tôda a qualidade de anúncios. 1794 — Lisboa; *Mercúrio histórico, político e literário de Lisboa* (Noticioso). 1794 — Lisboa; *Jornal de modinhas* com acompanhamento de cravo pelos melhores autores. 1796 — Lisboa; *Almocreve (O) das petas* ou moral disfarçada para correcção das miüdezas da vida. 1797 — Lisboa; *Café jocoso* modernamente aberto junto de um campo que pertence à Ilustríssima Senhora D. Ociosidade, que ficou do preclaríssimo Senhor Trabalho que Deus haja, 1797 — Lisboa; *Retôrno do Almocreve das petas* — 1797 — Lisboa.

Arquivo de peças importantes e instrutivas — 1800 — Lisboa.

Diário crítico sôbre os erros dos falsos filósofos. 1802 — Lisboa; *Espreitador do Mundo novo* — Obra crítica, moral e divertida. 1802 — Lisboa; *Novidades literárias, filosóficas, científicas, políticas e mercantis* — 1802 — Lisboa; *Variedades* — Publicação literária, compreendendo história geral, anedotas... 1802 — Lisboa.

Biblioteca Universal extraída de muitos jornais e das obras dos melhores escritores antigos e modernos. 1803 — Lisboa; *Redactor (O)* ou ensaios periódicos de literatura e conhecimentos científicos... 1803 — Lisboa.

Tardes divertidas ou conversações curiosas sôbre a história natural, sacra, civil e fabulosa (2.ª Edição). 1804 — Lisboa.

Analecto de recreação e erudição — 1805 — Lisboa; *Divertimento instrutivo* ou colecção escolhida de novelas, histórias, contos... 1805 — Lisboa; *Jardim das musas e dos sábios* ou as flores poéticas estrangeiras e nacionais. 1805 — Lisboa.

Colecção de mentiras e verdades — 1806 — Lisboa; *Jornal Enciclopédico* ou diário universal de ciências e artes. 1806 — Lisboa.

Arquivo de peças divertidas e científicas — 1807 — Lisboa; *Câmara óptica* onde as vistas às avessas mostram o mundo às direitas. 1807 — Lisboa.

Lagarde (O) Português ou gazeta para depois de jantar. (Anti-francesa) 1808 — Lisboa; *Leal (O) português* — 1808 — Pôrto; *Minerva Lusitana* (Noticioso). 1808 Coimbra; *Telégrafo português* ou gazeta para depois de jantar. 1808 — Lisboa; *Semanário patriótico* (Noticioso). 1808 — Lisboa.

Abelha do meio-dia (Noticioso). 1809 — Lisboa; *Correio da Península* ou novo telégrafo (Per. político e noticioso). 1809 — Lisboa; *Correio da Tarde* (Per. político e noticioso). 1809 — Lisboa; *Diário do Pôrto* (Fôlha oficial do Gov. francês). 1809 — Pôrto; *Diário Lisbonense* (Noticioso). 1809 — Lisboa; *Gazeta de Almada* ou telescópio português. 1809 — Lisboa; *Jornal de Lisboa* ou fôlha diária (Noticioso). 1809 — Lisboa; *Lanterna (A) mágica* ou relação das notícias oficiais extraídas de diversas fôlhas. 1809 — Lisboa; *Mapa político* que consta de notícias interessantes de diversas partes do mundo. 1809 — Lisboa; *Mensageiro (O)* (Noticioso). 1809 — Lisboa; *Ordem do dia* — 1809 — Lisboa; *Resumo histórico dos sucessos memoráveis da restauração do Pôrto* — 1809 — Lisboa; *Semanário Lusitano* (Per. político e noticioso). 1809 — Lisboa.

Exame dos artigos históricos e políticos que se contêm na colecção periódica «O Correio Brasiliense». 1810 — Lisboa.

Exame crítico do «Motim Literário» — 1811 — Lisboa; *Gazeta de Agricultura e Comércio de Portugal* — 1811 — Lisboa; *Motim Literário* em forma de solilóquios. 1811 — Lisboa.

Colecção de opúsculos sôbre a vacina... 1812 — Lisboa; *Correio de Lisboa* (Noticioso). 1812 — Lisboa; *Jornal de Coimbra* (Literário). 1812 — Lisboa; *Jornal poético* ou colecção das melhores composições em todo o género... 1812 — Lisboa; *Semanário de Instrução e Recreio* — 1812 — Lisboa; *Telégrafo Português* — 1812 — Lisboa.

Mercúrio Lusitano (Noticioso), 1813 — Lisboa; *Teatro Nacional* — 1813 — Lisboa.

Miscelânea curiosa de várias poesias joviais e sérias — 1815 — Lisboa.

Espectador português (J. de crítica e literatura). 1816 — Lisboa; *Jornal das Belas Artes* — 1816 — Lisboa; *Negociante (O) perfeito* — 1816.

Armazém interessante — 1817 — Lisboa; *Retratos e elogios de varões e donas que ilustram a Nação portuguesa, etc.* — 1817 — Lisboa.

Desaprovador (O) — 1818 — Lisboa; *Jornal do Povo* — 1818 — Lisboa; *Observador Português* — 1818 — Lisboa.

Amigo (O) do Povo ou sentinela da liberdade. 1820 — Lisboa; *Astro da Lusitânia* — 1820 — Lisboa; *Correio do Pôrto* — 1820 — Pôrto; *Diário da Regência* — 1820 — Lisboa; *Diário do Govêrno* — 1820 — Lisboa; *Diário Nacional* com permissão da Junta do Supremo Govêrno Provisório do Reino. 1820 — Pôrto; *Génio Constitucional* — 1820 — Pôrto; *Jornal Enciclopédico de Lisboa* — 1820 —Lisboa; *Liberal (O)* — 1820 — Lisboa; *Lísia degenerada* — 1820 — Lisboa; *Manifesto da razão* — 1820 — Coimbra; *Minerva Constitucional* — 1820 — Lisboa; *Mnemosine Constitucional* — 1820 — Lisboa; *Nação e Rei* ou idéia geral em deveres que uma Nação está obrigada a praticar... 1820 — Lisboa; *Português Constitucional* — 1820 — Lisboa; *Pregoeiro Lusitano* — 1820 — Lisboa; *Regeneração de Portugal* — 1820 — Pôrto; *Templo (O) da Memória* ou o observador constitucional — 1820 — Lisboa.

Abelha (A) Portuguesa — 1821 — Lisboa; *Borboleta Constitucional* — 1821 — Pôrto; *Campeão Lisbonense* — 1821 — Lisboa; *Cidadão (O) Literato* — 1821 — Lisboa; *Compilador (O)* ou miscelânea universal — 1821 — Lisboa; *Despertador (O) Nacional* — 1821 — Coimbra; *Diário da Câmara dos Deputados* — 1821 — Lisboa; *Galeria (A) dos Deputados das Côrtes Gerais extraordinárias da Nação Portuguesa* — 1821 — Lisboa; *Gazeta Universal* — Política literária e mercantil — 1821 — Lisboa; *Independente (O)* Político e noticioso. 1821 — Lisboa; *Navalha (A) de Fígaro* ou a palmatória de padre mestre Inácio... 1821 — Lisboa; *Patriota (O)* — 1821 — Lisboa; *Português Constitucional Regenerado* — 1821 — Lisboa; *Sentinela Política* — 1821 — Lisboa; *Verdadeiro (O) Liberal* — 1821 — Lisboa.

Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional — 1822 — Lisboa; *Gazeta de Portugal* — 1822 — Lisboa; *Inglêses (Os) em Portugal* — 1822 — Lisboa; *Jornal da Sociedade Literária Patriótica* — 1822 — Lisboa; *Novo Hércules* — 1822 — Lisboa; *Palradores no Café* — 1822 — Pôrto; *Patriota (O) Sandoval* — 1822 — Lisboa; *Pregoeiro (O) Lusitano* ou jornal geral de anúncios — 1822 — Lisboa; *Prospecto do Pregoeiro Lusitano* — 1822 — Lisboa; *Toucador (O)* — 1822 — Lisboa; *Tutelemundi Liberal* e o auriscópio, açoute dos corcundas — 1822 — Lisboa.

Amigo do Povo — 1823 — Coimbra; *Argos Lusitano* — 1823 — Lisboa; *Arquivos da Religião Cristã* ou jornal destinado à instrução religiosa e moral e combater o êrro e a impiedade — 1823 — Coimbra; *Defensor do trono e do altar e o azorrague contra os pedreiros-livres conhecidos como destruïdores dêstes tão sagrados elementos* — 1823 — Lisboa; *Diário Portuense* — 1823 — Pôrto; *Escudo (O)* ou jornal de instrução política — 1823 — Lisboa; *Estrêla (A) dos Lusitanos* — 1823 — Lisboa; *Gaita* — 1823 — Lisboa; *Gazeta de Lisboa* — 1823 — Lisboa; *Minerva Constitucional* — 1823 — Coimbra; *Noticiador Conciso* — 1823 — Coimbra; *Oráculo (O)* — 1823 — Lisboa; *Periódico das Damas* — 1823 — Lisboa; *Punhal dos Corcundas* — 1823 — Lisboa; *Rabecão (O)* — 1823 — Lisboa; *Cega-Rega (A)* — 1823 — Lisboa; *Serpentão (O)* — 1823 — Lisboa; *Servil (O) arrependido* — 1823 — Lisboa; *Tripa virada* — 1823 — Lisboa; *Trombeta (A) Lusitana* — 1823 — Lisboa; *Verdade (A) em triunfo* — 1823 — Coimbra.

Coluna de Pasquim — 1824 — Pôrto; *Mastigóforo (O)* — 1824 — Lisboa; *Observador Português Histórico e Político de Lisboa* (2.ª edição) — 1824 — Lisboa.

Açoute (O) dos Periodiquistas — 1826 — Lisboa; *Amigo (O) da Carta* — 1826 Lisboa; *Amigo (O) do bem público* ou o realista constitucional. — 1826 — Lisboa; *Avô (O) dos Periódicos* — 1826 — Lisboa; *Borboleta* — 1826 — Lisboa; *Bruxa (A) encantada* — 1826 — Lisboa; *Câmara (A) óptica* — 1826 — Lisboa; *Cidadão (O) constitucional desvalido* — 1826 — Lisboa; *Clarim (O)* — 1826 — Lisboa; *Clarim (O) português* — 1826 — Lisboa; *Considerações do velho liberal* — 1826 — Lisboa;

Despertador (O) do povo — 1826 — Lisboa; *Doutrina constitucional* — 1826 — Lisboa; *Escudo constitucional e correspondente dos liberais da Lísia* — 1826 — Lisboa; *Espelho dos Jornalistas* — 1826 — Lisboa; *Espreitador (O)* — 1826 — Lisboa; *Figa (A)* — 1826 — Pôrto; *Fiscal (O) dos abusos* — 1826 — Lisboa; *Funda (A) de David defronte do clarim português* — 1826 — Lisboa; *Génio (O) constitucional* — 1826 — Lisboa; *Inquiridor (O) dos periódicos* — 1826 — Lisboa; *Invencível (O)* — 1826 Lisboa; *O que é a Constituïção* — 1826 — Lisboa; *Observador (O)* Jornal de política e literatura. 1826 — Coimbra; *Observador (O) portuense* — 1826 — Pôrto; *Oráculo (O) político e literário* — 1826 — Lisboa; *Paquête estrangeiro* — 1826 — Pôrto; *Pavilhão Lusitano* — 1826 — Lisboa; *Pensador (O)* — 1826 — Lisboa; *Periódico (O) dos pobres* — 1826 — Lisboa; *Pobre (O) generoso* — 1826 — Lisboa; *Português (O)* Diário político, literário e comercial — 1826 — Lisboa; *Português (O) liberal* —1826 Lisboa; *Realista (O)* Amigo da observância da lei. 1826 — Lisboa; *Recopilador* ou Diário de Lisboa — 1826 — Lisboa; *Semanário (O)* — 1826 — Lisboa; *Sentinela Constitucional* — 1826 — Lisboa; *Soldado de tarimba* ou defesa da liberdade de imprensa — 1826 — Lisboa.

Ponteiro (O) — 1827 — Lisboa; *Publícola (O)* — 1827 — Lisboa; *Trombeta (A) final* — 1827 — Lisboa.

Anti-jacobinismo (O) — 1828 — Lisboa; *Bêsta (A) esfolada* — 1828 — Lisboa; *Cartas de não sei quem a outro que tal* — 1828 — Lisboa; *Clarim dos realistas portugueses imigrados na Espanha nos anos de 1826, 1827 e 1828* — 1828 — Lisboa; *Constitucional* — 1828 — Lisboa; *Correio de Lisboa,* Jornal histórico, político e mercantil — 1828 — Lisboa; *Correio Realista* — 1828 — Lisboa; *Diário do Pôrto,* fôlha oficial da Junta Revolucionária — 1828 — Pôrto; *Diário para os realistas pobres* — 1828 — Lisboa; *Ensaios sôbre o gôsto,* produções várias em verso e prosa — 1828 — Pôrto; *Estrêla (A) lusitana* — 1828 — Lisboa; *Galeria dos autores mais célebres de medicina, cirurgia e farmácia* — 1828 — Lisboa; *Gazeta oficial,* fôlha da Junta Revolucionária — 1828 — Pôrto; *Imparcial (O)* — 1828 — Pôrto; *Periódico mercantil* — 1828 — Pôrto; *Periódico para os bons realistas* — 1828 — Lisboa; *Postilhão (O) das províncias do Reino* — 1828 — Lisboa; *Realista (O)* — 1828 — Lisboa; *Realista (O) portuense* — 1828 — Pôrto; *Tagarela (O)* — 1828 — Lisboa; *Verdade (A) defendida pela razão contra o despotismo a favor da religião, da agricultura, das artes, ciências e letras* — 1828 — Lisboa.

Defensor (O) dos Jesuitas — 1829 — Lisboa.

Amigo dos portugueses — 1830 — Lisboa; *Anti-palinuro* ou defensor que em abôno dos primeiros dois números do desengano escreve Fr. Fortunato de S. Boaventura contra um papel sedicioso blasfemo que actualmente se espalha no reino — 1830 — Lisboa; *Contramina (A),* periódico moral e político — 1830 — Lisboa; *Desengano (O),* periódico político e moral — 1830 — Lisboa; *Desengano aos povos em estímulo da religião...* — 1830 — Lisboa.

Aí vem o papão ou advertência política sôbre a intentada agressão contra Portugal — 1831 — Lisboa; *Aurora (A),* semanário patriótico e político — 1831 — Lisboa; *Cacete (O),* periódico *anti-revolucionário* — 1831 — Lisboa; *Colecção de instruções sôbre a agricultura, artes e indústrias* — 1831 — Lisboa; *Defesa de Portugal,* semanário patriótico, político e moral — 1831 — Lisboa; *Fôlha mercantil da cidade do Pôrto* — 1831 — Pôrto; *Telescópio Brasiliense nos Açôres* ou o brasileiro emigrado — 1831 — Pôrto.

Anais de medicina dinâmica — 1832 — Lisboa; *Arauto (O) portuense* — 1832 Pôrto; *Crónica constitucional do Pôrto* — 1832 — Pôrto; *Escudo (O) da liberdade* — 1832 — Lisboa; *Zabumba (O)* — 1832 — Lisboa.

Amigo (O) da justiça, periódico do partido liberal — 1833 — Lisboa; *Aurora*

regenerada — 1833 — Lisboa; *Chegou o papão* — 1833 — Pôrto; *Crónica constitucional de Lisboa* depois *Crónica de Lisboa* — 1833 — Lisboa; *Cronista constitucional* — 1833 — Lisboa; *Gazeta (A) de Lisboa* ou o lavrador e o carrasco — 1833 — Pôrto; *Meia fôlha só,* noticioso — 1833 — Lisboa; *Museu literário* — 1833 — Lisboa; *Procurador dos povos* — 1833 — Lisboa; *Revista (A)* — 1833 — Lisboa; *Revista semanal* — 1833 — Lisboa; *Semanário lusitano* ou a verdade sem nuvem — 1833 — Lisboa.

Águia (A), diário político, literário, analítico e mercantil — 1834 — Lisboa; *Águia (A) do Ocidente* — 1834 — Lisboa; *Anúncio constitucional* — 1834 — Lisboa; *Fenix de Lisboa* — 1834 — Lisboa; *Fôlha da praça de Lisboa* — 1834 — Lisboa; *Gazeta do Govêrno* — 1834 — Lisboa; *Gazeta Oficial do Govêrno* — 1834 — Lisboa; *Nacional (O)* — 1834 — Lisboa; *Repositório literário da Sociedade de Ciências Médicas e de Literatura do Pôrto* — 1834 — Pôrto; *Sentinela Conimbricense* — 1834 — Coimbra; *Verdadeiro (O) eco de Portugal* — 1834 — Coimbra.

Anais da Sociedade Jurídica — 1835 — Lisboa; *Artilheiro* — 1835 — Pôrto; *Biblioteca familiar e recreativa oferecida à mocidade portuguesa* — 1835 — Lisboa; *Censor (O)* — 1835 — Lisboa; *Constitucional (O)* — 1835 — Lisboa; *Cosmorama político* onde se apresentam os principais personagens... — 1835 — Lisboa; *Desasnador (O) dos asnos da Ibéria* — 1835 — Lisboa; *Diabrete (O)* — 1835 — Lisboa; *Diário do Govêrno* — 1835 — Lisboa; *Diário do Pôrto* — 1835 — Pôrto; *Diário do Povo* — 1835 — Lisboa; *Eco (O),* jornal crítico, literário e político — 1835 — Lisboa; *Fôlha de anúncios* — 1835 — Pôrto; *Gazeta de Portugal* — 1835 — Lisboa; *Guarda avançada* — 1835 — Lisboa; *Independente (O)* — 1835 — Lisboa; *Indicador (O)* — 1835 — Lisboa; *Industrial (O) civilizador,* jornal de agricultura, indústria, política — 1835 — Lisboa; *Interessante (O),* jornal de instrução e recreio — 1835 — Lisboa; *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* — 1835 — Lisboa; *Marche! (O) Marche!* — 1835 — Lisboa; *Movimento (O),* periódico semanal — 1835 — Lisboa; *Ordem do Exército* — 1835 — Lisboa; *Ordens da Armada* — 1835 — Lisboa; *Periódico dos pobres no Pôrto* — 1835 — Pôrto; *Polícia secreta* dos últimos tempos do reinado do Senhor D. João VI — 1835 — Lisboa; *Povo (O) soberano,* jornal político e noticiador — 1835 — Lisboa; *Quinquilheiro (O)* — 1835 — Lisboa; *Recreio (O),* jornal das famílias — 1835 — Lisboa; *Tempo (O)* — 1835 — Lisboa; *Tribuna (A) do povo* — 1835 — Lisboa; *Vedeta da Liberdade* — 1835 — Pôrto; *Voltigeur (Le) Français,* jornal literário, político, artístico, científico... — 1835 — Lisboa.

Abelha (A) — 1836 — Lisboa; *Académico (O)* — 1836 — Coimbra; *Aldeão (O)* — 1836 — Lisboa; *Amigo (O) de D. Pedro* — 1836 — Lisboa; *Anona* ou *mixto curioso,* folheto semanal que ensina o método de cozinha e copa... — 1836 — Lisboa; *Antagonista (O) dos abusos,* jornal jurídico, histórico, crítico... — 1836 — Lisboa; *Asniberodesasnador* — 1836 — Lisboa; *Belém (O)* — 1836 — Lisboa; *Cidadão filantropo,* jornal político, literário e recreativo — 1836 — Pôrto; *Colecção de novas modinhas para honesto recreio...* — 1836 — Lisboa; *Cometa (O)* — 1836 — Lisboa; *Compilador (O)* — 1836 — Lisboa; *Correio (O)* — 1836 — Lisboa; *Correio das Damas,* jornal de literatura e modas — 1836 — Lisboa; *Corrector (O) de Lisboa* — 1836 — Lisboa; *Defensor (O) da Religião* em disputa com os incrédulos — 1836 — Lisboa; *Dragão (O)* — 1836 — Lisboa; *Económico (O) liberal* — 1836 — Lisboa; *Eleitor (O) provocado* — 1836 — Lisboa; *Farol (O) Lusitano* — 1836 — Lisboa; *Grátis (O),* jornal de anúncios — 1836 — Lisboa; *Hércules (O) Lusitano* — 1836 — Lisboa; *Independente (O),* jornal político, literário e comercial — 1836 — Lisboa; *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* — 1836 — Lisboa; *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* — 1836 — Lisboa; *Jornal do Conservatório* — 1836 — Lisboa; *Jornal dos Artistas* — 1836 — Lisboa; *Jornal Enciclopédico* — 1836 — Lisboa; *Lei (A)*

— 1836 — Lisboa; *Luneta (A)* — 1836 — Lisboa; *Memorial ultramarino e marítimo* — 1836 — Lisboa; *Mercúrio (O) Lisbonense* — 1836 — Lisboa; *Minerva (A)*, jornal de ilustração amena e proveitosa — 1836 — Lisboa; *Museu (O)* — 1836 — Lisboa; *Noticiador (O)* — 1836 — Lisboa; *Noticiador Comercial Portuense* — 1836 — Pôrto; *Palestra política*, jornal crítico — 1836; *Pilôto (O)* — 1836 — Coimbra; *Popular (O)* — 1836 — Lisboa; *Pôrto (O) franco* — 1836 — Lisboa; *Português (O) constitucional* — 1836 — Lisboa; *Profeta (O)* — 1836 — Pôrto; *Provinciano (O)* — 1836 — Lisboa; *Raio (O)*, fôlha moral — 1836 — Lisboa; *Revista Jurídica* — 1836 — Pôrto; *Semanal das Musas* — 1836 — Lisboa; *Tôrre (A) de Babel*, jornal literário — 1836 — Lisboa; *Toureiro (O)* — 1836 — Lisboa; *Trovão (O)* — 1836 — Lisboa; *Tuba (A) da verdade*, fôlha moral e política — 1836 — Lisboa; *Túmulo (O)* — 1836 — Lisboa.

Anais da Sociedade Literária Portuense — 1837 — Pôrto; *Arquivo Popular*, jornal literário — 1837 — Lisboa; *Arrieiro (O)*, jornal literário, político e comercial — 1837 — Lisboa; *Aurora (A)*, fôlha da tarde — 1837 — Lisboa; *Barbeiro (O)*, periódico caturra e do centro — 1837 — Lisboa; *Boletim do Exército Restaurador*, notícias militares — 1837 — Castelo Branco-Coimbra; *Brasileiro (O) em Lisboa* — 1837 — Lisboa; *Câmara óptica com vistas modernas* — 1837 — Lisboa; *Carapuceiro (O)*, fôlha política, crítica e satírica — 1837 — Lisboa; *Caricatura (A)*, jornal satírico e político — 1837 — Lisboa; *Cartista (O)* — 1837 — Lisboa; *Correio de Lisboa* — 1837 — Lisboa; *Cortador (O)* — 1837 — Lisboa; *Dia (O) de juízo* — 1837 — Lisboa; *Eco da razão e da justiça*, fôlha da tarde — 1837 — Lisboa; *Entreacto (O)*, jornal de crítica teatral — 1837 — Lisboa; *Escudo (O) da religião católica* — 1837 — Lisboa; *Estrêla (A)* — 1837; *Examinador (O)* — 1837 — Lisboa; *Fenix (A)* — 1837 — Lisboa; *Guarda Nacional de Lisboa* — 1837 — Lisboa; *Industrial (O) civilizador* — 1837 — Lisboa; *Investigador (O)* — 1837 — Lisboa; *Jornal dos amores* ou as caloiradas de Coimbra — 1837 — Lisboa; *Legitimista (O)* — 1837 — Lisboa; *Luso (O) liberal* — 1837 — Lisboa; *Novo correspondente* — 1837 — Lisboa; *Omnibus (O)* — 1837 — Lisboa; *Panorama (O)*, jornal literário e instrutivo — 1837 — Lisboa; *Passatempo (O)*, jornal de instrução e recreio para ambos os sexos — 1837 — Lisboa; *Periódico do pobre*, noticioso — 1837 — Lisboa; *Ramalhete (O)*, jornal de instrução e recreio — 1837 — Lisboa; *Recopilador (O)*, semanário recreativo — 1837 — Lisboa; *Revista estrangeira* ou colecção de artigos extraídos dos melhores escritos... — 1837 — Pôrto; *Sala de raridades*, jornal curioso e instrutivo — 1837 — Lisboa; *Sol (O)*, jornal de anúncios — 1837 — Lisboa; *Tardes (As) de verão* ou o divertimento das damas — 1837 — Lisboa; *Telégrafo (O)* — 1837 — Lisboa; *Verdadeiro (O) amigo do povo* — 1837 — Lisboa; *Verdadeiro (O) patriota* — 1837 — Lisboa; *Vigília do Capitólio* — 1837 — Lisboa.

Alcance (O), periódico político e de instrução — 1838 — Lisboa; *Anais da propagação da Fé*, colecção de cartas dos bispos e outros missionários — 1838 — Lisboa; *Anais das Ciências Médicas* — 1838 — Lisboa; *Anais do Conselho de Saúde Pública do Reino* — 1838 — Lisboa; *Arquivo Português*, jornal para tôdas as classes — 1838 — Lisboa; *Arquivo Teatral* ou colecção selecta dos mais modernos dramas do teatro francês — 1838 — Lisboa; *Atalaia Nacional dos Teatros* — 1838 — Lisboa; *Atleta (O)* — 1838 — Lisboa; *Atleta (O)* — 1838 — Pôrto; *Azorrague (O)* — 1838 — Lisboa; *Beija-Flor (O)*, semanário de instrução e recreio — 1838 — Lisboa; *Biógrafo (O)* — 1838 — Lisboa; *Boletim dos Tribunais* — 1838 — Lisboa; *Chega (O) a todos*, periódico semanal sem côr — 1838 — Lisboa; *Constitucional (O)* — 1838 — Lisboa; *Correio Mercantil* — 1838 — Lisboa; *Corsário (O)*, jornal de literatura e recreio — 1838 — Lisboa; *Desenjoativo Teatral*, jornal recreativo e moral — 1838 — Lisboa; *Diário da Câmara dos Senadores* — 1838 — Lisboa; *Director (O)* — 1838

— Lisboa; *Galeria (A)* — 1838 — Lisboa; *Lusitano (O)* — 1838 — Lisboa; *Mensageiro (O)*, jornal da tarde e das províncias — 1838 — Lisboa; *Mercúrio (O)*, jornal de recreio — 1838 — Lisboa; *Museu Portuense*, jornal de história, artes, ciências industriais e belas letras — 1838 — Pôrto; *Pirata (O)*, jornal recreativo semanal — 1838 — Lisboa; *Pregoeiro (O)* — 1838 — Lisboa; *Procurador (O) dos Povos* — 1838 — Lisboa; *Recreativo (O)*, jornal semanário literário — 1838 — Lisboa; *Revista Literária*, periódico de literatura, filosofia... — 1838 — Pôrto; *Tempo (O)* — 1838 — Lisboa; *Viajante (O)*, jornal recreativo e semanal — 1838 — Lisboa.

Aldeão (O) na Côrte — 1839 — Lisboa; *Arquivista* — 1839 — Lisboa; *Charadista (O)* ou colecção de charadas — 1839 — Lisboa; *Cosmorama (O) Literário*, jornal da Sociedade Excolástica-Filomática — 1839 — Lisboa; *Democrata (O)*, jornal do povo — 1839 — Lisboa; *Elenco (O)* — 1839 — Lisboa; *Franco-Portugais (Le)*, jornal político e noticioso — 1839 — Lisboa; *Imprensa (A)* — 1839 — Lisboa; *Mosaico (O)*, jornal de instrução e recreio — 1839 — Lisboa; *Portugal Velho* —1839 — Lisboa; *Revista Teatral* — 1839 — Lisboa; *Romancista (O)*, jornal de recreio 1839 — Lisboa; *Santelmo*, diário do povo — 1839 — Lisboa; *Universo Pitoresco*, jornal literário — 1839 — Lisboa.

Anais Marítimos e Coloniais, revista da Associação Marítima e Colonial — 1840 — Lisboa; *Cometa (O)* — 1840 — Coimbra; *Crónica Jurídica* — 1840 — Coimbra; *Crónica Literária da Nova Academia Dramática* — 1840 — Coimbra; *Entreacto (O)*, jornal de teatros — 1840 — Lisboa; *Historiador (O)*, jornal recreativo e de instrução — 1840 — Lisboa; *Jovem (O) Naturalista* — 1840 — Lisboa; *Lança (A)* — 1840 — Lisboa; *Museu Pitoresco*, jornal de instrução e recreio — 1840 — Lisboa; *Observador Viajante*, jornal de instrução e recreio — 1840 — Lisboa; *Península (A)* — 1840 — Lisboa; *Português (O)* — 1840 — Lisboa; *Revista Teatral*, jornal semi-crítico e literário — 1840 — Lisboa; *Revolução (A) de Setembro* — 1840 — Lisboa; *Rosa (A) oferecida às belas* — 1840 — Lisboa; *Tira-Teimas (O)* — 1840 — Coimbra.

EVOLUÇÃO DO JORNAL OFICIAL

Gazeta em que se relatam as novas tôdas que houve nesta Côrte e que vieram de várias partes (noticioso militar) — 1641-1647 — Lisboa; *Mercúrio Português* — 1663-1666 — Lisboa; *Gazeta de Lisboa*, História anual cronológica e política do mundo, especialmente da Europa — 1715-1762 — Lisboa; *Lisboa*, 1760-1762 — Lisboa; *Gazeta de Lisboa* — 1778-1820 — Lisboa; *Diário do Govêrno* — 1820-1821 — Lisboa; *Diário da Regência* — 1821 — Lisboa; *Diário do Govêrno* — 1822-1823 — Lisboa; *Gazeta de Lisboa* — 1823-1833 — Lisboa; *Diário do Pôrto*, Fôlha oficial da Junta Revolucionária — 1828 — Pôrto; *Gazeta Oficial*, Fôlha da Junta Revolucionária — 1828 — Pôrto; *Crónica da Terceira* — 1830-1832 — Angra do Heroísmo; *Crónica Constitucional do Pôrto* — 1832-1833 — Pôrto; *Crónica Constitucional de Lisboa* (Depois «Crónica de Lisboa») — 1833-1834 — Lisboa; *Gazeta Oficial do Govêrno* — 1834 — Lisboa; *Gazeta do Govêrno* — 1834 — Lisboa; *Diário do Pôrto* (Seqüência da «Crónica Constitucional do Pôrto») — 1835 — Pôrto; *Diário do Govêrno* — 1835-1859 — Lisboa; *Diário de Lisboa*, Fôlha oficial do Govêrno Português — 1859-1868 — Lisboa; *Diário do Govêrno* — 1869-1941 — Lisboa.

ILHAS ADJACENTES

SÉCULO XIX

MADEIRA: *Patriota Funchalense* — 1821 — Funchal; *Defensor (O) da Liberdade* — 1827 — Funchal; *Flor (A) do Oceano* — 1836 — Funchal; *Crónica (A)*

— 1838 — Funchal; *Defensor (O)* — 1840 — Funchal; *Imparcial (O)* — 1840 — Funchal.

AÇORES: *Crónica da Terceira* — 1830 — Angra do Heroísmo; *Crónica (A)*, semanário da Terceira — 1831 — Angra do Heroísmo; *Crónica dos Açôres* — 1833 — Angra do Heroísmo; *Açoreano (O) Oriental* — 1835 — Ponta Delgada; *Angrense (O)* — 1836 — Angra do Heroísmo.

IMPÉRIO ULTRAMARINO

SÉCULO XIX

BRASIL — *Gazeta do Rio de Janeiro* — 1808 — Rio de Janeiro; *Idade de Ouro do Brasil* — 1811 — Baía; *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro* — 1817 — Rio de Janeiro; *Cega-Rega* — 1821 — Pernambuco; *Conciliador (O) do Reino Unido* — 1821 — Rio de Janeiro; *Gazeta do Pará* — 1821 — Pará; *Analista (O)* — 1822 — Baía.

MACAU: *Abelha da China* — 1822 — Macau; *Gazeta de Macau* — 1826 — Macau; *Macaísta Imparcial* — 1836 — Macau; *Boletim Oficial do Govêrno de Macau e Timor* — 1838 — Macau; *Correio Macaense* — 1838 — Macau; *Gazeta de Macau* — 1839 — Macau; *Português (O) na China* — 1839 — Macau.

GOA: *Crónica Constitucional de Goa* — 1835 — Goa; *Eco da Lusitânia* — 1836 — Goa; *Boletim Oficial do Govêrno do Estado da Índia* — 1837 — Goa.

IMPRENSA PERIÓDICA PORTUGUESA NO ESTRANGEIRO

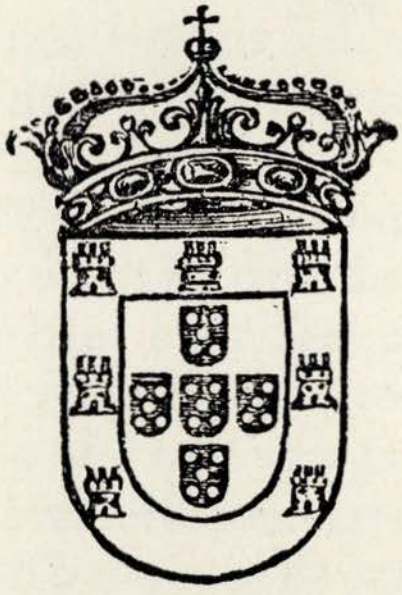
INGLATERRA — SÉCULOS XVIII-XIX: *Amusement Periodique*, discours historiques, politiques, moraux, litteraires et critiques — 1751 — Londres; *Correio Brasiliense* ou armazém literário — 1808 — Londres; *Investigador Português em Inglaterra* — 1811 — Londres; *Espelho (O) Político e Moral* — 1813 — Londres; *Microscópio de Verdades* — 1814 — Londres; *Português (O)* ou mercúrio político, comercial e literário — 1814 — Londres; *Campeão (O) Português* — 1819 — Londres; *Padre (O) Amaro* ou Sovela Política, Histórica e Literária — 1820 — Londres; *Popular (O)* — 1824 — Londres; *Correio (O) Interceptado* — 1825 — Londres; *Cruzeiro (O)* ou a Estrêla Constitucional dos Portugueses — 1826 — Londres; *Padre Malagrida* — 1828 — Plymouth; *Chaveco (O) Liberal* — 1829 — Londres; *Paquête (O) de Portugal* — 1830 — Londres; *Português (O) Constitucional em Londres* — 1832 — Londres; *Contrabandista (O)* — 1835 — Londres; *Península (A)* — 1840 — Londres.

FRANÇA — SÉCULOS XVII e XIX: *Mercure (Le) Portugais* ou relations politiques de la fameuse revolution d'état arrivée en Portugal depuis la mort de D. Sebastien jusqu'au couronement de D. Jean IV — 1643 — Paris; *Observador (O) Lusitano em Paris* — 1815 — Paris; *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* — 1818 — Paris; *Contemporâneo (O) Político e Literário* — 1820 — Paris; *Anais (Novos) das Ciências e das Artes dedicados aos que falam a língua portuguesa em ambos os hemisférios* — 1827 — Paris.

GAZETA,

EM QVE SE

RELATAM AS NOVAS TODAS, QVE OVVE NESTA CORTE, E QVE VIERAM DE varias partes no mes de Nouembro de 1641.



Com todas as licenças neceſsarias.

E priuilegio Real.

EM LISBOA.

Na Officina de Lourenço de Anueres,

PELEIOV a armada de Olanda com huma eſquadra da armada Real de Caſtella, em que vinhão muitas fragatas de Dũque rque: duron a pendencia mais de vinte, & quatro oras; foiſe a pique hum galeão dos Caſtelhanos, & ficaraõ alguns deſtroçados, & todos com muita gente morta. O Olandez com algum dano ſe retirou a eſte porto, donde eſtà aguardando aque el Rey noſſo Senhor ihe dè ſocorro para ſair otra vez a atemorizar os portos de Andaluzia.

O Conde da Caſtanheira, que eſtaua preſo numa torre de Setuual pedio a el Rey noſſo Senhor que lhe mudaſſe a prizão por quãto eſtaua indiſpoſto: & el Rey noſſo Senhor vſando de ſua natural benignidade o mãdou trazer para o Caſtello de Lisboa.

Num lugar da Beira ſe afirma que ouue hum homẽ, que ouuindo dizer numa cõuerſação de amigos que na felice aclamação del Rey noſſo Senhor fizera o crucifixo da Sè o milagre, que a todos he notorio. diſſe que podia a caſo a imagem do Senhor deſpregar o braço; & aſsim como acabou de dizer eſtas palauras cahio huma parede junto da qual eſtauão todos os da conuerſação, & ſò a elle matou.

Eſtando o galeão Santa Margarida para dar à vela diſſe o Piloto que naõ ſe atreuia a ſair ſem lhe darẽ mais gente do mar, inquietaraõſe os ſoldados, & foy neceſſario acodir o Genetal Antonio Telles de Menezes, & alguns Senhores q̃ o acopanharam na jornada de Cadis: & deſpois de tudo quieto prenderaõ tres ſoldados, que foraõ os cabeças, & a todos tres os enforcarão.

Luis de Abreu que eſtaua preſo por cumplice na conjuração, que ſe fes contra a peſſoa Real prouou ſua inocencia, & ſahio liure.

O Conde de Alba de Liſte, & o Marques de Alcaniſes aos 19. de Octubro entrarão pella villa de Ifanes, & Malhadas com dous mil homens com animo de tomar ẽ as muniçoens, & a artelharia, que deſta corte ſe mandaua para a cidade de Miranda porem os noſſos lhe préderam junto à villa das duas Igrejas (por donde a comboi hauia de paſſar huma heſpia que lhe hauia dado o aluitre) & lhes vinha enſinando o caminho; & com a ſua prizaõ mudaraõ de intento, & ſe forão: logo: chegou o train ao lugar das duas Igrejas dóde cõ grãde preça ſe recolheo, & ſe pôs em cobro: fizeraõ os enimigos na retirada algũ dano: porem Ruy de Figueiredo de Alarcão Fronteiro mor de Traſloſmontes, & Pero de Mello capitaõ mor, & ſuperintendente das armas na cidade de Miranda, juntarão 3000: infantes, & com cauallos, & com dous mil infantes mais que lhes mandou Franciſco de Sampayo Frõteiro mor da Torre de Mõcoruo, de que era cabo Domingos de Andrade Correa foraõ a Brandilanes finco legoas de Mitanda, donde o enimiguo eſtaua feito forte, & deſpois de duas horas de batalha ganharaõ a trinchei ra, ẽ q̃ matarão 70. homẽs, & os demais ſe retirarão a huma Igreja, donde reſiſtiraõ atè q̃ os noſſos puſerão fogo a hum barril de poluora, para q̃ elles cuidàſſẽque os que rião queimar, & ſe entregaſſe. O que fizerão; mas ficarão mortos quatrocẽtos, entre os quais morreo Dõ Inigo de Baládria gouernador da caualleria. Saquearão os noſſos o lugar, & vic aõ victorioſos cõ mais de 300 armas de fogo

& tanto que chegaraõ ſe deceraõ todos quatro dos caualos:& ſe tirarão as capas,roupetas.& giboins,& aſsim os dêſafiados como os padrinhos ſe inuiſtiraõ com valor igual,& no primeiro encontro ſe feriraõ todos, & o Monſiur Baron cahio logo morto com o que ſe acabou a pendencia.O Conde de Bocoi veio muito mal ferido & temeſſe que morra.

Nouas de fora do Reino.

POR via de Olanda foy a França hũa carta de hũ Portugues,que aſiſte nas Indias de Caſtella, & de França veio a eſta cidade,a qual diz que he partida á frota co algũmas naos de guerra,mas que eſtauão os caſtelhanos temeroſos de que lhe ſaiſſem ao encontro os enimigos de Eſpanha,por quanto hauia noua que Pe de pao General da armada de Olanda ſaira de Pernaõbuco em companhia de huma eſquadra de Portuguezes,que andaua nos mares do Braſil,& ſe fora na volta da Bermuda.

A armada Real de Caſtella anda diuidida em duas eſquadras huma no cabo de São Vicente, otra na barra de Cadis oſperando a frota. He general o Dnque de Maqueda.

Em Madrid a pertaõ com os Portuguezes, & eſtam preſos alguns por ſe quererem vir para Portugal.

O Biſpo de Lamego, que foy por Embaixador ao Summo Pontifice, dizem que ficaua junto a Marcelha, para da lli paſſar a Roma.

O Principe de Condè eſta ſobre Perpinham, & o tẽ poſto em taõ grande aperto que dizem que ſem duui-

fogo,muyto fato,grãde numerodegado,&outros muitos deſpojos;da noſſa parte morrerão ſete,ou oito homens

Deſpachou elRey noſſo Senhor ao Conde da Vidigueira por embaixador de França para aſsiſtir na corte de Paris.

Dom Antão de Almada (que foy por Embaixador extraordinario a Inglaterra)fica aſſiſtẽte para tratar dos negocios do Reyno.

Veio Frei Dinis de Alencaſtre, aquem elRey noſſo Senhor hauia mandado as partes do Norte:&naõ ſe ſabe a que foy mas preſumeſe que effeituou tudo com a felicidade,que ſe eſperaua de hum ſogeito,em qué concorré taõ ſoberana qualidade,& partes taõ ſuperiores.

O general Martim Affonſo de Mello (ſabẽdo que o enimigo eſtaua em Valuerde preuenindoſe para dar é Oliuença)juntou do terço de Dom Ioaõ da Coſta, de Aires de Saldanha,& de todas as fronteiras de Alentejo 3000 & tantos homens,& a 27.de Outubro ſahio da cidade de Eluas ao dia ſeguinte pella menham, chegou a Valuerde com a infantaria repartida em tres eſquadroens,& quinze mangas volantes,& a caualleria é ſete tropas Foi viſto dos enimigos:acudiraõ todos a defẽça: preueniraõſe os noſſos para o aſalto;enueſtiraõ, & ganharão logo a primeira,& a ſegunda trincheira;& arrimando eſcadas entraraõ na villa,na qual naõ hauia rua,que naõ defendeſſe a entrada com huma peſſa de artelharia porem os noſſos romperaõ,& alhanarão tudo,& os enimigos ſe ritiraraõ a huma Igreja,aopê da qual hauia hũ reducto,donde ſe defenderão valeroſamente,& eſtando ja os noſſos aopè da terceira trincheira,& o lugar quaſi

rendido,ouue da noſſa parte quem gritou que ſe retiraſſem,& cuidando todos que era ordem do General obedecerão,& ceſſou o deſtroço,que foy taõ grande q̃ não ficou em todo o lugar caſa alguma que os ſoldados não ſaqueaſſem,& o que naõ podiaõ trazer ou o deſpedaçauão,ou lhe punhaõ o fogo. Tornaraõ em fim para Eluas alegres cõ a vitoria,& deixaraõ na villa mortos mais de 400. Caſtelhanos entre os quaes morreo o Comiſ. ſario da Caualleria: trouxerão 55. priſioneiros, tomaraõ 3. bãdeiras: & otros muitos deſpojos; da noſſa parte morreraõ pouco mais de 30. homens, & os conhecidos foraõ o Comiſſario da Caualleria, o Capitam Ieronimo de Caſtro, o capitão Ioaõ de Seixas, o Tenente de Ioaõ de Saldanha capitaõ de cauallos.

Veio noua que eſtauão os Galegos mui atemorizados deſpois que lhes desfizeraõ os reductos; tomaraõlhe os noſſos algumas armas,& muniçoens mataraõlhe,& catiuaraõlhe alguma gente.

Onze homens de Caſtro Lobeiro que eſtauaõ na trincheira viraõ no campo doze caualleiros caſtelhanos os quais vinhaõ a reconhecer,& deraõlhes huma carga cõ que mataraõ ſete,& catiuaraõ os mais, & lhe tomaraõ as armas,& os cauallos, eos mandaraõ preſos a Valença. Vinhão atras deſtes caualleiros trezentos infantes, & ſe ſaberem dq̃ que lhes hauia ſocedido acometeraõ a trincheira: mas os onze moſqueteiros lhes deraõ duas cargas com que mataraõ alguns,& os mais fugiraõ,& não foraõ tão poucos os mortos,& os catiuos, que não foſſe por todos 31. & dos noſſos ninguem perigou.

Em Caminha ſe tomaraõ tres barcos de Galegos, dõde

de ſe matou alguma gente,& outra ſe catiuou.

Fez el Rey noſſo Senhor merce do Priorado do Crato ao Illuſtriſsimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha Arcebiſpo Metropolitano.

Prenderaõ hum frade Beguino eſtrangeiro,& dizem que veio a eſta cidade por eſpia.

Eſtão nomeados por Meſtres de campo Chriſtouam de Mello filho do Porteiro mòr , & Dom Sancho Manoel

Publicouſe o ſubſidio Ecleſiaſtico.

Abrioſe o comercio de Moſcobia, & ja veio huma nao com mercadorias,& ficauão muitas para vir.

Dizem que eſtaõ quinze mil Francezes ſobre Fonte Rabia.

Chegou a eſte porto huma carauella, que vinha das Indias com auizo,& os noſſos a tomaraõ nas ilhas. Tras vinte mil cruſados em patacas.

Eſta eleito capitaõ de cauallos Dom Nuno Maſcarenhas filho de Dom Antonio Maſcarenhas.

Chegou hum nauio que faltaua da eſquadra de Rui de Brito: oqual hauia ido no alcance de huma nao de Turcos,& ſe preſumia que eſtaua perdido.

Elegeo el Rey noſſo Senhor a Triſtão de Mendoça por General,& não ſe ſabe ainda para onde vai; he ſeu Almirante o capitam Franciſco Duarte.

O Padre Ioaõ de Matos, Reitor que foy da companhia em Euora, agora aſſiſtente da meſma Companhia em Roma eſcreueo que o ſummo Pontifice eſperaua cõ grande aluoroço pello Biſpo Embaixador de Portugal a peſar das inſtancias que o de Caſtella fazia por lhe eſ-

toruar à entrada.

Veio Francisco de Sousa Coitinho, que auia ido por embaixador d'elRey nosso Senhor ao Reyno de Suecia;foi là recebido com grandissimo aplauso: deixou as pazes cofirmadas;& trouxe tres naos de guerra de mais de 30.peças de bronze cada huma com hum fi lalgo,ó qual vem a este Reyno de parte da Rainha de Suecia para assistir nesta corte,& ja falou a elRey nossoSenhor: trouxe muita artelharia de bronze,grandissimo numero de corpos de armas,mosquetes,& crauinas, 30. mastros grandes: huma embarcação carregada de poluora, & alguns cauallos.Deulhe a Rainha huma cadea de ouro,que pesa 330000. huma joya de diamantes com o seu retrato,& a todos os que foraõ em sua companhia mandou dar huma cadea de ouro,& escreueo a elRey nosso Senhor dàdolhe os parabens da Restauração do seu Reino,& assegurandolhe que com tudo o que pode,& com a propria vida se empregarà sempre em seu seruiço, & vltimamente lhe dà sua palaura de que naõ farà nunca pazes com o Emperador,& que sendo caso que as faca serà a primeira condição,que elle darà a liberdade ao Senhor Dom Duarte.

O Conde de Bocoi mandou prender hum soldado Frances da companhia de Monsiur Baron: tiueraõ ábos hum encontro sobre a prizão,de que o Monsiur Baron sahio com alguma desconfiança,& ao dia seguinte pella menham foy a casa do Conde de Bocoi,& despois de almorçar com elle,lhe disse,que se puesse a cauallo que hauião de ir ambos a desafio:aceitou o Conde, & logo se foraõ ambos cada hum com seu padrinho a cãpo lide

& tanto

da ſe lhe entregara.

Monſiur de la Mota anda cõ hũ exercito poderoſiſimo à viſta de Aragaõ,& tem ſaqueado alguns lugares.

De Genoua,& de Veneza ſe diz que foy la bem recebida a deliberação da nobreza de Portugal:& que ſe reſolue que não ſe dará ſocorro contra el Rey Dom Felippe mas que ſerâ admitido o Embaixador del Rey Dom Ioaõ o quarto.

A armada do Biſpo de Bordeus ſe reforma; & ſe preſume que vem outra vez ſobre Tarragona.

O Papa leuanta gente na terra da Igreja,não ſe ſabe para que.

El Rey de Inglaterra faz grandes leuas em ſeus Reynos, & dizem que quer reſtaurar o Palatinado.

Por peſſoa, que veio de Cadiz, & por carta de Caſtro Marinho, ſe ſoube que a Armada de Olanda fizera grandiſsimo deſtroço na armada de Caſtella,& que ſe recolhera com dous galeoens,perdidos, & muitos ſem maſtros,& paſſados das balas, & grandiſsimo numero de gente morta.

ESta Gazeta eſtá conforme com ſeu original. Em S. Domingos de Lisboa 3. de Dezembro de 641.

O Meſtre Fr. Ignacio Galuaõ.

VIſto eſtar conforme com o Original pode correr eſta Gazeta. Lisboa 3. de Dezembro de 1641.

Fr. Ioaõ de Vaſconcellos. *Pero da Silua.*

Franciſco Cardozo de Torneo. *Sebaſtiaõ Ceſar.*

Taxaſſe eſta Gazeta em ſeis reis, em Lisboa 5. de Dezembro de 1641.

Antonio Coelho de Carualho.

Em Novembro de 1941 a *Imprensa Nacional* publicou
esta edição fac-similada, comemorativa
do tricentenário da «Gazeta»,
o primeiro periódico
português.

Às 16 horas do mesmo dia, 29 de Novembro, foi inaugurada no Museu de Rafael Bordalo Pinheiro a exposição «Rafael Bordalo Pinheiro e os Jornalistas». Entre outros assistiram ao acto os Srs. Dr. Alfredo da Cunha, que procedeu à cerimónia da inauguração cortando a fita simbólica com as côres da cidade; engenheiro Rodrigues de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Dr. Jaime Lopes Dias, director dos Serviços Centrais da Câmara Municipal; Luiz Teixeira e José Augusto, respectivamente presidente e secretário geral da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas; Dr. Rodrigues Cavalheiro, da Repartição dos Serviços Culturais da Câmara Municipal; escritores, jornalistas, etc.

Do catálogo elaborado pela conservadora do Museu, Sr.ª D. Julieta Ferrão, recortamos os seguintes períodos explicativos:

«Êste núcleo de trabalhos agora expostos foca as relações de Rafael Bordalo com os jornalistas e dá-nos uma idéia da actividade profissional de Rafael Bordalo, que foi um artista essencialmente jornalista, um repórter de alta envergadura, como se pode concluir da observação da Obra exposta neste Museu: páginas de jornalismo que têm de ser folheadas por quem queira conhecer o «clima» português do último quartel do século XIX. Esta faceta do talento de Rafael Bordalo foi consagrada pela Associação dos Jornalistas de Lisboa quando em Junho de 1903 lhe promoveu as homenagens que tomaram um carácter de consagração nacional, pois a elas se associaram os mais brilhantes espíritos dessa época».

A Exposição era constituída pelos seguintes trabalhos:

ORIGINAIS — Retrato de Rafael Bordalo Pinheiro. (ass.) Columbano — Lisboa, 1881. Óleo. 2 — Garoto dos jornais. (ass.) Rafael Bordalo Pinheiro — Outubro de 1869. Aguarela. 3 — Garoto dos jornais (estudo) 1867. Aguarela. 4 — António Augusto Teixeira de Vasconcelos e Rafael Bordalo Pinheiro (Estudo para a gravura a água-forte de *O Calcanhar de Aquiles* — 1870). (ass.) Rafael Bordalo Pinheiro — Dezembro de 1869. Desenho à pena. 5 — António Augusto Teixeira de Vasconcelos (Estudo para a pág. 145 do jornal de caricaturas *O Besouro* — Rio de Janeiro, de 10 de Agôsto de 1878). Desenho a lápis e retocado a tinta. 6 — «Associação Literária». (ass.) «Ao Il.mo e Ex.mo Sr. A. A. Teixeira de Vasconcelos oferece — Lisboa, 29 de Junho de 1870. Rafael Bordalo Pinheiro». Desenho a lápis. (Alusão à tentativa malograda de Teixeira de Vasconcelos para organizar uma Sociedade de Homens de Letras, proposta em 28 de Julho de 1870 num jantar de escritores. Vê-se Teixeira de Vasconcelos destapando uma terrina donde saem envoltos em

nuvens de fumo alguns escritores e jornalistas da época: Ramalho Ortigão, Bulhão Pato, Rodrigues Sampaio, Andrade Corvo, Júlio César Machado, Ernesto Biester, Dr. Tomaz de Carvalho, Eduardo Coelho, Rafael Bordalo Pinheiro, etc.). (Da colecção do Ex.^{mo} Sr. Francisco Valença). 7 — Guilherme de Azevedo (estudo). Desenho a lápis. 8 — «Associação da Imprensa» — 24 de Março de 1899. (ass.) Rafael Bordalo Pinheiro. Desenho à pena. (Capa do programa do sarau organizado pela Associação da Imprensa no Teatro de S. Carlos, que foi cedido pelo então empresário J. Paccini, a quem a comissão de jornalistas agradece — Silva Graça, Alberto Bessa, Eduardo Fernandes (Esculápio), Câmara Lima, Acácio de Paiva, Alberto de Oliveira, etc. Em baixo, à direita, os ilustradores do programa: Celso Hermínio, Jorge Colaço e Rafael Bordalo Pinheiro). 9 — Marcos Guedes (jornalista — Pôrto) Estudo. Desenho a lápis. 10 — Cunha Belém (?). (ass.) Rafael Bordalo Pinheiro — Janeiro, 1870. Desenho a lápis. (Projecto de página para *O Calcanhar de Aquiles* — 1870). 11 — «Uma viagem a Madrid por Tanas Lírico». Desenhos à pena. (Alusivo a J. J. Pereira Rodrigues, que relata a sua estadia em Espanha no opúsculo «Uma viagem a Madrid» — Tip. Universal 1871). 12 — «O Abraão dos imortais princípios». Desenho à pena. (Página de *O António Maria n.º* 466 — 24 de Fevereiro de 1898 — Alusivo à proposta de lei do então Ministro Veiga Beirão, que ao preparar-se para executar os jornalistas representados por Magalhães Lima é detido pela petição da Associação dos Jornalistas de Lisboa feita por Queiroz Ribeiro. Em baixo, à direita, a figura popular do «Rei da Madureza»). 13 — *O Caso d'O Dia.* Desenho aguarelado. (De *A Paródia* n.º 8 — 7 de Março de 1900 — Caricatura de António Enes). 14 — Caricaturas de Ramalho Ortigão, Alfredo Morais Pinto, Guerra Junqueiro, Eça de Queiroz e Silva Pinto. Desenho a lápis. (De *A Paródia* n.º 9 — 14 de Março de 1900). 15 —«Croquis» de jornalistas, escritores e actores. Desenho a lápis. (Apontamentos de um almôço «masquée»: Eduardo Fernandes, Rafael Bordalo, Fialho de Almeida, Câmara Lima, Eduardo Schwalbach, Augusto Pina, Álvaro Cabral, etc.). 16 — Apontamentos. Desenho a lápis. (De entre os «croquis» destacam-se as figuras de J. J. Gomes de Brito e Ramalho Ortigão). 17 — «Perfi... ladão». Desenho a lápis. (Caricatura de Alfredo de Morais Pinto — Pan Tarantula). 18 — «O Primeiro Discurso». Desenho a lápis aguarelado. (Página de *A Paródia* n.º 54 — 23 de Janeiro de 1901 — Caricatura de G. Santa-Rita).

REPRODUÇÕES — *Calcanhar de Aquiles* — Pág. 25 — 1870. (Prova de gravura a água-forte. Caricatura de Júlio César Machado, Manuel Roussado e Ramalho Ortigão). 20 — *O Binóculo* — n.º 4 — 10 de Dezembro de 1870. — «Cozinheiros Ilustres». (Alusivo ao livro de Paulo Plantier *O Cozinheiro dos Cozinheiros,* em que colaboraram escritores, poetas e jornalistas, como Manuel Roussado, Marciano Henriques da Silva, Bulhão Pato, Júlio César Machado, Braz Martins, Sousa Almada, Ramalho Ortigão, Teixeira de Vasconcelos, Luciano Cordeiro, Sousa Monteiro, aqui caricaturados, bem como Paulo Plantier, que ateia o fogareiro. 21 — «O Dente da Baronesa». Litografia — 1870. (Referente à Comédia de Teixeira de Vasconcelos representada em 19 de Fevereiro de 1870 no Teatro do Ginásio. Além de Teixeira de Vasconcelos figuram nesta litografia: à esquerda, Júlio César Machado, Dr. Tomaz de Carvalho, Luiz Augusto Palmeirim, Eduardo Coelho, Rodrigues Sampaio, Cunha Belém, Luiz de Campos, José Carlos dos Santos; à direita, Ramalho Ortigão, Mendes Leal, Pinheiro Chagas, Gervásio Lobato, Eduardo Vidal, Ernesto Biester, Luciano Cordeiro, Francisco Serra, Santos Nazaré; ao centro, Francisco Palha expulsa Offenbach). 22 — Eduardo Coelho e Rafael Bordalo. Litografia colorida. 23 — Diploma da «Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses — 10 de Junho de 1880». Litografia colorida. 24 — «Na aula da Parreirinha». Prova de gravura — De *O António Maria* n.º 466 — 24 de Fevereiro de 1898. (Professor, juiz Veiga. Alunos, Magalhães Lima,

J. da Silva Graça, Emídio Navarro, Mariano de Carvalho, Eduardo Coelho Júnior, Dr. Alfredo da Cunha e Brito Aranha). 25 — «Côr na face, incolor na fôlha» — (Eduardo Coelho — n.º 10 do *Album das Glórias* — Agôsto de 1880). 26 — «Rialto» (Guilherme de Azevedo — n.º 14 do *Album das Glórias* — Dezembro de 1880). 27 — «Albarda e Carta» (Mariano Cyrilo de Carvalho — n.º 17 do *Album das Glórias* — Agôsto de 1881). 28 — «Maria da Fonte! Quem te viu e quem te vê!» (António Rodrigues Sampaio — n.º 21 do *Album das Glórias* — Outubro de 1881). 29 — «A Fôlha Nova»; agradecimento de Rafael Bordalo Pinheiro aos colaboradores do jornal portuense *A Fôlha Nova,* que o homenagearam em 1881 com um jantar no Palácio de Cristal. (Da esquerda para a direita: Emídio de Oliveira (Spada), Alves Teixeira, Feliciano Ferreira, Eduardo Leão, Francisco Carrelhas (Subtil), Luiz Viana, Jaime Filinto (Kapa), João Novais (Cláudio Ruivo), António Arroio (Porthos), Joaquim Coimbra (Raúl Didier), Miguel Gonçalves, actor Vale, Costa Carregal e Ciríaco de Cardoso. Em baixo, Rafael Bordalo ao colo de Manuel Marques, chefe do restaurante Palácio de Cristal. 30 — «Crónica Moderna» — 1881. Frontispício. (Caricatura de Gervásio Lobato). 31 — Ementa do jantar oferecido a Jaime de Seguier em 22 de Maio de 1882. 32 — Ementa do jantar oferecido aos jornalistas estrangeiros vindos a Lisboa por ocasião da Exposição de Arte Ornamental e Decorativa promovido em nome da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses — Lisboa, 1882. 33 — Ementa da «Caldeirada à Saúde de Guilherme de Azevedo» — 30 de Agôsto de 1880. 34 — (?) (angariador de anúncios). 35 — A cumprimentar (?) (angariador de anúncios para *O António Maria).* 36 — Programa do festival da Imprensa realizado no Real Teatro de S. João (Pôrto) em 24 de Fevereiro de 1904. 37 — «Preparativos para o centenário». Página de *O António Maria* de 3 de Junho de 1880. (Caricaturas de Pinheiro Chagas, Rodrigues da Costa, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Eduardo Coelho, Jaime Batalha Reis e Teófilo Braga. 38 — «A vida alegre» — página de *O António Maria* de 20 de Janeiro de 1881. 39 — «A liberdade da Imprensa» — página de *O António Maria* de 20 de Outubro de 1881. (Rodrigues Sampaio e Arrôbas). 40 — «A Imprensa Estrangeira» — página de *O António Maria* de 21 de Maio de 1882. 41 — «Os jornalistas estrangeiros» — página dos *Pontos nos ii* de Junho de 1886. 42 — «A comédia Portuguesa» — página dos *Pontos nos ii* de 11 de Outubro de 1888. 43 — «O Divertimento da Semana» — página dos *Pontos nos ii* de 14 de Março de 1889. 44 — «No dia seguinte» — página dos *Pontos nos ii* de 10 de Abril de 1890. 45 — «O nosso aniversário» — página de *A Paródia* n.º 54 — 23 de Janeiro de 1901. (Almôço oferecido pelo jornal aos ardinas. «Croquis» do ardina *O Mosca).* 46 — «Guerra da Sucessão» — página de *A Paródia* n.º 37 — 23 de Setembro de 1900.

AUTÓGRAFOS — 47 — Cartas e cartões de jornalistas dirigidos a Rafael Bordalo Pinheiro. (Magalhães Lima, Silva Graça, Eduardo Coelho, Alfredo Ribeiro, Mariano Pina, Silva Pinto, Guedes de Oliveira, Emídio de Oliveira, Cândido de Figueiredo, António Enes, Emídio Navarro, Teixeira de Vasconcelos, Ramalho Ortigão e Luciano Cordeiro). 48 — Mensagem da Associação dos Jornalistas de Lisboa — (em pergaminho).

FOTOGRAFIAS — 49 — Grupo «Conferências 1866». (Em 1866 reüniam-se no «atelier» de Manuel Maria Bordalo Pinheiro, à Praça da Alegria, os filhos mais velhos dêste com alguns amigos. Dessas reüniões surgiu a iniciativa de se organizarem *Conferências Científicas, literárias e históricas* cuja celebridade não ultrapassou o ambiente familiar e amigo do «atelier» do probo artista Manuel Maria. Dêsse facto suponho restar como único documento o grupo exposto, em que figuram no primeiro plano, da esquerda para a direita, sentados: Rafael Bordalo Pinheiro, Mariano Cordeiro Feio, Henrique Prostes e António Enes; no segundo plano, Feliciano Bordalo

Pinheiro, J. J. Gomes de Brito e Gabriel Pereira). 50 — Grupo oferecido a Gervásio Lobato na noite da 15.ª representação do *Comissário de Polícia* no Ginásio: (1.º plano, da esquerda para a direita: Jaime Vítor, Lopes de Mendonça, D. João da Câmara, Caetano Alberto, Rafael Bordalo Pinheiro e D. José da Câmara. 2.º plano: Eça Leal, Lorjó Tavares, Agostinho Franco, Eduardo Schwalbach, Augusto Melo (?), Ribeiro Cristino, Dr. Pedroso de Lima, Moura Cabral, Acácio Antunes e Augusto Lobato). 51 — Grupo da comissão promotora das homenagens a Rafael Bordalo Pinheiro prestadas pela Associação dos Jornalistas de Lisboa em 6 de Junho de 1903. (Da esquerda para a direita — sentados: Lorjó Tavares, Brito Aranha, Rafael Bordalo Pinheiro, Dr. Alfredo da Cunha e D. João da Câmara. Em pé: Ferreira Mendes, Dr. Henrique de Vasconcelos, José Parreira, Alfredo Mesquita, Lopes de Mendonça, Lourenço Cayola, Dr. Cândido de Figueiredo, Dr. Magalhães Lima, Pedro de Oliveira Pires e Jaime Vítor). 52 — Grupo tirado no Pôrto em Agôsto de 1902. (Da esquerda para a direita: João de Oliveira Ramos (Papá Ramos), Dr. Manuel Monterroso, Guedes de Oliveira e Marcos Guedes).

DIVERSOS — 53 — Caixa de pau santo com aplicações de prata contendo as fôlhas do «Livro-Album». Homenagem promovida pela Associação dos Jornalistas de Lisboa em 6 de Junho de 1903 a Rafael Bordalo Pinheiro. 54 — Circular-convite enviada pela Associação dos Jornalistas de Lisboa para a homenagem a prestar a Rafael Bordalo Pinheiro em 6 de Junho de 1903.

CERÂMICA — 55 — «O Jornalista». Tinteiro de faiança policromada modêlo de Rafael Bordalo Pinheiro. Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha. Fabrico de 1898.

NA CÂMARA MUNICIPAL

O primeiro dia das comemorações fechou com uma sessão solene que começou às 17,30 no salão nobre do Palácio do Município. Presideu o Sr. Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho, presidente da Câmara Municipal, que era secretariado pelos Srs. Eng. J. Fernando de Sousa, director de *A Voz,* e Luiz Teixeira, presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

O Sr. Dr. Alfredo da Cunha, depois de prestar homenagem ao Sr. presidente da Câmara Municipal e à Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, principiou a sua notabilíssima conferência subordinada ao título «Três séculos de jornalismo».

Referiu-se ao primeiro periódico, a *Gazeta,* saído à luz da publicidade com carácter noticioso, quando ainda o rescaldo da intervenção espanhola em Portugal mantinha paixões políticas no espírito popular e, lá fora, a guerra e a intriga da política internacional ameaçavam a paz da Europa. Fêz notar, depois, que o leitor de hoje deverá ver a *Gazeta* como uma relíquia precursora de outras

Gazetas que se lhe seguiram e se orientaram no mesmo sentido e carácter, tão bem aceito pelo público: a notícia — «novas de várias partes».

Aludiu ao importante papel que a política nacional e internacional teve na expansão da Imprensa, o que fêz multiplicar o número de fôlhas volantes que circulavam no País no final do século XVII.

Comentando a forma literária e o aspecto jornalístico do noticiário de então, disse que o relato do maior acontecimento saía reduzidíssimo, como sucedeu com a espantosa catástrofe que foi o terramoto de 1755, que a *Gazeta* noticiou seis dias depois e em seis linhas apenas.

Citou os vários periódicos publicados até meados do século XVIII, data em que se observaram apreciáveis progressos e a simples fôlha informativa já não satisfazia as necessidades e exigências do leitor. Outros periódicos, com nítido carácter literário, científico, crítico e político, apareciam já com grande aceitação e autorizados com «tôdas as licenças necessárias» da censura prévia.

Dissertou largamente sôbre os títulos estranhos, as relações dos nomes dos jornalistas, personalidades de valor literário, político e científico, que, em pleno século XVIII, enriqueciam a galeria dos homens de letras portugueses. Algumas projecções de exemplares de jornais e retratos de escritores e jornalistas enriqueceram a notável conferência.

O Sr. Dr. Alfredo da Cunha, sempre escutado com o mais vivo interêsse pela assistência que enchia por completo o vasto salão e na qual se encontravam as individualidades mais representativas da vida intelectual de Lisboa, pôs seguidamente em destaque o papel que a Imprensa representa hoje como auxiliar dos governos na defesa dos altos interêsses da Nação. Terminou afirmando que as comemorações do tricentenário da *Gazeta* envolvem também no seu significado justa homenagem ao pequeno jornal de há trezentos anos, mal apresentado, resumido no texto e gràficamente pobre, mas, a-pesar disso, digno de ser considerado como gloriosa relíquia

do passado e precursor de uma actividade que tantos e tão largos serviços deveria prestar, mais tarde, ao País e à cultura popular.

NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

No segundo dia das comemorações — domingo, 30 de Novembro — foi inaugurada às 15 horas, na sala «Portugal», da Sociedade de Geografia de Lisboa, a interessantíssima exposição da «Imprensa Periódica Portuguesa extra-continental». O Sr. coronel Lopes Galvão, secretário geral daquela prestigiosa instituïção, usou da palavra no acto inaugural para elogiar o alto sentido cultural das comemorações do tricentenário da *Gazeta*. Em breves e expressivas palavras enalteceu a iniciativa do Sindicato Nacional dos Jorlistas, felicitou o Sr. Dr. Alfredo da Cunha pela notável conferência que pronunciara na véspera no salão nobre do Município e agradeceu ao Sr. Dr. Jordão de Freitas o valioso oferecimento de cinqüenta exemplares de jornais antigos à biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. O Sr. Dr. Alfredo da Cunha pronunciou um pequeno discurso de agradecimento à Direcção da Sociedade de Geografia pelo importante auxílio prestado à comissão organizadora das Comemorações e ao Sr. coronel Lopes Galvão pelas palavras com que tão amàvelmente quisera sublinhar a cerimónia inaugural daquela exposição.

Dispostas em vinte e três estantes estavam expostas as seguintes espécies através das quais se segue a história do desenvolvimento da Imprensa portuguesa nos distantes territórios do nosso ultramar:

MADEIRA

Funchal — O Patriota Funchalense, 1821, N.º 13; *O Defensor da Liberdade*, 1827, N.º 11; *A Flor do Oceano*, 1836, N.º 233; *A Crónica*, 1838, N.º 6; *O Defensor*, 1840, N.º 7; *O Beija-Flor*, 1842, N.º 6; *O Madeirense*, 1847, N.º 23; *Boletim Oficial*, de 4-5-1847; *O Arquivista*, 1850, N.º 1; *O Comércio da Madeira*, 1850, N.º 53; *O Progressista*, suplemento ao N.º 1, de 1851; *O Agricultor Madeirense*, 1851, N.º 2; *O Estudo*, 1852, N.º 7; *O Baratíssimo*, 1852, N.º 10; *O Progressista*, 1853, N.º 81; *Clamor Público*, 1854, N.º 15; *A Discussão*, 1856, N.º 10; *O Funchalense*, 1859, N.º 2; *A Ordem*, 1860, N.º 168; *A Flor do Oceano*, 1860, N.º 16; *O Campo Neutro*, 1861, N.º 16; *A Justiça*, 1861, N.º 166; *A Revista Semanal*, 1861,

Inauguração da exposição «Rafael Bordalo Pinheiro e os jornalistas»

Na Sociedade de Geografia de Lisboa. Inauguração da exposição «Imprensa periódica portuguesa extra-continental»

No Sindicato Nacional dos Tipógrafos. Inauguração da exposição dos trabalhos para o concurso de composição, impressão e encadernação

No Palácio de Belém, O Sr. Presidente da República com os membros da comissão administrativa do Sindicato Nacional dos Tipógrafos

N.º 11; *A Lei*, 1861, N.º 5; *A Imprensa*, 1863, N.º 22; *O Direito*, 1864, N.º 228; *O Distrito do Funchal*, 1864, N.º 15; *O Noticiário*, 1864, N.º 90; *O País*, 1865, N.º 10; *O Raio da Madeira*, 1865, N.º 64; *As Novidades*, 1866, N.º 1; *A Sentinela*, 1866, N.º 17; *Gazeta da Madeira*, 1866, N.º 7; *O Comércio do Funchal*, 1867, N.º 2; *O Correio do Funchal*, 1867, N.º 19; *Revista Judicial*, 1867, N.º 99; *Imprensa Livre*, 1868, N.º 8; *Revista Jurídica*, 1870, N.º 4; *A Liberdade*, 1870, N.º 2; *A Onda*, 1871, N.º 3; *A Madeira Liberal*, 1872, N.º 1; *A Lâmpada*, 1873, N.º 45; *A Lei*, 1873, N.º 1; *A Vergasta*, 1873, N.º 6; *O Oriente do Funchal*, 1873, N.º 1; *O Direito*, 1874, N.º 712; *Estrêla Literária*, 1874, N.º 3; *O Paquête*, 1874, N. 3; *O Popular*, 1874, N.º 1; *A Razão*, 1874, N.º 361; *A Aurora Liberal*, 1875, N.º 1; *O Liberal*, 1875, N.º 1; *A Verdade*, 1875, N.º 2; *Estrêla Académica*, 1875, N.º 4; *Diário de Notícias*, 1876, N.º 3; *Diário do Funchal*, 1877, N.º 7; *A Penumbra Literária*, 1877, N.º 1; *A Verdade*, 1877, N.º 105; *A Voz do Povo*, 1877, N.º 773; *O Distrito do Funchal*, 1877, N.º 1; *Eco de Santa Cruz*, 1878, N.º 11; *Boletim Judicial*, 1878, N.º 24; *Jornal do Comércio*, 1878, N.º 2; *A Ilha da Madeira*, 1878, N.º 2; *Jornal do Funchal*, 1878, N.º 2; *Maceta de Santa Cruz*, 1878, N.º 2; *O Atleta*, 1879, N.º 46; *Progresso*, 1779, N.º 12; *Religião e Progresso*, 1880, N.º 10; *A Grinalda Madeirense*, 1880, N.º 1; *Diário da Madeira*, 1880, N.º 22; *O Independente*, 1881, N.º 3; *As Novidades*, 1881, N.º 2; *A Luz*, 1882, N.º 46; *Diário da Tarde*, 1882, N.º 55; *Diário da Manhã*, 1882, N.º 2; *The Comet*, 1882, N.º 2; *Diário Popular*, 1882, N.º 9; *O Povo*, 1883, N.º 2; *A Mulher*, 1883, N.º 3; *A República*, 1883, N.º 3; *A Monarquia*, 1884, N.º 2; *O Correio da Manhã*, 1884, N.º 14; *O Académico*, 1885, N.º 23; *Jornal de Notícias*, 1886, N.º 1; *A Época*, 1886, N.º 5; *Jornal da Manhã*, 1887, N.º 3; *Jornal do Povo*, 1888, N.º 53; *A Luta*, 1888, N.º 3; *O Monóculo*, 1889, N.º 3; *O Látego*, 1889, N.º 8; *O Imparcial*, 1889, N.º 3; *O Reclame*, 1889, N.º 9; *O Combate*, 1890, N.º 5; *O Estudante*, 1890, N.º 3; *O Patriota, 1890*, Número único; *A Opinião*, 1890, N.º 16; *Portugal*, 1891, N.º 4; *A Espera*, 1891, N.º 4; *O Clamor Popular*, 1892, N.º 5; *Atalaia*, 1892, N.º 15; *Madeira Liberal*, 1892, N.º 9; *O Distrito*, 1893, N.º 3; *A Madeira*, 1894, N.º 4; *O Zé do Povo*, 1894, N.º 7; *A Época*, 1895, N.º 6; *A Voz Pública*, 1896, N.º 8; *Eco Académico*, 1896, N.º 2; *O Comércio da Madeira*, 1897; N.º 62; *Correio do Funchal*, 1897, N.º 2; *A Tribuna Académica*, 1897, N.º 5; *Diário Popular*, 1897, N.º 1; *O Recreio*, 1897, N.º 7; *Semana Ilustrada*, 1898, N.º 3; *Trip-Trap*, 1898, N.º 2; e *A Voz do Operário*, 1899, N.º 27.

AÇÔRES

Angra do Heroísmo — Crónica da Terceira, 1830, N.º 7; *A Crónica*, 1831, N.º 20; *Crónica dos Açôres*, 1833, N.º 40; *Crónica Constitucional de Angra*, 1834, N.º 21; *O Anunciador*, da Terceira, 1843, N.º 51; *O Anunciador*, 1847, N.º 5; *O Católico Terceirense*, 1857, N.º 15; *O Insulano*, 1858, N.º 50; *O Heroísmo*, 1863, N.º 3; *O Lidador*, 1863, N.º 70; *Pobres da Terceira*, 1863, N.º 302; *A Trombeta Açoreana*, 1867, N.º 49; *Jornal do Grémio Literário de Angra do Heroísmo*, 1868, N.º 1; *A Lágrima*, 1868, N.º 26; *O Clarim Terceirense*, 1869, N.º 38; *O Santelmo*, 1869, N.º 69; *O Angrense*, 1870, N.º 1529; *A Idéia Social*, 1870, N.º 2; *O Independente da Terceira*, 1870; *O Incentivo*, 1871, N.º 5; *O Anunciador*, 1873, N.º 25; *A Terceira*, 1873, N.º 721; *Correio da Terceira*, 1874, N.º 15; *O Album*, 1876, N.º 1; *O Católico*, 1876, N.º 8; *A Idéia Nova*, 1876, N.º 2; *A Independência*, 1876, N.º 244; *O Progresso*, 1876, N.º 1; e *Portugal, Madeira e Açôres*, 1941.

Pico — O Picoense, 1875, N.º 44.

Horta — O Faialense, 1867, N.º 18; *A Palavra*, 1869, N.º 76; *O Amigo do*

Povo, 1870, N.º 28; *O Correio da Horta*, 1870, N.º 30; *O Distrito da Horta*, 1873, N.º 39; *A Luz*, 1873, N.º 33; *O Tio Braz*, 1873, N.º 59; *O Observador*, 1874, N.º 26; *O Tribunal*, 1874, N.º 11; *A Voz do Povo*, 1874, N.º 44; *O Arquivo*, 1875, N.º 4; *O Órfão*, 1875, N.º 11; *O Pensamento*, 1875, N.º 13; *O Atlântico*, 1876, N.º 32; *O Imperial*, 1876, N.º 5; *Jornal do Povo*, 1876, N.º 2; *A Verdade*, 1876, N.º 29; e *O Pôrto Franco*, 1877, N.º 2.

Ponta Delgada — O Açoreano Oriental, 1835, N.º 1; *A Ilha*, 1852, N.º 3; *O Noticiador*, 1853, N.º 53; *O Templo*, 1857, N.º 16; *O Meteoro*, 1858, N.º 17; *O Santelmo*, 1859, N.º 19; *A Aurora dos Açôres*, 1863, N.º 564; *O Correio Micaelense*, 1873, N.º 867; *O Campeão Liberal*, 1864, N.º 10; *Gazetilha Semanal*, 1864, N.º 5; *O Cosmorama*, 1865, N.º 2; *Comércio dos Açôres*, 1866, N.º 5; *Eco Social*, 1866, N.º 92; *Alcyon*, 1867, N.º 6; *Crónica dos Açôres*, 1867, N.º 10; *O Clamor Artístico*, 1867, N.º 8; *Correspondência dos Açôres*, 1867, N.º 3; *O Monitor*, 1867, N.º 264; *O Tipógrafo*, 1867, N.º 27; *Voz da Liberdade*, 1867, N.º 10; *Lusbel*, 1868, N.º 10; *O Micaelense*, 1868, N.º 10; *O Pavilhão Nacional*, 1868, N.º 1; *A Democracia*, 1869, N.º 8; *Eco Liberal*, 1869, N.º 43; *Gazeta do Povo*, 1869, N.º 75; *O Progresso*, 1869, N.º 70; *Defensor da Pátria*, 1870, N.º 31; *Defensor do Trabalho*, 1870, N.º 15; *Diário de Notícias*, 1870, N.º 136; *A Semana*, 1870, N.º 21; *O Amigo do Povo*, 1871, N.º 4; *O Bem Público*, 1871, N.º 19; *Gazeta da Relação*, 1873, N.º 895; *Jornal de Notícias*, 1873, N.º 145; *A Liberdade*, 1873, N.º 23; *A Voz da Verdade*, 1873, N.º 44; *O Democrático*, 1874, N.º 2; *A Esperança*, 1874, N.º 5; *Semanário Burlesco*, 1874, N.º 8; *Cosmopolita*, 1875, N.º 38; *O Partido Popular*, 1875, N.º 6; *A Civilização*, 1876, N.º 11; *Correio de Lisboa*, 1876, N.º 25; *Eco Micaelense*, 1876, N.º 285; *Jornal de Anúncios*, 1876, N.º 30; *O Melrinho*, 1876, N.º 1.191; *Noticioso e Romântico*, 1876; *A Persuasão*, 1876, N.º 734; *O Tempo*, 1876, N.º 1; *O Artista*, 1877, N.º 1; *Eco da Liberdade*, 1877, N.º 8; *O Patriota*, 1877, N.º 1; *A Voz do Progresso*, 1877, N.º 1; *O Académico*, 1885, N.º 1; e *O Açoreano Oriental*.

Praia da Vitória — O 11 de Agôsto, 1869, N.º 43.

Ribeira Grande — A União, 1860, N.º 119; *O Campeador*, 1866, N.º 70; *Opinião Pública*, 1866, N.º 8; *Direito Popular*, 1868, N.º 4; *Forum*, 1867, N.º 24; *O Pirilampo*, 1868, N.º 5; *A Estrêla Oriental*, 1875, N.º 5; e *A Ribeira Grande*, 1881, N.º 1.

Vila Franca do Campo — O Vilafranquense, 1863, N.º 94; *A Convicção*, 1864, N.º 10; *O Conciliador*, 1865, N.º 20; *Eco Vilafranquense*, 1868, N.º 12; *O Eco Civilizador*, 1870, N.º 8; e *A República*, 1873, N.º 3.

CABO VERDE (CIDADE DA PRAIA)

Boletim Oficial do Govêrno Geral de Cabo Verde, 1844, N.º 75; *O independente*, 1877, N.º 1; *O Futuro de Cabo Verde*, 1913, N.º 1; *O Eco de Cabo Verde*, 1933, N.º 1.

GUINÉ

Boletim Oficial do Govêrno da Província da Guiné Portuguesa, 1880, N.º 11.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Boletim Oficial do Govêrno da Província de S. Tomé e Príncipe, 1859, N.º 61.

ANGOLA

Boletim do Govêrno Geral da Província de Angola, Luanda, 1846, N.º 31; *O Mercantil,* Luanda, 1873, N.º 137; *O Cruzeiro do Sul,* Luanda, 1873, N.º 1; *Correspondência de Angola,* Luanda, 1875, N.º 2; *Boletim Anunciador de Benguela,* Benguela, 1910, N.º 1; *O Comércio de Benguela,* Benguela, 1912, N.º 1; *A província,* Luanda, 1914, N.º 1; *O Jornal de Angola,* Luanda, 1916, N.º 1; *O Comércio,* Benguela, 1924, N.º 1; *Comércio de Angola,* Luanda, 1925, N.º 1; *Notícias de Luanda,* Luanda, 1925, N.º 1; *O Reclame,* Luanda, 1929, N.º 1; *A Vanguarda,* Luanda, 1929, N.º 1; *Nova Guarda,* Luanda, 1930, N.º 1; *O Planalto,* Nova Lisboa, 1930, N.º 1; *Portugal,* Luanda, 1930, N.º 1; *O Pirilampo,* Luanda, 1931, N.º 1; *Jornal de Notícias,* Luanda, 1932, N.º 1; *Actualidade,* Nova Lisboa, 1933, N.º 1; *Diário de Luanda,* Luanda, 1941; *Jornal de Benguela,* Benguela, 1941; *O Lobito,* Lobito, 1941; *Notícias da Huila,* Sá da Bandeira, 1941; *A Província de Angola,* Luanda, 1941; *Sul de Angola,* Mossâmedes, 1941; e *Voz do Planalto,* Nova Lisboa, 1941.

MOÇAMBIQUE

Boletim do Govêrno da Província de Moçambique, Lourenço Marques, 1855, N.º 1; *África Oriental,* Moçambique, 1877, N.º 10; *Boletim da Companhia de Moçambique,* 1892, N.º 1; *Correio da Beira,* Beira, 1893, N.ºs 1 a 40; *Boletim Oficial da Companhia do Niassa,* 1897, N.º 1; *O Africano,* Lourenço Marques, 1909, N.º 1; *Era Nova,* Lourenço Marques, 1910, N.º 1; *O Intransigente,* Lourenço Marques, 1911, N.º 1; *O Moçambique,* Moçambique, 1915, N.º 1; *Avante,* Moçambique, 1919, N.º 1; *O Correio de Lourenço Marques,* Lourenço Marques, 1925, N.º 1; *O Colonial,* Beira, 1929, N.º 1; *O Clamor Africano,* Lourenço Marques, 1932, N.º 1; *Anseio,* Lourenço Marques, 1936, N.º 1; *O Brado Africano,* Lourenço Marques, 1941; *O Evangelho,* Lourenço Marques, 1941; *Lourenço Marques Guardian,* Lourenço Marques, 1941; *Moçambique,* Lourenço Marques, 1941; *Notícias,* Lourenço Marques, 1941; *O Oriente,* Lourenço Marques, 1941; e *União,* Lourenço Marques, 1941.

ÍNDIA

Boletim do Govêrno do Estado da Índia, 1837, N.º 1; *A Gazeta de Goa,* Nova Goa, 1873, N.º 26; *A Imprensa,* Ribandar, 1873, N.º 101; *A Índia Portuguesa,* Orlim, 1873, N.º 667; *A Opinião Pública,* Orlim, 1873, N.º 1; *O Ultramar,* Margão, 1873, N.º 719; *A Gazeta de Bardez,* Bardez, 1876, N.º 94; *A Cruz,* Nova Goa, 1877, N.º 13; *O Progresso,* Mapuçá, 1917, N.º 1; *Oriente,* Nova Goa, 1929, N.º 1; e *Heraldo,* Nova Goa, 1941.

MACAU

Boletim Oficial do Govêrno de Macau, 1838, N.º 1; *Ta-ssi-yang-kuo,* 1863, Ano I, N.º 2 e seguintes; *Gazeta de Macau e Timor,* Macau, 1873, N.º 17; *Jornal de Macau,* 1876, N.º 44; *Vida Nova,* 1909, N.º 1; *Jornal de Macau,* 1929, N.º 1; e *Voz de Macau,* 1941.

TIMOR

Boletim Oficial do Distrito Autónomo de Timor, I ano, 1900, N.º 1.

O Independente, New Bedford, Mass, 12-7-934; *O Independente,* Fall River, Mass, 12-7-934; *Diário de Noticias,* New Bedford, Mass, 20-6-939 e 11-12-939; *Novidades,* Fall River, 14-12-939; *A Luta,* New-York City, 27-12-939; e *A União Portuguesa,* Oakland, Califórnia, 1941.

NO JORNAL «O SÉCULO»

De acôrdo com o que ficou estabelecido nas reüniões da comissão executiva das comemorações e o desejo expresso do presidente do Sindicato Nacional dos Tipógrafos, Sr. Tomaz de Aquino, coube a êste organismo corporativo a organização da exposição *Três séculos de jornalismo,* que foi inaugurada no segundo dia dos actos comemorativos, 30 de Novembro, às 16 horas, na sala de conferências do diário *O Século.* O director dêste jornal, Sr. João Pereira da Rosa, dedicou entusiàsticamente a melhor atenção, o mais decidido apoio e firme auxílio a esta brilhantíssima iniciativa.

A exposição era constituída por três grandes quadros representativos da vida da Imprensa nos últimos três séculos. No referente ao século XVII, à luz duma lanterna pendente do teto, via-se o velho prelo de madeira manobrado por três operários vestidos à época. Perto, um figurante de traje negro, espadim caído ao lado, certo ar grave, emendava com sua pena de pato as provas de impressão. A um canto dois aprendizes moíam tintas. Uma claridade azulada envolvia o conjunto, esbatia docemente os pormenores, dando a tudo a côr e o interêsse duma evocação admirável e de excepcional beleza. No quadro do século XVIII o prelo mostrava já algum progresso e a indumentária e o ambiente apresentavam profundas alterações. A evolução surgia com nitidez em todos os pormenores cuidadosamente estudados. Mais acentuada ainda a diferença com o quadro representativo do século XIX. Aqui a máquina marcava já um sensível esfôrço de adaptação à época do desenvolvimento mecânico que começava a definir-se. Da composição geral ressaltava expressivamente a idéia do período de agitação política tão caracterizada pelas contínuas polémicas jornalísticas. Um articulista

emendava provas de um «fundo» ou dos «ecos» impiedosos de comentário às questões do dia em S. Bento ou na Arcada. Ao lado um «partidário» gozava as primícias de leitura da prosa política que iria, no dia imediato, fazer tremer os bancos da governação. Perto os operários, melenas caídas e bigodes retorcidos, faziam gemer o prelo. Palpitava em tudo a atmosfera do século XIX lançado nas suaves inquietações do rotativismo e das campanhas eleitorais.

Fora da série dos quadros, numa iluminação apropriada, dominando tudo, a figura de Guttemberg.

Do prelo do século XVII saía uma saüdação concebida assim:

O Século, *velho jornal que conta sessenta anos de existência, saúda, nesta hora comemorativa, o seu mais longínquo antepassado* — *a* Gazeta da Restauração, *o tímido e hesitante folheto de notícias e de idéias, que, em 5 de Dezembro de 1641, há três séculos certos, saiu a contar ao público, por uma forma nova, não só o que se passava pelo Mundo em acontecimentos de notar como o que germinava nos espíritos, para educação, reflexão e ensinamento dos portugueses.*

Ao lado, o prelo oitocentista imprimia outra saüdação, que dizia:

A Gazeta de Lisboa *durou 118 anos. Foi ela, durante o século XVIII, a mais nítida expressão do jornalismo português. De 1715 a 1833 evoluiu constantemente, modificando-se e aperfeiçoando-se, mas conservando sempre o mesmo formato reduzido de livro, receosa ainda do fólio do século seguinte. Lê-la é, a-pesar-de tudo, auscultar e entender a vida portuguesa, que ela soube atravessar sem que jamais atraiçoasse a sua missão.*

Entretanto, o prelo do século passado ia reproduzindo estes períodos evocativos:

O século XIX foi o grande século do jornalismo. A invasão francesa, o advento do liberalismo, as guerras internas e as convulsões políticas geraram uma série enorme de jornais de combate, de fôlhas políticas, de semanários de sátira. Depois o romantismo gerou as revistas literárias, e os jor-

nais de recreio e de modas, e as fôlhas de intuitos económicos surgiram também, e com todos êsses jornais veio uma legião de admiráveis jornalistas e orientadores, mestres da geração que havia de honrar o século seguinte.

Noutra sala, nas paredes e em vitrinas, documentava-se abundantemente a evolução da Imprensa através de gravuras em madeira, exemplares raros de jornais antigos, reproduções ampliadas de gravuras demonstrativas dos remotos processos de trabalho, larga série de reproduções em miniatura dos diários do nosso tempo, etc. Viam-se também exemplares das publicações editadas por *O Século,* números especiais, etc.

Decoração geral de autêntico bom gôsto.

No acto inaugural o Sr. Gustavo de Matos Sequeira usou da palavra em nome de *O Século* e do seu director. Depois de saüdar a comissão executiva das comemorações do tricentenário da Imprensa portuguesa salientou a importância e o significado dessas comemorações, focando a honrosa missão que o jornalismo nacional sempre tem cumprido exemplarmente desde a tímida *Gazeta* de 1641 aos grandes jornais de hoje.

Cumprimentou os dois membros da comissão executiva presentes, Srs. Dr. Alfredo da Cunha e Luiz Teixeira, os representantes dos Srs. governador civil e presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dr. Tavares de Almeida, chefe dos Serviços de Informação e Imprensa do S. P. N., referindo-se especialmente à acção brilhante do Sr. Dr. Alfredo da Cunha, que foi durante largos anos o paladino da comemoração.

O orador definiu, ainda, a acção de *O Século* na realização dêste número do programa, dando as suas salas, o seu auxílio entusiástico, o seu patrocínio e os seus colaboradores, para efectivação da exposição— número que competia ao Sindicato Nacional dos Tipógrafos e para o qual êste organismo trabalhou devotadamente.

Seguidamente o Sr. Tomaz de Aquino, presidente do Sindicato Nacional dos Tipógrafos, pronunciou as seguintes palavras:

Exposição «Três séculos de Jornalismo», no edifício de «O Século». Quadro do século XVIII

Exposição «Três séculos de Jornalismo» no edifício de «O Século». Quadro do século XVII

Permitam-me apenas duas palavras de agradecimento, em nome do Sindicato a que presido, pela honra que V. Ex.as nos deram dignando-se comparecer, e emprestando, assim, brilho à cerimónia da inauguração desta interessante manifestação cultural de iniciativa operária.

Presto homenagem, também, não como simples dever de cortesia ou cumprindo formalidades de etiqueta, mas sim homenagem sincera e comovida ao ilustre director de O Século, *Sr. João Pereira da Rosa, pelas facilidades concedidas, que, diga-se de passagem, muitas foram; e ao artista Leitão de Barros, o organizador dinâmico que, desinteressadamente, e em meia dúzia de dias, concebeu e deu vulto ao nosso sonho. Não podemos, também, esquecer o nome de Matos Sequeira, pelo seu valioso auxílio, pondo à nossa disposição a sua vasta cultura e o seu vasto saber.*

Esta arrojada e audaciosa iniciativa do Sindicato dos Tipógrafos é um exemplo vivo e frisante da nossa acção num meio avêsso a realizações de vulto.

O Sindicato dos Tipógrafos contraíu, na realização desta pequena exposição, integrada no programa das Comemorações Tricentenárias da Gazeta, *a sua maior dívida de gratidão pelo auxílio moral e material que sempre nos dispensaram* O Século, *Secretariado da Propaganda Nacional, Grémio da Imprensa Diária, Grémio dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, Câmara Municipal de Lisboa e Agência Geral das Colónias.*

Nós, os tipógrafos, não nos alheando das justas reivindicações operárias, nunca ficámos indiferentes perante manifestações como estas, que tanta beleza e elevação encerram.

Bem hajam, por isso, todos aquêles que nos ajudaram e contribuíram para o êxito desta exposição.

Por fim o Sr. Dr. Alfredo da Cunha em seu nome e no do presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas saüdou *O Século* e o seu director, enaltecendo o espírito de iniciativa do Sr. João Pereira da Rosa e prestando homenagem à arte e poder de imaginação de

Leitão de Barros e à competência e cultura de Matos Sequeira, os dois notáveis construtores daquela magnífica evocação.

O Sr. Dr. Tavares de Almeida, em breves palavras, felicitou *O Século* e o seu director pelo brilho daquele número das comemorações, tão belo como realização artística como valioso sob o ponto de vista de interêsse histórico.

NO JORNAL «DIÁRIO DE NOTÍCIAS»

Interessantíssima também a exposição inaugurada no mesmo dia no átrio do *Diário de Notícias.* Artìsticamente dispostos num conjunto de bom gôsto viam-se os gráficos evocativos das grandes iniciativas daquele diário através da sua longa existência; foto-montagens muito esclarecedoras sôbre o desenvolvimento da sua tiragem, expansão e fôrça de publicidade; originais de artigos e cartas de antigos redactores e colaboradores do *Diário de Notícias,* entre os quais se contam as mais altas personalidades da vida intelectual portuguesa dos últimos setenta anos, desde Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, a Henrique Lopes de Mendonça, João Chagas, Gago Coutinho, etc.; fotos de reportagem com que o mesmo diário documentou os maiores acontecimentos da vida nacional; a galeria dos retratos dos directores do *Diário de Notícias;* o busto de Eduardo Coelho e a estátua do vendedor de jornais; colecção completa do *Diário de Notícias,* etc., etc.

NO SINDICATO NACIONAL DOS TIPÓGRAFOS

No dia 1 de Dezembro, às 16 horas, foi inaugurada na sede do Sindicato Nacional dos Tipógrafos, Rua da Barroca, 107, 1.º andar, uma notável exposição de trabalhos para o concurso de composição, impressão e encadernação organizado por aquêle organismo corporativo. Ao acto inaugural assistiram muitos trabalhadores e industriais gráficos, jornalistas, representantes do governador civil e da Câmara Municipal, etc. Da comissão executiva das comemo-

rações estiveram presentes, além de Tomaz de Aquino, os Srs. Dr. Alfredo da Cunha e Luiz Teixeira.

O Sr. Tomaz de Aquino, presidente do Sindicato Nacional dos Tipógrafos e um dos mais dedicados e entusiastas elementos da organização das comemorações do tricentenário, pronunciou na cerimónia inaugural o seguinte discurso, dirigindo-se ao Sr. Dr. Tavares de Almeida, representante do Secretariado da Propaganda Nacional:

Em nome da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Tipógrafos tenho o prazer de saüdar V. Ex.ª, agradecendo ao mesmo tempo a honra com que se dignou distinguir-nos, vindo, com a sua presença, dar brilho e valor a esta pequena exposição das Comemorações do Tricentenário da Gazeta. *A presença de V. Ex.ª nesta sala representa a aprovação dos nossos trabalhos, animando-nos a prosseguir. E êsse é o melhor prémio que poderíamos ambicionar para os nossos esforços, pois nos compensa largamente de tantas canseiras, sacrifícios e desgostos sofridos dia a dia.*

Como operário gráfico e interpretando o sentir da classe que represento não posso esquecer certos passos da nossa vida, eloqüentes nos seus resultados, como exemplo vivo da acção dêste Sindicato, mas muito temos ainda por fazer.

Nesta data histórica, em que a Imprensa portuguesa comemora o terceiro século da sua existência, ser-nos-ia imensamente grato registar que os operários ao seu serviço se encontravam já devidamente defendidos e acautelados os seus direitos por meio da celebração do contrato colectivo de trabalho.

Não quis o Destino, porém, que surgisse ainda essa redenção!

A nossa acção tem sido vasta em todos os sectores, não se limitando apenas às actividades profissionais. Vai mais além, procurando interessar os nossos camaradas de trabalho em manifestações culturais como esta que vai ser agora inaugurada para honra e glória das Artes Gráficas. Confirma esta modestíssima exposição-concurso êsse facto, onde tudo o que está feito, e em espaço de tempo tão apertado, foi executado pelos meus colegas da Comissão Administrativa a que me honro de presidir, com o valioso auxílio dos nossos filiados António Bonito e António Marques e do pessoal dêste organismo corporativo.

Permita-me ainda a V. Ex.ª que apresente os meus agradecimentos à comissão executiva do tricentenário das comemorações, presidida pelo ilustre homem de letras Sr. Dr. Alfredo da Cunha, e a Luiz Teixeira, do Sin-

dicato dos Jornalistas, pois a êles se deve a iniciativa de recordar o aparecimento do primeiro periódico português.

Não posso também esquecer a inestimável e desinteressada colaboração das Oficinas de S. José, Casa Manuel Reis Morais & C.ª, Imprensa Nacional de Lisboa, Armando de Figueiredo, Adolfo de Mendonça, Celestino Matias e dos quadros gráficos dos jornais diários de Lisboa e Pôrto, que tanto contribuíram para o êxito do nosso trabalho. A todos o nosso melhor reconhecimento.

O Sindicato Nacional dos Tipógrafos pode, assim, orgulhar-se de haver seguido o melhor caminho, de ter prègado a boa doutrina, de ter pôsto em prática os bons princípios que podem corresponder a realizações de valor, e felicita-se por V. Ex.ª se encontrar entre nós.

«A FORMAÇÃO INTELECTUAL DO TIPÓGRAFO — LOURENÇO DE ANVERS, HONRA E GLÓRIA DA TIPOGRAFIA PORTUGUESA»

Conferência pelo Sr. Casimiro Augusto de Morais

A convite do Sindicato Nacional dos Tipógrafos o Sr. Casimiro Augusto de Morais, operário gráfico da capital do Norte, fêz, na sede do Sindicato Nacional dos Motoristas, na noite de 2 de Dezembro, uma interessante conferência sob o tema: «A formação intelectual do tipógrafo — Lourenço de Anvers, honra e glória da tipografia portuguesa». Presidiu o Sr. Francisco Marques, presidente do Sindicato Nacional dos Motoristas, secretariado pelos srs. Tomaz de Aquino e major Pinto Ribeiro, respectivamente presidente do Sindicato Nacional dos Tipógrafos e representante da *Revista Militar*. O Sr. Luiz da Cunha fêz a apresentação do conferente salientando a sua obra construtiva dentro da classe. Após breves palavras de agradecimento ao Sr. Luiz da Cunha e de saüdação às individualidades presentes, o Sr. Casimiro Augusto de Morais começou a ler a sua conferência, que foi sempre escutada no meio do maior e mais justificado interêsse.

Depois de se referir largamente à revolução conduzida pelo invento dos caracteres móveis em Portugal e no Mundo historiou as antigas condições do trabalho e da aprendizagem na classe tipográfica.

Lembrou os nomes de Teófilo Braga, Eduardo Coelho, Tomaz

Quintino Antunes, Brito Aranha, Manuel Frutuoso da Fonseca, António da Silva Caldeira, Gaspar de Matos, Jaime de Faria, Manuel Maria Rodrigues, Mário Carregal, Machado de Assis e outros que se distinguiram tão notàvelmente na Literatura e no Jornalismo e exerceram com maior ou menor permanência a profissão tipográfica.

Focando a vida do aprendiz tipográfico do nosso tempo, afirmou:

«Êle encontrou oito horas de trabalho diário conquistadas à custa de muito sacrifício; salário mínimo fixado superiormente; serventes para limpeza e recados; férias anuais pagas, além de tudo aquilo que em seu benefício lhe oferece a legislação corporativa pela sua defesa nos Tribunais do Trabalho.»

Em têrmos vibrantes apelou para os que chegam de novo à profissão no sentido de cuidarem insistentemente da sua cultura literária e profissional procurando todos os meios para robustecer os seus conhecimentos e melhorar a sua instrução, afirmando a propósito que em seu entender o aprendiz de tipógrafo deve ter o curso de Artes Gráficas das escolas industriais e cultivar permanentemente o desenho geral e profissional.

Ocupou-se depois, desenvolvidamente, da explicação técnica das diversas especialidades dos profissionais de tipografia, advogando a necessidade de o Ministério da Educação Nacional dotar convenientemente os estabelecimentos de ensino apropriados com o material indispensável para conseguir o melhor rendimento da sua missão.

As últimas palavras do conferente foram de exaltação entusiástica do facto histórico que se comemorava — o tricentenário do aparecimento do primeiro jornal português, tão nìtidamente ligado ao desenvolvimento da tipografia entre nós.

«REVISTA MILITAR», A MAIS ANTIGA REVISTA PORTUGUESA EM PUBLICAÇÃO

No dia 5 de Dezembro, às 15 horas, foi descerrada por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, que tomou a seu cargo a

realização dêste número do programa, uma lápida na fachada do prédio n.º 6 da Rua Nova da Trindade (antiga Travessa do Secretário da Guerra), primeira sede da *Revista Militar*, a mais antiga revista do País ainda em publicação. A cerimónia foi presidida pelo Sr. Dr. Jaime Lopes Dias, representante da Câmara Municipal, secretariado pelos Srs. almirante Pereira da Silva e Dr. Alfredo da Cunha. Assistiram, entre outros, os Srs. general Amilcar Mota, em nome do Chefe do Estado; almirante Botelho de Sousa; generais Teixeira Botelho, Ferreira Martins e Morais Sarmento, Dr. Alfredo da Cunha, major Pinto Ribeiro; tenente Silva Pais, que representava também o Sr. coronel Cameira, comandante geral da Polícia de Segurança Pública; Drs. Tomaz Cabreira e George West, director do Instituto Britânico em Portugal; Luiz Teixeira e Tomaz de Aquino, presidentes dos Sindicatos Nacionais dos Jornalistas e dos Tipógrafos, respectivamente, etc.

Em nome da *Revista Militar*, o Sr. coronel Henrique Pires Monteiro proferiu o seguinte discurso:

Delegado da *Revista Militar*, na qualidade de seu director e por incumbência do presidente da direcção, o eminente académico e ilustre escritor militar e historiador colonial Sr. general Teixeira Botelho, em nome do vetusto periódico, hoje *o mais antigo jornal militar de todo o mundo e a mais antiga revista portuguesa*, encontro-me neste lugar para pouco fácil arrazoamento.

É sempre com emoção que se medita no passado, que constitue parte integrante da história nacional. Essa emoção maior é quando — como na presente emergência — se atribue à veneranda *Revista*, quási secular, a honra inesquecível de representar tantas e tão brilhantes agremiações, que são as revistas, boletins e anais, de publicação periódica não diária, que em todo o território português difundem a luz do espírito, esclarecem e definem os variados aspectos de tão assinalada fase histórica que é o actual momento da civilização.

A Câmara Municipal de Lisboa, pelos seus criteriosos Serviços Culturais, conferiu-nos esta dignidade, que cai sôbre os fracos ombros do seu delegado, a quem só um coração vibrante mantém erguidos, na sinceridade de uma vida já longa e quási no ocaso desta transitória passagem de sucessivas gerações.

Não devia a *Revista Militar* recusar tão excelsa distinção; não o podia fazer pelo respeito devido à memória dos seus fundadores.

Mercê do acaso, a insondável fôrça do destino, encontra-se o antigo periódico, nesta ocasião, em lugar de destaque. Estas palavras, tão singelas, não poderão, por carência de dotes oratórios da pessoa que as pronuncia — e difícil seria a eloqüente figura de tribuno — dar relêvo a uma situação de tão excepcional destaque.

Cumpre-nos, no respeito pela tradição, dizer aos nossos representados que a sorte não foi cega e que julgamos merecer a elevada honra da representação que foi outorgada ao antigo periódico que é a *Revista Militar.*

Se para os indivíduos, em grande número de casos, não são os merecimentos próprios, mas o *triste jus da sua idade,* a razão justificativa de acidental lugar de relêvo, para as colectividades a idade provecta, a sua pertinaz existência, é tôda uma tradição de dedicações e sacrifícios, gloriosa sob certos aspectos, honesta e austera no cumprimento de um programa que os fundadores traçaram, do qual não se divorciaram e nos legaram por gerações seguidas, como imperiosa herança moral.

As colectividades que assim permanecem assemelham-se a robles frondosos que se erguem para os céus, mas têm raízes profundas cravadas na *Terra-mater,* resistindo a vendavais, açoitados por tormentas seculares; são como essas magníficas catedrais cuja majestade nos deslumbra, rememorando fastos da história, que transmitem na imponência das suas linhas arquitectónicas e na maravilha de suas brincadas pedras, como preito aos ínclitos obreiros dessas páginas imorredouras e como afirmação da cultura artística e dos talentos dos seus artífices. ¡São inspirações sublimes de uns e outros!

Encontramo-nos em face da casa onde, 94 anos volvidos, que se completaram há cinco dias — data que êles propositadamente escolheram, no dia primeiro de Dezembro de 1848, «para solenizarem dignamente o aniversário da Restauração da nossa nacionalidade» — se reüniram 26 oficiais da Marinha de Guerra e do Exército, figuras notabilíssimas na actividade cultural, social e política da sua época e resolveram constituir uma emprêsa com o fim de publicar «*um periódico mensal destinado ao recreio e ilustração da classe militar, tratando de todos os objectos que digam respeito à instrução geral do Exército e à especial das diferentes Armas*».

Atingimos quási 70.000 páginas nos 94 volumes que constituem a colecção da *Revista Militar.* Percorrendo-as, é com veneração que o fazemos. Delas tiramos dois ou três passos que evidenciam o espírito desta obra de tantos e tantos anos.

Assim, o artigo de abertura é original de um moço tenente do Real Corpo de Engenheiros, o mais entusiasta iniciador da *Revista Militar.*

Tentara-o no ano de 1846, em uma reünião na Rua do Salitre, 391, sobre-loja, e renovara essa tentativa no ano imediato, mas só conseguiria a realização do seu acariciado projecto na data que marca a certidão de baptismo do nosso jornal — 1 de Dezembro de 1848 — Na Travessa do Secretário de Guerra, n.º 40, que desde 1859 é esta Rua Nova da Trindade, n.º 6, onde hoje viemos nesta romagem de evocação histórica.

Essa honra de escrever o artigo editorial — artigo programa — foi concedida ao «homem que já nessa época gozava de larga reputação intelectual, que tivera a idéia inicial da publicação dêste jornal militar e à sua realização dedicara tôda a sua iniciativa e esfôrço».

Era simples tenente e essa única vez colaborou na *Revista Militar,* mas jamais a abandonou, durante os 39 anos da sua fulgurante carreira política, brilhantíssima trajectória que na carreira das armas o elevou a general, e na vida do Estado a preclaro chefe político de excepcional prestígio, marcando fase inolvidável na história do regime liberal português, período de esplendor nos oito séculos da nacionalidade. Êste homem foi António Maria de Fontes Pereira de Melo.

O último dessa primeira geração — a geração dos fundadores — imorredoura pléiade de entusiastas propagandistas da cultura dos profissionais da Armada e do Exército, foi o general Luiz de Sousa Folque, desaparecido em 1916, com 98 anos. Pertencia a uma família ennobrecida pelo culto das ciências. Seu pai, Pedro Folque, e seu irmão, Filipe Folque, ocuparam lugar de destaque no exercício das mais elevadas funções e, como êle, tiveram longa vida de trabalho profícuo. O artigo necrológico que então se publicou diz-nos: «Gente de rija têmpera física, acompanhada de não menos intemerata rijeza moral eram estes Folques!» (vol. 68.º, pág. 252).

Essa geração esclarecida — *claris et fortibus viris commemorandis* — na expressão lapidar de Cícero (*De finibus* — 1.º L.º-Cap. 10) foi representada na Direcção pelo general António Florêncio de Sousa Pinto, figura notável da sua época, durante os 42 anos que lhe restaram de vida (1849-1890) e que à *Revista Militar* legou por disposição testamentária a sua Medalha de Ouro, comemorativa do seu meio século de comportamento exemplar na actividade do serviço militar.

Em 1916 findava, pois, essa primeira geração de devotados amigos da *Revista Militar.* Outra se seguiu, aquela dos que com êles privaram e dêles receberam directo influxo. Era, já então, figura primacial e ocuparia lugar proeminente até aos 87 anos da sua vida, durante mais 40 anos, o venerando e cultíssimo general José Estêvão de Morais Sarmento, a-par-de outras figuras dos mais ilustres oficiais da Marinha e do Exército. Em 1930 findava esta segunda geração e viria a actual sob a presidência do insigne aca-

démico e egrégio escritor Sr. general José Justino Teixeira Botelho, que já durante quási meio século convivera com os homens a que sucedia.

É o lábaro augusto que tem passado de geração em geração. Não tem havido interregnos na publicidade da *Revista Militar,* não se registam vacilações na directriz fixada e a acção inicial tem sido respeitada como fôrça poderosa, como tradição respeitável no seu espírito, adaptando-se à evolução inevitável do pensamento e dos progressos materiais, à marcha regular da civilização, que só aparentemente tem retrocessos.

No *acôrdo* que foi assinado nesta casa, onde a *Revista Militar* permaneceu 33 anos, para depois transitar durante 23 anos pela Rua Nova da Princesa, n.º 262 (hoje Rua dos Fanqueiros), e finalmente na sua actual sede desde 1904 — nesse *pacto estatutário,* transcrito no nosso *Livro de Ouro,* se diz, artigo 18.º: «*Fica excluída tôda a matéria religiosa ou política assim como alusões a pessoas*».

Ao celebrar-se, em 1929, o 80.º aniversário da *Revista Militar,* o seu mui douto decano, de então, que durante mais de meio século colaborou e dirigiu o periódico, general José Estêvão de Morais Sarmento, colar da *Revista Militar,* criado para comemorar os 12 lustros da sua colaboração efectiva, sempre esclarecida, brilhantíssima e oportuna, aludindo à divisa *Pró-Pátria,* que constitue parte do emblema heráldico da *Revista Militar,* dizia:

«Jamais foi visto *pacto* que houvesse sido mais e melhor respeitado em uma colectânea periódica e na qual, efectivamente, se não encontra em qualquer página infracção de alguns dos seus numerosos colaboradores a tal compromisso tácito de conduta».

E concluía: «*Pró-Pátria,* como ontem, hoje e amanhã, será sempre a divisa impoluta dos seus colaboradores».

Entre estes colaboradores — facto a assinalar — encontra-se o sábio e bondoso rei D. Pedro V, que em 1860, por duas vezes, veio a tão honrada tribuna — que assim tanto elevou — discutir um problema da defesa nacional que era a importância estratégica da nova linha de leste.

Seríamos tentados a outras transcrições dos 94 volumes da *Revista Militar,* pois que melhor diriam o que é êste tão antigo periódico. Pálidas são as nossas palavras para o exprimir. Percorram-se essas páginas, compulsem-se êsses volumes, que constituem colecção preciosa, preciosa por ser hoje rara, e preciosa porque nesses milhares de páginas impressas se encontra a evolução das instituïções militares portuguesas a-par das outras actividades sociais, como se impõe para um conveniente equilíbrio do conjunto nacional, jurìdicamente organizado.

Nas páginas da *Revista Militar* se surpreende em cada período o progresso necessário da Marinha de Guerra e do Exército, sob os múltiplos aspectos que caracterizam essas necessárias transformações.

A linha traçada é, por vezes, sinuosa, mas no seu conjunto é ascendente, seguindo a marcha da ciência militar, tão difícil na aplicação sempre variável dos seus princípios fundamentais e apropriada à complexidade dos meios técnicos característicos de cada fase. As sinuosidades resultam do pendor incerto do temperamento português, oscilando por falta de pertinácia, por inevitável e, quantas vezes, dolorosa improvisação que, em muitos casos, parece ser hesitação.

Verificar-se-á nesse exame, sempre demorado porque o espírito naturalmente curioso dos estudiosos se absorve nessa análise, aquilo que nos é vedado exaltar na situação delicada de depositários desta tão pesada herança moral.

Verificar-se-á que a *Revista Militar* é mui digna da representação que implìcitamente lhe foi conferida.

A acção cultural da Câmara Municipal de Lisboa, que guarda os pergaminhos das mais elementares liberdades públicas, na tradição multi-secular dos forais, cartas de alforria dos humildes, bem fêz em prestar esta homenagem à Imprensa, foco irradiante de cultura popular e geral donde derivam as mais altas e nobilíssimas virtudes de cidadania.

Bem haja o Sindicato Nacional dos Jornalistas, agremiação oficializada dos profissionais que trabalham no sacerdócio da difusão de idéias, pela sua iniciativa de evocar o longínquo antecessor dos jornais portugueses neste momento histórico. O Sindicato Nacional dos Jornalistas bem merece o tributo do nosso maior aprêço por esta comemoração do aparecimento, há 300 anos, da *Gazeta,* de tão significativa intenção. Recordar êsse periódico de 1641, embora de vida pouco prolongada, é prestar sentido preito à memória dos seus fundadores e dos que, em transcurso secular, os seguiram, como foi já dito com a excepcional autoridade da sua elevada cultura por um antigo e apaixonado jornalista, o eminente académico Sr. Dr. Alfredo da Cunha, ilustre presidente da comissão executiva desta celebração.

Dos nossos confrades — periódicos não diários — seja-nos consentido destacar, não por deformação profissional, mas por sentimento de justiça, os dois jornais mais antigos, ambos militares, ambos, como a *Revista Militar,* dignitários da Ordem de Sant'Iago da Espada: os *Anais do Clube Militar Naval,* com 71 anos de publicidade, e a *Revista de Artilharia,* que atravessa o seu 38.º ano.

O boletim da benemérita *Sociedade de Geografia de Lisboa,* cuja trajectória de relevantes serviços coloniais completou, há dias, o seu 66.º

ano, e a *Gazeta dos Caminhos de Ferro,* revista técnica de valor com 53 anos, a ambos, como a todos os nossos confrades, endereça a *Revista Militar* votos fraternos de longa e desafogada vida publicitária, de resultados profícuos no âmbito das suas actividades próprias.

Hoje também a Imprensa diária recebe idêntica homenagem, no periódico mais antigo do Continente, *Jornal do Comércio,* e no venerável patriarca de todos nós, *O Açoreano Oriental,* que se publica há mais de um século nas terras tão portuguesas dos Açôres. Para os dois confrades vão as expressões da nossa simpatia, com uma afectuosa saüdação da *Revista Militar.*

Nos fastos da *Revista Militar* a circunstância de ser posta em foco na sua primitiva sede ficará assinalada com o reconhecimento que nos merece tal distinção. Para tanto, e nos têrmos estatutários, a Direcção propôs e o presidente da Assembléia Geral, Sr. contra-almirante Pereira da Silva, eminente escritor naval e antigo Ministro da Marinha, convocou para esta primitiva sede os sócios efectivos da emprêsa, como constará da acta n.º 74 e ficará inscrito no nosso *Livro de Ouro,* com 94 anos de existência. Maior relêvo não podíamos dar, nos têrmos do nosso pacto académico.

Aqui viemos todos, os que não estão distantes de Lisboa, e só por doença ou serviço público inadiável alguns deixaram de comparecer. Mercê das circunstâncias sou o porta-voz de todos e, como seu delegado, me julgo merecedor desta boa ventura do acaso.

Facto a assinalar — e bem digno do mais respeitoso e reconhecido registo — é que por requinte de gentileza e por sentimento de devotada camaradagem de armas, tantas vezes manifestada, quis o nosso único sócio honorário nesta ocasião, S. Ex.ª o Presidente da República, Sr. General Carmona, fazer-se representar nesta Assembléia Geral da *Revista Militar,* sessão extraordinária e tão especial que é a única no decurso da sua prolongada publicidade.

* * *

Em nome da *Revista Militar,* investida na representação de todos os periódicos não diários, aceitem o Sindicato Nacional dos Jornalistas e a distinta comissão executiva destas cerimónias comemorativas a nossa mais enternecida homenagem.

À Câmara Municipal de Lisboa, aqui tão dignamente representada, e ao seu activo e dedicado presidente — a cujo espírito de antigo e ilustre engenheiro militar deve ter sido agradável esta circunstância de ser a *Revista Militar* o periódico mais antigo — os agradecimentos e felicitações pelo alto significado da cooperação que tão inteligente e oportunamente dispensou, pelos eficientes Serviços Culturais, ao programa da celebração do tricentenário da *Gazeta,* de 1641.

Em seguida o sr. dr. Jaime Lopes Dias, num curto discurso, saüdou a pequena Imprensa e as revistas semanais e mensais, especializando a *Revista Militar,* de tradições gloriosas. Fêz o paralelo do militar de ontem e de hoje, que tão depressa combate em defesa da Pátria como está sentado a uma secretária escrevendo e dando lições de estratégia e redigindo artigos. Naquele andar, onde se havia descerrado a lápida, muitos oficiais se reüniram para melhor expor e levar ao papel as suas idéias. É grato, disse, à Câmara Municipal ter tido a iniciativa de perpetuar numa placa de mármore a obra que há mais de noventa anos vêm realizando oficiais do Exército e da Armada, escrevendo numa revista que atesta bem o alto valor do nosso Exército de terra e mar.

O Sr. Dr. Silva Pinto, chefe da repartição dos Serviços Culturais, leu o auto de descerramento da lápida, que foi assinado por muitas das individualidades presentes.

O «JORNAL DO COMÉRCIO» — O MAIS ANTIGO DIÁRIO PORTUGUÊS EM PUBLICAÇÃO

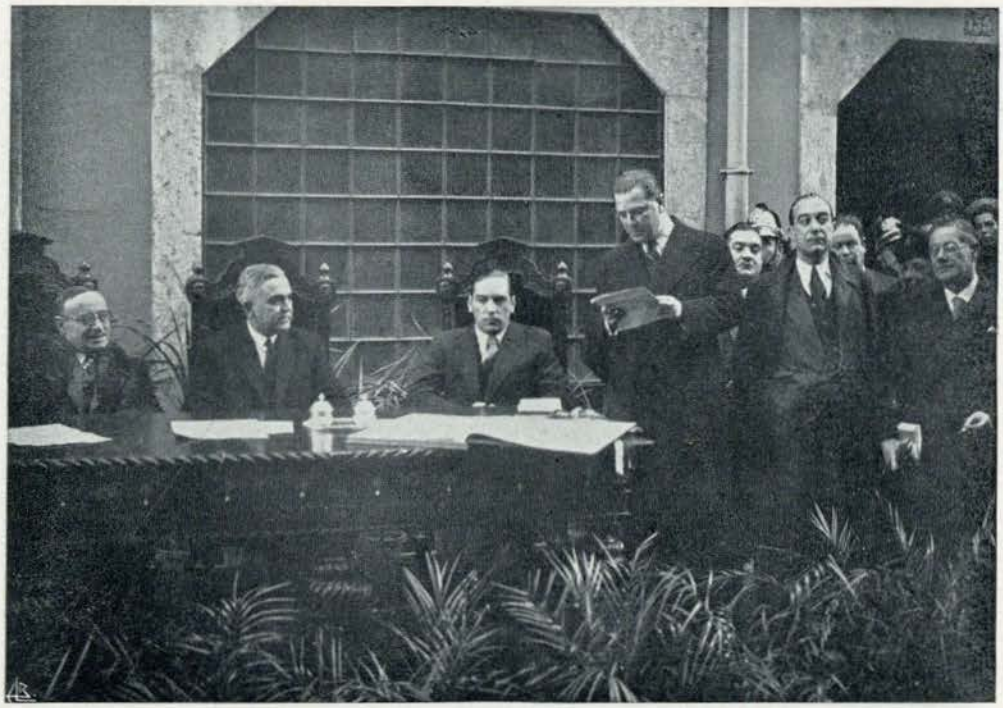
Por cima da porta do prédio que tem o n.º 140 da Rua de S. Julião ainda se lê, hoje, o n.º 23 da antiga Rua dos Algibebes. Foi aí, no primeiro andar, que o *Jornal do Comércio* teve a sua primeira Redacção. Por tal motivo a Câmara Municipal de Lisboa tomou a iniciativa de, em colaboração com a comissão organizadora das Comemorações do Tricentenário da *Gazeta,* colocar uma lápida que recordasse, de futuro, êsse facto histórico, diremos assim, da Imprensa portuguesa. Essa placa de mármore foi inaugurada no dia 5 de Dezembro, às 16 horas.

Presidiu ao acto o Sr. Dr. Jaime Lopes Dias, em representação do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e secretariaram os Srs. Dr. Augusto de Castro, director do *Diário de Notícias* e presidente da direcção do Grémio da Imprensa Diária, e Luiz Teixeira, presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Em cima da mesa estava colocada a colecção do primeiro ano do *Jornal do Comércio,* aberta na primeira página do seu primeiro

No «Diário da Manhã» — Inauguração da exposição de jornais dos séculos XVII, XVIII e XIX

Um aspecto da exposição comemorativa, no átrio do edifício do «Diário de Notícias»



Descerramento de uma lápida no edifício da primeira sede do «Jornal do Comércio»

Na Biblioteca Nacional de Lisboa. Inauguração da exposição da Imprensa periódica portuguesa de 1641 a 1841

número, que data de 17 de Outubro de 1853, jornal que foi redigido na sala em cujas janelas estava colocada a lápida.

O Sr. Dr. Jaime Lopes Dias solicitou então ao Sr. Dr. Alfredo da Cunha que procedesse ao descerramento da lápida. Logo que a bandeira da cidade, que cobria o quadrado de mármore, se afastou, todos os assistentes deram uma salva de palmas e leram as seguintes palavras gravadas em dourado:

No primeiro andar dêste prédio teve a sua primeira sede o mais antigo diário do Continente ainda em publicação.

JORNAL DO COMÉRCIO

Associando-se às comemorações do tricentenário do primeiro periódico português, a Câmara Municipal de Lisboa mandou colocar esta lápida.

5 DE DEZEMBRO DE 1941

Feito silêncio, o Sr. Dr. Jaime Lopes Dias deu a palavra ao Sr. Diniz Bordalo Pinheiro, que leu o seguinte discurso:

A homenagem agora prestada à Imprensa portuguesa — não só à que hoje trabalha nobremente pelo País, mas às tradições honrosas que criou na sua longa vida secular — não pode representar apenas evocação saüdosista do passado nem limitar-se ao valor modesto dêste jornal, escolhido, por direito de primogenitura, para a representar.

Se esta homenagem vem consagrar o valor actual da Imprensa portuguesa, obra que soube resistir e triunfar do desgaste do tempo, muito mais consagra o que há de permanente na sua acção fecunda. Serviço social de imenso alcance; guia da opinião pública; colaboradora do Estado e das actividades vitais do País; instrumento de cultura e actualização constante da vida — a Imprensa merece hoje, mais do que nunca, as atenções dos que mandam e daqueles que serve.

Na vasta convulsão que vai transformando o mundo, só ela pode estabelecer com o passado, dia a dia, o elo de continuïdade que é garantia da salvação de todos; só ela pode preparar o futuro e ensinar a travessia difícil

do presente; só ela pode exprimir em tôda a extensão a vida de hoje e os seus moventes reflexos.

A velha *Gazeta* de há trezentos anos inaugurou em Portugal esta obra de serviço público; hoje todos os jornais portugueses partilham a sua herança de deveres e, da mesma forma, devem merecer a sua herança de direitos.

A Câmara Municipal de Lisboa e a pessoa ilustre do representante do seu presidente vêm testemunhar ante êste jornal — como irmão mais velho de todos — a nobre compreensão destas idéias. Se nos dão o orgulho e a satisfação de ver compreendido por tão distinto organismo público o que hoje somos e valemos, também ao Município é retribuída esta homenagem pelo seu próprio significado. Se os jornais de Lisboa são de todo o País — e um dos símbolos da sua unidade — antes de tudo são da capital uma das suas prestigiosas fisionomias.

Anos e anos de trabalho comum na mesma obra ligam a Câmara Municipal e a Imprensa diária de Lisboa: o engrandecimento da terra que servimos e amamos. Mas esta homenagem é prova de fraternidade expressa, de colaboração fecunda, de entendimento criador, cujo mérito devemos realçar. Por ela, acima da nossa gratidão, deve afirmar-se o que há de nobre, inteligente e feliz na orientação a que hoje obedece a Câmara Municipal de Lisboa, tão bem representada neste acto.

É o que, acima de tudo, devemos dizer no agradecimento desta comovedora homenagem.

Por aparente acaso das circunstâncias e do tempo foi o *Jornal do Comércio* escolhido pela sua longa vida como representante da Imprensa portuguesa e depositário da lápida comemorativa que aí fica. O *Jornal do Comércio* saberá ser digno dela. Há 88 anos que é baluarte dos interêsses mais duradouros e fecundos do País e nunca as suas páginas honradas tiveram de envergonhar-se com qualquer atitude ou pensamento nelas expresso. Fundado por modestíssimos trabalhadores da Imprensa, tomou, desde logo, o alto papel que justificou o seu aparecimento, e por êle tem durado sem fraquezas nem desânimos. Atravessou épocas de luta e desordem; viveu com gerações sucessivas de homens batalhadores na política, na economia e na cultura; suportou as inclemências de tôdas as obras que vivem ìntimamente para a acção externa dos homens, no seu longo drama colectivo. Mas um espírito constante o animou, a mesma fé serviu sempre através de tôdas as contingências humanas: os supremos interêsses da Nação. O tempo não o maculou; e bem pode dizer-se hoje, neste acto evocador da sua longa vida, que uma eterna juventude o faz e há-de fazer viver por muitos anos.

Por esta parcela privilegiada que nos coube na homenagem comum, aqui deixamos ao senhor representante do presidente da Câmara Municipal

de Lisboa e a todos aquêles que a ela se associaram o testemunho do nosso mais vivo agradecimento. Larga e sinceramente o sentimos para que possa conter a gratidão fervorosa de tôda a Imprensa para com quem soube distingui-la em tão honrosa demonstração de aprêço.

A lápida hoje inaugurada tem para todos os jornais portugueses o valor de um símbolo e de um voto: símbolo da acção grandiosa da Imprensa em tôdas as épocas e todos os seus elementos irmanados à volta dêste companheiro mais velho; voto de continuarem a servir, hoje e amanhã, como sempre, as tradições da sua nobre história e o País que todos amamos para além das nossas frágeis vidas e das nossas modestas realizações.

O Sr. Dr. Jaime Lopes Dias usou depois da palavra para agradecer as referências feitas à Câmara Municipal. Disse que outrora os municípios tinham como missão pouco mais do que tratar das ruas e dos marcos fontanários. Com o decorrer dos tempos, porém, e muito principalmente nos nossos dias, os municípios envolvem-se nos mais vastos sectores, estimulando empreendimentos e dando a sua colaboração a tantos outros. Dentro dêsse programa, a Câmara Municipal associou-se, muito sinceramente, à comemoração do tricentenário da *Gazeta,* entre outras, com aquela singela cerimónia.

Recorda-se com ela — acentuou — a fundação do *Jornal do Comércio,* o diário português mais antigo, detentor de tradições e de pergaminhos nobilíssimos, a que presta homenagem, congratulando-se por se publicar ainda hoje um jornal que foi fundado há 88 anos. Esta homenagem envolve tôda a Imprensa portuguesa, através do seu decano no Continente, como reconhecimento pelo muito que tem feito a favor do desenvolvimento da capital.

Procedeu, depois, à leitura do auto de descerramento da lápida o Sr. Dr. Silva Pinto, chefe da repartição dos Serviços Culturais.

NO «DIÁRIO DA MANHÃ»

Na tarde do dia 5 de Dezembro foi inaugurada uma das mais interessantes exposições do ciclo comemorativo do tricentenário — a que o *Diário da Manhã* realizou nas salas da sua sede. Cuidadosamente distribuídos por épocas e especialidades foram apresentadas muitas centenas de exemplares de jornais, revistas, estampas, programas, etc., abrangendo os séculos XVII, XVIII e XIX. O

período da Restauração estava notàvelmente representado e por tôda a parte se viam verdadeiras raridades bibliográficas. Ao lado dos *Mercúrios* via-se o jornal que em 1756 imprimiu a primeira música (uma canção nacional) ainda pelo sistema de gravação; os primeiros jornais que utilizaram a litografia; colecções curiosíssimas de jornais burlescos muito antigos como o *Patriota;* o *Jornal do Iniciado,* fôlha da Maçonaria datada de 1873; uma edição promovida pelo Centro Operário de Propaganda Socialista e dedicada ao primeiro de Maio com saborosas alegorias; *A República Portuguesa* publicada em 1890 por João Chagas, antes e depois da intervenção da censura, que lhe cortou a palavra *República* deixando, na cabeça do jornal, o artigo «A» com um espaço em branco e, em continuação, o resto do título: *Portuguesa,* etc.

A exposição apresentava também numerosas fôlhas de circulação proïbida, de vários formatos e títulos, entre as quais se via a edição do *Pelourinho* (1831) impressa em Londres com as dimensões próprias para poder circular em sobrescritos usados para cartas. Muito abundante também a colecção de jornais literários, desportivos e recreativos.

Uma sala reünia documentários sôbre teatro, com tôda a gama de impressões do género, desde os jornais *(Plateia,* 1875) que apresentava ainda as fotografias dos artistas coladas, por não se utilizar a fotogravura — até aos programas teatrais, dos antigos circos da capital e de outros espectáculos mais modernos.

A comissão organizadora das comemorações ficou devendo valiosa colaboração ao *Diário da Manhã* e aos dois realizadores da sua excelente exposição: o nosso ilustre camarada Dr. Jorge de Faria e o Sr. La Cueva.

«ORIGENS DO JORNALISMO»

CONFERÊNCIA PELO SR. RAÚL ESTEVES DOS SANTOS

À noite realizou no salão de festas da Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário» uma interessantíssima con-

ferência, sob o tema «Origens do Jornalismo», o Sr. Raúl Esteves dos Santos, presidente da Comissão Administrativa da prestigiosa instituïção.

Presidiu o Sr. coronel Mimoso Guerra, que foi secretariado pelos Srs. Dr. Alfredo da Cunha, Luiz Pastor de Macedo, coronel Pires Monteiro, Luiz Teixeira, Armando de Figueiredo e Tomaz de Aquino.

O orador começou por recordar que o homem, ao iniciar a sua marcha no caminho da civilização, deve ter sentido a necessidade de divulgar às gerações que lhe sucederam o relato dos factos mais salientes de que foi protagonista ou espectador, tôda a história dos combates que sustentou e em que saíu triunfante ou sofreu a triste sorte dos vencidos nas trágicas agruras do cativeiro. Vivendo num país de sol ardente, entregue ao cultivo da terra virgem, pastoreando, caçando ou pescando, para, finda a labuta, pousar os olhos cismadores na contemplação do infinito, na suave distracção de contar as estrêlas, cujo fulgor lhe deslumbrava o espírito, ou, em respeitosa curiosidade, ouvir em velhas noites a narração das lendas que o chefe da família, com solenidade, lhe contava, tal era, em remotos tempos, o hábito do seu viver. Nos primeiros tempos eram os homens curiosos de erigir e conservar monumentos de vária ordem, recordativo de um ou outro facto mais destacado, e a posteridade guardava cuidadosamente os motivos que lhe haviam dado origem. Abraão, Isaac e Jacob ergueram monumentos dos principais sucessos da sua vida. Mostravam-se entre os povos vizinhos, e, na terra de Canaan, os lugares que habitavam; os povos que profundaram; as montanhas em que sacrificavam a Deus e onde Êle teria aparecido; as pedras que levantaram e amontoaram para servir de memória à posteridade e os túmulos onde repousaram as suas cinzas.

Era êste um dos modos de escrever a história e outras provas que se lhe seguiram e praticaram muito. Mas, necessàriamente, a cultura que foram adquirindo fêz com que as pedras se pulissem e delas surgissem diversas figuras simbólicas, colunas e estátuas, que vieram suceder aos monumentos grosseiros e sólidos que primitivamente se haviam erguido. O nome dos patriarcas correspondiam igualmente a uma espécie de monumentos, mais simples e mais familiares; significavam, no dizer dos escritores da antiguidade, que os seus nascimentos tiveram alguma cousa de singular: Favor recebido de Deus ou o haver ocorrido sucesso notável nos seus tempos. As descrições, que os patriarcas faziam, eram como que uma história abreviada, que êles tinham o maior cuidado em explicar a seus filhos e mais parentes, resumo em que também se esclarecia o motivo que havia dado ori-

gem aos nomes de patriarcas, os quais nunca se pronunciavam sem, poder-se-ia dizer, refrescar a memória dos factos.

Assim, a divulgação de notícias, lendas e tradições, que circularam oralmente durante os primeiros séculos antes do aparecimento da escrita, pode ser considerada como que o primitivo jornalismo de carácter verbal que existiu no Mundo. E essas narrações, que mais tarde vieram nos livros sagrados dos diversos povos, foram no seu início a recolha do relato dos grandes acontecimentos, que se transmitiam de pais para filhos com um rigor de factos que a longevidade dos primeiros habitantes da Terra justifica. Dentro dêste pensamento não nos parece ousadia poder afirmar-se que o jornalismo é tão velho como o Mundo e que Moisés, Samuel e David, considerados como tribunos de Deus, falando diante de Israel não faziam outra cousa que jornalismo falado, e concluïríamos lògicamente que o Antigo Testamento aparece aos nossos olhos como um imenso jornal. O Sr. Raúl Esteves dos Santos, depois de largamente se referir à acção dos profectas, pela difusão dos seus discursos, através dos vários continentes, fêz uma interessante descrição do viver bíblico e disse que em determinado momento o génio da aventura levou uma grande parte dessa enorme família de pastores a partir para longe da terra que lhe servira de berço, na ânsia de desvendar mistérios e de partilhar territórios longínquos. Nesta longa caminhada por terras desconhecidas deve ter-lhe surgido a idéia de ir deixando vestígios pelos lugares onde acampou. Então a forma por que êsses primitivos exploradores procuraram tornar conhecida a sua rota foi representada por sinais copiados da própria natureza, alguns dos quais foi possível ainda recolher nos grandes museus da Europa. Nêles se encontraram os sinais da sua passagem pelas cavernas, onde o primeiro homem habitou. A figura do homem e de animais, e, de entre estes, a rena, surgem vincadas pela pederneira sôbre a pedra, o que demonstra haver sido a gravura a primeira manifestação da impressão.

Não há exagêro em dizer que os homens desenhavam para escrever. As cenas de caçadas, os episódios das lutas, eram, pelo seu carácter emocional, as preferidas nesses desenhos gravados na pedra, em que as figuras do caçador, dos animais e dos guerreiros surgem, por vezes, em traços demonstrativos de uma curiosa observação. Êsses vestígios, êsses sinais, são a demonstração de que a primeira ambição do homem, após o seu aparecimento à face do Globo, foi falar de si próprio, perpetuando, por tôdas as formas, a sua passagem pela Terra. Essa ambição, êsse desejo de transmitir ao futuro os episódios da vida terrena, encontra a mais alta expressão em Moisés, quando no último cântico, de um elevado espírito doutrinário, diz:

... ...

«Ouvi, céus, o que vou dizer: ouça a terra as palavras da minha bôca:

Cresça como a chuva a minha doutrina, destilem como orvalho as minhas palavras, como chuvisco sôbre a era, e como gôtas de água sôbre as relvas».

... ...

E Job, ao descrever a sua cruz, a tragédia do seu viver, a dor humana sofrida com uma tão estóica resignação, que da lepra que o cobre consegue fazer uma púrpura, diz amarguradamente:

... ...

«Quem me dera que as minhas razões fôssem escritas, quem me dera que se imprimissem em um livro!

Com ponteiro de ferro, ou em lâmina de chumbo, ou com cinzel se gravassem em pederneira».

... ...

Escutado com viva atenção, o conferente passou a referir-se ao Egipto como berço da civilização, dizendo que ali vamos encontrar os acontecimentos de certa importância gravados nas casas, nos monumentos e nos templos, de tal forma que a arquitectura, a escultura e a pintura se encontravam por tôda a parte inteiramente unidas nas construções egípcias, em circunstâncias tais que não se consideravam acabadas enquanto não estivessem cobertas de hieroglifos e de quadros históricos.

Recordou, apoiado em vasta documentação, que as próprias paredes das pirâmides serviam como de páginas aos egípcios para registar os grandes sucessos da sua história, as façanhas dos guerreiros e o epitáfio sentido de alguns dos seus reis. D. Chalazes encontrou, esculpidas numa das pirâmides, as dimensões da Arca de Noé. A admiração de Chalazes, após esta descoberta, subiu de ponto quando verificou que as medidas do cofre da sala real, onde os poderosos faraós guardavam os tesouros, se relacionavam exactamente com a densidade do globo terrestre. Cofre que tem a mesma capacidade da Arca da Aliança, onde religiosamente se guardava o primeiro grande artigo doutrinário que no Mundo surgiu: as Tábuas de Moisés.

E a Esfinge, imponente e misteriosa, com os seus 17 metros de altura, situada não longe das pirâmides, ¿não constitue igualmente um precioso documento da escrita antiga? O orador demonstra que sim, contando a maneira como há cêrca de 3.350 anos o faraó Thutmosis IV fêz gravar entre os pés do enorme monumento uma história tendente a conseguir que os seus vassalos pagassem uma forte tributação que permitisse poder proceder-se às obras indispensáveis para desenterrar o enigmático monumento, que as areias da planície de Gizeh haviam quási subvertido. Dentro desta classe de escrita

monumental, o conferente apontou os obeliscos egípcios, a maioria dos quais, em número de 12, os romanos fizeram transportar do Egipto para Roma. Entre estes, o de S. João de Latrão pode considerar-se exemplar digno de registo. O de Luxor, que se encontra em Paris, tem três fieiras de hieroglifos, o que lhe dá um especial valor.

A vasta série de informes de carácter histórico, que os documentos do passado, escritos em pedra, tejolo, mármore ou bronze, fornecem aos arqueólogos de hoje são, sob certos aspectos, exactamente iguais aos que aos investigadores do futuro fornecerão as actuais colecções de jornais, partindo-se do princípio de que elas não hajam desaparecido até lá.

Entre êsses magníficos repositórios da história do passado, o orador citou os mármores de Paros, que conservam o nome de Crónica de Paros, nos quais, no ano de 263 A. C., se gravaram os acontecimentos de maior importância da história grega e itálica, começando no reinado de Caropis, quando da subida dêste rei ao trono de Atenas, 1582 anos A. C.; os Mármores Capitolinos e os Fastos Consulares que nos conservam a série dos cônsules, dos ditadores, dos tribunos e dos triunfadores do povo romano até ao reinado de Tibério, ou ainda o Testamento de Augusto, redigido por êste mesmo Imperador, na idade de 66 anos, e onde resumiu o relato da sua vida, traçando, com efeito, tôda a história do estabelecimento, em Roma, do regime imperial.

Desta classe de documentos, da velha antiguidade, relembrou o conferente, pelo seu alto valor, a Estela comemorativa do rei dos moabitas, Mesa, cêrca de 890 anos A. C., em que se descrevem as guerras entre o País de Moab e Israel, Estela preciosa que foi encontrada em 1869 por M. Clermont-Ganneau e conservada no Museu do Louvre, e que até à descoberta do sarcófago de Ahiram, Rei de Gebal, em Biibos, era considerada um dos monumentos mais antigos da escrita alfabética dos fenícios; assim como a notável Pedra de Palermo, que M. Jécquier chama «Os anais mais velhos do Mundo». Esta pedra, conservada no Museu de Palermo, representa aproximadamente o décimo de uma grande laje em que estavam gravados em pequenos espaços, dispostos em compridas linhas, todos os acontecimentos — importantes ou não — que ilustram o reinado de cada rei depois da fundação do Egipto por Ménès.

Em seguida o orador, em rápidas palavras, referiu-se às inscrições que os monarcas orientais faziam gravar nos muros dos seus palácios, nos templos dedicados aos deuses que adoravam, nas colunas, nas estátuas, nos túmulos e à superfície das rochas, por vezes a considerável altura do solo. Estas inscrições, célebres muitas pelas suas enormes dimensões, diziam respeito à lista dos reis, relatos dos seus feitos, disposições legais, etc., que interessava tornar conhecidas e fazer divulgar pelo povo. E, para fechar

êste aspecto do problema, o conferente disse que nas escavações que Calza vinha, até à entrada da Itália na guerra, dirigindo em Óstia foi encontrada uma placa de mármore, onde estão gravadas várias notícias referentes aos anos de 108 a 113 da nossa era, entre as quais as que dizem respeito às festas oferecidas por Trajano ao povo; as que anunciam a construção de novos monumentos e obras públicas; a descrição dos sumptuosos obséquios feitos em homenagem à irmã do Imperador, etc. Nesta placa pode admirar-se uma enorme quantidade de nomes e de datas, preciosidades de enorme valia para os arqueólogos e historiadores.

Descrevendo as instituïções egípcias, S. Clemente da Alexandria, no relato que faz da procissão de Isis, dá-nos uma idéia do que seria a hierarquia egípcia e do lugar que nela ocupava o escriba, ou, melhor, o escriba categorizado:

«*O chantre marcha na frente com o símbolo da música e dos livros de Hermes, um contendo hinos a Deus e outro regras de direcção para o Rei. É seguido pelo horóscopo, com o relógio e ramo de palmeira, símbolo da astrologia, e deve ter sempre na sua frente os quatro livros de Hermes relativos aos astros. Vem após êste o escriba sagrado, com plumas na cabeça, um livro e uma régua na mão, bem como um tinteiro e a cana para escrever; deve ter conhecimento de escrita hieroglífica, comosgráfica, caminho do Sol, da Lua e dos cinco planetas, de corografia do Egipto e do Nilo, aparato das cerimónias e carácter para tudo quanto serve para os sacrifícios...*».

O orador, passando a referir-se à origem exacta do jornalismo, afirmou que quem pretendesse tal conseguir perder-se-ia num verdadeiro labirinto, de onde só com sérias dificuldades poderia sair. E fundamentou a sua opinião na vasta colecção de escritas existentes no Museu do Louvre, onde se encontra um documento do ano 1750 A. C. referente ao reinado de Thontmés III, no qual o Ministro Rekhmara comenta diferentes artigos de um jornal oficial do tempo, em que se fala em variadas missões ordenadas pelo govêrno do Egipto. Tal documento é confirmado por outros escritos da época de Apriés, que atestam que Mênfis, em época longínqua, possuía uma espécie de órgão político oficial.

Se insistíssemos neste trilho poderia afirmar-se, como já fizeram alguns investigadores, que os egípcios conheceram, além dos jornais governamentais, os jornais da oposição; o célebre escrito de Turim, tomando o partido de Ramsés III, é uma prova que se supõe concludente.

Heródoto fala de «jornais satíricos» dirigidos contra os faraós e cita o jornal da Côrte, que relatava os últimos escândalos da cidade, os passeios

nocturnos do Rei Amásis e as suas orgias no lago Moeris... O redactor dêste jornal não era outro senão um escriba do Palácio a sôldo dos banqueiros hebraicos, a-fim-de que, pelos seus libelos simplesmente destinados a desviar a atenção do público mundano, pudesse dar uma forma expressiva à oposição dos velhos partidos e excitar o ódio do povo contra o soberano.

Por outro lado, Flavius Joseph assegura que os babilónios tinham também cronistas encarregados de relatar diàriamente os acontecimentos que se produziam no país. Mas a contraditar as afirmações produzidas no que diz respeito aos manuscritos existentes no Louvre, à descoberta no túmulo de Roekhmara, ao «escrito de Turim» e à boémia do Rei Amásis, surgem elementos que pretendem demonstrar que êsses factos não são, em alguns dos casos, além de meras manifestações jornalísticas, não se podendo dizer que tenham representado, nos povos que os escreviam, a função de «jornais», mostrando sim que os egípcios, babilónios, assírios, fenícios e gregos escreviam com senso os seus anais, mas não indica que estes anais tenham sido redigidos dia a dia, nem, sobretudo, tenham sido tornados públicos.

Na última parte da sua conferência Raúl Esteves dos Santos referiu-se às primeiras notas da política, que se conhecem, aparecidas no Egipto, e foram arquivadas em papel feito de papiro. Êsses curiosos elementos fornecem-nos informes sôbre a escrita da época. Nesses anais se registaram os principais acontecimentos e expunham-se idéias e oposições que interessavam ao reino dos faraós, e Censorinus menciona actas públicas dos etruscos anteriores a 1500 anos A. C.. A existência dos *Annales Pontificum* ou *Grandes Annales* remonta aos primeiros tempos de Roma. Segundo Le Clerc, o grande pontífice, a-fim-de conservar memórias públicas, coligiu todos os acontecimentos de cada ano, escrevendo-os numa tábua branca (álbum), que expunha em sua casa para que o povo os pudesse consultar. A escrita nestas tábuas começava pelo nome dos cônsules e de outros magistrados, depois continha a relação de todos os feitos referentes aos auspícios, cerimónias, comícios, apelos ao Senado, aos negócios militares, tudo, enfim, quanto era objecto das leis. Ali se registavam os triunfos, as estátuas concedidas como recompensas públicas, a construção dos templos e de outros monumentos, as calamidades, os eclipses e uma diversidade de factos que deviam ocupar um largo espaço nos *Annales*.

Em resumo os *Annales* constituíam a cadeia intermediária entre as inscrições da antiguidade, destinadas a desafiar a duração dos séculos, e o jornal, objecto essencialmente efémero e transitório. Pode dizer-se que escrever a história, não ano a ano, mas dia-a-dia, era fazer aquilo que os gregos denominavam uma *Efemeridade*. Simprónius Asélio estabeleceu por esta forma a comparação entre os *Annales* e uma história. Os *Annales* indicam

ùnicamente o feito e o ano do feito, como aquêles que vêm descritos num jornal *(diarium)*, publicação a que os gregos chamavam uma *Efemeridade*». Plínio diz que as *Efemeridades* anunciam por cada dia do ano a posição do Sol e dos planetas, assim como as fases da Lua, no que muito se assemelham aos almanaques, o que levou um homem erudito a afirmar que encerra uma grande verdade a parábola de Salomão: «Não há nada que seja novo debaixo do Sol».

Não se sabe, com precisão, em que data apareceram em Roma os *Actas públicas*, mas Simprónius Asélio, que viveu no segundo século A. C., diz ter tirado, com a ajuda dos seus conhecimentos pessoais, tôda a história dos gracos e das guerras púnicas, o que fazia remontar o seu aparecimento entre 149 e 264 antes da nossa era. Plínio, por seu turno, conta que leu nos *Actas* a narração de uma chuva de leite e de sangue, no ano de 639 de Roma (115 anos A. C.), sob o consulado de M. Asilius e de Portiais. A publicação do *Acta diurna, Acta pública* e *Fabulae publicae*, pôsto que não seguisse sem interrupção, representa um papel importante, quer no tempo da República, quer no do Império. A sua influência, que bem poderia chamar-se a acção da primeira Imprensa regular que se conhece, encontra-se ligada aos acontecimentos de maior relêvo que ocorreram em Roma durante a vigência dos dois sistemas políticos que a dominaram. E, embora o *Acta pública* existisse muito antes do nascimento de César, o que é certo é que foi a êste homem ilustre que se ficou devendo a maior das innovações, que lhe trouxe uma importância como até ali nunca alcançara, a qual innovação consistiu em transformar o velho *Acta pública* numa publicação regular, que saía diàriamente.

Os estudos e as investigações por Victor Le Clerc, que arquivou cuidadosamente tôdas as citações que viu, referentes aos *Actas*, demonstram haver encontrado, entre os feitos assinalados por esta publicação, uma completa transcrição do processo de Valerino Triarius contra Seraurus, acusado de concussão perante Catas, o Pretor; os insultos proferidos contra Lívia, mãe de Tibério; a inserção das contas do Estado e mesmo a descrição de incidentes vulgares.

Num dos acidentes que anota faz-se referência a um grande pórtico de Roma, que se encontrava pendendo para um lado, e que mercê do trabalho insano de um talentoso arquitecto voltou à posição vertical. Êste feito mereceu ser considerado como obra maravilhosa de engenho, mas o Imperador Tibério não permitiu que o nome do artista fôsse citado no *Acta*. É talvez êste o primeiro caso em que a Censura, ou antes a pena do silêncio, foi aplicada. O mesmo investigador diz-nos que nos *Actas* se relatavam, além do que já foi dito, os prodígios, as nomeações dos magistrados, as palavras dos tribunais do povo, os éditos, os espectáculos, os incêndios,

os boatos da cidade, os casamentos, os nascimentos, os óbitos, as cerimónias fúnebres, as execuções, a chuva de pedra, os banquetes, as longevidades, ou fecundidades extraordinárias, os êxitos militares, os jogos, as rivalidades dos homens do circo, o sucesso ou o *desaire* dos comediantes, etc.

Tácito diz haverem dado à estampa, entre outras cousas, os domumentos referentes aos funerais de Britanicus. Séneca, por seu lado, relata-nos que as damas romanas, não temendo o escândalo dos seus divórcios, os faziam anunciar nas indiscretas fôlhas, e por uma passagem de Juvenal depreende-se que o *Acta* tinha um enorme formato, pois fala de uma dama romana que passava a sua manhã a ler os artigos de um grande jornal, do que se deduz poder afirmar-se que eram uma espécie de jornais semi-oficiais, onde se publicava tudo o que interessava à vida romana. Por êsse tempo os interêsses ilegítimos faziam já sentir a sua influência. Como hoje os negociantes sem escrúpulos, que proviam a cidade, conseguiam fazer inserir nas suas páginas notícias tendenciosas, com o fito de alcançar lucros indevidos. Como para a factura do *Acta diurna* havia sérias dificuldades, visto serem manuscritos, o mais que se fazia, segundo alguns historiadores, para dar publicidade a êsse órgão da vida da capital, era pregar cópias em alguns lugares mais concorridos de Roma, afixá-los nos cruzamentos dos caminhos, nas lojas de barbeiro, e em algumas, poucas, das principais províncias, ficando, no entretanto, desconhecido o seu teor das restantes cidades do vasto império.

Mas Tácito, que parece ter compulsado largamente as colecções do *Acta,* diz: estes *diarium* eram levados às províncias e aos exércitos, onde se aguardavam, com impaciência, novas da capital: *Diurna populi per provincias per exercitus leguntur,* que eram lidos durante as refeições, por escravos destinados especialmente a êsse serviço, razão por que lhe davam o nome de *anagnostes* — leitores (palavra de origem grega que faz supor que os atenienses tivessem entre si escravos para fazerem a leitura de jornais). Os *Actas* tiveram os seus redactores. O jornalista *(diurnarius)* não era, na época de César, um personagem medíocre. Os privilégios de que gozava estão explìcitamente consignados no Código Teodesiano. A sua função constituía uma verdadeira profissão, cuja utilidade se reconhecia.

Para rebuscar informes, ao que hoje se chama fazer reportagem, havia uma classe de esquadrinhadores, que indagavam tudo quanto na cidade se passava, fornecendo assim a matéria prima para a redacção do *Acta diurna.* A estes antepassados dos nossos modernos repórteres dava-se o nome de *actuarii.* Salústio, que na sua mocidade se havia dedicado ao jornalismo, redigindo, sob os auspícios de César, um *Comentarios rerum novarum,* cuja publicação se fazia semanalmente, teve Lúculos por associado, que para essa emprêsa forneceu trezentos escravos, cada um dos quais executava por dia

cinco cópias do jornal, o que permitia poder a sua tiragem, que se fazia tôdas as quartas-feiras, elevar-se a uma média de 10.500 exemplares, número deveras importante para aquela época.

Cícero dá-nos a entender que, provàvelmente, existiam outros jornais além do *Acta,* quando, escrevendo ao seu amigo Célius, diz: «vós zombais de mim por vos enviar as notícias que tenho já da colecção de Chrestus». Esta personagem, Chrestus, que é o mais antigo jornalista, cujo nome chegou até nós, era um grego hábil, que manejava com mestria incomparável a arte do reclame e do elogio. Êle era especializado nas notícias sensacionais, sendo-lhe atribuída por certos autores a invenção do *canard* (notícia falsa e inverosímil dada como verdadeira, com intenção mistificadora).

O *Acta diurna* parece haver existido até à queda do Império Romano, durando, assim, mais de quatro séculos, perdendo-se depois os sinais da sua existência. Êle tinha vindo, pouco a pouco, tornando-se num verdadeiro jornal completo, a que não faltavam as necessárias assinaturas, formando como que um *Boletim* das festas da Côrte imperial, onde se inseriam as saüdações compostas em honra dos imperadores venturosos e, após a recepção, o nome dos visitantes, tal como presentemente se faz na crónica mundana de certos países.

Desta classe de publicação germinaram os *Annales maximi,* que, depois de haverem tido em terras romanas uma laboriosa gestação, vieram à luz do século XIV nos prelos dos impressores xilográficos de Veneza.

Completaram a conferência de Raúl Esteves dos Santos, que foi aplaudidíssimo pela numerosa assistência, uma série de projecções luminosas de monumentos, jornais e documentos referentes à descoberta da Imprensa e um recital por alunos das escolas primárias e comercial de «A Voz do Operário», que recitaram versos de autores portugueses e estrangeiros alusivos à Imprensa, ao Livro e à Tipografia.

O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONDECOROU ALGUNS DOS MAIS ANTIGOS JORNALISTAS AINDA NA ACTIVIDADE

Às 16 horas do dia 6 de Dezembro o Chefe do Estado recebeu no Palácio de Belém os directores do Sindicato Nacional dos Jornalistas Srs. Luiz Teixeira, José Augusto, Tavares da Silva e Albano Negrão acompanhados por alguns dos mais antigos jornalistas portugueses que ainda se encontram em plena actividade profissional.

Luiz Teixeira, presidente do Sindicato, apresentou ao Chefe do Estado os seus colegas e, em nome dêles e do organismo corporativo que dirige, disse que todos cumpriam, com a mais viva satisfação, o honroso dever de saüdar o Sr. General Carmona no momento em que o jornalismo nacional festejava os seus três séculos de existência.

Referindo-se aos jornalistas presentes declarou que, envelhecidos nas tarefas árduas e esgotantes das redacções, nos trabalhos fatigantes da reportagem, na crónica literária, na polémica e no jornalismo de idéias, todos tinham contribuído com os seus melhores esforços para o prestígio da Imprensa, servindo sempre nobremente a Nação, através de dezenas e dezenas de anos de actividade profissional.

O Chefe do Estado, que foi de grande afabilidade, disse que teve o maior prazer em referendar as propostas do Sr. Ministro do Interior, agraciando os jornalistas que contam maior número de anos de profissão com vários graus da Ordem de Cristo, e teve nisso o maior prazer porque muito admira os que trabalham na Imprensa.

Referiu-se à vida árdua dos jornais, ao trabalho extenuante a que são obrigados os que nêles labutam e realçou os altos serviços que prestam ao País e à comunidade. Terminou por saüdar os agraciados, aos quais agradeceu a sua longa vida de trabalho.

Receberam essa distinção os Srs. Eng. Fernando de Sousa, director de *A Voz,* grande oficial; Tito Martins, subdirector de *O Século,* comendador; Aprígio Mafra, chefe da Redacção do *Diário de Notícias,* e Júlio de Oliveira, antigo chefe da Redacção do *Primeiro de Janeiro,* do Pôrto, considerado o decano dos jornalistas portugueses, ambos o grau de oficial; Rafael Ferreira, Jaime Valente e Sebastião Gomes Saraiva, respectivamente redactor e repórteres de *O Século,* todos com o grau de cavaleiro.

O presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas ofereceu ao Sr. General Carmona a colecção do Boletim do Sindicato e um exemplar do número especial comemorativo do tricentenário e a edição facsimilada da *Gazeta* de 1641.

No Palácio de Belém. O Sr. Presidente da República com os membros da comissão administrativa do Sindicato e alguns dos jornalistas condecorados

Alguns dados biográficos dos jornalistas condecorados:

ANTÓNIO RAFAEL FERREIRA — nasceu em Lisboa a 24 de Outubro de 1865. Entrou para o jornalismo em Fevereiro de 1888, em *O Dia*, onde trabalhou nove anos sob a direcção de António Enes e depois mais seis anos sob a direcção de Moreira de Almeida. Outros jornais onde trabalhou: *Jornal da Noite, Debate, Vanguarda, O Jornal, Correio Nacional, A Capital, Opinião* e *Jornal do Comércio e das Colónias*, onde esteve dezasseis anos. Trabalha actualmente no diário *O Século* como redactor.

Tem 53 anos de profissão.

APRÍGIO MAFRA — nasceu em Portalegre em 26 de Novembro de 1887. Entrou no jornalismo profissional em 1911 como redactor da *Nação* e desde essa data trabalha ininterruptamente na imprensa diária da capital. Chefiou a Redacção de *A Pátria* até ser suspensa a publicação do jornal. Chefiou a secção «Estrangeiro» de *O Século* durante a guerra de 1914-1918 e exerceu depois até 1924 o cargo de subchefe da Redacção daquele diário. Foi durante 14 anos redactor do *Diário de Lisboa.*

Tendo pertencido já à Redacção do *Diário de Notícias* em 1919, voltou para ali em 1924 e nesse jornal se conserva desempenhando as funções de chefe da Redacção.

Fêz parte, ainda, das redacções de: o *Diário Nacional*, o *Correio da Manhã*, a *Restauração, A Situação, A Luta* e o *Talassa.*

Exerce a profissão há 30 anos.

JAIME ARTUR TAVEIRA VALENTE — nasceu em Lisboa a 31 de Março de 1860. Entrou para o jornalismo em 1895 em *A Vanguarda.*

Outros jornais onde trabalhou: *Diário Ilustrado*, três anos como redactor; *Tempo*, três meses como revisor; *Imparcial*, durante um ano como chefe da Redacção; *Imprensa da Manhã*, durante um ano como encarregado da Agenda. Exerce actualmente as funções de repórter no jornal *O Século*, para onde entrou a 30 de Setembro de 1911.

Tem 46 anos de profissão.

JOSÉ AUGUSTO TITO GONÇALVES MARTINS — nasceu a 17 de Maio de 1868. Entrou para o jornalismo em 1886 no *Interêsse Público.* Outros jornais onde trabalhou: *O Correio da Noite, Correio Nacional, Diário Popular, Jornal do Comércio, A Capital, O Debate, A República, A Luta;* (no Brasil: *Fôlha do Norte*, do Pará; *O Diário do Amazonas*, de Manaus).

Exerce actualmente as funções de redactor em *O Século*, para onde

entrou em Novembro de 1905, tendo exercido ali os cargos de redactor, subchefe da Redacção, chefe da Redacção e subdirector.

Tem 55 anos de profissão.

ENG. JOSÉ FERNANDO DE SOUSA — nasceu em Viana do Alentejo em 30 de Maio de 1855.

Colaborador do *Comércio Nacional* desde 1895, foi director do mesmo jornal de 1897 a 1901. Em 1901 foi director de *A Palavra*. Em 1907 foi director do *Portugal*. Em 1916 foi director de *A Ordem*. Exerceu êsse cargo até 1919, ano em que o mesmo jornal foi suspenso. Fundou então *A Época*, diário que em 1927 substituíu por *A Voz*. Colaborador desde 1901 da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, exerceu durante alguns anos na mesma publicação o cargo de director.

Tinha 46 anos de profissão.

JÚLIO FERNANDES DE OLIVEIRA — nasceu no Pôrto em 28 de Julho de 1863. Entrou no jornalismo em 1881-1882, em *A Actualidade*.

Outros jornais onde trabalhou: *A Idéia Nova*, que substituíu aquêle jornal após o movimento de 31 de Janeiro de 1891; *Província*, *Jornal da Manhã*, *Voz Pública*.

Foi correspondente diário da *Fôlha do Povo*, *País*, *Pátria*, *Marselhesa*, *O Mundo*, *A Luta*, *Diário da Manhã*, *O Jornal*, *A Capital*, etc.

Entrou para *O Primeiro de Janeiro*, jornal onde ainda hoje se encontra na actividade, em 1894. Neste diário foi revisor, repórter, redactor, chefe da Redacção durante vinte anos e actualmente redactor.

Pode considerar-se como o decano dos jornalistas portugueses.

Tem 60 anos de profissionalismo jornalístico.

SEBASTIÃO GOMES SARAIVA — nasceu em Santo Adrião em 9 de Outubro de 1865. Entrou no jornalismo em 4 de Julho de 1894 para o diário *O Século*, onde ainda hoje exerce as funções efectivas de repórter.

Tem 47 anos de profissionalismo jornalístico.

No mesmo dia o Sr. Presidente da República recebeu a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Tipógrafos, que lhe ofereceu o volume por ela organizado e que reúne as reproduções em miniatura dos jornais diários de Lisboa e Pôrto.

SESSÃO COMEMORATIVA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

A Academia das Ciências de Lisboa, que tem prestado à acção cultural do Sindicato Nacional dos Jornalistas o mais dedicado e carinhoso apoio e auxílio estimulando as nossas iniciativas com muito interêsse e decidida boa vontade, dignou-se colaborar nas comemorações do tricentenário da *Gazeta* promovendo uma sessão comemorativa dêste acontecimento histórico. A sessão constituíu um facto do mais alto relêvo intelectual. O Boletim do Sindicato dos Jornalistas tem muita honra em arquivar nas suas páginas os notáveis discursos ali pronunciados pelos excelentíssimos senhores Dr. Júlio Dantas, Dr. Alfredo da Cunha, Eng. Fernando de Sousa e Dr. Joaquim Manso.

Presidiu à sessão o Sr. Dr. Júlio Dantas, que tinha à direita os Srs. general Eduardo Marques, presidente da Câmara Corporativa, e Joaquim Leitão, secretário geral da Academia, e à esquerda os Srs. Drs. Moreira Júnior e Pereira Forjaz, respectivamente vice-presidente e vice-secretário geral da Academia. Assistiram muitos académicos, directores de vários órgãos da Imprensa, altas individualidades civis e militares e muitas senhoras. Após a abertura da sessão, o presidente, Sr. Dr. Júlio Dantas, pronunciou as seguintes palavras:

DISCURSO DO SR. DR. JÚLIO DANTAS

«A Academia celebra hoje o tricentenário da publicação do primeiro periódico português.

Estava naturalmente indicado que o fizesse. Foi nesta casa, em sessão de 10 de Abril de 1930, que um dos nossos eminentes consócios, o Sr. Dr. Alfredo da Cunha, apresentou o problema com exaustiva informação e admirável clareza, concluindo que as honras do primeiro periódico noticioso publicado em Portugal pertenciam à *Gazeta* chamada da *Restauração,* saída em Dezembro de 1641 da oficina de Lourenço de Anvers. Foi ainda a mesma Academia que, há poucos dias, lançou ao público a obra com que

o mesmo insigne académico ilustrou e enriqueceu a história da hemerografia portuguesa. Trata-se de assunto que nos é familiar.

Além disso, esta corporação não desconhece — ocioso é dizê-lo — a importância e o valor da Imprensa, quer como instrumento de opinião política; quer como agente de vulgarização de factos, conhecimentos e doutrinas; quer, ainda, como fonte documental para o estudo da evolução política, económica e social do mundo moderno e contemporâneo; quer, finalmente, como elemento inestimável de contacto com as realidades universais, que — a par da radiodifusão — permite ao homem culto realizar a síntese mental de cada dia que passa. Celebrando o tricentenário do primeiro periódico publicado na nossa língua, a Academia das Ciências presta homenagem ao jornalismo português, que com tanta prudência, elevação, brilho e dignidade exerce entre nós a mais difícil das magistraturas: a magistratura da opinião.

Tem esta casa a honra de contar, nos seus quadros, alguns dos maiores jornalistas portugueses da actualidade. Três dêles serão, esta noite, os intérpretes dos sentimentos da Academia para com a Imprensa, hoje, a um tempo, reflexo e penhor da unidade de pensamento da Nação.

Depois de calorosos aplausos ao Sr. Dr. Júlio Dantas, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Alfredo da Cunha, que falou acêrca de «Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiaristas».

DISCURSO DO SR. DR. ALFREDO DA CUNHA

Senhor presidente, eminentes confrades, minhas senhoras e meus senhores:

Nesta mesma sala, onde me obriguei a falar hoje, em obediência às lisonjeiras instâncias de quem aliás tem direito à cooperação que me impôs, proferi, vai para doze anos, estas palavras que na presente ocasião jubilosamente relembro:

> «Se se tornar a pensar — e é justo que a seu tempo se pense — na comemoração do tricentenário do primeiro periódico português, acertadamente se procederá fazendo a conta dos 300 anos a partir, ou de Novembro de 1641, mês a que a primeira *Gazeta* diz respeito, ou de Dezembro seguinte, em que provàvelmente foi publicada, visto que, antes de 5 dêste último mês, não lhe era lícito aparecer em público.»

Sessão solene na Academia das Ciências de Lisboa comemorativa do tricentenário da «Gazeta»

Tornou-se, com efeito, a pensar na comemoração alvitrada, e foi a entidade que mais legìtimamente poderia encarregar-se de lhe dar execução — o Sindicato Nacional dos Jornalistas — que tomou a louvabilíssima iniciativa de a realizar. Não creio que haja homem de letras que o não aplauda ou instituto científico que se não honre de colaborar com êle em tão grato empreendimento. Assim o compreendeu esta Academia, do que é prova a presente solenidade.

Numa espécie de *relação* versificada, em que Garcia de Resende deixou registados tantos «casos e coisas», como lhes chamou, de que teve e nos transmitiu notícia, observava êle, em meados do século XVI:

E vimos em nossos dias
A letra de fôrma achada,
Com que a cada passada
Crescem tantas livrarias
E a ciência é aumentada.

Com a invenção da «letra de fôrma» cresceram realmente as livrarias e aumentou sem dúvida a ciência. E veio a aumentar, por seu turno, o desejo de outro saber ou conhecimento de especial sabor — o das «novas novidades», para me servir da pleonástica, mas expressiva, locução do moço da escrevaninha de D. João II. E foi para satisfazer tal desejo, e também com fim político mal encoberto, que, depois de cumpridas as formalidades indispensáveis, estava em condições de sair a lume, em 6 de Dezembro de 1641, e de ser lida por quem possuía a prenda, então pouco vulgar, de o poder fazer, a fôlha que é tronco do periodismo nacional.

De formato exíguo, composta em grosseiro elzevir, impressa em papel ordinário, num prelo manual rudimentar, como êsses que se viam — e não sei se ainda se vêem — expostos entre as raridades do Museu Plantin, em Antuérpia, cidade donde viera o seu impressor Lourenço d'Anvers, não ostentava artigos científicos ou literários que lhe dessem estimação ou valor. Nem consta que ali colaborassem os grandes escritores do tempo: um D. Francisco Manuel de Melo, um Jacinto Freire de Andrade, um Francisco de Sá Meneses, um Braz Garcia Mascarenhas, um Manuel de Faria e Sousa, ou, sôbre todos, um P.e António Vieira. Não! Nem sequer pôde ainda apurar-se com segurança quais foram os seus redactores.

Indigitam-se vagamente o prosador e poeta Manuel de Galhegos e João Franco Barreto, aos quais foram concedidos privilégios para fazerem publicações de tal natureza, e também, de certa época em diante, o cronista Fr. Francisco Brandão. Mas a êste respeito só há conjecturas.

A fôlha recém-nascida apenas continha notícias, principalmente militares, do reino e de fora dêle, sem dúvida deficientes e atrasadas, pela difi-

culdade de se obterem e receberem de longe. Essas mesmo eram apresentadas a êsmo e em desordenada amálgama — um milagre a par dum feito de armas, a prisão duma personagem ilustre seguida da vitória dum ilustre cabo de guerra, uma graça ou mercê real junto do castigo de um frade espião.

Chamava-se *Gazeta,* à imitação de outras estrangeiras com o mesmo título, e destinava-se a relatar, consoante se lia no frontispício inicial, «as novas tôdas que houve nesta côrte, e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641». Licenciada em 3 do mês seguinte, taxaram-na em 6 réis no dia 5, e assim ficou habilitada a «poder correr» em 6 de Dezembro, há justamente três centenas de anos, contados dia a dia. Quem não podia fazer com que ela «corresse» muito eram os seus ambulantes vendedores, os pobres cegos-papelistas, da irmandade do Menino Jesus, mercadores e apregoadores de papéis volantes, mas, como é óbvio, péssimos palmilhadores das ruas e praças da capital.

Sendo, pois, tudo isto assim, preguntará quem ande alheio ao assunto: por que é que se comemora, dando-lhe carácter de acontecimento histórico, digno de celebração festiva, o aparecimento duma fôlha como a que descrevi, e que, se fôsse de hoje, todos achariam destituída dos predicados que a impusessem à aceitação do público?

Por que é que a Imprensa, agora tão poderosamente dotada de outros meios de atracção e de aliciamento de leitores, e dispondo de tanta preponderância e prestígio, se curva respeitosa ante êsse modestíssimo antepassado, que nem a mais insignificante aldeia do País se desvaneceria de possuir como seu órgão jornalístico?

E, enfim, por que é também que um instituto tão altamente categorizado como esta Academia, tradicional mantenedora do lustre das ciências e das letras, se associa às comemorações com a sua colaboração?

Porquê? Porque apareceu, com essa fôlha, uma forma inédita, entre nós, de o público ser alimentado na sua nunca saciada curiosidade, satisfazendo-se-lhe o natural anseio de saber novas, e, com o andar dos tempos, de adquirir ilustração e conhecimentos de outra ordem. E isto, não por acaso ou fortuitamente, mas com a regularidade e freqüência de que lhe adveio o hábito, mais tarde convertido em quási necessidade, de se pôr ao facto, hora a hora, se possível fôr, do que vai pelo mundo. Êsse hábito não lho podiam evidentemente criar as *Relações* e papéis volantes e avulsos, então numerosos, mas sem data fixa de virem à luz, escritos de publicação incerta, ocasional e imprevista, determinada por eventuais sucessos de maior notoriedade e retumbância. Por isso mesmo, ora amiüdados, ora raros, e sem leitores que em datas determinadas lhes aguardassem o aparecimento.

Êsse hábito suscitou-o e radicou-o a pontual periodicidade de fôlhas

como aquelas de que rememoramos a iniciadora, e que, por tal motivo, ficaram a chamar-se «periódicos».

Nem era lògicamente concebível que se houvessem como tais outras publicações sem essa fundamental característica que distinguiu desde logo a *Gazeta*, quási ininterruptamente mensal durante seis anos, pelo menos, das duas *Relações* da pena de Manuel Severim de Faria, impressa a primeira em 1626 e a segunda em 1628, e que já foram inculcadas como os primeiros jornais portugueses, e até como seu «protótipo»!

Eis as razões por que, à semelhança das pompas com que é de uso acompanhar a colocação da primeira pedra, simples e sem lavrados, no alicerce de um monumento ou edifício sumptuoso, se soleniza e celebra a aparição dêsse imperfeito primórdio duma estrutura que viria a assumir proporções imensas — elo inicial da cadeia, três vezes secular, dos periódicos nacionais.

O facto é que só desde 1641 o público ledor principiou a poder contar com um jornal, e um jornal houve que pôde começar a contar com público que o lesse. Esta a innovação que a *Gazeta* representa.

É possível que, nesta altura dos estudos feitos, em que parecia já não deverem existir dúvidas, nem versões desencontradas, se julgue impertinente ou supérfluo insistir no assunto.

Mas tanto assim não é que ontem, ainda, li um telegrama em que o mais antigo jornal da Grã-Bretanha saüdava a Imprensa portuguesa, a-propósito de se celebrar em Portugal — dizia-se ali — «o 316.º aniversário da *Gazeta* publicada em 1625 por Manuel Severim de Faria»!

Se é muito e muito para agradecer a gentileza dos cumprimentos e êsse requinte de cortesia, não é menos para lastimar que, em matéria de factos, não haja uma referência que esteja certa.

Parafraseando, porém, um nosso antigo dizer comum, perdoemos o mal feito à verdade pelo bem que nos soube a saüdação! E passemos adiante, gratíssimos à boa e delicada intenção dos saüdantes.

Se eu fôsse desmedidamente vaidoso, e não refreasse as investigações do amor-próprio, a-fim-de não cair no pecado mortal da soberba, de-certo sentiria, nesta sessão memorável para a história do periodismo nacional, algum envaidecimento. Ela é como que a confirmação, em reünião plenária dum tribunal supremo, dos julgamentos que provoquei numa causa em que, de longínqua data, empenhei esforços de dialética e trabalhos de investigação.

Propus-me em tempo, como escrevi algures, intentar, em relação à ascendência do jornalismo português, uma espécie de acção ou processo de investigação de paternidade, não ilegítima, como as usuais no fôro, mas

sim da mais incontrovertível legitimidade a favor da *Gazeta* de 1641. Assim quis, e consegui, evitar que transitasse em julgado alguma arbitrária sentença favorável a outra publicação sem jus ao reconhecimento da qualidade em questão.

Uma competidora apenas lograra defensores — a *Relação,* a que aludi, de 1626. Tanto assim que esteve ela para ser festejada, em Setembro de 1926, como o nosso primeiro jornal!

Chamado à barra, um ano antes da comemoração projectada, para depor sôbre o assunto, fiz reparos ao projecto, e, pela decisão com que foi pôsto de parte, creio que de algum modo êles influíram na opinião dos promotores.

Renovada a instância em 1930, utilizei-me da faculdade de falar nesta casa, para a impugnar. E em sessão da Classe de Letras de 10 de Abril procurei demonstrar a improcedência da versão que novamente se divulgara pela Imprensa.

Essa comunicação que V. Ex.ª, Sr. presidente, na ocasião, averbou de «opulentamente documentada», parece ter convencido alguns dos que, indubitàvelmente inspirados pelo plausível intuito de, a tal respeito, colocarem Portugal à frente de outras nações da Europa, pretendiam fazer recuar, para 15 anos antes da verdadeira data, a criação do periodismo entre nós. E tive a grata surprêsa de ver que um dos mais conceituados de entre êsses propugnadores, académico, jornalista e arqueólogo ilustre, declarou textualmente em artigo não há muito publicado:

> «Não vale a pena, já agora, discutir a prioridade desta *Relação* atribuída ao chantre Severim de Faria e defender as suas primeiras características de jornal. Estas poderiam até atribuir-se a publicações anteriores ao século XVII.»

Ora dêste testemunho dum antigo contraditor autorizado aproveito o útil, como se costuma dizer nas contestações a articulados ou alegações jurídicas. E o útil dêste depoimento é que a *Relação* em causa teve predecessores que lhe prejudicariam a primazia, mesmo que esta fôsse de admitir em benefício de qualquer publicação anterior à *Gazeta.*

Não fica dêste modo lisonjeada a aspiração patriótica de se proclamar que foi Portugal um dos primeiros países que possuíram imprensa jornalística? Certamente. Mas já aqui o disse:

«Sinto de-veras não poder formular conclusões que façam remontar muito além do ano indicado de 1641 o início do periodismo em Portugal. Assim se daria satisfação aos que comprazeriam em celebrar, mais do que o tricentenário, o milénio dêsse facto.

«Deploro não ter encontrado jornais em que houvessem colaborado vigorosos evocadores dos episódios da história pátria, como Fernão Lopes; romancistas imaginosos, como Vasco de Lobeira; novelistas sentimentais, como Bernardim Ribeiro; graciosos e mordazes críticos de costumes, como Gil Vicente; comentadores filósofos, como Sá de Miranda; cronistas versejadores, como Garcia de Resende, ou gazetilheiros espirituosos e satíricos, como alguns poetas do seu *Cancioneiro* — os dos *Porquês* e dos *Arrenegos* —; repórteres de viagens, como Fernão Mendes Pinto; fazedores de secções de *falar e escrever,* como poderiam ter sido os gramáticos Fernão de Oliveira ou João de Barros. E ficaria encantado se acaso se me deparasse uma revista de jurisprudência que João das Regras tivesse dirigido; ou de medicina, sob os auspícios dum Pedro Julião; ou de ciências matemáticas, tendo um Pedro Nunes a orientá-la; ou de literatura — uma ilustração talvez, para que dessem desenhos os iluminadores da época — com um Camões à frente da sua Redacção, rodeado, como colaboradores, dessa pléiade de quinhentistas, seus contemporâneos, que em prosa e verso se tornaram célebres.

«Porque a todos êsses vultos das ciências ou das letras só o que faltou para terem sido insignes e gloriosos jornalistas foi... o haver jornais no seu tempo e na sua pátria, ou o terem vivido depois da Imprensa invadir o mundo civilizado.»

Com o aparecimento da primeira *Gazeta* prende-se o problema de quem foi o primeiro *gazeteiro,* como em tempo se dizia, sem a moderna intenção depreciativa ou satírica.

Se em categoria e em qualidade, ou seja nos predicados do saber, do talento e da gerarquia social, o Dr. António de Sousa de Macedo, redactor do *Mercúrio Português,* é, a todos os respeitos, o primeiro, a ignorância continua acêrca de quem deva considerar-se o mais antigo.

Recentemente, um articulista de relevante estilo, muito versado na história pátria, e nosso confrade ilustre, como que bipartiu o problema, distinguindo entre primeiro periodista e primeiro noticiarista. É um pouco difícil, em relação a época em que não havia fôlhas políticas, nem literárias, e a única existente era apenas noticiosa, achar periodistas que não fôssem noticiaristas.

Não sei como fazer a destrinça. O que é verdade, porém, é que o mesmo escritor classifica de primeiro noticiarista o autor das duas *Relações* citadas.

Já que estamos na monção das rectificações históricas, releve-se-me que, salvo o devido respeito, oponha algumas objecções à classificação de que discordo.

Devo abrir parêntese para explicar que não quero nenhum mal ao

bom Severim de Faria, a quem até já aqui tive ensejo de fazer elogiosas referências. E ao contestar que as suas *Relações* sejam o que se pretendeu, e ao negar-lhe agora a prioridade que se lhe atribue, não é meu intento depreciar sistemàticamente quem, segundo é fácil de crer, nunca me fêz agravo ou injúria. Nem tão santo homem era capaz de agravar ou injuriar quem quer que fôsse! Teria até eu muito mais prazer em que houvesse sido meu antecessor, na profissão que exerci, o douto e respeitável chantre do que qualquer dos redactores anónimos da *Gazeta.* Se estes, porém, ficaram até hoje incertos, não o ficou menos, a meu ver, o primeiro noticiarista nosso compatriota.

¿Que eram as *Relações* antigas, anteriores ou posteriores às de Severim de Faria, senão, como as definiu Inocêncio Francisco da Silva, «papéis de notícias políticas e militares?» ¿E portanto escritas por narradores que nos deixaram, na pormenorização dos acontecimentos, a prova da sua aptidão de noticiaristas?

E desde quando houve *Relações?* Desde muito antes das de Severim, e não só de determinados sucessos de grande notoriedade e retumbância, mas das que êle chamava «curiosidades ou particularidades», isto é, informações miúdas de casos menores ou ocorrências «pequenas».

Basta que cite dois exemplos: o da *Relação da enfermidade e morte del-rei D. Filipe III,* etc., registada no *Diccionário Bibliográphico,* e em cujo título há os seguintes dizeres mais: «com tôdas as novidades que sucederam na côrte até agora», impressa em 1621; e a *Memorável relação da perda da Nau Conceição,* etc., obra de João Carvalho Mascarenhas citada por Figaniere, a qual narra, segundo a explicação do subtítulo, «cousas mui notáveis acontecidas nos anos de 1621 até o de 1626».

Pelo menos houve, como se vê, duas *Relações* de «novidades» ou «coisas notáveis» anteriores às da primeira de Severim de Faria.

Mas, em matéria de noticiário, ou de reportagem, como se diz agora, há mais e melhor. Há quem atribua a categoria de patriarca dos nossos repórteres a Pero Vaz de Caminha, por motivo da sua célebre carta ao rei D. Manuel, em Maio de 1500; e igual título é conferido a Fernão Mendes Pinto, por causa da sua *Peregrinação,* editada em 1614. Declara nela o autor que, «além de muitas e muito estranhas cousas que vio e ouvio», nos «reinos e senhorios das partes orientais», «também dá conta (são as suas próprias palavras) de muitos casos particulares (era o que Severim chamava «particularidades») que acontecerão assi a elle como a outras muytas pessoas». E, no fim, ainda «trata brevemente de algumas cousas» mais. Ora aquêles «casos», bem como estas «cousas», afora tudo o principal — são o que o P.e Manuel Bernardes denominou «as relações do nosso Fernão Mendes

Pinto». E estas haviam sido escritas 46 anos, e publicadas 12 anos antes das de Severim.

¿E que dizer da *Miscelanea* de Garcia de Resende, três quartos de século anterior às *Relações* do douto chantre da Sé de Évora? Dela escreveu Castilho que «é uma relação bastante curiosa de tôdas as cousas notáveis que viu ou de que teve notícia, acontecidas no seu tempo, tanto em Portugal e seus domínios, como no restante mundo».

Em versos que o arcebispo de Braga, D. Rodrigo da Cunha, achou «maus», porque, em certo ponto, beliscavam uma alta personagem da Igreja, escreveu-se uma extensa gazetilha noticiosa, cujo teor e forma invejariam muitos modernos cultores do género.

As «particularidades e curiosidades» de Severim não eram mais interessantes do que as décimas em que Resende se propôs cantar

> Grandes acontecimentos,
> E desvairadas mudanças
> De vidas e de costumes,

parecendo-lhe ser êrro, quanto às «novas novidades», a que já aludi,

> Não as poer em lembrança,
> E também outras pequenas
> Que são dignas de notar,

como explica no *Prólogo*.

Notou o escritor ilustre, cujo artigo de oportunidade provocou estas observações, que me não parecem inoportunas, que nas *Relações* de Severim de Faria se encontram notícias militares, coloniais, eclesiásticas, políticas, necrológicas e até elegantes. Estas últimas exemplifica-as com a do parto da rainha em Madrid, a 21 de Novembro de 1625, e da morte de D. Jerónimo de Azevedo, em Março do mesmo ano.

Ora se formos ver em que data êste pretenso primígeno noticiarista publicou essas informações reconheceremos que muito bem desempenhava êle o seu papel.

Não é de agora êste meu reparo. Há anos escrevia eu, a tal propósito:

«Uma publicação que dá como novidade, em Outubro ou Novembro de 1626, a notícia de que, 19 ou 20 meses antes, falecera na prisão do Castelo de Lisboa D. Jerónimo de Azevedo, e que só um ano depois informa — a expressão que vou repetir é talvez pouco académica, mas foi a que

empregou o sacerdote de que se honra a igreja eborense — informa que na côrte de Madrid «pario a Rainha uma filha», como se exprime a primeira das *Relações* de que trato, será tudo menos o arremêdo sequer de um jornal moderno.»

E acrescentava:

«Quando os leitores por ela souberam do feliz sucesso da rainha de Castela já esta soberana poderia ter dado à luz, se é que efectivamente não deu, em nova gestação, outro infante!»

E concluía:

«Severim foi, pois, um memorialista, como se diz hoje, e não um periodista, como há quem assim o inculque.»

Se, porém, foi noticiarista, porque deu velharias por novidades, que dizer de Garcia de Resende, que, tantos anos antes, se mostra tão bem dotado de predicados de repórter que, em matéria de partos, nem lhe escapou o da mula que, em certa terra da província, deu à luz uma cria! É o que consta da décima em que deixou registado que essa raridade foi em Lisboa

De todos vista e sabida,
E o filho que criava,
Perante todos mamava.

No rossio, na ribeira,
Foi vista, desta maneira,
De muita gente que olhava.

E quem percorrer outras décimas lá verá a relação, não só de descobrimentos, contendas, aventuras de navegadores e guerreiros, de epidemias e terramotos, de funerais e aclamações de reis, mas também de «cousas pequenas», tais como os preços das luvas de coiro, do alqueire e do moio de pão, dos trajos antigos, que elogiava, porque

Só com vestidos frisados,
Com taes peças arranjados
Hos galantes, muito andavão,

e das modas suas contemporâneas, que satirizava em rimas de sarcásticos diminutivos:

Agora vemos capinhas,
Muito curtos pelotinhos,
Golpinhos e çapatinhos,
Gibõesinhos, barretinhos,
Estreitinhas guarnições,
E muito maas invenções.
Pois que tudo são cousinhas.

E ainda, quanto a notícias da sociedade, ou mundanas, como actualmente se diria, a *Miscelânea* descia a pormenores de tão minuciosa intromissão na vida privada, que mais parecem bisbilhotices de vizinhas janeleiras do que informações destinadas a ficarem em livro de imprensa. Estas, por exemplo, de reportagem um tanto indiscreta, relativas ao casamento de um fidalgo da côrte:

E vimos de que maneira
Ho duque darcos casou
Cô moça pobre, estrangeira:
Estando já quási freira,
De Odivelas a tirou,
Sem a ver, nem conhecer,
Nem falar, nem escrever,
Nem ter mais que soo ser boa.
Veo por ella a Lisboa,
Sem ella mesmo ho saber.
Tomou assi esta impressa
Por vontade ou devaçam,
De modo que em conclusam,
Foy assi feita duqueza
Sem sabermos a razam.

Dando por findas estas divagações, a que só os versos pitorescos de Resende imprimiram certa nota de desenfado, parece-me poder concluir-se que, em Portugal, se está identificado o primeiro periódico, já assim não sucede com o primeiro periodista. E deve supor-se que o mais antigo noticiarista que se utilizou da Imprensa haja sido coevo da introdução desta no País, visto que o desejo de dar e o empenho de receber novidades, qual dêles mais comum e humano, de-certo não permitiriam que a letra de fôrma estivesse por muito tempo sem ser posta ao serviço de um e de outro.

Seja-me agora permitida uma precipitada transição. Galgando, de um salto, o lapso de três séculos, consinta-se-me que passe do rudimentar jornalismo seiscentista para a poderosa, complexa e multiforme imprensa periódica actual. E assim ficará contraposto ao pálido esbôço da *Gazeta*

de 1641 o quadro fortemente colorido visionado por dois grandes escritores nossos, um há 100 anos e outro há 50, rememorados num trabalho meu de história jornalística que esta Academia honrou dando-lhe nesta ocasião publicidade. É a evocação do que êsses talentos pujantíssimos imaginaram que viria a ser — tal qual está sendo efectivamente — o periodismo dos nossos dias.

São impressionantes de sentido divinatório essas predições — à semelhança das do maravilhoso mago Júlio Verne, em outros domínios da ciência — de dois espíritos de eleição, divagando pelas esferas da fantasia em matéria de um jornalismo, para êles futuro, mas para nós do mais flagrante e certo presente.

Numa luminosa antevisão, o cego de excepcionais faculdades que se chamou António Feliciano de Castilho, em dissertação sôbre a «escrita», apensa à sua versão dos *Fastos* de Ovídio, depois de se referir ao aparecimento da Imprensa, com a qual «rompeu o verdadeiro dia intelectual», espraia-se dêste modo em vaticínios dignos de admiração e registo:

> «Que imensa conquista! E ainda contudo não é bastante; alguns séculos mais, e as ciências e as artes, desenvolvidas umas pelas outras, e tôdas pelo prelo, lhe fadarão, como boas fadas, novas e crescentes glórias, animando-o de uma actividade, de uma rapidez de movimentos, de uma presteza no produzir que fatigam os olhos e assombram a imaginação.»

E, concretizando, acrescentava, quanto ao já alcançado em progressos:

> «O papel, que se laborava fôlha a fôlha, brota de dentro de machinas em torrentes sem fim; os typos, que se fundiam um a um, chovem de dentro de machinas aos cardumes; outras machinas ensaiam já reuni-los e desgregá-los, compor e descompor.
>
> «Assim devia ser (continuava êle) neste século que tem por mote a rapidez, a convivência, a condensação dos gozos e da vida.»

Mas logo preguntava e respondia, antevendo lùcidamente o que ao século passado acrescentaria o decorrente:

«Não deixará êle algo que fazer aos que depois vierem? Imenso. O vapor por terra e mar chama pela navegação aérea; a agricultura pelo vapor; o gaz pela electricidade; o telegrapho, por algum novo prodígio.»

A tôdas estas arrojadas previsões o futuro deu confirmação e realidade. E o cego Castilho *viu* (admitamos o paradoxo) em meados do século XIX o que nós só conseguimos ver, de facto, muitos anos depois de êle ter deixado de existir.

Adivinhou e pressentiu que, assim como, no mar, o veleiro fôra batido pelo vapor, e, em terra, à liteira e à caleça sucedera o caminho de ferro, e ao correio se avantajara o telégrafo, outros inventos trariam novos progressos. E, na verdade, já nas tipografias se compõe e distribue à máquina; já veio, para bem e para mal, a navegação aérea, e o avião sobrepuja o automóvel, como êste compete com o tranvia e com o expresso; já o vapor auxilia a agricultura; já a electricidade venceu o gás e revolucionou o mundo com as suas inumeráveis aplicações; já a telegrafia está suplantada pela telefonia, com ou sem fios, e ondas invisíveis transmitem, dos mais longínquos recantos do mundo, sons aos ouvidos e traços ou desenhos aos olhos, efectuando-se assim também, além de tudo o imaginável, o pressentido prodígio!

Sousa Viterbo não foi menos longe nas previsões. E igualmente estas não vieram a ser iludidas, embora fôssem ainda mais arrojadas do que as do tradutor dos *Fastos*.

Num artigo publicado em 1889, há mais de meio século, acêrca de *O Primeiro Jornal Português*, ou seja a *Gazeta* de 1641, escrevia, em conclusão:

«A civilização abre todos os dias uma nova caixa de surprêsas, e o jornalismo há-de ser dos primeiros a meter a mão nesta boceta de Pandora. Que transformações se realizarão não o podemos desde já determinar, mas Edison, com os seus inventos, prepara-nos maravilhas. Em vez do jornal lido, teremos o jornal falado o quer que seja da estátua de Memnon vibrando harmoniosamente aos primeiros alvores da madrugada. Edison vencerá Guttemberg: o telefone suplantará o prelo, e, em vez de tipographos, o empresário jornalístico terá de arranjar uma companhia de excellentes recitadores para que o jornal transmita com todo o colorido, com todo o vigor ou suavidade, o artigo que saiu imaginoso da penna do estylista.»

Mais uma quimera convertida em facto pela arte mágica das emis-

soras radiotelefónicas, servidas por locutores e locutoras que nos recitam, com vozes que vão do soprano ligeiro ao baixo profundo, os seus jornais falados, desde os pontos mais distantes do Globo.

Quando Castilho e Viterbo escreveram o que acabo de repetir, exclamariam muitos dos que os leram: — Sonhos de imaginações encandecidas! Desvarios de lunáticos! Fantasias de poetas! E entretanto tudo que êles previram, com intuïção e faculdades de haríolos, é hoje realidade e certeza. E, se Guttemberg não foi vencido por Edison, nem êste por Marconi, os três geniais inventores competem entre si, perante a história, nas maravilhas do seu engenho, com as quais tanto lucrou e se aperfeiçoou a Imprensa, a qual, se ao primeiro deveu o ser, aos outros dois ficou devendo aperfeiçoamentos e progressos não menos agradáveis e portentosos.

Voltando, enfim, ao tema por que principiei: quando se soleniza a data do nascimento de algum vulto célebre, o que se festeja não é o recém-nascido, então sem consciência, nem discernimento, soltando vagidos em vez de articular palavras, mas sim o facto de êsse quási nada de gente se haver tornado alguém, que veio a conquistar fama e prestígio pela arte, pelo saber, pelo engenho, pela virtude ou pela heroicidade.

Assim também o que se tem celebrado, há dias, noutros lugares e por várias formas, e o que se comemora esta noite aqui, não é pròpriamente o aparecimento dessas páginas de noticiário singelo e desataviado, primeiro balbucio duma futura e potentíssima voz.

O que se celebra e comemora não é a tímida apresentação dessas inestéticas fôlhas de cordel, mas sim a vinda ao mundo das letras duma espécie até ali desconhecida em Portugal, e que se tornaria a propagadora, e como que a propiciadora de tôdas as outras espécies científicas, literárias ou artísticas, que lhe têm devido tanto da sua vulgarização e do seu êxito.

O que se celebra e comemora é, por assim dizer, um símbolo, como que a representação tangível do raiar duma instituïção revolucionária nos domínios da inteligência, a qual viria concitar a atenção de tôdas as curiosidades e atrair e seduzir as penas de todos os escritores. E rememora-se, ao mesmo tempo, que, com o rodar dos anos, se converteu ela num instrumento novo de primacial importância no intercâmbio e na reciprocidade das relações do espírito, tanto como nas de trato ou interêsse meramente utilitário.

E tal é hoje o predomínio da imprensa periódica, na maneira de sentir, de pensar e de agir — no modo de ser, digamos — da gente culta, tal a sua influência sôbre os mentores ou os dementadores que conduzem as nações aos atinos que dignificam, ou aos desatinos que envilecem, que se, por uma causa de sobrenaturais efeitos, ela sùbitamente se sustasse ou

suprimisse, à semelhança daquele torpor e enervamento de corpos e almas que acompanham as trevas anormais dos eclipses solares — inerte êsse poderoso animador de espírito e propulsor de iniciativas, cessante êsse formidável potencial de energias — dar-se-ia, sob certos aspectos, nos povos civilizados, como que a paralisação ou o colapso de algumas das mais activas manifestações da vida social moderna.»

Ao terminar, o Sr. Dr. Alfredo da Cunha foi muito e longamente ovacionado.

Falou depois o Sr. conselheiro Fernando de Sousa, ilustre académico e director de *A Voz*.

DISCURSO DO SR. ENGENHEIRO FERNANDO DE SOUSA

Senhor presidente da Câmara Corporativa, senhor presidente da Academia, meus caros confrades, senhoras e senhores:

«Tem-se generalizado a comemoração solene dos centenários da morte ou do nascimento de homens notávis, bem como de factos históricos de excepcional relêvo, numa como que religião laica, a que não falta a liturgia especial das pompas oratórias.

De boa mente assumem as academias essa função, quando ela mais ou menos se relacione com a vida científica ou literária da Nação.

Em curto período sucederam-se na nossa Academia as celebrações centenárias de Ampère, Descartes, Júlio Dinis e outros.

Entendeu-se, e bem, que não devia passar despercebido o tricentenário da introdução da Imprensa periódica em Portugal em conexão íntima com o glorioso movimento restaurador de 1640.

Procedeu a eruditas investigações sôbre o obscuro problema das origens do jornalismo entre nós o nosso eminente confrade Sr. Dr. Alfredo da Cunha, a cujos méritos literários e jornalísticos todos prestam justa e calorosa homenagem.

A divulgação dos frutos dêsse estudo, precedida e seguida de algumas brilhantes reflexões de V. Ex.ª, Sr. presidente, que tanto se distinguiu no jornalismo e de tão sedutora forma reveste a prosa académica dos grandes dias — haja visto a admirável síntese histórica por V. Ex.ª lida na sessão solene inaugural das festas centenárias de 1940 — bastariam para deixar dignamente registada nos anais da Academia a solene comemoração do jornalismo incipiente em 1641.

Foram porém intimados a trazer também o seu contributo a esta sessão os académicos directores dos jornais de Lisboa.

Declinou o encargo — e ainda mal — o nosso prestigioso confrade Sr. Dr. Augusto de Castro, que aureolara as grandes festas centenárias com uma série de cintilantes alocuções, em que o sentimento patriótico revestiu galas oratórias espontâneas e por isso mesmo mais impressionantes.

Permanece a honrosa intimação para o ilustre confrade Dr. Joaquim Manso, que exerce o jornalismo com rara distinção à testa do *Diário de Lisboa* e nos delicia de tempos a tempos com um volume de prosa delicada e subtil nos conceitos.

Tornou-se extensiva a intimação, pela estética lei dos contrastes, à mediocridade de alguém que ao deixar-se prender, há cêrca de meio século, na temível engrenagem jornalística assumiu o pseudónimo de *Nemo, Ninguém,* que era definição: ausência de méritos ao serviço de profundas convicções. Segundo o calão artístico francês, aqui estou, mais para servir de *repoussoir* aos méritos dos outros oradores, do que para manter o brilho da sessão.

Abstenho-me de investigações históricas acêrca da aparição do primeiro periódico português. Está conscienciosa e proficientemente feito êsse estudo pelo nosso sábio confrade Sr. Dr. Alfredo da Cunha, que distinguiu as primeiras *Relações* noticiosas sem periodicidade assente, atribuídas a vários, como frei Francisco Brandão e outros de notoriedade literária, dos jornais pròpriamente ditos.

O privilégio de publicação foi concedido em Novembro de 1641 a Manuel de Gallegos para as notícias de Roma e a João Franco Barreto para as de França. Assim apareceu a *Gazeta de Lisboa* sujeita à «Real Mesa Censória» e que durou até 1647.

A vários se atribuíu a paternidade da *Gazeta,* até mesmo ao rei D. João IV, empenhado em difundir notícias certas da guerra com Castela.

Apareceu mais tarde, de 1663 a 1667, o *Mercúrio Português* com as novas da guerra entre Portugal e Castela, da autoria do ilustre polígrafo e diplomata António de Sousa de Macedo, do qual escreveu com justiça D. Francisco Manuel:

> Não sei eu, porventura, que nas artes
> Políticas não se acha em muitas partes,
> Qual êsse teu Macedo, outro sujeito?

Como sucede às origens em geral, ficaram envolvidas em nuvens de controvérsia acrimoniosa as da imprensa periódica, e assim o Sr. Dr. Alfredo da Cunha formula a seguinte conclusão das suas laboriosas investigações:

«O que se apura de tudo isto é que, depois de ponderadas as opiniões dos investigadores, ao leitor curioso cabe o direito de continuar a repetir a pregunta — ¿quem foi o primeiro redactor da primeira gazeta portuguesa, o primeiro diarista, como se dizia dantes, ou o primeiro jornalista, como se diz agora?»

Não andarei portanto longe da verdade fixando em Novembro de 1641 a aparição regular do primeiro periódico *Gazeta* (Inocêncio).

Tomemos êsse facto capital para tema de breves reflexões de carácter psicológico e moral acêrca da imprensa periódica, em que labuto há muito sem ilusões acêrca da sua inferioridade, sob êsse ponto de vista, sem vislumbre de crítica acerba.

Tem o jornalismo a sua psicologia, que se vai revelando e exacerbando com a liberdade que reclama e conquista.

O espírito humano anseia pelo conhecimento de coisas novas, em que se manifestem sôbre tudo as vicissitudes sentimentais da vida privada e pública.

O leitor do jornal, depois de percorrer distraìdamente as suas colunas, julga-se omnisciente e quere que lhe alimentem essa ilusão. Não se dispensa de penetrar até aos mais íntimos e doentios recessos da paixão e até do vício. Leva assim por vezes o jornal, aos mais recatados lares, elementos de desmoralização, a que é difícil embargar o passo e que se patenteiam agravados na influência malfazeja pela gravura despudorada, que vai da faca homicida ao criminoso revestido de triste auréola de celebridade.

Os dramas do pretório ostentam em tôda a sua hediondez e ocupam o lugar que de direito pertence às manifestações do pensamento, às legítimas preocupações morais, literárias e artísticas, que deviam ser factores de cultura e civilização do espírito popular.

O jornalismo desenvolve, não raro de preferência, a sua acção coonestada com a coadjuvação prestada às indagações policiais pela intensa reportagem do crime, que torna quási irrespirável a atmosfera.

No fundo é o falso ponto de honra da plenitude de informação a inconsciente exploração desmoralizadora da curiosidade mórbida do público, o qual por seu turno impele com as suas exigências o jornal para êsse caminho de capitulação com a moral.

As tragédias e comédias do cinema complacentemente reclamadas pela Imprensa agravam, não raro, essa acção desmoralizadora.

Estas queixas e censuras têm sido formuladas instantemente em congressos pedagógicos e de carácter social.

A Imprensa exerce intensa acção de publicidade pelas notícias, pelos

anúncios, pelas crónicas, pelos folhetins e pelos reclamos, fontes principais da sua receita.

Não falo no cínico *passez a la caisse,* desconhecido da pundonorosa Imprensa portuguesa, com que se tornava rendosa a acção política ou comercial de reclamo de certos jornais sem escrúpulos ou de doutrinação aparente, que na realidade era uma veniaga, e se não pejavam de exercer alguns dos mais cotados periódicos estrangeiros.

Para que essa publicidade cresça em eficácia multiplicam-se as edições, sacrifica-se o texto a vistosas gravuras multiformes e grossas parangonas.

Paga-se caro a informação telegráfica e telefónica de agências numerosas, agências tendenciosas. Recrutam-se elementos de informação em tôdas as instituïções burocráticas, comerciais e industriais.

De tôda a parte afluem notícias precipitadas, que têm de ser revistas, coordenadas, harmonizadas para que o jornal, precipitadamente elaborado, não seja a imagem do caos. É milagre que o não seja.

A acção progressiva do capitalismo procura privar a Imprensa da sua autonomia, agrupando os jornais, submetendo-os a avassaladoras influências financeiras, privando-os de anúncios administrativos como castigo de veleidades de independência, fazendo a conspiração do silêncio contra o desassombro de opiniões.

Entretanto o profissional do jornalismo exerce extenuante labor, no qual consome muito talento e muita energia sem lograr vencer a inferioridade essencial da sua obra.

Mal imagina o público exigente, que lê distraìdamente o jornal e é implacável para com as suas ligeiras imperfeições, que exaustivo labor representam as suas informações, em geral exactas e bem ordenadas.

A paixão do público pelo multiforme desporto é factor imprescindível de vida, atendido e excitado pela Imprensa, que às respectivas informações sacrifica parte séria e útil do seu labor.

O regime dos partidos em que vivemos durante mais de um século fêz do jornalismo, com raras e honrosas excepções, instrumento apaixonado e sectário de exaltação de homens e corrilhos.

Por vezes à especulação política juntava-se o facciosismo doutrinal, influenciado por elementos secretos na sua acção anti-religiosa e anti-patriótica. Cada caudilho tinha o seu grupo de apaniguados e dispunha de um ou mais jornais enfeudados à sua política e ligados com organizações secretas.

A Imprensa tornou-se assim dócil instrumento da política e a sua independência, condição essencial de acção útil e louvável, não passava de um mito.

Por acção, ou por omissão, pela conspiração do silêncio pode desorien-

tar a opinião. Para mais, pretende exercer multiforme acção enciclopédica, à qual tem de corresponder no jornalista omnisciência que os dicionários mal suprem.

Um exemplo faceto. Um director de revista fazia todos os anos longa viagem com alternância nos mais variados países. As crónicas respectivas, em que abundavam informações do género Baedeker, tinham o seu público de apreciadores.

Abro ao acaso um número e vejo entusiástica referência à Palestina, onde o viajante visitara o templo que encerra os restos do glorioso fundador do Cristianismo *(sic)*.

Telefono-lhe logo a preguntar se esquecera o Credo e a Ressurreição de Cristo nêle ensinada.

Sincero desapontamento o do cronista.

Vem o número seguinte. O viajante estivera às portas de Damasco, onde ocorrera a miraculosa conversão de Saúl *(sic)*.

Nova telefonadela. «Meu caro amigo, olhe que Saúl foi o primeiro rei de Israel, séculos antes de Cristo.

«O convertido foi Saulo, que se tornou o apóstolo Paulo, e viveu pouco tempo depois de Cristo.

«Portanto o Saúl do seu Baedeker é, não o rei Saúl, mas o Saulo transformado em Paulo, o apóstolo.»

Uma estravagância litúrgica muito em moda agora. As altas personagens que assistem a grandes solenidades religiosas são miraculosamente arrumadas pela reportagem, não na capela-mor, mas no altar-mor!!!

Outros descrevem a procissão de Corpus-Cristi e referem que sob o pálio leva um prelado o Santo Lenho.

E como estes, tantos outros erros!

Uma das grandes dificuldades do exercício do jornalismo consiste na feira das vaidades, a que deve consagrar largo espaço.

Pode versar o jornal com a máxima competência uma questão de alto interêsse político ou social.

Maior atenção e aplauso logram os *Ecos de Sociedade* com as notícias alambicadas, os aniversários referidos a tempo, o relato complacente das festas elegantes, as partidas e chegadas da gente de boa sociedade.

Não se perdoam os erros e omissões nessa secção; despede-se um assinante por essas faltas, após largos anos de camaradagem intelectual, porque a falta de um cumprimento lhe feriu a vaidade.

Há quem mande notícias já redigidas com espaços em branco para os adjectivos laudatórios, como o *Secretário dos Amantes* para as distinções de sexos.

«O nosso..... amigo publicou agora um..... livro, notável pelo.....

valor da doutrina e..... forma. Vamos lê-lo e tributar-lhe a..... homenagem que merece.»

É a lei do menor esfôrço, cuja observância demanda abundante colecção de adjectivos, criteriosamente aplicados, de *ilustres, distintos, eminentes, queridos, sábios, zelosos, conceituados, respeitáveis* e o mais que agora não ocorre, mas tem de estar pronto à primeira voz.

Vêm as ilusões acêrca do valor literário de escritos, que, húmidos ainda, passam das colunas do jornal para livros, em que os enfeixam, destinados a vida efémera.

Assim se inferioriza a vida literária e o jornal mata o livro, transformando nêle a sua medíocre superficialidade.

Como já tenho referido por mais de uma vez, o grande químico Chevzeul, glória da ciência francesa, celebrou o centenário do nascimento na regência da sua cadeira do Colégio de França.

Tendo-lhe preguntado alguém a que atribuía a sua extraordinária longevidade, respondeu:

— «A duas coisas; não bebo vinho e não leio jornais.»

Nada perturbava a serenidade daquele nobre espírito: nem a excitação do alcool, nem a confusão mental originada pela balbúrdia jornalística.

Estas notas patológicas, que reüni, não obedecem a um propósito deprimente e apaixonado. Procuram exprimir a realidade desoladora, filha por vezes de circunstâncias casuais, inerente noutras à essência do labor jornalístico, superficial e precipitado e como tal imperfeito.

Por isso mesmo a superioridade moral e mental do jornalista que domina as condições do seu labor tornam-no crèdor de admiração e reconhecimento.

Tivemo-los dessa categoria e não faltam no jornalismo português nomes dignos dessa glorificação.

Como é árdua essa profissão, que exige cultura múltipla e profunda, pronta na produção!

Surge a oportunidade num assunto de ponderação.

Há que versá-lo em curto espaço de tempo, dando unidade e fôrça aos argumentos a tempo de atender exigências da tipografia.

Pode o artigo ser uma obra prima de doutrinação e de dialéctica.

Esbarra muitas vezes com a desatenção do público incapaz de reflexão e solicitado pelas futilidades da vida mental de ocasião.

Com que amargura considera o articulista a ineficácia do seu escrito, em que pôs todo o esfôrço do seu espírito, todo o calor do seu patriotismo, todo o seu poder de convicção.

É exalçada a Imprensa à categoria de sacerdócio e de facto pode e deve exercê-lo.

A actual constituïção política do País definiu assim a opinião pública:

«*Art. 22.º — A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum.*»

Quão longe estamos da liberdade absoluta reivindicada pela Imprensa para expor idéias subversivas e excitar as paixões!

Consideramo-la o que realmente é: uma grande fôrça social com a missão de esclarecer conscienciosamente a opinião conforme o bem comum e assumindo por isso tremendas responsabilidades.

Julgou-se em certo tempo omnipotente e irresponsável com direito à liberdade ilimitada, senhora absoluta da opinião.

Na hora em que celebramos o tricentenário do seu nascimento em Portugal consideremos que não foram demais três séculos para criar, fortalecer e orientar essa grande fôrça espiritual, cônscia dos seus deveres e ufana da nobre missão que a Pátria lhe reconheceu e confia.»

No final a assistência e os académicos, que por vezes interromperam com aplausos êste discurso, prestaram ao Sr. conselheiro Fernando de Sousa uma prolongada ovação.

Por último falou acêrca de «O Jornalismo» o ilustre académico Sr. Dr. Joaquim Manso, director do *Diário de Lisboa,* que, como os outros oradores, foi muito ovacionado ao terminar o seu admirável discurso, que aqui registamos integralmente.

DISCURSO DO SR. DR. JOAQUIM MANSO

Senhoras e senhores:

O jornalismo é a voz dos acontecimentos, a mobilização geral das aspirações humanas, sempre desejosas de achar uma certeza, um ponto de apoio, mesmo que seja na mais breve das esperanças ilusórias.

Existe um problema delicado — fundar, lançar e sustentar um jornal, com a intenção de não turvar as águas de que o povo bebe — para me servir da linguagem de Sá de Miranda.

Muito importa que o público não seja escravo do que lê nem o jorna-

lista escravo do seu leitor: devem um ao outro atenções e mútuos respeitos. Entre a quantidade e qualidade convém saber escolher, de modo que, quando aumentam as tiragens e as receitas, isso não signifique que a matéria abafou o espírito. O jornal encontra-se, ao mesmo tempo, entre o amor da verdade e o amor do lucro.

Qual dos dois prevalecerá?

Começa, na primeira página, pelas idéias, e termina, na última, pelos interêsses.

¿Expiarão as primeiras no ventre dos segundos?

¿Será a pena que escreve o desmentido do pensamento que julga?

¿O idealismo do articulista acabará sufocado no materialismo de Shyllock?

Estas preguntas não podem ser iludidas nem respondidas à toa, levianamente ou hipòcritamente. O homem honrado não faz discursos para proclamar e justificar a sua virtude, visto confiar no valor das suas obras. Igual procedimento se aconselha ao jornalista.

Salústio, no seu livro sôbre a conspiração de Catilina, refere-se ao conspirador nestes têrmos:

— «Parum sapienteae et satis eloquentiae».

Podemos traduzir assim:

— «Muitas palavras e poucas obras».

Eis um dos possíveis vícios do jornal, quando se orienta, não por princípios que revelam escrúpulo e carácter, mas por apetites que traduzem fome virgem e impaciente. Desde o aparecimento da *Gazeta,* cujo tricentenário atinge agora, nesta grave, severa e pomposa sala, a nota alta e sonora duma partitura, o mundo deu muitas voltas, concebendo vastas ambições, movendo-se ora para a direita ora para a esquerda, subindo e descendo, cantando e chorando, ora marchando com entusiasmo, ora caindo de desânimo e cansaço, acendendo ódios para se queimar, arrojando-se no pó para se penitenciar.

Mas, no bem ou no mal, vencedores ou vencidos, sustentando ou traindo um credo, na fé ou na dúvida, na concórdia ou na discórdia, na crença ou na descrença, os povos tiveram no jornalismo uma segurança, um guia, um clarim, uma cidadela e bastantes vezes uma vitória.

¿Cometeu erros, sacrificou o justo ao injusto, em certas horas alucinadas, perturbou, alarmou e esqueceu-se de fazer rosto às tentações do poder, do dinheiro e da vingança? Da Imprensa pode dizer-se em desabôno e afronta quanto se queira, até mesmo acusá-la de ruins acções que não praticou, que resta ainda um precioso tesouro que é dela e só dela, conquistado com brio, dignidade e honra. Dá-se com ela qualquer cousa de parecido com a cólera das mães perante os filhos que não se comportaram segundo os bons mandamentos:

— «Vais para uma casa de correcção! Não te posso aturar... É demais!»

Breve, porém, o coração retoma os seus direitos e uma mão carinhosa afaga o rosto lacrimoso, enquanto o instinto murmura baixinho:

—«És o fruto mimoso das minhas entranhas. Merece perdão a tua falta irreflectida. ¿Como poderei viver sem ti, que és ser do meu ser e alma da minha alma?...»

O jornalismo paga o que deve à moral, à justiça, ao patriotismo e ao próprio Deus e também o que não deve, mas lembremo-nos de que êle não é um produto artificial formado numa retorta, no laboratório de Fausto, visto que se parece, como original e retrato, com a época e a sociedade que lhe deu o ser.

Faz parte do ar que respiramos, da luz que nos alumia, da inquietação que nos devora, do pão que comemos, da indignação que nos agita e do clamor que nos amotina. Êle é a imagem da terra, que se renova em vinte e quatro horas. Êle é o momento em que se concentra a febre do existente como num relâmpago a electricidade do firmamento.

Algumas épocas passadas, especialmente a idade média, organizaram-se para a calma e o silêncio, levantando-se muros por tôda a parte, a-fim-de conter dentro dêles a violência, a irreverência, a rebeldia discutidora e o gôsto da aventura perigosa.

¿Por que tombaram tão fortes e impávidas defesas?

Por mais algemas que se ponham aos braços, há sempre braços para as quebrar. Quando os séculos mudam, vem com êles um vento novo. Assim é que o jornal está tão profunda e ìntimamente ligado à vida moderna que suprimi-lo equivaleria quási a suprimir um dos motores vitais da modernidade. Ninguém pensa nisso, evidentemente, pois todos reconhecem que êle é a expressão mais completa e perfeita da mobilidade actual.

O grande orador que foi António Cândido, numa página lapidar, manifestou o seu desgôsto por ter de viver num mundo onde tudo é alarido, confusão, tumulto e clamor enrouquecido:

— «Felizes os que acharam no claustro ou no êrmo a pacificação e o olvido das injustiças que sofreram».

O jornal é tão natural, tão conforme à idade contemporânea como a onda ao oceano. A curiosidade humana nutre-se dêle, pede-lhe diàriamente um alimento contra o tédio, a solidão e a tristeza insanável dos que atiram para o ar as suas ansiedades e nada recebem em resposta senão a indiferença e o vácuo. Não é dieta para solitários. Êle reúne, nas suas páginas, uma riqueza apetecida e saboreada, embora fugaz, colhida na terra inteira. Não existe seara rica que cresça e amadureça mais de-pressa: os grãos de ouro brilham aos nossos olhos, ainda que as nossas mãos frementes os não

possam apanhar. Por intermédio dêle, Nova-Iorque, Londres, Paris, Roma, Rio de Janeiro, Xangai, Tóquio e Moscovo falam, dialogam e discorrem, sob os nossos olhos. Tôdas as notas se ferem no seu teclado — alegres, tristes, sérias, fúteis, amargas e risonhas. Como num prisma, avistam-se nêle as côres do Universo.

¿Quem ousará negá-lo, caluniá-lo ou maculá-lo?

Os seus inimigos são sombras sem corpo, argúcias sem dialéctica. O jornal possue fôrça mais que suficiente para se emendar a si próprio, evitando que dos seus defeitos se façam estandartes. O tempo é o seu mestre e o seu conselho. Até para saírmos dos erros, das cismas e dos enganos a velocidade há-de ser moderada.

Numa conferência sôbre «cultura e técnica modernas», Guillaume Tarde explicou-se, atrabiliàriamente, acêrca da Imprensa dizendo:

— «É livre mas depende de duas clientelas para o mesmo papel — uma que quere ler e pagar pouco, outra que pretende ser lida e que tem de pagar caro, custe o que custar».

Tarde raciocina precipitadamente, medindo pela mesma bitola o podre e o são. Êste, ao deslizar entre Scila e Caribides, sabe desviar-se dos dois perigos.

¿São, acaso, jornalistas os que aceitam os pomos da tentação?

¿O militar que atraiçoa a sua pátria ainda é soldado ou simplesmente traidor?

¿Quem se mostra infiel à palavra dada continua a ser honesto e estimado?

Quando o jornal trafica, mente ou calunia, desclassifica-se e muda de clima e de espécie. Em qualquer classe, mesmo a mais educada e seleccionada, se dão deslizes e quedas pecaminosas. Os artigos, as notícias, as reportagens, as críticas e as crónicas não são redigidas por anjos, o que não significa que o sejam por demónios.

¿Que é um jornal, no fim de contas?

Uma fôlha volante que corre de mão em mão, na qual, sob a responsabilidade de alguém, se emitem opiniões e juízos, se narram acontecimentos e se apreciam factos, na hora em que tudo isto ferve, arde ou palpita, na mais rigorosa actualidade.

Não é a história que se escreve, antes a imagem viva do tempo que se divide em pedaços e que cada um recomporá, segundo critério próprio ou alheio.

O jornalismo exige clareza mental, bom senso, visão ràpida e segura, sentido moral agudo, a-fim-de não misturar, na forja em que tem de trabalhar, o certo com o incerto, a paixão cega com a tolerância amável, o episódio inventado com a realidade bem observada. Quando em França se

publicavam os três *Mercúrios* — o político, o noticioso e o galante — dizia-se:

— «Leiam-se os três, mas esqueçam-se imediatamente».

Insinuava-se desta sorte que o jornal não mata a fome do leitor, porque a mantém acesa para o número seguinte. A sua duração não é como a dos livros — repousada, longa e sapiente, antes à desfilada, de dia para dia, aos saltos de povo para povo, de continente para continente, sem possibilidade de envelhecer, excepto se tropeça e cai num precipício, cavado por si mesmo. Escapa às guerras, às pestes e aos sismos. Êle pode gritar orgulhosamente:

Enquanto eu respirar livremente, a terra e o homem que a habita nunca perderão a mocidade nem o prazer de trincar um fruto subtraído à poeira revôlta dos acontecimentos!

Tôda a assistência aplaudiu demoradamente as palavras do Sr. Dr. Joaquim Manso e em seguida o Sr. Dr. Júlio Dantas, depois de em breves e elegantes palavras felicitar os oradores, encerrou a sessão.

VISITA DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DAS CORPORAÇÕES À EXPOSIÇÃO-CONCURSO ABERTA NO SINDICATO NACIONAL DOS TIPÓGRAFOS

No último dia das comemorações, 7 de Dezembro de 1941, o Sr. Dr. Joaquim Trigo de Negreiros, ilustre Subsecretário de Estado das Corporações, visitou a sede do Sindicato Nacional dos Tipógrafos e as exposições abertas nos diários *O Século* e *Diário da Manhã*. Acompanhado pelo chefe dos Serviços da Acção Social do Instituto Nacional do Trabalho, Sr. Dr. França Vigon, aquêle membro do Govêrno foi recebido na sede do Sindicato Nacional dos Tipógrafos pelos membros da respectiva Comissão Administrativa Srs. Tomaz de Aquino, Manuel Nunes Feliciano e Luiz Cunha de Oliveira e pelo Sr. Luiz Teixeira, presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas. Depois de o Sr. Dr. Trigo de Negreiros ter percorrido tôdas as dependências da sede e analisado demora-

damente os trabalhos da magnífica exposição-concurso usou da palavra o Sr. Tomaz de Aquino, presidente daquele organismo corporativo, que pronunciou o seguinte discurso:

Excelência: Coube-me a subida honra de receber a visita de V. Ex.ª nas modestas salas dêste Sindicato, agora em festa, comemorando o tricentenário do primeiro periódico português, a *Gazeta*. A estas comemorações emprestou a Comissão Administrativa a que presido o melhor dos seus esforços e do seu saber, não se poupando a exaustivos trabalhos a-fim-de resultarem brilhantes os números do programa a seu cargo. Assim, realizou no edifício de *O Século* a exposição evocativa da Tipografia nos séculos XVII, XVIII e XIX, iniciativa a todos os títulos feliz, dando a conhecer ao público como primitivamente se fazia um jornal, num ambiente próprio de cada uma dessas épocas, desde as respectivas oficinas aos operários apresentando os vestuários de então, e, na sede do Sindicato, uma exposição-concurso, onde, além de se prestar culto ao passado, houve a preocupação máxima de estimular os trabalhadores das artes gráficas, proporcionando-lhes a oportunidade de dizerem até onde vai o seu brio profissional, o bom gôsto e a perfeição técnica. Ainda por iniciativa dêste organismo corporativo se editaram, reünidas num pequeno volume, prefaciado pelo decano dos jornalistas portugueses, Sr. conselheiro Fernando de Sousa, miniaturas de todos os jornais diários que actualmente se publicam em Lisboa e Pôrto e uma conferência em homenagem a Lourenço de Anvers — o impressor da *Gazeta* — estudo interessantíssimo acêrca da arte de Guttemberg. Quis V. Ex.ª, como prémio e aprovação dos nossos trabalhos, distinguir-nos com a vossa presença, vindo dar brilho e valor a esta pequena exposição, para a realização da qual apenas contribuíram os meus colegas da Comissão Administrativa, auxiliados por dois dos nossos filiados.

Sensibilizado pelo facto, que representa para nós a melhor recompensa que poderíamos ambicionar, é sincera e comovidamente que apresento a V. Ex.ª as nossas melhores homenagens e agradecimentos.

Não posso ainda esquecer alguns dos passos mais importantes da nossa acção sindical, interessantes uns nos seus resultados, outros aguardando solução.

¡Com que alegria não registaríamos, nesta data histórica, em que a Imprensa de Portugal comemora o terceiro século da sua existência, que os seus mais próximos e bons colaboradores — os gráficos — tinham ajustado já o seu contrato colectivo detrabalho, que deve regular as boas relações entre operários e patrões! Vários factores, porém, impediram a consumação de um dos nossos mais justos e compreensíveis desejos. Que a

minha classe nos ajude na nossa difícil tarefa são os meus votos. E para V. Ex.ª apelo, como amigo e chefe dos trabalhadores portugueses, no sentido de que nos seja feita justiça. É necessário que a transformação da vida dos que trabalham se opere num ritmo mais acelerado, a Bem da Nação.

Entre os que me ouvem, como o Sr. Dr. França Vigon, que tanto nos tem ajudado na nossa cruzada, há quem conheça bem o que tem sido a nossa exaustiva e muitas vezes inglória acção, que não se tem limitado apenas ao estudo dos problemas profissionais, mas fazendo interessar os operários gráficos — que devem revestir-se dos conhecimentos indispensáveis que a sua arte requere — em manifestações culturais como esta e na qual podem colhêr alguns ensinamentos.

É através da nossa persistência e das dificuldades de tôda a ordem que pretendemos fazer realçar perante os descrentes a nossa sinceridade e dedicação ao estudo dos problemas que mais nos afligem nesta hora tão trágica para a humanidade e que vem abalando o Mundo inteiro nos seus mais fundos alicerces.

Jamais esqueceremos a presença de V. Ex.ª nesta casa de trabalhadores, pois veio ela insuflar-nos ânimo e coragem para continuarmos à frente dos destinos duma classe que deve alinhar sempre na vanguarda, até completa vitória da nossa obra.

Permita-me, por isso, V. Ex.ª que lhe renove ainda os nossos mais sinceros agradecimentos e lhe apresente as homenagens dos gráficos da capital.

VISITA DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» À IMPRENSA NACIONAL

O Grupo «Amigos de Lisboa», que durante os dias das comemorações promoveu visitas colectivas dos seus sócios às diferentes exposições do tricentenário, foi no dia 7 em visita de estudo às instalações da Imprensa Nacional. Na sala da biblioteca organizou-se nessa oportunidade uma sessão a que presidiu o Sr. Dr. Alfredo da Cunha, secretariado pelos Srs. Luiz Pastor de Macedo e Carlos Amoedo. O nosso ilustre camarada Norberto de Araújo pronunciou então a sua anunciada palestra «Da Impressão Régia à Imprensa Nacional».

Principiou o conferente por saüdar o presidente da sessão, Sr. Dr. Alfredo da Cunha, académico, escritor e jornalista, que aos estudos da história do jornalismo prestou extraordinários serviços.

Depois disse:

«A Impressão Régia, criada pelo alvará de 24 de Dezembro de 1768, foi «o substancioso prólogo da vasta reforma de estudos pouco depois empreendida e levada a cabo com singular acêrto e felicidade». Isto se lê na «Breve notícia da Imprensa Nacional de Lisboa» de 1869, e constitue a mais lapidar sentença acêrca da criação dêste estabelecimento público. Nada foi concebido ou feito por acaso. O Marquês de Pombal, que se rodeou de gente erudita e de técnicos competentes, tudo previu: a Impressão Régia seria uma «escola» — escola de artes de tipografia, tendo por base a verdadeira base da arte, erradamente chamada «arte negra», pois ela é a mais clara e preclara de tôdas as artes, e essa arte é a de fundição de tipos.

Os caracteres da já então existente oficina de Miguel Menescal da Costa, às Pedras Negras, a aula de gravura, dirigida pelo famoso Joaquim Carneiro da Silva, a fábrica de tipos de Jean de Villeneuve — foram o fundamento material da Impressão Régia, que funcionava já em 1769.

João Menescal foi, com efeito, o primeiro director, à frente de uma junta ou conferência, e com o andar do tempo essa junta teve à sua frente, como administradores, figuras assinaladas das letras e da política, sendo a sua actividade fabril, económica e artística guiada por pensamento superior da cultura.

A Impressão Régia, depois Imprensa Régia, e mais tarde Imprensa Nacional, não foi criada para imprimir livros e fornecer impressos, mas para produzir bons livros e fornecer ensinamentos e estímulo técnico.

Além dos elementos materiais, que foram o seu alicerce gráfico, a Impressão Régia — que não foi dos menores empreendimentos do reinado de D. José, e de cuja arte, seu fulcro, o rei D. João V já se interessara — serviu-se de elementos advindos da Casa Literária do Arco do Cego. Vizinha do Colégio dos Nobres — ela foi, com efeito, um instituto de cultura e de progresso.

Por ela passou, na aula de gravura, o grande Bartolozzi, e a arte de «abrir estampas» e de «abrir cunhos» teve na instituïção pombalina o seu primeiro pórtico.

Quando se supõe que a Imprensa Nacional de hoje nasceu apenas de um pensamento fabril do Estado, «em grande» — comete-se um êrro. Defendida materialmente, sob o ponto de vista económico, pelo fabrico de cartas de jogar — que constituíu durante muitos anos uma extraordiná-

ria fonte de receita (acabou depois de 1834) — a Imprensa Régia foi mais um estabelecimento de cultura «em pequeno» do que uma simples oficina».

O conferente referiu-se, pormenorizadamente, com larga soma de subsídios, muitos inéditos, às juntas, conferências, administrações, direcções, no decorrer de 227 anos, reportando-se à acção dos mais assinalados dirigentes, como António Xavier Alves da Costa, Rodrigo da Fonseca Magalhães, José Liberato Freire de Carvalho, António de Oliveira Marreca, os irmãos Frederico e Firmo Pereira Marecos, Venâncio Deslandes e Luiz Derouet.

Aludiu às obras saídas dos prelos da Imprensa, as mais destacadas da cultura literária, científica e artística portuguesa; às edições de milhões de exemplares de livros didáticos e de impressos religiosos — as bulas da Santa Cruzada —, facto que hoje parece inverosímil se se atender às precárias circunstâncias de aparelhagem e maquinaria do estabelecimento que o Marquês de Pombal fundara, apenas, quási, como aula ou escola de vocações.

O conferente, incidentalmente, referiu-se ao edifício, o palácio dos Soares e Noronhas, arrendado primeiro e depois adquirido pela Fazenda, e narrou as alternativas de prosperidade e decadência da instituïção gráfica, citando numerosos orçamentos, referindo episódios políticos, sistematizando a cronologia das fôlhas oficiais desde a *Gazeta,* o *Diário de Lisboa,* os *Diários* constitucionais, as *Crónicas* até chegar ao *Diário do Govêrno* da actualidade, cujo título, que já antes existira, se fixou em 1835.

A evolução do aparelhamento técnico oficinal, com a introdução de prelos aperfeiçoados, depois de máquinas modernas de dupla retiração, foi acompanhada de ciclo para ciclo pelo Sr. Norberto de Araújo, que se socorreu de uma sua própria obra, *Monografia da Imprensa Nacional,* manuscrito inédito no arquivo do estabelecimento (1913) e que o autor nunca pôde rever.

Finalmente o conferente — que não se serviu de original escrito e falou de memória, mas com singular precisão de datas, de factos, de efemérides e de citações eruditas — aludiu às figuras das letras que ornam algumas salas da Direcção da Imprensa Nacional: Camões, João de Barros, Rafael Bluteau, José Barbosa, Padre António Vieira, Luiz Caetano de Sousa, Manuel Caetano de Sousa, Manuel Bernardes, o Marquês de Pombal, entre outros, e que formam um friso de culturais, letrados e sábios, sob cujas égides a Impressão Régia se fundou, quadros que provieram, uns do Colégio dos Nobres, outros da Casa Literária do Arco do Cego, e que são, na simbólica de uma galeria de acaso, a expressão de um pensamento orientador e de uma superior directriz mental.

Os «Amigos de Lisboa» percorreram, depois, as dependências daquele estabelecimento, acompanhados pelo Sr. Carlos Amoedo, inspector da Imprensa Nacional.

Por determinação do administrador, Sr. António Gomes Bebiano, estiveram em laboração algumas oficinas.

DISTRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS NO SINDICATO NACIONAL DOS TIPÓGRAFOS

Às 16,30, no Sindicato Nacional dos Tipógrafos, procedeu-se à cerimónia da distribuição dos prémios aos contemplados no concurso de composição, impressão e encadernação. Presidiu o Sr. Dr. Alfredo da Cunha, ladeado pelos Srs. Luiz Teixeira, do Sindicato dos Jornalistas; padre Carrá, superior salesiano em Portugal; Armando de Figueiredo, industrial gráfico; e Tomaz de Aquino, presidente daquele Sindicato. Depois de o tesoureiro, Sr. Luiz Cunha, ter lido as actas das resoluções do júri procedeu-se à entrega dos seguintes prémios: Tipografia — 1.º prémio e 3.º prémio: Ildefonso Faria da Silva Lopes, compositor, e Silvestre Machado, impressor da casa Editorial Império; 2.º prémio: Fausto Boavida, compositor, e Jaime da Silva Nunes, impressor da Imprensa Barreiro. Encadernação: 1.º prémio: Ramiro Rosa, da Casa Palhares, L.da; 2.º prémio: António Mendes; 3.º prémio: Domingos Sequeira, ambos das Oficinas de S. José.

Antes de se encerrar a sessão o secretário do Sindicato, Sr. Manuel Nunes Feliciano, proferiu um discurso enaltecendo a finalidade da exposição-concurso e incitando todos os gráficos a continuarem a pugnar pela sua elevação cultural e profissional. Terminou agradecendo aos industriais as facilidades concedidas aos concorrentes e às individualidades presentes a sua comparência. Por último o Sr. Dr. Alfredo da Cunha proferiu algumas palavras de estímulo e admiração pela acção do Sindicato.

BANQUETE EM *O SÉCULO*

À noite a direcção do jornal *O Século* ofereceu um jantar aos directores do Sindicato Nacional dos Tipógrafos e aos tipógrafos inválidos e na efectividade que figuraram nos quadros plásticos animados que constituíram a exposição. Presidiu ao jantar o Sr. Tomaz de Aquino, presidente daquele organismo, que tinha à sua direita o Sr. Carlos Alberto Pereira da Rosa, membro do conselho de administração da Sociedade Nacional de Tipografia, representando seu pai, director de *O Século,* Sr. João Pereira da Rosa; e, à esquerda, o Sr. Gustavo de Matos Sequeira, por si e como representante do Sr. Leitão de Barros, organizador da exposição daquele jornal.

No final brindou a *O Século,* ao seu director e aos colaboradores da exposição o Sr. Tomaz de Aquino, ao qual se seguiram, agradecendo, o Sr. Carlos Alberto Pereira da Rosa e o Sr. Matos Sequeira, que brindou pelos tipógrafos portugueses, saüdando nêles um dos elementos mais produtivos e mais activos da mecânica jornalística.

AS COMEMORAÇÕES NO PÔRTO

A cidade do Pôrto associou-se brilhantemente às comemorações do tricentenário do aparecimento do primeiro jornal português. A Casa da Imprensa e do Livro, em concordância com o Sindicato Nacional dos Jornalistas, inaugurou nas suas salas uma interessante exposição de jornais antigos e da actualidade, onde figuraram, entre outras, as seguintes espécies:

Gazeta Literária (1761) — o primeiro jornal publicado no Pôrto, segundo uma nota esclarecedora devida a Alberto Bessa, que o ofertou à antiga Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Pôrto.

Mercúrio Português (1666); *O Correio Mercantil e Económico de Portugal* (1790); *Almocreve das Petas* (1797); *Minerva Lusitana* (1808); *O Correio da Tarde* (1809); *Gazeta de Lisboa* (1814); *Astro da Lusitânia* (1820); *O Correspon-*

dente Constitucional; O Patriota; O Português Constitucional e *O Patriota Portuense* (1821); *O Analista Portuense* (1822); *A Trombeta Lusitana* (1822); *O Director* (1824); *Paquête Estrangeiro* (1826); *A Trombeta Final* (1827); *O Periódico dos Pobres do Pôrto* (1830); *Fôlha de Anúncios* (1834); *A Guarda Avançada* (1835); *O Artilheiro, O Raio* e *O Trovão* (1836); *O Hércules Lusitano* e *A Estrêla* (1837); *O Procurador dos Povos, Atalaia Nacional dos Teatros, O Eco* e *O Independente* (1838); *Jornal Militar* (1841); *A Fama* (1843); *O Comércio* (Jornal de anúncios) (1850); *O Cisne do Mondego* (1857); *O Mundo Elegante* (1859); *O Facho Literário* (1864); *O Tejo* (1867); *República Portuguesa* (número saído exactamente no dia 31 de Janeiro de 1891).

JORNAIS OFICIAIS: *Diário Nacional* (1820); *Diário da Regência* (1821); *Boletim do Exército* (1836); *Boletim Oficial* (1892); o 1.º número do *Diário do Govêrno* da República; *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal* (1919), etc.

JORNAIS HUMORÍSTICOS: *A Paródia, Cócórócó, O Riso da Vitória, Off-Side, Maria Rita, Miau!, O Talassa, Os Ridículos, Pirolito, Sempre Fixe, A Algazarra, O Micróbio, Charivari, O Sorvete, A Choldra, O Pôrto por um canudo, Os Pontos, O Pai Paulino,* etc., com interessantes caricaturas devidas aos lápis de Rafael Bordalo Pinheiro, Cunha Barros, Jorge Barradas, Filipe Rey, Octávio Sérgio, Leal da Câmara, Amarelhe, Cristiano de Carvalho, Jorge Colaço, Francisco Valença, Botelho, Cruz Caldas, Sebastião Sanhudo, Eduardo Faria Alonso, Manuel Monterroso, A. Silva, Simões Júnior, etc.

Na exposição figuravam todos os diários que se têm publicado no Pôrto e os que se publicam actualmente em Portugal. Viam-se os primeiros números de *O Comércio do Pôrto, Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias,* os números comemorativos do 50.º aniversário dos três diários portuenses, inúmeros periódicos políticos, literários e de crítica, panfletos, curiosos números dos diários do Pôrto e Lisboa, noticiando notáveis acontecimentos históricos da vida portuguesa, jornais de novos, de escolas e colégios, números únicos, números soltos, colecções de revistas e jornais ilustrados, etc.

Entre os jornais da província estavam representadas, entre outras, as seguintes terras, com jornais antigos e modernos:

Albergaria-a-Velha, Amarante, Arrentela, Arraiolos, Aveiro, Barcelos, Barreiro, Beja, Braga, Bragança, Carnide, Cartaxo, Coimbra, Cucujães, Esposende, Estoril, Fafe, Faro, Felgueiras, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Ílhavo, Leça da Palmeira, Matozinhos, Oliveira de Frades, Oliveirinha, Ovar, Póvoa de Lanhoso, Régua, Setúbal, Sintra, Valença, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, etc.

Igualmente expuseram-se diversos jornais das nossas colónias e ilhas.

Além desta exposição a Casa da Imprensa e do Livro promoveu na sua sede uma sessão comemorativa que foi presidida pelo Sr. Dr. Guilherme Pacheco, que tinha a secretariá-lo os Srs. Dr. Manuel de Lemos e D. Ana Guedes da Costa, representantes da Câmara Municipal do Pôrto; Dr. Octávio Nascimento e Brito, cônsul do Brasil na capital do Norte; D. Maria Isabel Guerra Junqueiro, Raúl Esteves dos Santos e Santos Carvalho, presidente do Sindicato

Nacional dos Tipógrafos do Distrito do Pôrto. O Sr. Dr. Alfredo de Magalhães, presidente da Casa da Imprensa e do Livro, usou da palavra em primeiro lugar para anunciar que o jornalista Hugo Rocha ia proferir, a convite daquela colectividade, uma conferência subordinada ao tema: «Como surgiram os jornais no Mundo e em Portugal», complemento da que há anos realizara sôbre «Os jornalistas vistos por um jornalista».

Depois de ter agradecido as referências do Sr. Dr. Alfredo de Magalhães e de ter aludido ao significado da comemoração com que a Casa da Imprensa e do Livro, em boa hora, se associara às solenidades nacionais do tricentenário da *Gazeta* da Restauração, o conferente referiu-se à sua conferência sôbre «Os jornalistas vistos por um jornalista», que tinha o necessário complemento no que ia dizer sôbre «Como e quando surgiram os jornais no Mundo e em Portugal». Demonstrou, em seguida, como nalguns dos grandes poemas cíclicos da humanidade havia já jornalismo embrionário, citando, a-propósito, Homero, Camões e Dante. Idêntica tese defendeu quanto aos Evangelhos e à própria «entrevista» de Moisés com Deus.

Tratando dos princípios do noticiarismo, referiu o que se passava no Egipto faraónico, na Grécia clássica e na Roma de César, aduzindo algumas opiniões autorizadas acêrca já da pre-história, já da história do «jornalismo antigo. Evocando a invenção atribuída a Guttemberg, manifestou a opinião de que o maior impulso para a criação do jornalismo foi dado pelas guerras do tempo. Aludiu, especialmente, às relações que circularam em grande parte da Eupora civilizada e deteve-se na referência às fôlhas volantes venezianas e romanas, que deram origem ao nome de gazeta, popularizado pela primitiva Imprensa europeia. Esboçou o conferente o panorama do noticiarismo europeu, com alusão às bulas pontifícias que reprimiram os abusos dos *scrittori d'avissi* e *novellanti* ou *gazzettanti,* às *nouvelles à la mein* francesas e às *news letters* inglêsas. Depois de se ocupar, ràpidamente, do jornalismo chinês, que tem foros da maior antigüidade, derivou para a obra jornalística

do médico francês Teofrasto Renaudot, que considera o precursor mais representativo do jornalismo actual.

Ocupando-se do aparecimento das *Gazetas* e *Mercúrios* em Portugal, nos meados do século XVII, traçou a história do jornalismo português, merecendo-lhe citações especiais o modo por que era feito o noticiário antigo. Dos jornais de outrora transitou para os de agora, comentando, a-propósito, as razões da limitada expansão da nossa Imprensa actual e verberando maus hábitos nacionais determinantes daquela. Emitiu algumas considerações acêrca da praga das gralhas jornalísticas, citando algumas das mais engraçadas. Referiu oportunos conceitos sôbre os jornais, cujos dez mandamentos, a exemplo do que fizera quanto aos jornalistas, indicou, referiu o significativo acto dum jornal japonês quanto à história do Mundo feita através da Imprensa e concluíu por afirmar que o sagrado fogo que queima e devora quantos trabalham no jornalismo será bendito «se êle puder, agora e sempre, dar um pouco mais de luz e de calor ao Mundo...».

O Sr. Dr. Alfredo de Magalhães fêz o elogio da conferência e o Sr. Dr. Guilherme Pacheco, que dirigiu saüdações ao Sindicato Nacional dos Jornalistas e à Casa da Imprensa e do Livro, encerrou a sessão, que constituíu, sob todos os aspectos, um notável acontecimentos literário.

PUBLICAÇÕES DO TRICENTENÁRIO

A Imprensa Nacional, que desde os primeiros momentos da organização dos actos comemorativos do tricentenário prestou com o mais vivo interêsse a sua valiosa colaboração aos trabalhos da comissão executiva, publicou uma edição fac-similada do primeiro número da *Gazeta* de 1641, que gentilmente ofereceu ao Sindicato Nacional dos Jornalistas.

—— O Sindicato Nacional dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa, em colaboração com as emprêsas jornalísticas de Lisboa e Pôrto, editou com o título «JORNAIS-1941» um interessante opúsculo constituído pela redução tipográfica dos jornais diários daquelas duas cidades, obra bem característica das comemorações, graças à

qual perdurará nor arquivos das bibliotecas uma imagem miniatural do jornalismo português de 1941. O Sr. conselheiro Fernando de Sousa escreveu para êsse livro um prefácio com o título «O Tricentenário do Jornalismo em Portugal — Lamentos de uma vítima».

—— O Sr. Dr. Alfredo da Cunha acrescentou os seus notáveis trabalhos de investigação e história do jornalismo português com as seguintes obras: — «Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)», 298 páginas, separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* — Classe de Letras — Tômo IV; «Olisipo — berço do periodismo português», separata dos n.os 7 e 8 de «Olisipo», órgão do Grupo «Amigos de Lisboa», 30 páginas; «Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiaristas», separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa,* Vol. 3.º, 24 páginas; «Jornalismo Nacional», separata do n.º 2 do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas,* 39 páginas.

—— Da autoria do Sr. Raúl Esteves dos Santos e editado pela Editorial Império saíu o magnífico volume «A Arte Negra», obra de 216 páginas, formato 25,5 x 19,5, com 56 gravuras *hors-texte.*

—— O ilustre escritor e jornalista Rocha Martins publicou nas Edições Inquérito a «Pequena História da Imprensa Portuguesa», 114 páginas.

—— O Sr. coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, ilustre escritor e académico, publicou num conjunto de 52 páginas os seguintes capítulos de investigação histórica sôbre o jornalismo português: «Breve notícia das publicações periódicas que existem na biblioteca do Arquivo Histórico Militar», «O *Jornal de Coimbra* e o Dr. José Feliciano de Castilho», «Documentos relativos a Teodoro José Biancordi e ao periódico *Mercúrio Lusitano,* de que foi redactor», «Documentos sôbre um periódico intitulado *Preço Corrente*» e «Documentos relativos ao periódico intitulado *Correio Geral do Comércio*».

—— A Biblioteca Nacional de Lisboa publicou o segundo volume do catálogo da «Exposição bibliográfica da Restauração», abrangendo 600 páginas com a análise de tôdas as publicações periódicas de 1641 à actualidade que inseriram artigos sôbre a Restauração de Portugal.

Outras publicações:

«Imprensa quatrocentista — O primeiro impressor português e a sua obra», estudo bio-bibliográfico por Oliveira Júnior, 103 páginas. Edições Marânus.

—— «Os caracteres da Imprensa», por Manuel Canhão, edição do Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura.

—— «Lourenço de Anvers», por Casimiro Augusto de Morais, edi-

ção do Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, 25 páginas.

—— «A *Gazeta* de 1641», pelo Sr. capitão de mar e guerra A. N. Tancredo de Morais, 12 páginas, separata da *Revista Militar.*

—— *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* — número especial comemorativo, 225 páginas; 25 gravuras. Colaboração dos Srs. Drs. Alfredo da Cunha e Júlio Dantas, Eduardo Schwalbach, Dr. Augusto de Castro, Eng. J. Fernando de Sousa, Dr. Joaquim Manso, Joaquim Leitão, Adelino Mendes, Rocha Júnior, Dr. Agostinho de Campos, Dr. João Ameal, general Teixeira Botelho, Rocha Martins, padre Moreira das Neves, Homem Cristo, João Pereira da Rosa, Matos Sequeira, Norberto de Araújo, Acúrcio Pereira, Dr. Norberto Lopes, padre Miguel de Oliveira, Dr. José Ribeiro dos Santos, Dutra Faria, Leitão de Barros, Frazão de Vasconcelos, Mário de Figueiredo, Dr. Luiz Vieira de Castro, Mimoso Moreira e Luiz Teixeira.

SAÜDAÇÕES

Entre outras foram recebidas pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, comissão executiva das comemorações, Grémio Nacional da Imprensa Diária e Secretariado da Propaganda Nacional, a-propósito do tricentenário da *Gazeta,* as seguintes saüdações:

Do Sr. Dr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira da Imprensa:

No alto pensamento que sempre anima as duas grandes pátrias há um elo comum das afinidades reafirmadas e revigoradas pela raça, língua e tradições.

A Imprensa brasileira foi buscar as fontes das suas origens na Imprensa portuguesa.

Uma é irmã legítima da outra e ambas caminharam entrelaçadas no transcurso do tempo.

Há 300 anos surgia a Gazeta *de Portugal como pioneira do jornalismo luso, abrindo horizontes à sua fulgurante projecção e servindo à cultura e à inteligência.*

A data, pois, tem expressiva significação no nosso país, que a acolhe e festeja como se sua fôsse.

A Associação Brasileira da Imprensa e o seu presidente, comungando

no júbilo de todos os profissionais do jornalismo, apresentam aos brilhantes confrades portugueses, por intermédio dos seus nobres órgãos de classe, sinceras saüdações.

Atenciosamente, amigo e obrigado — a) Herbert Moses, *presidente.*

Do Sr. Pierre Dominique, director geral do «O. F. I.»:

No momento em que se comemora o tricentenário do primeiro jornal português, Gazeta, *o «Office Français d'Information», sucessor da «Agência Havas», a qual durante mais de meio século manteve com a Imprensa portuguesa as mais estreitas e cordiais relações, envia-vos e por vosso intermédio envia à Imprensa portuguesa esta mensagem de felicitações e de amizade. A mais antiga agência da Imprensa instalada em Portugal não deseja senão ver essas relações manterem-se e desenvolverem-se. Ela empregará todos os seus esforços nesse sentido, admiradora como é, e como o são todos os franceses, da história da civilização portuguesa e da alta cultura de Portugal.* — Pierre Dominique, director geral do «O. F. I.».

Do Grémio Nacional dos Editôres e Livreiros:

Em nome das amistosas afinidades que ligam os jornalistas, os editôres e os livreiros apresentamos as mais veementes felicitações por tão belas e evocativas comemorações. — a) Direcção do Grémio Nacional dos Editôres e Livreiros.

Do director da Secção de Imprensa do «British Council»:

António Ferro. Rua S. Pedro de Alcântara, 75, Lisboa. — Espero que V. Ex.ª e os nossos velhos amigos da Imprensa portuguesa queiram aceitar as felicitações mais cordiais do Conselho Britânico pela celebração do terceiro centenário do jornalismo português. Lembramo-nos aqui muitas vezes de V. Ex.ª e as minhas felicitações têm o entusiasmo de quem foi tanto hospedeiro como hóspede de distintos jornalistas portugueses. Felicitações de admiração. Obrien, Director da Secção de Imprensa — Conselho Britânico.

Do director e redactores do *Berrows Worcester Journal:*

Comemora-se durante o mês corrente o 251 aniversário do Berrows Worcester Journal, *que é o mais antigo jornal da Grã-Bretanha e Império*

Britânico. Por essa razão o corpo redactorial do decano do jornalismo inglês cumprimenta os seus colegas do mais antigo e estimado aliado da Grã-Bretanha, aproveitando a oportunidade em que Portugal celebra o aniversário da Gazeta *publicada em 1625 por Manuel Severim de Faria. O director Ivo Griffiths, assim como os redactores do* Berrows Worcester Journal, *enviam aos seus camaradas portugueses um abraço de fraternal amizade e a expressão da sua mais viva e sincera admiração.*

Do Sr. Douglas F. L. Brown:

É com o maior prazer que venho trazer, em nome do diário londrino The Times — *jornal que também conta século e meio de existência — as minhas felicitações pelo aniversário tricentenário do primeiro jornal português.*

Como jornalistas temos uma grande tradição a seguir em ambos os nossos países e um dos aspectos mais agradáveis da minha nomeação como correspondente do The Times *em Portugal é, com certeza, o de poder observar de perto a fidelidade com que a Imprensa portuguesa desempenha os seus altos desígnios.*

Do Sr. Luiz Pastor de Macedo, em nome da Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa»:

A Junta Directiva em sua sessão de ontem e depois de apreciar devidamente o brilho que tiveram as comemorações do tricentenário da Gazeta *efectuadas últimamente em Lisboa, comemorações que se devem particularmente à iniciativa dêsse Sindicato, resolveu lançar na acta um voto de congratulação e apresentar também a V. Ex.ª, por êste meio, as melhores felicitações.*

Do Sr. almirante Fernando Augusto Pereira da Silva, presidente da Assembléia Geral da *Revista Militar:*

Com os mais atenciosos cumprimentos tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que a Assembléia Geral da Revista Militar *exarou na respectiva acta um voto de congratulações pelo brilhante êxito da comemoração do tricentenário da* Gazeta, *patriótica iniciativa dessa prestigiosa agremiação. Êsse voto foi aprovado por aclamação, bem como as expressões de muito reconhecimento pela honra do convite feito ao eminente académico senhor*

general Teixeira Botelho para colaborar no número especial do vosso Boletim, *na qualidade de presidente da Direcção.*

A publicação dêsse artigo, a páginas 85/90, e a reprodução, a páginas 22, do frontispício do primeiro fascículo de Janeiro de 1849 muito nos sensibilizaram.

Do Sr. S. George West, director do Instituto Britânico em Portugal:

Em nome do Instituto Britânico em Portugal venho apresentar a V. Ex.ª os meus melhores agradecimentos pela gentil oferta do número especial do Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas *comemorativo do tricentenário da* Gazeta, *assim como do exemplar da edição fac-similada da* Gazeta.

Quero também felicitar V. Ex.ª pelo brilhantismo com que decorreram as festas comemorativas do tricentenário da Gazeta *e prestar as minhas homenagens a todos quantos trabalham na Imprensa portuguesa.*

O Sr. Ministro da Alemanha em Lisboa visitou durante o período das comemorações do tricentenário da *Gazeta* algumas das exposições abertas na capital e dignou-se apresentar pessoalmente aos membros da comissão executiva os seus cumprimentos e saüdações pelo significado e pelo êxito daqueles actos comemorativos.

NOTAS VÁRIAS

O Sr. conselheiro Fernando de Sousa repetiu na noite de 13 de Dezembro de 1941, na sede do Grupo «Amigos de Lisboa» e a convite da respectiva Junta Directiva, o discurso que dias antes pronunciara na sessão comemorativa do tricentenário da *Gazeta* na Academia das Ciências de Lisboa. Presidiu o Sr. Dr. Alfredo da Cunha, que foi secretariado pelos Srs. Luiz Pastor de Macedo, secretário geral do Grupo «Amigos de Lisboa», e Fortunato Seara Cardoso, director de *O Comércio do Pôrto.*

* * *

O Sindicato Nacional dos Jornalistas, durante o período das comemorações, levou ao conhecimento do Govêrno os serviços prestados ao jorna-

lismo português pelo Sr. Manuel das Neves Xavier, que contava naquela data a idade de oitenta e nove anos, era o decano dos jornalistas portugueses nos Estados Unidos da América do Norte e fundou durante a sua longa vida alguns interessantes semanários nos nossos territórios do Ultramar.

* * *

A pedido do Sindicato Nacional dos Jornalistas os livreiros de Lisboa expuseram nas suas montras, durante o período das comemorações, obras da autoria dos jornalistas profissionais portugueses.

* * *

Os antigos redactores e colaboradores efectivos do antigo diário *A Nação* comemoraram o tricentenário da *Gazeta* reünindo-se num almôço a que presidiu o penúltimo director daquele jornal, Sr. Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy. Usaram da palavra os Srs. Aprígio Mafra, Fausto Vilar, Frazão de Vasconcelos, Dr. António Cabreira, Zuzarte de Mendonça, pai, Alexandre Mexia de Almeida Fernandes e Manuel Bruschy. Foram enviados telegramas de saüdação ao Sr. Presidente do Conselho, ao Sindicato Nacional dos Jornalistas e ao Sr. Eng. Fernando de Sousa.

* * *

O ilustre escritor e jornalista Sr. Dr. Agostinho de Campos pronunciou ao microfone da Emissora Nacional, na noite de 4 de Dezembro de 1941, uma notável palestra sôbre «O tricentenário da *Gazeta*».

* * *

Alguns dos numerosos artigos publicados na Imprensa sôbre o tricentenário do primeiro jornal português: — *A Voz do Operário,* Junho de 1941: «O tricentenário do primeiro periódico português *Gazeta* de 1641», por Casimiro Augusto de Morais; *The Anglo-Portuguese News,* 13/9/941: «A *Gazeta,* venerável antepassado da Imprensa portuguesa», por Eugénio Navarro; *Jornal do Comércio,* 17/10/941: «História e evolução da Imprensa portuguesa no Império Ultramarino», por Mimoso Moreira; *O Comércio do Pôrto,* 30/10/941: «O tricentenário do primeiro jornal português», por M. Clara Correia Alves; *Diário de Notícias,* 8/11/941: «O primeiro noticiarista português, o nosso periódico e o nosso primeiro periodista», de Rocha Martins; *Notícias de Évora,* 9/11/941:

«A-propósito do tricentenário do primeiro jornal», por Aires da Mata; *Arquivo Nacional,* 26/11/941: «Para a história do jornalismo — O tricentenário da *Gazeta* — da *Gazeta* do Dr. Renandot ao *Diário de Notícias*», por Gaspar Cruz Filipe; *Democracia do Sul,* 28/11/941: «A *Gazeta* de 1641», por Alfredo F. Rodrigues; *Diário do Alentejo,* 28/11/941: «O tricentenário do primeiro jornal português», por João Sérgio; *O Comércio do Pôrto,* 30/11/941: «O terceiro centenário do primeiro jornal português» (entrevista com o Sr. Dr. Alfredo da Cunha); Idem, 5/12/941: «Os ardinas, os melhores propagadores da Imprensa — Dos cegos da confraria de Arroios aos actuais ardinas — Um monopólio simpático — Consagração merecida — Títulos de orgulho — Vida de anónimo heroísmo», por Óscar Pacheco; Idem, 7/12/941: «Tricentenário da *Gazeta*», por Agostinho de Campos; *Indústria Portuguesa,* Dezembro de 1941: «As comemorações do tricentenário da *Gazeta*»; *Diário de Lisboa,* 2/12/941: «O Jornal»; Idem, 7/12/941: «O valor das comemorações segundo o Sr. Dr. Alfredo da Cunha», por Fernanda Reis; *O Século,* 4/12/941: «As exposições do tricentenário», pelo Sr. Dr. Alfredo da Cunha; Idem, 6/10/941: «Uma fôrça que move o mundo...»; *O Século Ilustrado,* 6/12/941: «Um número histórico do *Mercúrio Lusitano*»; *Novidades,* 7/12/941: «Fôrça e destino do jornal», pelo padre Moreira das Neves; *Jornal de Notícias,* 7/12/941: «Escolas Gerais», por Joaquim Leitão; *Jornal Lusitano,* 8/12/941: «1641-1941, o tricentenário do primeiro jornal português e as artes gráficas no Pôrto», por J. M. F. Santos Carvalho; *O Primeiro de Janeiro,* 9/12/941: «Focando um capítulo interessante para o estudo da acção jornalística portuense», por Júlio de Oliveira; Idem, 13/12/941: «Um avôzinho venerando do jornalismo portuense», por A. de Magalhães Basto; Idem, 19/12/941: «Os *sete anjinhos* da Imprensa periódica portuense», por A. de Magalhães Basto; *A Voz,* 12/12/941: «A Imprensa periódica: História breve de uma grande instituïção», por J. Fernando de Sousa; Idem, 13/12/941: «A acção do Sindicato dos Jornalistas», por J. Fernando de Sousa; *A Defesa* (Évora), 13/12/941: «Severim de Faria, o precursor do jornalismo português»; *O Democrata,* 13/12/941: «O Jornal», por J. Carreira; *A Esfera,* 20/1/942: «Evoca-se a vida de Guttemberg», por S. P.; *Gil Vicente* (Guimarães), Fevereiro de 1942: «O tricentenário da *Gazeta*», por Alberto V. Braga; *Animatógrafo,* 8/12/941: «Pequena história da Imprensa cinematográfica em Portugal», por Félix Ribeiro, etc., etc.

* * *

Na cidade de Ponta Delgada, o chefe daquele distrito autónomo inaugurou no dia 7 de Fevereiro de 1942, no edifício do *Açoreano Oriental*

— o mais antigo jornal português em publicação — uma lápida comemorativa do tricentenário da *Gazeta*.

* * *

Em 26 de Novembro de 1941 o presidente da comissão executiva das comemorações, Sr. Dr. Alfredo da Cunha, enviou à Direcção do Grémio Nacional da Imprensa Diária o seguinte ofício:

Recebi o ofício de V. Ex.ª, com data de ontem, 25, no qual se digna dar-me conhecimento de haver o Grémio resolvido contribuir para as comemorações do tricentenário do primeiro periódico português com a quantia de 5.000$00.

Agradecendo muitíssimo, em nome da comissão a que presido, essa contribuïção, participo a V. Ex.ª que foi resolvido não aceitarmos, seja de quem fôr, qualquer subsídio ou cooperação em dinheiro. Isto, porém, não quere dizer que nos contrarie, ou que não estimemos até que o mesmo Grémio directamente subsidie ou auxilie, como entender melhor, alguma das entidades ou colectividades que se proponham comemorar o aludido tricentenário. Nesta conformidade peço licença para devolver o cheque n.º 466.676 sôbre o Banco Português do Continente e Ilhas, da importância acima indicada, reiterando os devidos agradecimentos por parte da comissão promotora das comemoracões.

O SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS RENOVA O SEU PÚBLICO TESTEMUNHO DE AGRADECIMENTO CALOROSO ÀS ENTIDADES QUE MAIS DIRECTAMENTE SE DIGNARAM PRESTAR-LHE COLABORAÇÃO VALIOSA E DECIDIDA CONTRIBUINDO COM O SEU ESFÔRÇO E A SUA BOA VONTADE PARA O COMPLETO ÊXITO DAS COMEMORAÇÕES DO TRICENTENÁRIO DA *GAZETA*:

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
CASA DA IMPRENSA E DO LIVRO
DIRECTOR GERAL DA FAZENDA PÚBLICA
DIRECTOR DO MUSEU DE MACHADO DE CASTRO
DIRECTORES E EMPRÊSAS PROPRIETÁRIAS DOS JORNAIS DIÁRIOS
GRÊMIO NACIONAL DA IMPRENSA DIÁRIA
GRÊMIO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE TIPOGRAFIA E FOTOGRAVURA
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»
IMPRENSA NACIONAL
SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL
SINDICATO NACIONAL DOS TIPÓGRAFOS, LITÓGRAFOS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE LISBOA
SINDICATO NACIONAL DOS VENDEDORES DE JORNAIS DO DISTRITO DE LISBOA
SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA
SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA
«A VOZ DO OPERÁRIO»

O grande jornal de
todos os trabalhadores

DIÁRIO POPULAR

DIRECTOR: ANTÓNIO TINOCO

é o de maior tiragem e expansão
dos que se publicam à tarde

Redacção, Administração e Oficinas:

Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA — (edifício próprio)

Telefones 2 9121-2-3

BERLIM

A ALEMANHA FALA!

A

EMISSORA ALEMÃ

de ondas curtas de BERLIM
emite todos os dias

NOTICIÁRIO

e

ACTUALIDADES

em língua portuguesa

nas ondas de: 24, 25, 31 e 41 metros

OIÇA a VOZ da AMERICA em MARCHA

EMISSÕES DOS ESTADOS-UNIDOS
EM LÍNGUA PORTUGUESA

Horas	Ondas	Ondas	Ondas	Ondas
19,30	30,9	19,5	23	39,6
19,45	23	39,6		
21,45 às 22,15	23	39,6	49,6	

Ouça o locutor JORGE ALVES às 21,45

A «VOZ DA AMÉRICA» em português pode ser escutada por intermédio da «B. B. C.», todos os dias das 18,45 às 19,00.

EMISSÕES DIÁRIAS

Companhia do Papel do Prado

S. A. R. L.

Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaia (Tomar), Penedo e Casal Ermio (Lousã), Vale Maior (Albergaria-a-Velha)

Premiada em tôdas as exposições a que tem concorrido:

Medalhas de Ouro: Exposição Universal de Paris de 1900, Universal dos Estados Unidos do Brasil de 1908 e Industrial Portuguesa de 1929

Execução rápida de papéis em todos os géneros, tendo sempre em armazém papéis para tôdas as aplicações

Especialidade em papéis de máquina contínua, de escrever, de impressão, manilhas, afiches e imitação de «Couché»; Papel de côr para capas; Papéis de embrulho; Papel Kraft; Vegetal; Papelão palha; Papéis de máquina redonda, almaços, Leornes, mezenas, etc. À venda em todos os estabelecimentos de papelaria e armazéns

Telefones DIRECÇÃO 2 3623 — Armazém 2 2332
Escritório 22331 — Do Estado 188

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278-2.º
Escritório e Depósito: SEDE
LISBOA

49, Rua Passos Manuel, 51
PÔRTO

O Papel do **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas** foi fabricado na **Companhia do Papel do Prado**

A tôdas as horas

A tôdas as refeições

As conservas de peixe portuguesas

têm o seu lugar marcado

Pelo seu sabor

Pelas suas qualidades

Pelo seu alto valor alimentar...

ESTORIL

COSTA DO SOL / A 23 KMS. DE LISBOA

Combóio eléctrico — Nova estrada marginal

a mais elegante praia do país

TODOS OS DESPORTOS
Golf, Ténnis, Hipismo, Natação, Tiro, etc

ESTORIL — TERMAS
Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico

ESTORIL - PALÁCIO - HOTEL — Luxuoso e confortável

TAMARIZ — Magníficas esplanadas sôbre o mar Serviço de Bar

HOTEL DO PARQUE
moderno e elegante

HOTEL DE ITÁLIA
preços moderados

CASINO

Aberto todo o ano — Cinema — Concertos — Dancing
Restaurante — Bars — Roleta — Banca Francesa — Bacará

PISCINA DE ÁGUA TÉPIDA / ESCOLA DE EQUITAÇÃO / SALA DE ARMAS / STAND DE TIRO

Para informações pormenorizadas dirigir-se à:

Sociedade de Propaganda da Costa do Sol - ESTORIL

COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO

SERVIÇO DE CARGA E PASSAGEIROS

LINHA RÁPIDA DA COSTA ORIENTAL
Saídas mensais regulares, com escala por:
Funchal, S. Tomé, Sazaire, Luanda, Pôrto Amboim, Lobito, Mossâmedes, Lourenço Marques, Beira e Moçambique e para os demais portos da Costa Ocidental e Oriental, sujeito a baldeação em Luanda ou Lourenço Marques.

LINHA RÁPIDA DA COSTA OCIDENTAL
Saídas mensais regulares, com escala por:
Príncipe, S. Tomé, Ambriz, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito e Benguela e demais portos da Costa Ocidental, sujeito a baldeação em Luanda.

LINHA DA GUINÉ
Saídas mensais regulares, com escala por:
S. Vicente, Praia, Bissau e Bolama.

LINHA DA AMÉRICA DO NORTE
De Lisboa a Filadélfia.

LINHA DO BRASIL
para Rio de Janeiro e Santos com escala por Funchal e S. Vicente.

ESCRITÓRIOS

Rua Instituto Virgílio Machado, 14
Lisboa (à Rua da Alfândega) - Telefone 20051

Rua do Infante D. Henrique, 9
Pôrto — Telefone 2342

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

A mais antiga e maior emprêsa armadora portuguesa nas carreiras de África

SÉDE — Rua do Comércio, 85 — LISBOA

SUCURSAL — Rua Infante D. Henrique, 73 — PÔRTO

Serviço rápido de passageiros para África Ocidental e África Oriental, Brasil e América do Norte

FROTA DA C. N. N.

«Sofala»	12.500	Ton.
«S. Tomé» n/m	9.100	»
«Niassa»	9.000	»
«Angola»	8.800	»
«Cubango»	8.300	»
«Quanza»	6.500	»
«Lourenço Marques»	6.400	»
«Cabo Verde»	6.200	»
«Congo»	5.000	»
«Tagus»	1.600	»
«Luabo»	1.385	»
«Chinde»	1.393	»
«Inharrime»	1.000	»
«Ambriz»	858	»
«Save»	763	»

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

«RECORTE»

Organização Portuguesa de Recortes da Imprensa

Sede: R. Rodrigo da Fonseca, 49 — LISBOA

Director e Proprietário

J. SERPA QUARESMA

«Recorte» lê e estuda tôdas as publicações de género jornalístico que se publicam em Portugal. De tôdas extrai, recortando à tesoura, os artigos, crónicas, estudos, ecos, reportagens, notícias e anúncios que interessam a cada um dos seus assinantes. Êsses recortes são colados em impressos de formato uniforme e expedidos aos assinantes prontos a serem arquivados em «dossiers» de tamanho adequado.

ÁGUA DAS LOMBADAS

Mineral Carbogasosa Natural

DE EFEITOS IMEDIATOS NA DIGESTÃO

SOBERANA PARA A MESA

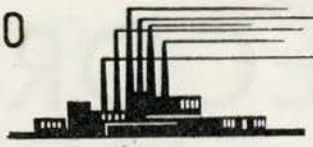
Recomendada para as doenças do estômago, rins, fígado, intestinos, bexiga e diabetes

Paladar agradabilíssimo **Pura, Límpida, Digestiva**

À VENDA EM TÔDA A PARTE

ALGARVE EXPORTADOR, L.DA

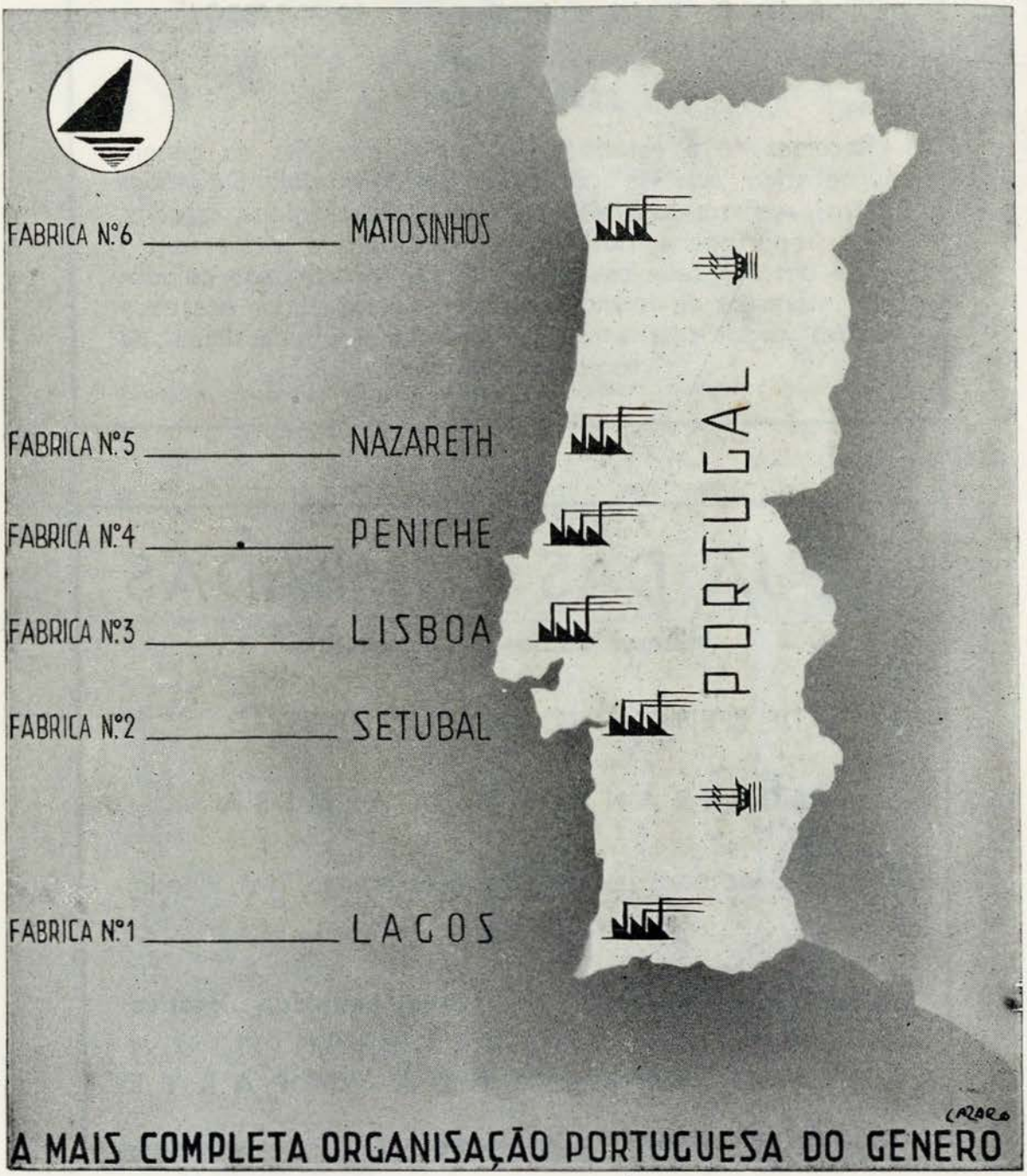
CASA FUNDADA EM 1920



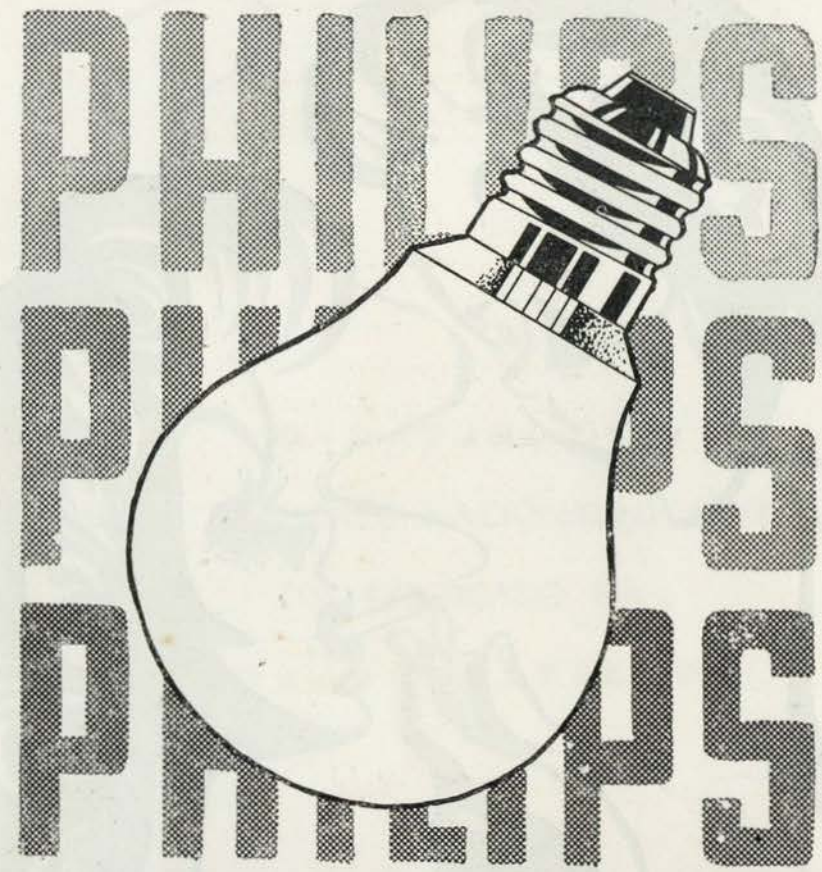
SÉDE EM LISBOA

CONSERVAS DE PEIXE

6 GRANDES FABRICAS



A MAIS COMPLETA ORGANISAÇÃO PORTUGUESA DO GENERO



PHILIPS

sempre a melhor

PHILIPS

O seu acendedor nunca falhará se adoptar SPITFIRE OIL, o novo combustível agradàvelmente perfumado. O Spitfire Oil também tira nódoas.

SPITFIRE OIL

É um produto da Socony-Vacuum Oil Company, Inc.

O PAPEL DO

BOLETIM DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS

FOI FABRICADO NA

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO